

Gestão do Conhecimento

idealizadora e organizadora
Anne Louette

Indicadores de Nações

Uma contribuição ao diálogo da Sustentabilidade



editora

WHH
WILLIS HARMAN HOUSE
AntaKarana

Gestão do Conhecimento

Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações

REALIZAÇÃO

Anne Louette
contato@compendiosustentabilidade.com.br

EQUIPE:

PESQUISA

Anne Louette
Silvia Laudisio

EDIÇÃO E TEXTOS

Fernando Felício Pachi Filho
Prix Consultoria em Comunicação e
Gestão de Prêmios

TRADUÇÃO (INGLÊS)

André Alonso Marinho Machado

REVISÃO

Assertiva Produções Editoriais

PROJETO EDITORIAL E DIAGRAMAÇÃO

Report Design

INSCRIÇÃO NA LEI ROUANET

Agência de Cultura

EDITORA

Antakarana Cultura Arte Ciência
Ltda. / Willis Harman House

TIRAGEM

8 mil exemplares

1.^a edição

São Paulo, SP

2009

AVISO AOS LEITORES

Este guia, *Gestão do Conhecimento Volume II – Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações*, traz informações de uma variedade de fontes públicas. Foram citadas todas as referências apropriadas à(s) fonte(s) de informação e procuradas as aprovações para sua divulgação, quando ainda em fase de elaboração. Este levantamento procurou manter a integridade das informações e respeitar a forma pela qual o seu conteúdo é apresentado por seus mentores, de modo a trazer ao leitor um retrato fiel de como esses indicadores foram concebidos e para que são utilizados. A atualidade e exatidão das informações devem ser creditadas a essas mesmas fontes, de onde foram extraídas. Caso alguma informação tenha sido atribuída de forma incorreta, ou possa ser enriquecida com dados e comentários úteis, agradeceremos o contato. É permitida a reprodução do conteúdo desta publicação, desde que citada a fonte correspondente ao texto reproduzido. Agradecemos.

COMPÊNDIO ON-LINE www.compendiosustentabilidade.com.br

Gestão do Conhecimento Volume II – Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações On-line disponibiliza o conteúdo desta publicação na Internet, de forma organizada e constantemente revisada, permitindo manter os indicadores sempre atualizados com as questões mais relevantes da sustentabilidade no País e no mundo. O *Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações On-line* é, conseqüentemente, parte de um esforço coletivo para ampliar o uso dos Indicadores de Sustentabilidade de Nações para sustentabilidade desenvolvidas, no Brasil e no exterior, por articular tecnologias sociais entre gestores e mentores. O fins são o desenvolvimento sustentável e que sua constante prática faça parte da cultura, em todos os níveis da sociedade. Informações: contato@compendiosustentabilidade.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Indicadores de Nações: uma Contribuição ao Diálogo da Sustentabilidade:
Gestão do Conhecimento / organização, pesquisa, textos e captação de recursos Anne Louette. - 1.ed.
São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2007. Vários Colaboradores

Bibliografia

ISBN 978-85-88262-16-4

1. Desenvolvimento sustentável
 2. Indicadores políticos
 3. Indicadores sociais
 4. Responsabilidade ambiental
 5. Responsabilidade social
- I. Louette, Anne

07 - 8003

CDD - 300.216

Índices para catálogo sistemático:

1. Indicadores de Sustentabilidade de Nações:
Ciências Sociais 300.216

Sumário Executivo

Após um ano de pesquisas, foi lançada, em 2007, a primeira publicação de uma trilogia: *Gestão do Conhecimento – Compêndio de Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental*, que reúne ferramentas de gestão de responsabilidade social empresarial de 33 países das Américas e da Europa, tendo como objetivos ampliar a implantação dessas ferramentas no dia a dia dos sistemas de gestão de pequenas, médias e grandes organizações dos três setores de atividade (esferas pública e privada e organizações não governamentais) e avançar nesse processo.

Visa, também, ilustrar a imensa gama de instrumentos que estão disponíveis, servindo de parâmetro para a análise do que está acontecendo ao redor do mundo sob o tema sustentabilidade. Trata-se de um processo contínuo de aprendizado e evolução rumo à sustentabilidade do planeta.

Totalizando 14 mil exemplares, a publicação foi patrocinada por Petrobras, Comgas e AES Tiete (1ª edição); Anglo American (2ª edição); Petrobras e Sesi (3ª edição). O seu lançamento aconteceu na Europa, em outubro de 2007, no Social and Environmental World Forum, e teve seu lançamento nacional, no final de 2007, em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Em 2008, divulgações regionais em várias unidades da Federação – Espírito Santo, Pernambuco, Paraíba, Ceará, DF, Goiás, Paraná e Amazonas – tiveram o intuito de democratizar sua distribuição.

Sem almejar a padronização de procedimentos, a publicação propicia uma ampla reflexão a respeito das ferramentas de gestão disponíveis para garantir o planejamento e a evolução da sustentabilidade. Para tanto, o conteúdo desta publicação é disponibilizado na *web*: www.compendiosustentabilidade.com.br. O *Compêndio on line* foi concebido para estar em processo constante de atualização, além de possibilitar a inserção de novas informações, compartilhar dúvidas e sugerir mudanças, soluções ou experiências bem-sucedidas.

A presente publicação, *Gestão do Conhecimento – Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações*, é a segunda da trilogia e traz como conteúdo mais de 25 Indicadores de Sustentabilidade de Nações em processo de aplicação no exterior e no Brasil para “*tentar derrubar a velha e insustentável economia, amparada pela trágica ilusão das métricas do PIB*”.

A proposta é definir padrões sustentáveis de desenvolvimento que considerem aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais. Para isso, tornou-se necessário definir indicadores que mensurem, monitorem e avaliem esses padrões sustentáveis, para nortear nossos rumos.

Enquanto o volume I é dirigido mais especificamente para gestores, a presente publicação, *Gestão do Conhecimento – Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações*, é dirigida para auxiliar nossos governantes. O desafio é de todos, ou seja, a interdependência planetária não exime ninguém do diálogo, das tarefas e do sucesso de seus resultados.

Da mesma forma que o volume I levanta a necessidade de utilizarmos ferramentas de gestão que auxiliem na construção dos resultados de nossas atividades gerenciais rumo à sustentabilidade do planeta, a presente publicação levanta a necessidade de desenvolver e cobrar de nossos governantes indicadores capazes de avaliar a sustentabilidade para que “*servam de base sólida para adotar decisões em todos os níveis e que contribuam para uma sustentabilidade autorregulada dos sistemas integrados do meio ambiente e o desenvolvimento*” (ONU 1992).

Afinal de contas, se quisermos ser sustentáveis e cobrar esses resultados de nossos governantes, precisamos saber medir essa sustentabilidade. Se quisermos orientar a economia para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar comum (diminuir a miséria, promover a justiça e a dignidade para todos), canalizando racionalmente os nossos esforços produtivos para resultados sustentáveis, devemos construir os instrumentos de avaliação desses resultados. Só assim se pode construir uma base para decisões políticas e criação de estratégias condizentes com o estado atual do mundo, de escassez e insustentabilidade.

Um exercício do diálogo com alicerce na ética, capaz de conciliar três forças distintas – o chamado primeiro setor, ou poder público; o segundo setor, constituído pelo poder privado; e o terceiro setor, representado pelas organizações não governamentais – será imprescindível para chegar a um consenso sobre as possíveis soluções: o reconhecimento de políticas públicas e seus respectivos indicadores como fator de universalização de interesses coletivos e a coerência dos agentes econômicos e dos nossos governantes na relação entre esse consenso e suas práticas cotidianas.

Sem pretensões de apresentar fórmulas mágicas, únicas e uniformes, o conteúdo propõe aos leitores o empoderamento de conhecimentos que resultarão na geração de novas ideias, promovendo constantes benefícios a todos os envolvidos. Ao mesmo tempo, não temos a pretensão de apresentar um detalhamento dos procedimentos metodológicos dos Indicadores de Sustentabilidade de Nações, até porque, infelizmente, os métodos de pesquisa nem sempre são suficientemente definidos, com suas variáveis e principais fatores a serem utilizados, bem como técnicas ou procedimentos a serem empregados.

Esta publicação cumpre as funções de informar e de promover o diálogo. Trata-se de uma transformação dinâmica da própria consciência da sociedade. Ao disseminar esses conceitos, procuramos oferecer o instrumental para reflexão.

Por fim, o volume III, a ser lançado em 2010, trará o protagonismo como instrumento para o avanço de “*uma sociedade civil forte, que permite que as pessoas, inclusive as mais vulneráveis, influenciem e monitorem políticas públicas de todos os níveis e exijam que os governos prestem contas, moral e financeiramente, das suas promessas de reduzir pobreza e exclusão social*”.

A sociedade civil pode e deve doar seu tempo, talento, experiência e entusiasmo. A sociedade civil pode se organizar em cooperativas, organizações não governamentais, instituições acadêmicas e associações de mulheres, jovens ou populações tradicionais. O engajamento, porém, não se limita às organizações formais. Inúmeras pessoas estão envolvidas em ações voluntárias que fazem grande diferença, formando amplas redes sociais. Muitas organizações da sociedade civil têm provado ampla capacidade de mobilização e têm criado demandas que mantêm líderes comprometidos em prol de um mundo melhor.

Boa leitura, bom trabalho e avanços.

Referência às pessoas inspiradoras

HAZEL HENDERSON – Fundadora da Ethical Markets Media, LLC, Hazel Henderson criou sua própria série na TV e é coprodutora executiva dela. Hazel é uma futurista e economista evolucionista de renome mundial, colunista em vários jornais e revistas, consultora em desenvolvimento sustentável e autora do livro ganhador dos prêmios The Axiom e Nautilus *Ethical Markets: Growing the Green Economy* (2006), além de outros oito livros. Publicou, em conjunto com Harlan Cleveland e Inge Kaul, o livro *The UN: Policy and Financing Alternatives*, da Elsevier Scientific, Reino Unido, 1995 (edição nos EUA, 1996). www.hazelhenderson.com

JEAN GADREY – Economista francês, é professor emérito da Universidade de Lille. Crítico da teoria econômica neoclássica dominante em ciências econômicas e do neoliberalismo, ele se dedica, nos últimos anos, à investigação sobre os indicadores de riqueza e os limites do crescimento econômico. Ele é membro do Conselho Científico da organização Attac. Além de seus artigos e livros científicos, ele publicou inúmeros artigos em revistas, como “*Alternativas Econômicas*”, ou nos jornais “*Le Monde*” e “*Politis*”.

JOSÉ ELI DA VEIGA – Professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), onde coordena o Núcleo de Economia Socioambiental (Nesa). Além de artigos em periódicos científicos nacionais e estrangeiros, e diversos capítulos de obras coletivas, publicou 13 livros, entre os quais: *A Emergência Socioambiental* (S.Paulo: Ed. Senac, 2007) *Meio Ambiente & Desenvolvimento* (S.Paulo: Ed. Senac, 2006) e *Desenvolvimento Sustentável – O desafio do século XXI* (R.Janeiro: Ed. Garamond, 2005). É colaborador da coluna de opinião do jornal *Valor Econômico*. www.zeeli.pro.br

LADISLAU DOWBOR – Doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titular da PUC de São Paulo e consultor de diversas agências das Nações Unidas. É autor de *Democracia econômica, A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada, O mosaico partido: a economia além das equações, Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação*, todos pela editora Vozes, além de *O que acontece com o trabalho?* (Ed. Senac) e co-organizador da coletânea *Economia social no Brasil* (Ed. Senac). www.dowbor.org

LALA DEHEINZELIN – Profissional transdisciplinar, assessora, palestrante e empreendedora cultural cujo trabalho visa alimentar futuros desejáveis. Após intensa carreira como artista e um período atendendo corporações, atua em artes e linguagens artísticas na formulação de estratégias e transmissão de conteúdos; e assessoria com foco em economia

criativa e desenvolvimento sustentável, trabalhando para governos em âmbito local e para organismos multilaterais em cooperação internacional. Dirige sua empresa, Entusiasmo Cultural (www.entusiasmo.com.br). Assessora do Creative Economy for Development Programme da South-South Cooperation Special Unit/UN (<http://ssc.undp.org>); Diretora de Cooperação Internacional do Instituto Pensarte (www.pensarte.org.br); fundadora do NEF, Núcleo de Estudos do Futuro (www.nef.org.br).

PATRICK VIVERET – Filósofo, é conselheiro referendário do Tribunal de Contas e relator da missão Novos Fatores de Riqueza, hoje situada na Delegação Interministerial para a Inovação e a Economia Solidária do governo francês. Ele dirige o Centro Internacional Pierre Mendès France e é colaborador da revista *Transversales Science-Culture*.

“Vamos parar de nos deixar enrolar pelas mortíferas lógicas das guerras, independentemente de serem religiosas ou econômicas. Vamos parar de pensar as nossas questões contemporâneas com o viés da geopolítica ou da economia do século XIX, ambas construídas sobre a obsessão da competição. Vamos gastar a maior parte das nossas energias para inventar formas de cidadania planetária que darão à aventura humana a oportunidade não só de garantir a sua sobrevivência biológica, mas ainda de acessar um nível qualitativamente mais elevado na história da consciência.” “*Pourquoi ça ne va pas plus mal?*” (“Por que não pode piorar?”)

ROSA ALEGRIA – Futurista, pesquisadora de tendências, graduada em Letras pela Universidade de São Paulo, mestre em Estudos do Futuro pela Univ. Houston, vice-presidente do NEF (Núcleo de Estudos do Futuro) da PUC-SP e codiretora do núcleo brasileiro do Projeto Millennium da WFUNA (World Federation of United Nations Associations).

SERGE LATOUCHE – Atua em vários coletivos, na elaboração do conceito de pós-desenvolvimento. É, também, um dos contribuintes históricos de *la revue du mauss*, professor emérito da Faculdade de Direito, Economia e Gestão Jean Monnet da Universidade de Paris e no Institut D'études du Développement Économique et Social (IEDS) de Paris. Além disso, dirige o Groupe de Recherche en Anthropologie, Épistémologie et Économie de la Pauvreté (GRAEEP). É adversário do consumismo e da racionalidade instrumental, contrário à ocidentalização do planeta; Latouche é um dos mais conhecidos partidários do decrescimento sustentável.

“... é preciso descolonizar nosso imaginário. Em especial, desistir do imaginário econômico (...) redescobrir que a verdadeira riqueza consiste no pleno desenvolvimento das relações sociais de convívio em um mundo são, e que esse objetivo pode ser alcançado com serenidade, na frugalidade, na sobriedade, até mesmo em uma certa austeridade no consumo material, ou seja, aquilo que alguns preconizaram sob o slogan Gandhiano ou Tolstoísta de ‘simplicidade voluntária’”

Carta de apresentação desta publicação

Esta publicação, patrocinada pelo Sesi, Shell, Itaipu e patrocínio cultural da Syngenta (Lei Rouanet) tem o intuito de levantar a necessidade de legitimarmos Indicadores de Sustentabilidade de Nações (que podemos também chamar de “Indicadores de Riqueza ou de Indicadores de Bem-Estar, de Felicidade...”) para que sejamos realmente guiados rumo à sustentabilidade do nosso planeta.

A proposta é que padrões sustentáveis de desenvolvimento, que considerem aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais, sejam aplicados. Para isso, torna-se necessário definir indicadores que mensurem, monitorem e avaliem esses padrões sustentáveis, para nortear nossos rumos.

De nada adianta o esforço de redes empresariais “socialmente responsáveis”, se somos governados sem indicadores condizentes com essa agenda do movimento de sustentabilidade.

O assunto não é novo, mas não ocupa seu devido lugar, como veremos nas preciosas contribuições individuais de Hazel Henderson, Rosa Alegria e Lala Deheinzelin.

Para orientar os trabalhos desta publicação, nos inspiramos nos textos de Ladislau Dowbor, da PUC, e de Jose Eli da Veiga, da USP. Será, também, na “hipótese do patamar”, do chileno Manfred Max Neef, e na “teoria do decrescimento”, do francês Serge Latouche, que avançaremos para apreender a dimensão do assunto e pavimentar o trabalho, bem como na leitura da obra *Os Novos Indicadores de Riqueza*, dos franceses Jean Gadrey e Florence Jany-Catrice, ou *Reconsiderar a Riqueza*, de Patrick Viveret, entre outros títulos.

Abordaremos os principais Indicadores de Sustentabilidade de Nações em processo de aplicação no exterior (UK, USA, Canadá, Suíça, França, Holanda e Butão) e no Brasil, visando ilustrar a imensa gama de instrumentos que estão disponíveis, servindo, assim de parâmetro para análise do que está acontecendo ao redor do mundo sob o tema sustentabilidade.

São indicadores e índices que levantam o estado da biodiversidade no mundo, as desigualdades e a pobreza, o progresso em direção a sociedades sustentáveis, o progresso real e a qualidade de vida das nações, o uso de recursos naturais por indivíduos, cidades, nações e pela humanidade em geral, a vulnerabilidade do meio ambiente, a eficiência ecológica com a qual o bem-estar humano é obtido em todo o mundo, por nação ou grupo de nações, e índices que classificam os países de acordo com as suas capacidades para proteger o ambiente durante as próximas décadas. Veremos, ainda, índices monetários que visam substituir o PIB como medida de progresso das nações e vão muito além da medida total das atividades econômicas, pois levam em

conta o quanto as políticas nacionais realmente resultam em melhor qualidade de vida para todos e também “índices que relacionam o estado da responsabilidade corporativa com a competitividade das nações”.

Em suma, uma nova análise da situação mundial, que mede o desenvolvimento humano e a conservação ambiental, por meio do método de avaliação de riqueza/bem-estar, em que a ilusão das métricas do PIB e todas as suas limitações atuais não têm mais razão de ser.

Trata-se de um processo contínuo de aprendizado e evolução rumo à sustentabilidade do planeta, que necessita do entendimento e engajamento de todos. Precisamos ter esses dados, calcular os indicadores e cobrar suas aplicações.

A temática já entrou, há tempos, na agenda da ONU – desde 1990, com o cálculo do IDH e a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CSD) para dar continuidade à Rio 92. A OCDE pretende ir mais longe: quer avaliar a felicidade dos habitantes de um país com o auxílio de indicadores mais elaborados. A ONU vê esse assunto com bons olhos, estudando quais seriam esses novos parâmetros a serem incluídos nos próximos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM pós-2015.

Veremos, com exemplos concretos de governos, empresas e sociedade civil, que a prática já criou espaço para um avanço dessa agenda, com iniciativas em âmbito:

- internacional, a exemplo do governo francês, que instaurou a Comissão sobre a Medição das Performances Econômicas e Progresso Social (CMPEPS);
- de parceria internacional, a exemplo da Fondation France Libertés, com o governo do Acre,
- estadual a exemplo do Orbis no Paraná
- municipal, em cidades, a exemplo dos movimentos Nossa São Paulo, Rio como vamos; no campo/agronegócios, a exemplo de Lucas Legal; na Amazônia, a exemplo de Juruti Sustentável.

Mas como podemos falar em indicadores de riqueza e felicidade de uma nação em um país onde parte de seus habitantes está formalmente excluída da sociedade, sem quaisquer direitos básicos de um cidadão? Veremos qual a resposta do Sesi em relação a questão: “Ação Global”.

Veremos, também, que a demanda já surge por parte de vários setores, no Global Fórum América Latina, por exemplo, realizado em novembro de 2008, em São Paulo.

Convidamos para patrocinar esta publicação organizações que respondam a esta pergunta e já fazem parte dessa frente de trabalho rumo a um mundo mais sustentável.

Por fim, como anexo, a publicação traz uma introdução do universo dos selos ecológicos, prática tão pouco difundida no Brasil.

Carta dos Patrocinadores

SYNGENTA



A Syngenta, aplicando as diretrizes de sua política de responsabilidade corporativa, sente-se honrada em participar e contribuir para a produção do livro *Gestão do Conhecimento – Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações*.

Como empresa comprometida com a sustentabilidade por meio da agricultura, a Syngenta contribui para o fornecimento de alimentos em maior quantidade e com mais qualidade para as próximas gerações. Um exemplo disso é a constante busca de novas tecnologias para prover solu-

ções que otimizem cada vez mais o uso dos recursos naturais, como água e solo.

A Syngenta promove a agricultura sustentável como elemento essencial para o seu negócio e de seus clientes e para a garantia do futuro da sociedade. E espera, com os exemplos dessas práticas, inspirar outras empresas a atuar nesse setor para colher bons resultados.

Boa leitura.
Syngenta

ITAIPU



A alteração de qualquer situação passa, necessariamente, pela assunção da responsabilidade de cada um em sua criação. Ao identificar que, independentemente do papel que cada um de nós exerceu, todos contribuimos para o quadro do planeta nos dias atuais, temos a chance de nos tornarmos mais humildes e conscientes de que é preciso estabelecer um novo propósito diante da vida. É quando sentimos, dentro de cada um de nós, a urgência da ação impostergável. A mudança começa em um e propaga-se numericamente pelo exemplo.

Todos os instrumentos disponíveis a cada segmento – sejam os governos, o universo corporativo, a academia ou a sociedade civil – serão úteis desde que seu uso seja baseado nas melhores escolhas. Atitudes como respeito, cooperação, cuidado e responsabilidade do ser humano para com o outro e destes para com a natureza parecem ser a base das decisões acertadas.

A Itaipu Binacional acredita nisso. E desde sua criação adota a atitude de ter cuidado com o ser humano e o ambiente natural na administração da maior geradora de energia hidrelétrica do mundo. Atitude que se expressa dentro e fora de seus muros, no respeito aos parceiros, no trabalho cooperativo com governos e sociedade, no permanente sentir-se responsável pelas suas iniciativas ou ausência delas. Pois sempre alteramos nosso entorno, para melhor ou para pior, por ação ou por omissão.

Esta publicação traz o que de melhor vem sendo elaborado para direcionar a vida humana rumo ao bem-estar e à harmonia com a natureza. Nós nos sentimos honrados em colaborar para que este Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações seja inspirador para o maior número de pessoas e adotado como instrumento para a promoção das mudanças de que necessitamos para ser felizes.

Jorge Miguel Samek
Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional

APOIO INSTITUCIONAL



AKATU - Instituto Akatu Pelo Consumo Consciente



CES - Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV



CEBDS - Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável



ETHOS - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Carta dos Patrocinadores

SESI



Formulada no “Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015”, documento de iniciativa da CNI construído com a participação de todas as Federações Estaduais de Indústrias a ela afiliadas e de dezenas de associações de âmbito nacional representativas dos diversos setores industriais, além de expressivas lideranças empresariais, a visão da indústria sobre a sua perenidade, seu papel na sociedade e o desenvolvimento sustentável estimula a cultura da responsabilidade social corporativa e a utilização crescente de ferramentas de gestão socioambiental.

Nesse contexto, os indicadores de sustentabilidade apresentados nesta publicação ampliam e incentivam a compreensão e a implantação de um modelo econômico que viabilize a sua manutenção ao longo do tempo, avançando na conscientização do

equilíbrio necessário entre os seus aspectos econômico, social e ambiental, sem esquecer da importância de que se atente para a necessidade de redução das desigualdades regionais e sociais.

Não por acaso o Sesi, hoje, é considerado um eficiente formulador e gestor de políticas sociais para o setor produtivo, merecendo reconhecimento da sociedade como uma das mais conceituadas organizações da área social do País. Presente nos 26 Estados e no Distrito Federal, somando 2.055 municípios atendidos, o Sesi não é apenas pioneiro nessa área, mas um agente de transformação.

Antonio Carlos Brito Maciel
Diretor-Superintendente do Sesi

SHELL



O desafio com que o mundo se defronta é monumental: precisamos alimentar o desenvolvimento e reduzir a pobreza, de forma social e ambientalmente responsável. Ajudar a enfrentar esse desafio e, ao mesmo tempo, continuar a ser uma companhia competitiva constitui o cerne da contribuição da Shell para o desenvolvimento sustentável. Procuramos fazer isso de forma criativa, inovadora e, sobretudo, com respeito às pessoas.

Nesse sentido, consideramos o diálogo fundamental para a

construção de um futuro sólido e inclusivo. Ao apresentar de forma estruturada as diversas ferramentas e instrumentos de sustentabilidade disponíveis no mundo, o livro *Gestão do Conhecimento - Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações* muito contribuirá para o fortalecimento desse diálogo e a consequente troca de experiências. Os desafios são grandes e só serão vencidos com a participação de todos, sociedade civil, governos e empresas.

APOIO INSTITUCIONAL



FDC - Fundação Dom Cabral
Núcleo Andrade Gutierrez de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa



GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas



FIDES - Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social



WHH - Willis Harman House / AntaKaraA

Prefácio de Hazel Henderson

Celebro este *Compêndio de Sustentabilidade* como um guia indispensável para as novas e importantes ferramentas de gestão do século XXI. Anne Louette demonstra conhecimento e visão aprofundados na avaliação de todas essas ferramentas de avaliação de desempenho socioambiental, de empresas, governos e organizações da sociedade civil em todo o mundo.

Essa pesquisa cobre um amplo espectro, identificando os novos modelos, métricas, indicadores e metodologias empregados nessa mudança de paradigma visando à gestão das sociedades humanas para uma sustentabilidade de longo prazo. Para os campos da contabilidade e estatística, os relatórios de sustentabilidade representam a maior revolução desde a invenção da escrituração contábil em partida dobrada.

A resposta inicial de estatísticos, contadores, escolas de administração e gestão corporativa havia sido desconsiderar todos os novos dados e eventos resultantes de mudanças nos ecossistemas da Terra, desde poluição, perda de biodiversidade e desertificação até inundações, incêndios e variações climáticas extremas, que foram os primeiros sinais da mudança climática. Hoje, entendemos que o planeta é o nosso ambiente de aprendizado programado, ensinando diretamente os homens, apresentando um espelho para nosso comportamento, sistemas de crenças e valores. A Terra está nos mostrando quais de nossos modos de ser e fazer são agora insustentáveis, desde os resíduos e o consumismo trivial até os contínuos aumentos trimestrais nos lucros das empresas e as fantasias de crescimento ilimitado do PIB.

Um dos mais graves erros que os relatórios de sustentabilidade corrigem é a confusão disseminada em todo o mundo pela economia convencional, que equipara dinheiro com riqueza. Como podemos ver pelo aumento nos preços das *commodities*, a verdadeira riqueza reside nos recursos naturais e nos serviços que os ecossistemas saudáveis fornecem aos homens. Estamos aprendendo essas lições de múltiplas formas, a partir dos preços do petróleo e da compreensível nacionalização dos recursos, pois, agora, mais de 77% das reservas mundiais privadas de petróleo estão sob o controle de governos, em vez de empresas privadas e dos mercados. A geopolítica da nova escassez de recursos invalidou as suposições da economia acadêmica de que ar, água e biodiversidade eram “bens gratuitos”.

As guerras e as abordagens militaristas para a resolução de conflitos estão claramente obsoletas. Hoje, vemos especialistas militares e generais na TV nos alertando de que não há solução militar possível no Iraque, na Geórgia ou na atual ordem mundial, em que os EUA não são mais a superpotência mundial. Negociações multilaterais e formas sustentáveis de desenvolvimento continuarão a ser a principal geopolítica do século XXI. Hoje em dia, as armas de escolha são as moedas, os recursos naturais e a corrida rumo à educação universal, inovações científicas e tecnológicas para além da industrialização movida a combustíveis fósseis dos últimos 300 anos – rumo à Era Solar, de economias mais limpas, mais verdes, que trabalham em conjunto com a natureza, e não contra ela.

As sociedades humanas estão gradualmente se adaptando a todas essas mudanças na Terra, cada uma com a forma determinada por sua cultura. Esses processos de adaptação no seio de governos e empresas têm sido incentivados pela ascensão da sociedade civil: “globalistas de base” se reuniram, em 1999, em Porto Alegre, no primeiro encontro do agora global Fórum Social Mundial. A ascensão da sociedade da informação global, graças à Internet, está agora se transformando em uma nova Era da Verdade, em que os cidadãos podem expor os delitos das empresas e dos governos e prejudicar a marca, a reputação e a cotação das ações de uma empresa em tempo real.

Daí a crucial importância de todos os novos modelos, métricas, indicadores e outras ferramentas de gestão socioambiental compilados neste volume, que permitem comparabilidade, comunicação entre os usuários e rapidez nos avanços metodológicos.

Este livro também satisfaz as necessidades dos gestores do dia a dia, assim como dos acadêmicos, que precisam rapidamente atualizar as grades curriculares nas faculdades de administração em todo o mundo. Nesse ponto, o Brasil tem sido pioneiro, por meio do trabalho inovador do Instituto Ethos, do UniEthos e das instituições voltadas à gestão, como a Fundação Dom Cabral, a Fundação Getúlio Vargas e a Amana-Key Desenvolvimento e Educação, a Willis Harman House e a World Business Academy. Novos meios de comunicação podem acelerar o aprendizado social, tais como minha instituição Ethical Markets Media, LLC, nos EUA e na Europa, e nosso parceiro, Mercado Ético, no Brasil.

Se, por um lado, as empresas têm avançado bastante nos relatórios de sustentabilidade, a parte financeira ainda está correndo atrás: os Princípios para o Investimento Responsável da ONU (hoje representando US\$ 15 trilhões em ativos geridos) e o Carbon Disclosure Project (US\$ 54 trilhões) estão liderando a tendência, junto dos Princípios do Equador e do ISE da Bovespa. Os modelos de precificação de ativos ainda precisam incorporar melhor os critérios socioambientais e de governança, e o *triple bottom line* da Global Reporting Initiative precisa ser expandido para todas as corporações globais e todos os mercados de títulos.

A implosão dos modelos de análise de risco de Wall Street e o uso negligente de alavancagem, derivativos, especulação e venda a descoberto nos ensinam uma dura lição sobre o papel vital da ética e da confiança em todos os mercados. Os limites de ganância, egoísmo, inveja, avareza, acumulação, entesouramento e excessiva concorrência, todos considerados pecados mortais na maioria das religiões, estão claros agora. E finalmente, após décadas de esforços, as fantasias infantis de um PIB eternamente em crescimento estão caindo na realidade.

Estive presente na assinatura da Agenda 21, no Rio de Janeiro, em 1992, quando mais de 170 países concordaram em aprimorar sua contabilidade do PIB. Apresentei, no Parlamento Europeu, a conferência Taking Nature into Account (“Levando a Natureza em Consideração”) em 1995. Criei os Indicadores de Qualidade de Vida Calvert-Henderson, com o Grupo Calvert, em 2000 (atualizado regularmente em www.calvert-henderson.com). Tive a honra de apresentar esses indicadores no Parlamento Latino-Americano, no Eurostat e em muitos outros locais: na China, no Japão, na Austrália e, em 2003, em Curitiba, na conferência Icons, em que 700 líderes empresariais e estatísticos endossaram as muitas novas métricas de “qualidade de vida” necessárias nas contas nacionais [Statisticians of the World Unite! (Estatísticos do Mundo, Uni-vos!) em www.hazelhenderson.com].

Em 2007, organizei o debate Beyond GDP (Além do PIB), no Parlamento Europeu, em que outros 700 membros do parlamento e estatísticos endossaram todas essas mesmas correções ao PIB. A Globescan de Londres e a Ethical Markets Media, LLC realizaram uma pesquisa em 10 países, para a Comissão Europeia, sobre o tema Além do PIB. A grande maioria em todos os 10 países, inclusive no Brasil (69%), apoiou a correção do PIB para ajudar a conduzir os países no rumo da sustentabilidade (www.beyond-gdp.eu). Até mesmo os EUA estão despertando, e o Senado teve sessões, em março de 2008, com o tema Repensando o PIB.

Com este importante *Compêndio de Sustentabilidade*, todas essas questões, sejam elas locais, corporativas ou globais, são abordadas conjuntamente, em um guia que nos conduz a um futuro melhor.

Hazel Henderson

St. Augustine, Flórida, setembro de 2008

O futuro reinventa valores

Desde que aconteceu, em Curitiba, a primeira conferência internacional sobre novos indicadores de sustentabilidade e qualidade de vida, em 2003, da qual fui uma das organizadoras, a economia começou a se movimentar para uma direção mais sistêmica e responsável. Olhando a teoria da complexidade, que tenta explicar o efeito sistêmico das mudanças, a Icons (Conferência Internacional de Indicadores de Sustentabilidade e Qualidade de Vida) foi como um bater de asas da borboleta que impactou vários cantos do mundo.

Mais de 700 pesquisadores e especialistas estiveram reunidos em Curitiba, debatendo novas propostas de mensuração de riqueza e alternativas de como quebrar alguns paradigmas tradicionais nas agendas das nações orientadas pela estreiteza dos valores do PIB.

Por acreditar no potencial brasileiro em assimilar o novo e da necessidade de reequilibrar forças econômicas integradas às forças ecológicas e culturais, a futurista Hazel Henderson idealizou a Icons e em parceria com Thais Corral, coordenadora da Rede (Rede de Desenvolvimento Humano), e comigo, na época representando o NEF (Núcleo de Estudos do Futuro) da PUC-SP. Fomos incentivadas e apoiadas pela participação expressiva de organizações de desenvolvimento social e econômico (Ethos, Akatu, ABDL, Fiep, IBGE, Ipea) e um grupo de relevantes pesquisadores de várias partes do mundo (Mathis Wackernagel, Paul Epstein, David Berry, Sander Tideman, Paul Novacek, Eduardo Moreno, entre outros).

Na ocasião, o sistema financeiro internacional já estava indicando a necessidade de uma reforma radical e desafiava os mais atentos observadores em sua capacidade de explicar os porquês de tanta injustiça social e desequilíbrio ecológico.

Hazel já apontava a falta de uma visão de futuro da maioria dos políticos no encaminhamento de políticas públicas como fator para a estagnação socioeconômica e a degradação ambiental. Disse ela, na palestra de abertura: “Grande parte dos políticos ainda se guia por livros antigos de economia. Visam diminuir os índices de desemprego, de inflação, o déficit e os juros, mas se esquecem de que há um emaranhado de interações globais que agem sobre cada um desses índices. Diminui um, aumentam os demais”.

Sander Tideman, então consultor do governo do Butão para a implementação do FIB (Felicidade Interna Bruta), disse que as necessidades humanas deveriam ser supridas sempre levando em consideração a felicidade. Ele incluiu a palavra *compaixão* no mundo dos negócios, na busca do bem-estar de todos.

A sustentabilidade também passou pelo gerenciamento de informações e teve como destaque a visão do economista Ladislau Dowbor: *“Temos as tecnologias e a informação de base, mas não se formaram ferramentas de conhecimento organizado para a ação cidadã. Entre compêndios de estatísticas e o dilúvio de informações fragmentadas na mídia, continuamos essencialmente confusos”*, informou Dowbor

Entre várias outras riquíssimas reflexões sobre os novos rumos que deveriam pautar as tomadas de decisões, desde a Icons 2003 que marcou época em Curitiba, no Brasil e no mundo, muitas outras borboletas passaram a bater asas pelos setores oficiais da economia mundial. Conferências como a do Butão (FIB) e da Bélgica (Beyond GDP) deram continuidade ao processo de questionamento do PIB, colocando-o na berlinda e inserindo novos indicadores no palco da economia mundial. Novos indicadores, como Calvert-Henderson, FIB e Pegadas Ecológicas, passaram a ganhar importância nas agendas de vários países e a influenciar o desenvolvimento de políticas públicas, além de reunir pensamentos e práticas notáveis.

Na reinvenção do capitalismo ou na criação de novos sistemas econômicos, impelidos por essa crise profunda de 2008 (cinco anos depois da Icons) as oportunidades que se apresentam são imensas e inúmeras: desenvolvimento local, moedas alternativas, inclusão do intangível nos orçamentos públicos, contabilização dos ativos ecológicos, a força da economia criativa, a vantagem cooperativa, o capital humano, a quebra de patentes e fronteiras do conhecimento, o acesso às novas tecnologias de informação, a reavaliação do que é riqueza e a exaustão do hiperconsumismo. Os ingredientes se somam nesse palco de mudanças e, diante desse novo futuro que se apresenta, a grande pergunta que não quer calar: o que devemos medir para tomar decisões corretas?

Passados cinco anos desde o marco da Icons em Curitiba, muitas mudanças entraram em curso. É chegado o momento de reunirmos tudo o que foi criado, mudarmos nossas métricas, nos mobilizarmos, juntarmos nossas energias mentais e espirituais, resgatarmos nossas visões de futuro e ocuparmos espaços públicos e privados num processo coletivo de imaginação que nos leve à sociedade que queremos.

O trabalho de Anne Louette por meio deste compêndio vem servir como bússola para a criação dessa nova sociedade. Diferentemente do que muitos pensam, o futuro não é para ser previsto: é para ser imaginado e criado coletivamente, para que possamos mudar o presente, aqui e agora. Muitas das ferramentas disponíveis para a criação do futuro por meio da reinvenção de valores estão neste compêndio.

Rosa Alegria

Economia criativa e a reinvenção da economia

Evoluímos em saltos e estamos no meio de um deles. Um salto enorme, pois marca a transição de séculos (milênios?) em que a centralidade da vida esteve organizada em torno do material, tangível, para uma época em que o intangível desempenha papel cada vez mais central. Este é, também, um momento de crise de recursos, pois terra, ouro, petróleo são finitos, esgotam-se, o que reforça o potencial que os recursos intangíveis oferecem. Conhecimento, cultura e criatividade não apenas não se esgotam, como são os únicos recursos que se renovam e se multiplicam com o uso. Divido com você uma maçã, temos metade cada. Divido com você meu conhecimento e temos o triplo: o seu, o meu e o que resultou da interação.

Enquanto o tangível/material é finito e limitado, o intangível é elástico, ilimitado, e pode ser o caminho para novos modelos inclusivos, baseados em cooperação. Quando somado às tecnologias digitais (e *bits* também são infinitos), temos uma pluralidade de opções colaborativas e surge um novo termo: “economia da abundância”, que pode originar modelos mais solidários de viver.

E mais: atividades baseadas em recursos intangíveis são multidimensionais, podendo atuar nas quatro dimensões da sustentabilidade: econômica, social, ambiental e simbólica/cultural. Têm um forte impacto econômico, é certo, mas podem ir além, atuando como fator de interação social, ambientalmente correto e que fortalece os valores, os diferenciais e a credibilidade de comunidades e empresas.

Tudo isso, em teoria, é maravilhoso, representa um potencial que mais parece uma galinha de ovos de ouro. O problema é que, permanecendo presas a modelos do passado, nossas políticas e estruturas resultam em canja de galinha de ovos de ouro.

Ao adotar como parâmetro exclusivamente o econômico, mantemo-nos presos a modelos do passado, e o desafio, agora, é fazer com que as lideranças dos setores público, privado, terceiro setor e empreendedores criativos tenham consciência da mudança de época em que estamos, dos enormes potenciais que ela oferece e da mudança de mentalidade e políticas para aproveitá-los. Um tema central é a necessidade de mudar os indicadores de riqueza e as formas de mensuração e avaliação. Tentar avaliar quantitativamente os recursos intangíveis ou as quatro dimensões que são os pilares da sustentabilidade é como tentar medir litros com régua. Impossível. Não se pode medir de forma linear o que é multidimensional.

A própria economia terá de ser revista, já que uma de suas definições era “gestão dos recursos escassos”. Criatividade e cultura são recursos abundantes, especialmente nos países do hemisfério sul, e representam um enorme patrimônio, que pode provocar uma revisão no conceito de riqueza e pobreza. Recurso é muito mais do que dinheiro e deve, além do econômico, incluir as dimensões cultural, social e ambiental.

A prática mostra que a equação do desenvolvimento sustentável não é apenas econômica. Cada dimensão tem seus próprios capitais: capital humano, capital cultural, capital social, capital ambiental. Isso leva a um intercâmbio de moedas ainda pouco reconhecido e estudado: o investimento feito em moeda-dinheiro, por exemplo, pode ter um retorno em moeda-social; o investimento realizado em moeda-ambiente pode gerar um retorno em moeda-simbólica; e assim por diante. Exemplos como o da música no Pará ou o do audiovisual na Nigéria mostram essa conversão de “moedas”: a chave do sucesso desses modelos está na distribuição, pois quem vende os produtos são os camelôs. Nesse processo, deixa-se de receber a moeda-dinheiro dos direitos autorais, mas se recebe em moeda-visibilidade, que torna os autores conhecidos e desejados, ampliando o mercado, que, por sua vez, gera moeda-inovação constante, e tudo isso cria um processo amplo e dinâmico que, ao final, gera moeda-dinheiro.

Mensurar o intangível é também passar de uma visão exclusivamente quantitativa para uma visão que inclui o qualitativo. O foco em resultados deve ser ampliado para incluir avaliação de impactos: verificar o que mudou, que benefícios foram gerados nas outras dimensões, além da econômica. Avaliar resultados de programas de música na favela, como os do Afroreggae, pelo número de músicos que se profissionalizou é como medir litros com régua. Quanto vale a autoestima de uma comunidade? Quanto valem vidas poupadas? Quanto vale acreditar que há futuro?

Avaliar e medir atividades criativas e culturais requer parâmetros que ainda não foram desenvolvidos. Por exemplo: a economia da dança é pequena, talvez a parca soma de bailarinos, coreógrafos e espetáculos. Mas a economia do “dançar” é grande, pois inclui as festas populares (como o carnaval); a vida noturna; todo o “*fitness*” com seus respectivos equipamentos, espaços, conteúdos, adereços etc.

Da mesma forma que no âmbito micro, do desenvolvimento local, os projetos e suas formas de avaliação e mensuração deveriam ser multidimensionais e ter “capitais” e “moedas” que correspondessem a essas dimensões, o mesmo acontece no âmbito macro, dos indicadores de riqueza e desenvolvimento que avaliam estados e nações.

Indicadores que de fato mereçam esse nome devem incluir as riquezas e a diversidade natural e cultural; os pilares das relações profissionais e pessoais: ética, autoestima, solidariedade e confiança; e fatores que garantam qualidade de vida num sentido mais amplo, como o proposto pela Felicidade Interna Bruta do Butão.

Estamos saindo de um momento que trouxe muita inovação, em que os vários setores e linguagens tiveram de “economicizar”, para um momento em que a economia necessitará se ampliar e fazer jus ao Eco que carrega no nome, que vem de Oikos (casa, lar), como na Ecologia. Uma nova Economia para a gestão dos recursos abundantes que os recursos intangíveis e a tecnologia oferecem, em um mundo baseado na percepção de nossa interdependência e, portanto, ciente de que a chave está na cooperação. Uma nova economia Inclusiva, cuja dinâmica venha da relação harmônica entre macroeconomia de escala e a microeconomia de nicho. Uma nova economia que necessitará de novas medidas, moedas e indicadores.

Lala Deheinzelin

Indicadores: afinal, o que estamos medindo?¹

“A presente publicação, *Compêndio para a Sustentabilidade – Indicadores de Sustentabilidade de Nações*, ao apresentar um leque das diversas opções de indicadores utilizadas, ou que estão sendo reformuladas, constitui um instrumento de trabalho importante. Da mesma forma, o volume anterior, *Compêndio para a Sustentabilidade – Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental*, também coordenado por Anne Louette, apresentava um leque de metodologias para avaliar a responsabilidade social e ambiental das empresas. Esses diversos aportes devem enriquecer gradualmente a nossa capacidade de organização dos conhecimentos para assegurar um desenvolvimento mais sustentável.”

Ladislau Dowbor

Se quisermos orientar a economia, canalizando racionalmente os nossos esforços produtivos para resultados que nos interessem, devemos construir os instrumentos de avaliação desses resultados. Celso Furtado utiliza o conceito de “rentabilidade social”, conceito que diz o essencial, mas que pode nos levar a confundir a visão da produtividade macroeconômica com a produtividade dos setores que normalmente identificamos com o “social”, como educação, saúde etc. Talvez seja mais explícito o conceito de *produtividade sistêmica*².

A lógica básica é simples: quando um grande produtor de soja expulsa agricultores para as periferias urbanas da região, podemos, eventualmente, dizer que aumentou a produção de grãos por hectare, a produtividade da empresa rural. O empresário dirá que enriqueceu o município. No entanto, se calcularmos os custos gerados para a sociedade com as favelas criadas e com a poluição das águas, por exemplo, ou o próprio desconforto de famílias expulsas das suas terras, além do desemprego, a conta é diferente. Ao calcular o aumento de produção de soja, mas descontando os custos indiretos gerados para a sociedade, o balanço sistêmico será mais completo, e tecnicamente correto. Ou seja, temos de evoluir para uma contabilidade que explicito o resultado em termos de qualidade de vida, de progresso social real.

De forma semelhante, quando um país vende os seus recursos naturais, isso aparece nas nossas contas como aumento do PIB, quando, na realidade, o país está vendendo recursos naturais herdados, que não teve de produzir e que não vai poder repor, e, portanto, está se descapitalizando, aumentando a riqueza imediata às custas das dificuldades futuras.

O que herdamos, em termos de metodologia, é o sistema de contas nacionais elaborado ainda nos anos 1950, no quadro das Nações Unidas, com ajustes em 1993, e que nos fornece o famoso PIB, soma dos valores e custos de produção de bens e serviços, restrita, portanto, à área de atividades mercantis. Não vamos aqui fazer mais uma descrição dos limites dessa metodologia, hoje bastante óbvios³. O essencial é que, a partir de 1990, com as visões de Amartya Sen⁴ e a metodologia dos *Indicadores de Desenvolvimento Humano* (IDH), houve uma inversão radical: o ser humano deixa de ser visto como um instrumento para servir às empresas – na época, o Banco Mundial dizia que a educação era boa porque aumentaria a produtividade empresarial – e passa a ser visto como o objetivo maior. Em outros termos, o social deixa de ser um meio para assegurar objetivos econômicos; pelo contrário, o econômico passa a ser visto como um meio para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Uma vida com saúde, educação, cultura, lazer, segurança é o que queremos da vida. E a economia tem de se colocar a serviço desses objetivos sociais, da prosaica qualidade de vida.

A qualidade de vida é evidentemente mais difícil de medir do que o valor das vendas de uma empresa ou o custo de funcionamento de uma escola pública, sem falar da economia do voluntariado e do trabalho feminino domiciliar. Mas a realidade é que, enquanto não adotarmos formas aceitas e generalizadas de medir o valor final, os *resultados* das nossas atividades, não teremos como avaliar nem políticas públicas nem privadas. Hoje, aproveitando e indo além das metodologias do IDH, já se avançou muito. O livro de Jean Gadrey e de Florence Jany-Catrice *Les Nouveaux Indicateurs de Richesse (Os Novos Indicadores de Riqueza)* apresenta uma sistematização extremamente bem organizada do novo quadro conceitual das contas nacionais que está se desenhando⁵. Assim, passa-se a diferenciar a contabilização da produção (*outputs*), dos resultados efetivos em termos de valores sociais (*outcomes*); os indicadores econômicos, sociais e ambientais; os indicadores objetivos (taxa de mortalidade infantil, por exemplo) e os subjetivos (satisfação obtida); os resultados monetários e não monetários. Com isso foram sendo construídas várias metodologias, hoje bastante bem embasadas, como o *Índice de Bem-Estar Econômico* de Osberg e Sharpe, o *Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável* (IBED), o *Indicador de Progresso Real* (IPV), o *Indicador de Poupança Real* (*genuine savings*) do Banco Mundial e outros.

(1) Ver *Democracia Econômica*, de Ladislau Dowbor, Editora Vozes, 2008.

(2) *Todos andam tateando em busca de um conceito que dê expressão mais ampla aos resultados socioeconômicos esperados, já que a simples produtividade econômica é estreita demais para refletir os objetivos sociais. Jörg Meyer-Stamer utiliza competitividade sistêmica no seu trabalho sobre estratégias de desenvolvimento local e regional; The Economist utiliza o conceito de social return ao calcular o impacto de investimentos sociais que façam “a maior contribuição possível aos problemas da sociedade”. H. Schmitz utiliza o conceito de collective efficiency (in Vázquez-Barquero).*

(3) Ver *A Reprodução Social*, de Ladislau Dowbor, Editora Vozes, Petrópolis, 2003.

(4) Ver, *Desenvolvimento como Liberdade* de Amartya Sen, *Companhia das Letras*, São Paulo, 1999.

(5) Ver *Les Nouveaux Indicateurs de Richesse*, de Jean Gadrey e Florence Jany-Catrice, Ed. *La Découverte*, Paris, 2005 (a edição brasileira é do Senac, 2006). Ver, também, *Reconsiderar a Riqueza*, de Patrick Viveret, Ed. UNB, Brasília, 2006.

Particularmente interessante é a metodologia adotada pelo *Calvert-Henderson Quality of Life Indicators: A New Tool for Assessing National Trends*⁶, um autêntico balanço das contas nacionais aplicado aos Estados Unidos. Em vez de ficar na soma do produto monetário, distribui as contas em 12 áreas, incluindo renda, mas também direitos humanos, segurança pública, qualidade do meio ambiente e assim por diante. O resultado é que, pela primeira vez, os americanos têm um instrumento de avaliação de como e em que áreas o país está melhorando (ou piorando). O interessante é que não foi preciso construir novos indicadores ou realizar novas pesquisas: partiram dos dados existentes, selecionaram os mais confiáveis e simplesmente os cruzaram de maneira inteligente, segundo os grandes eixos de resultados práticos esperados pela população.

O próprio Banco Mundial está finalmente repensando as suas metodologias. No *World Development Indicators 2003*⁷, no quadro 3.15, que avalia as poupanças, o Banco passou a contabilizar a extração de madeira, por exemplo, não como cifra positiva (aumento do PIB), mas como descapitalização do país. Na mesma lógica, países que exportam o petróleo passam a ser vistos como gastadores do seu capital natural, apresentando taxas de poupança negativas. Na própria produção de automóveis, passou-se a deduzir, no cálculo, os gastos adicionais com saúde causados pela poluição. Como as metodologias do Banco Mundial têm um poder forte de indução, essa abertura é bem-vinda e influenciará contas nacionais em numerosos países.

Vale a pena mencionar, ainda, o trabalho *Survey of Existing Approaches to Measuring Socio-Economic Progress*, elaborado por uma comissão que envolve o Insee de Paris, a OCDE e outras instituições. O documento constitui uma revisão do progresso na elaboração de metodologias que se constata em 2008⁸. A participação tanto do Banco Mundial como da OCDE, além dos recentes aportes de personalidades como Stiglitz e outros economistas, mostra a que ponto o debate está maduro para mudanças.

Mas há, igualmente, soluções criativas bastante práticas. Na região de Cascavel (Paraná), por exemplo, 22 municípios passaram a elaborar indicadores municipais de qualidade de vida⁹. São 26 indicadores, relativamente simples, que, conjugados, permitem avaliar se a situação *da população* está ou não melhorando, ano por ano. Assim, as pessoas podem orientar o seu voto segundo resultados reais para as suas vidas, e não segundo quem distribuiu mais camisetas. A inovação não exigiu grandes cálculos econométricos, pois os dados existem, mas significou uma mudança política extremamente importante: a informação é organizada *para* a população, e os dados levantados são os que mais interessam à qualidade de vida da população. Ou seja, a contabilidade econômica passa a ser um instrumento de cidadania, e as iniciativas dos diversos atores públicos e privados serão avaliadas em termos de resultados finais para a sociedade, pelo menos no território mais próximo, onde as pessoas podem mais facilmente participar dos processos de decisão.

De toda forma, o que estamos apontando é que a mudança do enfoque das contas econômicas é essencial. Um banco que desvia as nossas poupanças para aplicações financeiras especulativas, e apresenta lucros elevados, aumenta o PIB, mas reduz a nossa produtividade sistêmica ao descapitalizar as comunidades, ao reduzir o uso produtivo das nossas poupanças. O sistema alemão de intermediação financeira, baseado em pequenas caixas econômicas municipais, não apresenta grandes lucros, mas canaliza as poupanças para investimentos socialmente úteis, gerando melhores condições de vida para todos¹⁰. O “lucro”, nessa visão, tem de ser social, e a produtividade tem de ser sistêmica. O fato de a ciência econômica evoluir para essa contabilidade integral, e não apenas microeconômica, constitui um progresso importante.

De forma geral, um avanço importante para as ciências econômicas é a mudança radical de como organizamos a informação sobre os resultados obtidos. Enquanto a medida se resumia à soma do valor de produção das empresas e dos custos dos serviços públicos, naturalmente passávamos a achar que o progresso só se dá através do lucro empresarial e que inclusive os serviços públicos representam um ônus. Quando passamos a avaliar de maneira sistêmica os resultados para a sociedade no seu conjunto, podemos ter uma visão inteligente do progresso real obtido. A construção de sistemas mais realistas de avaliação do nosso progresso econômico e social vem corrigir uma deficiência estrutural da ciência econômica.

Grande parte do nosso sentimento de impotência diante das dinâmicas econômicas vem do fato de que simplesmente não temos instrumentos para saber qual a contribuição das diversas atividades para o nosso bem-estar. O clamor quase histérico da mídia por alguns pontos percentuais suplementares de crescimento do PIB age sobre a angústia generalizada do desemprego e tira o nosso foco do objetivo principal, que é a qualidade de vida da sociedade, deixando as pessoas confusas e mal informadas. Pessoas desinformadas, naturalmente, não participam. Não há democracia econômica sem informação adequada sobre as dinâmicas e os resultados que realmente importam. A construção de novos indicadores de riqueza é um eixo particularmente importante nesse sentido.

REFERÊNCIA

<http://dowbor.org>

(6) Ver Hazel Henderson, Jon Lickerman e Patrice Flynn (Editors) – Calvert Henderson Quality of Life Indicators: A New Tool for Assessing National Trends (Indicadores Calvert-Henderson de qualidade de vida: uma nova ferramenta para avaliar tendências nacionais). www.calvertgroup.com

(7) Ver World Bank – World Development Indicators 2003, Washington, 2003, páginas 174 e ss.

(8) Ver http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/Survey_of_Existing_Approaches_to_Measuring_Socio-Economic_Progress.pdf

(9) Ver Conceito e Metodologia de Aplicação – Versão 1, outubro de 2001 (documento avulso).

(10) Ver The Economist, June 26th 2004, p. 77. (The Economist naturalmente lamenta que os legisladores regionais da Alemanha “se recusem a autorizar a venda dos bancos de poupança, que são de propriedade das comunidades locais, para compradores do setor privado”).

Novos indicadores para avaliar as verdadeiras riquezas

“O indicador social apenas indica; não substitui o conceito que o originou.”
(Januzzi, 2002)

“É preciso refletir para medir, e não medir para refletir.”
(Bachelard)

O Relatório Meadows et al. (1972), sob o título *Limites ao Crescimento (The Limits to Growth)*, contestou a ideia de que a abundância econômica e o crescimento industrial não tinham fronteiras: “*Se as tendências atuais de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e o esgotamento de recursos não forem alterados, os limites para o crescimento no planeta serão atingidos em algum momento nos próximos cem anos. O resultado mais provável será um repentino e incontrolável declínio na população e na capacidade industrial.*” No entanto, ao lado desse cenário desolador, o Relatório Meadows já continha a fórmula-chave do desenvolvimento sustentável: “*É possível alterar essas tendências de crescimento e estabelecer uma condição de estabilidade econômica que é sustentável a longo prazo.*”

Pouco tempo depois, uma publicação da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources – IUCN) também utilizava o termo “desenvolvimento sustentável¹” para descrever o modo de desenvolvimento necessário para preservar a riqueza do planeta.

Em seguida, com o **Relatório Brundtland** (1983), também conhecido como *Nosso Futuro Comum*, da **Comissão Mundial da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (United Nations World Commission on Environment and Development)**, a dimensão humana no conceito de desenvolvimento sustentável foi amplamente reforçada. Além dos problemas ambientais, o **Relatório Brundtland** fez prova da consciência internacional de uma “*deterioração da condição humana*”, especialmente em termos da extrema pobreza e desigualdade.

O tripé “ambiental, social e econômico” foi aceito e formalizado pela *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizada em 1992, no Rio de Janeiro. Nessa Conferência, 1.600 cientistas, entre os quais havia 102 ganhadores do Prêmio Nobel de 70 países, lançaram o documento *Apelo dos Cientistas do Mundo à Humanidade*, que dava um alerta: “*Os seres humanos e o mundo natural seguem uma trajetória de colisão. As atividades humanas desprezam violentamente e, às vezes, de forma irreversível o meio ambiente e os recursos vitais. Urgem mudanças fundamentais se quisermos evitar a colisão a que o atual rumo nos conduz.*” Levantou-se, na ocasião, a necessidade de desenvolver indicadores capazes de avaliar a sustentabilidade, já que os instrumentos disponíveis, entre eles o PIB, não forneciam dados suficientes para análise.

O documento final da Conferência, a Agenda 21, em seu capítulo 40, destacava: “*Os indicadores comumente utilizados, como o Produto Nacional Bruto (PNB) ou as medições das correntes individuais de contaminação ou de recursos, não dão indicações precisas de sustentabilidade. Os métodos de avaliação da interação entre diversos parâmetros setoriais do meio ambiente e o desenvolvimento são imperfeitos ou se aplicam deficientemente. É preciso elaborar indicadores do desenvolvimento sustentável que sirvam de base sólida para adotar decisões em todos os níveis e que contribuam para uma sustentabilidade autorregulada dos sistemas integrados do meio ambiente e do desenvolvimento*” (United Nations, 1992). Desde a assinatura da Agenda 21, 178 países concordaram em corrigir distorções geradas por uma avaliação exclusivamente econômica do PIB.

(1) Desenvolvimento sustentável: a ideia deriva, inicialmente, do Relatório elaborado pelo MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts) para o chamado Clube de Roma, fundado por Aurelio Peccei, intitulado *Os Limites do Crescimento*, e, posteriormente, do conceito de ecodesenvolvimento, proposto em 1970, por Maurice Strong e Ignacy Sachs, durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo, 1972), a qual deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Pnuma.

Em 1987, a CMMAD, presidida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, adotou o conceito de desenvolvimento sustentável em seu relatório *Our Common Future (Nosso Futuro Comum)*, também conhecido como *Relatório Brundtland*.

O conceito foi definitivamente incorporado como um princípio durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra de 1992 – Eco-92, no Rio de Janeiro. (www.wikipedia.org.br)

O PIB (Produto Interno Bruto) é o indicador mais utilizado da atividade econômica. Ele está no cerne de todo o Sistema de Contas Nacionais, e sua metodologia é rigorosamente definida e normatizada, permitindo a comparação internacional e a agregação. O PIB combina num único indicador o valor total de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um território econômico do país durante determinado período. Na maioria dos casos, é calculado numa base trimestral e anual. A mudança no PIB ao longo do tempo é o principal indicador de crescimento da atividade macroeconômica (www.beyond-gdp.eu).

Desde então, já houve, neste início de século, inúmeros acontecimentos globais em que expressivos contingentes de nações assumiram sérios compromissos nessa direção.

Sem deixar de mencionar o pioneirismo de contribuições como a **Measure of Economics Welfare (MEW)**, de William Nordhaus e James Tobin (1972), as falhas no PIB começaram a surgir, ficando cada vez mais evidentes:

- na Cúpula da Terra da Organização das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro, em 1992;
- na conferência do Parlamento Europeu sobre o tema Considerando a Natureza, em 1995;
- no Beyond Growth: Policies and Institutions for Sustainability, em Santiago, no Chile, em 1998;
- no World Summit on Sustainable Development, em Joanesburgo, em 2002, na chamada Rio+10;
- no encontro das Nações Unidas sobre a Convenção da Biodiversidade, no qual foram assumidos os Millennium Development Goals (Objetivos do Milênio), em Kuala Lumpur.

As recentes conferências internacionais da **Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Clube de Roma, OECD e WWF** ajudaram a divulgar o inventário das iniciativas em vigor, com o objetivo de esclarecer quais índices eram mais adequados para medir o progresso e como poderiam ser integrados ao processo de tomada de decisão e retomados pelo debate público.

A exemplo:

- o Fórum Medindo Bem-Estar e Progresso das Sociedades, em Milão, em junho de 2006;
- o Fórum Medindo e Fomentando o Progresso das Sociedades, em Istambul, em junho de 2007 pela OCDE;
- a Conferência da UE Além do PIB: Medindo Progresso, Verdadeira Riqueza e o Bem-Estar, em Bruxelas, em novembro de 2007;
- o Fórum Estatísticas, Conhecimento e Políticas, em Palermo, em 2008.

As conferências sempre reuniram especialistas de alto nível e políticos influentes para resolver essas questões críticas. Mais de 500 pessoas, das esferas econômica, social e ambiental, compareceram. Numerosas propostas foram desenvolvidas.

Mas, apesar de todas essas iniciativas, nenhuma medida pessoal e nenhum conjunto de indicadores goza de amplo reconhecimento dentro do contexto do debate político e para o público em geral. Talvez devido à existência de divergências no que diz respeito aos fundamentos conceituais, ou pela falta da simplicidade analítica que havia assegurado o sucesso do PIB.

Todavia, os resultados desses eventos sinalizam o amadurecimento de um processo de alerta sobre os perigos do PIB, feito, inclusive, por um dos seus principais criadores: Simon Kuznets (1901-1981), ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1971. *“O bem-estar de um país dificilmente pode ser inferido de uma medição da renda nacional”*, afirmou Kuznets, no Congresso dos Estados Unidos, em 1932.

REFERÊNCIAS

Informações levantadas no *site* da France Libertés Fondation Danielle Mitterrand (www.france-libertes.fr) e www.stiglitz-sen-fitoussi.fr, além do *site* Beyond GDP www.beyond-gdp.eu

Críticas ao PIB

Como medir a riqueza, e qual riqueza?

O Produto Interno Bruto (PIB) está no primeiro plano da mídia e, hoje, serve de referência quase universal para a maioria das análises. Milhares de líderes de opinião e pessoas que ocupam a função de tomar decisões, no campo econômico, político ou científico, são, permanentemente, guiadas em suas decisões pelo PIB, que serve de bússola para seus atos. Consequentemente, continuamos tendo um interesse excessivo pelo crescimento do PIB – ainda popular entre alguns economistas e políticos.

O PIB representa a soma de todas as riquezas finais produzidas em determinada região ou parcela da sociedade (qual seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano etc.). Ele avalia a contribuição produtiva das atividades econômicas.

A fórmula clássica para expressar o PIB de uma região é a seguinte:

$$Y = C + I + G + X - M$$

Onde

- Y é o PIB
- C é o consumo
- I é o total de investimentos realizados
- G representa gastos governamentais
- X é o volume de exportações
- M é o volume de importações

Apesar de, em termos de crescimento, o PIB estar aumentando, a riqueza gerada pelo país em questão?

Não é bem assim. O PIB é uma adição de bens e serviços vendidos e comprados, sem nenhuma distinção entre os que são ou não benéficos para a sociedade. Despesas com acidentes, poluição, contaminações tóxicas, criminalidade ou guerras são consideradas tão relevantes quanto investimentos em habitação, educação, saúde ou transporte público. Exemplos disso são economias oriundas da destruição, das guerras e acidentes ambientais, que movimentam bilhões de dólares e euros em custos diretos e indiretos e são contabilizadas erroneamente no verde, e não no vermelho, tais como o furacão Katrina e a Guerra do Iraque, para citar exemplos mais recentes que serviram para girar a fortuna do PIB americano.

Enfim, o cálculo do PIB, apesar de ser um “indicador de progresso”, não faz distinções entre o que é produtivo ou destrutivo, ou entre despesas que elevem ou rebaixem a condição humana. Nem sequer são computados o trabalho doméstico e voluntariado, que não são remunerados, por não envolverem transações monetárias. Muito menos inclui depreciações de re-

ursos naturais. As estatísticas mostram, também, que o PIB não é significativamente correlacionado com vários dados, como o desemprego e as desigualdades econômicas, variáveis que são, no entanto, frequentemente citadas como importantes para a sociedade “que vai bem”.

Ou seja, as críticas ao PIB, como padrão aceito internacionalmente, derivam do fato de ser uma medição bruta de qualquer atividade econômica, independentemente de sua natureza, desde que gere fluxos monetários e desconsidere a depreciação do “capital natural” necessário para mantê-lo.

Assim, podemos concluir que o crescimento do PIB não é necessariamente um dado positivo e que o importante é levar em conta a forma pela qual ele é obtido.

O PIB tem recebido muitas críticas, que já vêm de alguns dos mais conhecidos economistas, incluindo os laureados com Nobel de Economia (por exemplo, Simon Smith Kuznets, Daniel Kahneman, Robert Solow, Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Muhammad Yunus), mas é “claro, em sua defesa sempre poderá ser dito que não foi inventado para medir o progresso, o bem-estar ou a qualidade de vida, mas tão somente para medir o crescimento econômico, que é meio sem o qual não se atingem tais fins. Mas a armadilha não é desfeita, pois a ideia de riqueza que deu origem ao PIB foi excessivamente influenciada pela atmosfera da Segunda Guerra Mundial. Concepção que logo ficou anacrônica, por só dar importância à produção de mercadorias e ao capital físico. Daí que a única utilidade que talvez ainda lhe reste seja a de permitir comparação entre as produtividades nacionais do trabalho, desde que bem contadas as horas trabalhadas.” (Zeeli).

A economista Hazel Henderson entende, por exemplo, que o padrão de riqueza das nações deve incluir, além de recursos financeiros, ativos da Natureza e os capitais social e intelectual dos povos. Sob esse aspecto, falha o PIB, porque não monitora a dilapidação do planeta, tampouco as condições de vida de sua população. Seria importante desenvolver, nessa perspectiva, indicadores que considerem o bem-estar dos povos. Só assim poderemos ter a verdadeira dimensão do progresso e introduzir novos critérios de decisão para a sociedade sustentável.

Assim, definir em que consiste a riqueza de um país se tornou uma tarefa que exige o exame de vários aspectos econômicos, sociais e ambientais. Sob essa perspectiva, índices elevados de PIB não são mais garantia de desenvolvimento sustentável.

Vejam algumas das principais críticas atribuídas ao PIB. (Fonte: Jean Gadrey. *Os Novos Indicadores de Riqueza*).

1. Tudo o que se pode vender e que tem um valor monetário agregado aumentará o PIB e o crescimento, o que não significa necessariamente desenvolvimento sustentável e aumento do bem-estar individual e coletivo.

O PIB contabiliza de maneira positiva todas as formas de males e destruição (que, para ser compensadas, requerem a produção de bens e serviços reparadores ou defensivos: aumento de número de acidentes, progressão de doenças nascidas da insegurança alimentar, poluição...) da mesma maneira que computa os recursos em bem-estar comum (educação e participação em atividades culturais e de lazer de uma sociedade em que as pessoas são sadias, por exemplo).

Ou seja, essas duas sociedades teriam o mesmo aumento no PIB, uma vez que o PIB computa todos os recursos em aumento do PIB, independentemente de sua finalidade. Seria preciso suprimir o aumento do PIB da primeira sociedade para melhor apreender a real criação de riqueza (aquela que contribui para o bem-estar). Pode-se aplicar a mesma ideia às despesas com a reparação dos danos ambientais ligados à atividade humana: poluição, esgotamento dos recursos naturais, que conduzam a uma diminuição do bem-estar.

2. Em parte alguma se contabilizam as perdas de bem-estar provocadas pelo crescimento econômico, o que, embora não tenha valor comercial, pode ter um valor enorme para o nosso bem-estar e o das futuras gerações.

A destruição, por exemplo, da Floresta Amazônica é uma atividade que faz avançar o PIB mundial (valor da madeira e do trator para derrubá-la etc.). Em parte alguma se contabilizam a perda do patrimônio natural que resulta disso, nem suas diversas consequências sobre o clima, a biodiversidade, o longo prazo e as necessidades das gerações futuras. Ou seja, o PIB não contabiliza as perdas do patrimônio natural, mas contabiliza positivamente sua destruição organizada.

Além desses exemplos, nos quais não se contabilizam perdas de bem-estar, há outros em que não se contabilizam ganhos, isto é, contribuições essenciais ao bem-estar, dentre os quais destacamos alguns exemplos a seguir.

3. Numerosas atividades e recursos que contribuem para o bem-estar não são contabilizados simplesmente porque não são comerciais ou porque não têm custo monetário direto de produção.

O trabalho voluntário e o trabalho doméstico (aquele executado na esfera privada, majoritariamente por mulheres) são exemplos de contribuições esquecidas, que, por serem gratuitas e não remuneradas, não fazem parte das atividades que contribuem para a riqueza nacional no âmbito do PIB. Mas será que esses trabalhos não produzem riqueza e bem-estar do mesmo modo que o trabalho assalariado? São trabalhos invisíveis por excelência. Todavia, representam volumes enormes e contribuem para o bem-estar do mesmo modo que o trabalho assalariado. Estima-se que o tempo gasto para trabalho doméstico é da mesma grandeza, nos países desenvolvidos, que o tempo total do trabalho remunerado. Se decidíssemos, por exemplo, atribuir-lhe o mesmo valor monetário por hora de trabalho, isso poderia duplicar o PIB, representando montantes consideráveis de riquezas ignoradas.

4. O PIB mede apenas as quantidades produzidas (outputs) e é indiferente aos resultados em termos de satisfação e de bem-estar pelo consumo desses bens (outcomes), que são mais importantes para avaliar o progresso. Essa medida não reflete o bem-estar de uma sociedade.

Se, para obter taxas de crescimento elevadas, coagimos ou estimulamos as pessoas a trabalhar sempre mais e a ter menos lazer e tempo livre, esse fenômeno não será visto senão pelo ângulo do progresso do PIB, pois o PIB não leva em conta que o aumento do tempo livre é uma riqueza digna de ser contabilizada. Esse exemplo não foi tomado por acaso: nos Estados Unidos, a partir de 1980, o tempo de trabalho anual médio por habitante aumentou o equivalente a cinco horas por ano (240 horas), ao contrário do que aconteceu em quase todos os países europeus. Temos aí um bom exemplo de uma contribuição essencial ao bem-estar, o tempo livre, a qual não aparece nas contas da riqueza.

5. A mensuração do PIB é também indiferente à partilha das riquezas contabilizadas, às desigualdades, à pobreza, à segurança econômica etc., que são, todavia, quase unicamente consideradas dimensões do bem-estar de uma sociedade.

Não sabemos, simplesmente olhando a média do PIB, como essa renda é repartida entre as pessoas do lugar. O desenvolvimento econômico de um país é condição necessária, mas não é suficiente para que ocorra o desenvolvimento social e a melhoria nas condições de vida de sua população. Um mesmo crescimento de 2% a 3%, durante alguns anos, pode, conforme o caso, vir acompanhado de um aumento ou de uma redução das desigualdades sociais. É indiferente vivermos numa sociedade em que coexistem uma multidão de pobres e um punhado de gente

rica? Será que um euro ou um dólar de crescimento a mais no bolso de um pobre não gera mais bem-estar que a mesma soma na carteira de um rico?

Por exemplo, o crescimento do PIB do Japão foi cerca de 2,1%, durante os últimos cinco anos, enquanto o PIB dos Estados Unidos aumentou 2,9%. Entretanto, comparando o crescimento médio *per capita* entre os dois países, surge uma história diferente: os Estados Unidos mostram apenas 1,9% de crescimento, contra 2,1% dos cidadãos japoneses. A renda média *per capita* do Japão também é maior porque a população japonesa está diminuindo, enquanto a dos Estados Unidos está aumentando. Por sua vez, a Índia desfruta de um rápido crescimento de seu PIB, mas sua população também aumentou rapidamente, o que faz com que mais pessoas devam compartilhar essa renda. Mas também se deve assinalar que o uso da média *per capita* da renda mascara o modo de distribuição da renda. A média de renda de toda a população pode ocultar, por exemplo, que um país poderia ter uns poucos multimilionários com a maioria de seus cidadãos vivendo na pobreza.

Definitivamente não basta produzir mais.

Hoje, num mundo marcado pelo esgotamento dos recursos naturais e as desigualdades sociais, o trabalho essencial

consiste em valorizar e preservar os valores humanos e ecológicos. Para tanto, é imperativo desenvolver e implementar novos indicadores de riqueza, que levem em conta não somente todos os bens e os produtos de uma nação, mas também todas as riquezas naturais e humanas de cada país.

É preciso olhar o que (crítica 1), para quem (crítica 5), como estamos produzindo (críticas 2, 3 e 4) e qual seu saldo. É preciso rever como estamos computando essa riqueza. Uma riqueza que nos leve ao desenvolvimento sustentável. Um desenvolvimento para o bem-estar comum, como meio, e não como fim.

Temos a obrigação de redefinir os próprios termos da riqueza. Só há possibilidade de desenvolvimento sustentável se uma profunda reinterrogação do pilar econômico vier a transformar a visão e a própria prática da economia. Não basta acrescentar a um pilar econômico, que permaneceria inalterado, um pilar ambiental e, para concluir, um pilar social.

REFERÊNCIA

Informações levantadas na obra de Viveret, Jean Gadrey, Ladislau Dowbor, Jose Eli da Veiga e Hazel Henderson.

O Mito do Crescimento

“Em primeiro lugar, devemos lembrar que os economistas clássicos eram todos filósofos morais. Para eles, a economia era orientada para o bem comum, para a felicidade humana. Essa visão mudou quando surgiu o pensamento neoclássico, no fim do século 19. Nesse momento, aconteceu uma coisa curiosa: a economia deixa de ser filosófica e se torna extremamente matemática, movida por números. Quanto mais matemático, mais científico era considerado o pensamento na época. Do resultado do, então, novo olhar é que se construiu uma economia que pauta a realidade, e não o contrário. Produziu-se uma economia em que só existe o que pode ser transformado em números. Com isso, os economistas neoclássicos ficam sem saber o que fazer com as necessidades humanas, então as descartam. Passam a ignorá-las e a orientar-se pelas preferências, por medir a sociedade pelo que se compra no supermercado. Esse modelo permite muitos cálculos e números, só que está totalmente fora da realidade. E o neoliberalismo, tão enaltecido no fim do século 20, nada mais é do que filho dessa economia neoclássica, totalmente descolada da realidade.”

(Manfred Max Neef)

PERFORMANCE ECONÔMICA OU PROGRESSO SOCIAL?

Sabe-se que a simples desaceleração do crescimento mergulha nossas sociedades no desespero devido ao desemprego e ao abandono dos programas sociais, culturais e ambientais que garantem um mínimo de qualidade de

vida. Imaginem que catástrofe seria uma taxa de crescimento negativo! Da mesma forma que não há nada pior do que uma sociedade trabalhista sem trabalho, não há nada pior do que uma sociedade de crescimento sem crescimento. O crescimento pelo crescimento torna-se, assim, o objetivo primordial, senão o único da vida.

Na maioria das sociedades, no mundo inteiro, ainda existe esse consenso de que o crescimento econômico contém em si a solução para uma ampla gama de problemas sociais: pobreza, poluição, recursos naturais limitados; todos esses males parecem ser resolvidos por meio de uma economia mais produtiva e mais abundante. É até possível identificar a sua origem no início do século XX, na obra do economista AC Pigou (1920), que se contentava com o pressuposto de que o bem-estar econômico acompanhava o bem-estar social. *“There is a presumption that qualitative conclusions about the effect of an economic cause upon economic welfare will hold good also of the effect on total welfare.”*

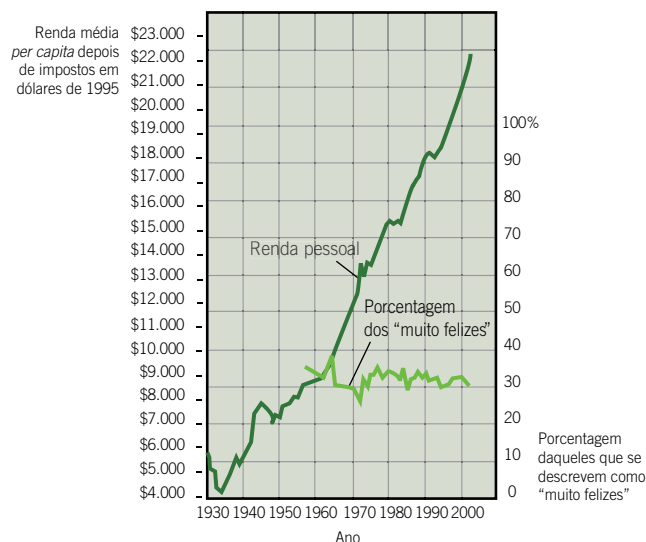
Não é tarefa fácil ousar ir contra uma espécie de pensamento único, comum a quase toda a classe política e econômica, que afirma que nossa felicidade deve, obrigatoriamente, passar por mais crescimento, mais produtividade, mais poder aquisitivo e, portanto, mais consumo!

O IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO SOBRE OUTRAS FORMAS DE RIQUEZA CRESCIMENTO ECONÔMICO E O NOSSO BEM-ESTAR – A HIPÓTESE DO PATAMAR

Segundo a teoria do Umbral, que o economista chileno Manfred Max-Neef criou com seus colegas, há 15 anos, o crescimento econômico está alinhado à qualidade de vida de uma sociedade somente até certo ponto. Depois disso, a tendência é que ele se torne maligno ao bem-estar das pessoas: o sistema econômico passa a ser antropofágico.

Essa teoria foi comprovada em todos os países onde se realizou esse estudo, como Estados Unidos, Inglaterra, Holanda, Suécia, Áustria, Dinamarca, Chile e Tailândia. Todos eles tiveram um grande período de crescimento econômico e desenvolvimento, durante três décadas, até o ano de 1970. Após essa data, o nível de qualidade de vida da população começou a cair. Para obter esse resultado, comparou-se a curva de crescimento do PIB com a de outro índice, o GPI (Genuine Progress Indicator), que mede a qualidade de vida. Por meio de gráficos, percebeu-se que vem sendo cada vez mais frequente o GPI *per capita* diminuir enquanto aumenta o PIB *per capita*, fenômeno que levou Manfred Max-Neef a lançar a **“Hipótese do Patamar”**: “até certo estágio da economia, o aumento das transações mercantis captadas pelo PIB parece refletir as evoluções da riqueza, do bem-estar ou da qualidade de vida. Depois dele, contudo, o comportamento do PIB não serve de maneira alguma como indicador de progresso material.

A partir dos anos 1970, o crescimento econômico continua aumentando, enquanto o GPI apresentou queda.



A elevação do nível de vida de que pensa se beneficiar a maioria dos cidadãos do hemisfério norte é cada vez mais ilusória. É claro que gastam mais, em termos de compra de bens e serviços, mas esquecem de deduzir a elevação superior dos custos. Esta última assume formas diversas, mercantis e não mercantis: degradação da qualidade de vida – não quantificada, mas sofrida (ar, água, meio ambiente) –, despesas de “compensação” e de reparação (medicamentos, transportes, lazer) que se tornaram necessárias na vida moderna, elevação dos preços dos artigos escassos (água engarrafada, energia, espaços verdes).

A economia que Manfred Max-Neef propõe se sustenta em seis postulados:

1. A economia está para servir as pessoas, e não as pessoas, para servir a economia.
2. O desenvolvimento se refere a pessoas, e não aos objetos.
3. O crescimento não é o mesmo que o desenvolvimento, e o desenvolvimento não precisa necessariamente de crescimento.
4. Nenhuma economia é possível à margem dos serviços que prestam os ecossistemas.
5. A economia é um subsistema de um sistema maior e finito, que é a biosfera, e, portanto, o crescimento permanente é impossível.
6. Nenhum processo ou interesse econômico, sob nenhuma circunstância, pode estar acima da referência à vida.

A atualidade é exatamente oposta a esses princípios e esse postulado.

O IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO SOBRE OUTRAS FORMAS DE RIQUEZA CRESCIMENTO ECONÔMICO E RESPEITO PELO MEIO AMBIENTE

O modo de desenvolvimento industrial – dos países

ocidentais, apoiados na teoria econômica ortodoxa – tem, muitas vezes, negligenciado o impacto do crescimento econômico sobre outras formas de riqueza e bem-estar. Hoje, essa negligência está implícita na maior parte dos debates econômicos. Analistas têm, na realidade, há muito tempo, reconhecido a necessidade de levar em conta os efeitos da atividade econômica humana sobre os recursos naturais não renováveis.

Para conciliar os dois imperativos contraditórios do crescimento e do respeito pelo meio ambiente, os especialistas pensam ter encontrado a poção mágica na *ecoeficiência*, peça central e, a bem dizer, a única base séria do “desenvolvimento sustentável”. Trata-se de reduzir, progressivamente, o impacto ecológico e a intensidade da retirada dos recursos naturais até atingir um nível compatível com a capacidade reconhecida de carga do planeta.

É incontestável que a eficiência ecológica tem aumentado de maneira notável, mas, ao mesmo tempo, a perpetuação do crescimento desenfreado acarreta uma degradação global.

NADA SE CRIA...

- As baixas de impactos e de poluição por unidade de mercadoria produzida são sistematicamente invalidadas pela multiplicação do número de unidades vendidas (fenômeno ao qual se deu o nome de “efeito retorno”).

NADA SE PERDE...

- O sistema econômico não é um moto-perpétuo, que alimenta a si mesmo de forma circular, sem perdas. Ao contrário, é um sistema que transforma recursos naturais em rejeitos que não podem mais ser utilizados, como demonstrou Georgescu-Roegen, em seu livro *A Lei da Entropia e o Processo Econômico*.

No final das contas, todos os indicadores demonstram que as retiradas continuam a crescer (BONAIUTI, Mauro. *Nicholas Georgescu-Roegen: Bioeconomia Verso Un'altra Economia Ecologicamente e Socialmente Sostenibile*. Torino: Bollati Boringhieri, 2003).

TUDO SE TRANSFORMA...

- A “desmaterialização da economia” – pelo deslocamento do eixo da atividade econômica para o setor terciário, menos demandante de recursos naturais e, particularmente, de energia – acabou por se revelar uma ilusão. Segundo Serge Latouche, essa “nova economia” é, na verdade, relativamente imaterial ou menos material, porém, mais do que substituição da antiga economia pela nova, o que existe são relações de complementaridade entre ambas.

Ou seja, rompemos o ciclo natural de vida do planeta, ele já não é mais respeitado (ver quatro condições sistêmicas do *The Natural Step* – ferramenta 6.13 da publicação *Gestão do Conhecimento – Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental*).

- Não há preservação do potencial da natureza para a

produção de recursos renováveis (por conta das altas concentrações de substâncias extraídas da crosta da terra pela sociedade).

- Não há limite para o uso dos recursos não renováveis.
- Não há respeito pela capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais (por conta da produção e da concentração de substâncias nocivas produzidas pela sociedade).

Não é aqui o lugar de elencar os dramas que se avolumam, mas não é à toa que tivemos, pela primeira vez na história da humanidade, e concentrados numa década, gigantescos foros mundiais para avaliar:

- o esgotamento ambiental do planeta (Rio-92);
- o escândalo dos direitos humanos (Viena-93);
- a explosão demográfica (Cairo-94);
- os dramas sociais hoje insustentáveis (Copenhague-95);
- a tragédia da mulher presa na engrenagem das transformações econômicas e da desestruturação familiar (Pequim-95);
- o êxodo rural planetário que está gerando cidades explosivas no planeta (Istambul-96).

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, das Nações Unidas, qualifica de obscenas as fortunas de pouco mais de quatrocentas pessoas no mundo, que dispõem de mais riqueza pessoal do que a metade mais pobre da humanidade. Só 2% concentram metade da riqueza mundial; os 50% mais pobres da população respondem por apenas 1% da riqueza do planeta. Essa concentração de renda é considerada tão vergonhosa como a escravidão e o colonialismo, sem lugar numa sociedade civilizada (DOWBOR, Ladislau. *Gestão social e transformação da sociedade*. In: DOWBOR, Ladislau e KILSZTAJN, Samuel. *Economia Social no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Senac, 2011, v.1, p. 17-42).

Depois de algumas décadas de desperdício frenético, parece que entramos na zona das tempestades – no sentido próprio e no figurado... As perturbações climáticas são acompanhadas pelas guerras do petróleo, que serão seguidas pela guerra da água (SHIVA, Vandana. *La guerre de l'eau*. Parangon, 2003), mas também por possíveis pandemias, desaparecimento de espécies vegetais e animais essenciais, como consequência de catástrofes biogenéticas previsíveis.

A não ser que tenhamos, então, como alternativa, a fé inabalável dos economistas ortodoxos que pensam que a ciência do futuro resolverá todos os problemas, e que é concebível a substituição ilimitada da natureza pelo artifício.

REFERÊNCIA

Informações levantadas nos textos de Serge Latouche e Manfred Max-Neef.

A teoria do decrescimento sustentável

Decrescimento é um conceito econômico, mas também político, cunhado na década de 1970 – parcialmente baseado nas teses do economista romeno, criador da bioeconomia, Nicholas Georgescu-Roegen, publicadas em seu livro *The Entropy Law and the Economic Process* (1971).

A tese do decrescimento baseia-se na hipótese de que o crescimento econômico – entendido como aumento constante do Produto Interno Bruto (PIB) – não é sustentável para o ecossistema global. Essa ideia é oposta ao pensamento econômico dominante, segundo o qual a melhoria do nível de vida seria decorrência do crescimento do PIB e, assim, o aumento do valor da produção deveria ser um objetivo permanente da sociedade.

A questão principal, segundo os defensores do decrescimento – dentre os quais Serge Latouche é o mais notório – é que os recursos naturais são limitados e, portanto, não existe crescimento infinito. A melhoria das condições de vida deve, portanto, ser obtida sem aumento do consumo, mudando-se o paradigma dominante.

CRÍTICA AO PENSAMENTO ECONÔMICO DOMINANTE

Segundo seus críticos, as principais consequências do produtivismo – entendido como a ênfase dada aos aumentos de produtividade e ao crescimento, nas sociedades industriais, tanto socialistas como capitalistas – seriam:

- Esgotamento dos recursos energéticos (petróleo, gás, urânio, carvão) no próximo século, caso se mantenha o atual ritmo de crescimento do consumo.
- Escassez crescente de numerosas matérias-primas.
- Degradação ambiental: efeito estufa, aquecimento global, perda da biodiversidade e poluição.
- Degradação da flora, da fauna e da saúde humana.
- Evolução do padrão de vida dos países do hemisfério norte, em detrimento dos países do sul, no que diz respeito a transportes, saneamento, alimentação etc.

Embora o produtivismo tenha sido parcialmente questionado pelos defensores do desenvolvimento sustentável, a crítica dos adversários do crescimento é mais radical, já que consideram o próprio desenvolvimento como um oxímoro¹ – uma contradição em termos. O desenvolvimento não pode ser sustentável, uma vez que o aumento constante da produção de bens e serviços também provoca aumento do consumo de recursos naturais, acelerando, portanto, o seu esgotamento – lembrando que 20% da população mundial já consome 85% dos recursos naturais.

PRESSUPOSTOS DA TEORIA DO DECREScimento

- O funcionamento do sistema econômico atual depende essencialmente de recursos não renováveis e, portanto, não pode se perpetuar. As reservas de matérias-primas são limitadas, sobretudo quanto a fontes de energia, o que contradiz o princípio de crescimento ilimitado do PIB.
- Não existe evidência da possibilidade de separar crescimento econômico do aumento do seu impacto ambiental.
- A riqueza produzida pelos sistemas econômicos não consiste apenas de bens e serviços. Há outras formas de riqueza social, tais como a saúde dos ecossistemas, a qualidade da justiça e das relações entre os membros de uma sociedade, o grau de igualdade e o caráter democrático das instituições. O crescimento da riqueza material, medido apenas por indicadores monetários, pode ocorrer em detrimento dessas outras formas de riqueza.
- As sociedades ocidentais, dependentes do consumo supérfluo, em geral não percebem a progressiva perda de riquezas como a qualidade de vida e subestimam a reação das populações excluídas – a exemplo da violência nas periferias e do ressentimento em relação ao ocidente, por parte dos países que não apresentam o padrão de desenvolvimento econômico ocidental.

Os teóricos do **decrescimento sustentável** também acreditam que o PIB é uma medida apenas parcial da riqueza e que, se pretendemos restabelecer toda a variedade de riquezas possíveis, é preciso deixar de utilizá-lo como bússola. Assim, defendem a utilização de outros indicadores, tais como o IDH, a Pegada Ecológica e o Índice de Saúde Social (ver, adiante, capítulo Indicadores e Índices de Sustentabilidade de Nações).

REFERÊNCIAS

- www.decroissance.org
www.decroissance.info
www.degrowth.net
www.wikipedia.org.br http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal

(1) Oxímoro é uma figura de linguagem que harmoniza dois conceitos opostos numa só expressão, formando, assim, um terceiro conceito que dependerá da interpretação do leitor.

Características dos novos indicadores – Novas reflexões

“Sabemos que o que é medido é realizado.
Se não possuímos dados, seremos apenas mais uma
pessoa com uma opinião a mais.”

É consenso que uma política de desenvolvimento sustentável não é possível sem indicadores. A busca por novos indicadores, que possam ajudar empresas, governos e pessoas a enxergar o mundo de maneira mais precisa, é necessária para que se avalie concretamente a utilidade social das atividades. Só assim se pode construir uma base para decisões políticas e a criação de estratégias empresariais condizentes com o estado atual do mundo, de escassez e insustentabilidade.

As dificuldades para a criação desses indicadores passam por parâmetros de conceituação, implementação e monitoramento de um sistema local, nacional ou internacional. Pouco se tem de concreto, pois o tema é novo para a comunidade acadêmica, e os resultados de pesquisa e experimentação ainda não estão disponíveis, já que muitos trabalhos estão em andamento ou simplesmente ainda em processo de legitimação.

E é bem verdade que a atual falta de conhecimento objetivo sobre os ecossistemas impede o surgimento de um índice de desenvolvimento que também inclua a dimensão ambiental. O bem-estar é evidentemente difícil de ser medido, mas a realidade é que, enquanto não forem adotadas formas aceitas e generalizadas de medir os nossos recursos naturais, o bem-estar e os resultados da utilidade social de nossas atividades, não teremos como formular e avaliar nem políticas públicas, nem privadas.

Trata-se da reflexão e renovação de novas tendências e novos problemas que temos de encarar em relação aos desafios da sustentabilidade. A construção das soluções para caminhar em direção ao desenvolvimento sustentável pede que enfrentemos o problema num novo patamar: O que deve ser mudado para sermos econômica, social e ambientalmente sustentáveis? O que deve ser medido? Como deve ser medido? Quais são os indicadores para avaliar isso?

NOVOS PARÂMETROS, NOVOS PARADIGMAS

A proposta de novos indicadores destina-se a criar uma base estatística para medir os resultados das políticas sociais e ambientais e de políticas de desenvolvimento econômico. A educação e os valores familiares, a cultura popular, o respeito pela natureza e pela exploração sustentável dos recursos, a redução da pobreza e das desigualdades são alguns dos muitos aspectos-chave do “desenvolvimento” não reconhecidos pelos nossos indicadores clássicos, o que, muitas vezes, nos leva a um

diagnóstico muito impreciso sobre o que são a pobreza e o desenvolvimento em regiões ricas em recursos naturais e culturas populares, por exemplo.

A priori, esses novos indicadores:

- Não devem ser considerados simples instrumentos complementares ao PIB, mas devem ser uma alternativa ao PIB.
- Devem prestar contas da necessidade urgente de uma melhor distribuição da riqueza existente e pôr fim a seu acúmulo indevido.
- Devem levar em conta os efeitos negativos da exploração excessiva dos recursos naturais e degradação da vida, em vista da devastação causada pela mercantilização de bens públicos mundiais.
- Devem ser concebidos ser concebida como um meio de medir os progressos dos Direitos do Homem.

O PIB já sobreviveu muito tempo à sua utilidade!

OS INDICADORES DE RIQUEZA

O Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Pnud, que trabalha nessa direção, foi a primeira grande iniciativa largamente aceita pela sociedade. O IDH combina três indicadores de base: a expectativa de vida, a renda e o nível de educação. Ainda assim, não se levam em conta os efeitos colaterais do progresso, como o desemprego, o aumento da criminalidade, novas necessidades de saúde, poluição ambiental, desagregação familiar, entre outros.

Dito isso, foi, sem dúvida, importante para abrir o caminho, mas hoje já não representa o que há de mais avançado nessa área.

Um número crescente de países tem implementado o *Manual de Contabilidade Nacional: Contabilidade Econômica e Ambiental Integrada 2003* (SEEA, 2003) como um sistema satélite do Sistema de Contas Nacionais. Reúne informação econômica e ambiental e indicadores num arcabouço consistente (<http://unsstats.un.org/unsd/envAccounting/seea2003.pdf>).

Em 2008, a Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (CMDEPS), iniciativa do governo francês, levantou 28 propostas de 15 de organizações internacionais e 13 de iniciativas acadêmicas ou nacionais.

http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/Survey_of_Existing_Approaches_to_Measuring_Socio-Economic_Progress.pdf

REFERÊNCIA

Informações levantadas no *site* da France Libertes Fondation Danielle Mitterrand www.france-libertes.fr e www.beyond-gdp.eu

OCDE E ONU

A OCDE E OS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Para alimentar o sonho de um mundo melhor, a OCDE, com o apoio do Banco da Itália e do Centro de Pesquisa da Comissão Europeia (CCI), reuniu em Roma um exército de especialistas sobre o tema *“Podemos medir a felicidade? O que estas medidas significam para a ação pública?”* para verificar em que medida o bem-estar pode afetar os modelos econômicos e a ação governamental. A felicidade não é uma ideia nova, no entanto, continua difícil de se medir. Esse foi, também, um dos objetivos atribuídos pela OCDE, no âmbito do fórum mundial, em Istambul, em junho de 2007.

A OCDE parte de uma constatação: a sociedade está cada vez mais preocupada com a sua qualidade de vida. Portanto, é importante integrar na medida do progresso não apenas indicadores econômicos, como o PIB, mas também preocupações ambientais e sociais.

A renda *per capita* nacional não dá conta. Um exemplo eloquente, graças ao petróleo: a Guiné Equatorial tem um PIB *per capita* semelhante ao da Grécia, mas tem uma taxa de mortalidade infantil quase trinta vezes superior.

A OCDE pretende ir mais longe: quer avaliar a felicidade dos habitantes de um país com o auxílio de indicadores mais elaborados. E por que não orientar as políticas públicas a partir desse critério? Para tanto, a OCDE mantém, em nível internacional, indicadores como a expectativa de vida, mortalidade infantil, obesidade, despesas pública e privada em saúde, desemprego juvenil, desigualdade de rendimentos, população carcerária, rede de transporte e violência nas estradas, mas também o número de pernoites de turistas estrangeiros ou instalações culturais e recreativas.

REFERÊNCIA

Texto editado de LExpansion.com – Hugo Lattard.

Trecho da Declaração de Istambul

“O fato de iniciativas terem sido tomadas em vários países, em todos os continentes, para medir o progresso social através de indicadores estatísticos é animador para nós. Mesmo que essas iniciativas se baseiem em métodos e sistemas culturais diversos, intelectuais diferentes e que o grau de envolvimento dos principais interessados não seja idêntico em toda parte, elas estão demonstrando que existe um consenso sobre a necessidade de avaliar em cada país o progresso das sociedades indo além dos habituais indicadores econômicos, tais como o PIB *per capita*. Como tal, o sistema de indicadores utilizados pela Organização das Nações Unidas para medir a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio é um passo adiante.

“Para melhorar o bem-estar das sociedades, deve ser incentivada, em todos os níveis, uma cultura de tomada de decisões baseada em fatos concretos. Além disso, na ‘era da informação’, o bem-estar depende, em parte, de políticas públicas transparentes, de responsabilidade dos dirigentes. A disponibilidade de indicadores estatísticos sobre os resultados econômico, social, ambiental e sua divulgação ao público podem ajudar a promover uma governança de qualidade e a melhorar o processo democrático. Esses elementos reforçam a capacidade dos cidadãos de utilizar o debate e o princípio do consenso para influenciar os objetivos das sociedades onde vivem e para responsabilizar os atores das políticas públicas.”

A ONU E OS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: RIO-92 E A AGENDA 21

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio-92, levantou-se a necessidade de desenvolver indicadores capazes de avaliar a sustentabilidade, já que os instrumentos disponíveis, entre eles o PIB, não forneciam dados suficientes para análise.

O documento final da Conferência, a Agenda 21, em seu capítulo 40, destaca: *“Os indicadores comumente utilizados, como o Produto Nacional Bruto (PNB) ou as medições das correntes individuais de contaminação ou de recursos, não dão indicações precisas de sustentabilidade. Os métodos de avaliação da interação entre diversos parâmetros setoriais do meio ambiente e o desenvolvimento são imperfeitos ou se aplicam deficientemente. É preciso elaborar indicadores do desen-*

volvimento sustentável que sirvam de base sólida para adotar decisões em todos os níveis e que contribuam para uma sustentabilidade autorregulada dos sistemas integrados do meio ambiente e o desenvolvimento” (United Nations, 1992).

Desde a assinatura da Agenda 21, 178 países concordaram em corrigir distorções geradas por uma avaliação exclusivamente econômica do PIB. Para tanto, deve-se somar a esse cálculo dados sobre recursos socioambientais e subtrair os dados de atividades predatórias e desperdício de recursos, entre outras distorções. Só assim seria possível definir padrões de sustentabilidade e desenvolvimento que incluíssem aspectos econômicos, sociais, éticos e culturais.

A Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CSD) da ONU foi criada na Assembleia Geral da ONU, em 1992, visando assegurar a continuidade da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92).

Para tanto, é responsável por acompanhar o processo de implementação da Agenda 21 e da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Além disso, busca prover um melhor direcionamento para que se acompanhe o Plano de Aplicação de Joanesburgo nos âmbitos local, regional e internacional (conhecida, também, como Joanesburgo 2002, Rio+10 ou Cúpula da Terra II, pois foi realizada dez anos depois da Rio-92 para avaliar a implementação da Agenda 21 e dos demais acordos da primeira Cúpula da Terra).

O Plano de Execução de Joanesburgo (Capítulo X) e a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS), na sua 11ª e 13ª sessões, incentivaram a continuação dos trabalhos sobre indicadores de desenvolvimento sustentável dos países, em consonância com as suas condições espe-

cíficas e prioridades. A CDS-13 convidou a comunidade internacional a apoiar os esforços dos países em desenvolvimento nesse aspecto.

A terceira revisão de indicadores da CDS foi finalizada em 2006, por um grupo de peritos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento e organizações internacionais. A nova edição contém 96 indicadores, incluindo um subconjunto de 50 indicadores básicos. As orientações (www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/guidelines.pdf) sobre indicadores e sua metodologia detalhada (www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/methodology_sheets.pdf) já estão disponíveis como uma referência para todos os países, para desenvolverem seus indicadores nacionais de desenvolvimento sustentável.

O conjunto de indicadores da CDS baseia-se nas duas edições anteriores (1996 e 2001), que têm sido desenvolvidas, melhoradas e extensivamente testadas como parte da implementação do Programa de Trabalho sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.

A ONU E OS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM) E A FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB)

Os bons resultados no Butão chamaram a atenção da ONU, que passou a estudar a implementação do exemplo butanês em outros países. Uma versão internacional está sendo elaborada no Canadá, com aplicação prática prevista para este ano. Segundo Michael Pennock (Diretor do Observatório para Saúde Pública em Vancouver, Canadá; consultor sobre o Índice de Genuíno Progresso de Canadá e consultor para as Nações Unidas quanto ao desenvolvimento dos indicadores do FIB no Butão), a métrica do PIB é muito estreita enquanto medida de bem-estar. *“Precisamos repensar a maneira como estamos medindo o progresso. O FIB é mais abrangente que o PIB e, diferentemente do que muita gente imagina, é sim baseado em métodos científicos, e não em questões filosóficas e religiosas.”*

O Butão é um dos poucos países que têm registrado bons progressos na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Segundo o último relatório **Bhutan's Progress: Midway to the Millennium Development Goals** (http://www.undp.org.bt/mdg/MDG_Midway.pdf), que foi lançado em Thimphu, em novembro de 2008, o Butão já atingiu três indicadores dos ODM e está no bom caminho para satisfazer a maioria das outras metas até 2015.

Por ocasião do lançamento, o secretário-geral adjunto da ONU e diretor regional do Pnud no Butão, o Sr. Ajay Chhibber, afirmou que o Butão é um caso exemplar da transição política pacífica da monarquia absoluta para

a democracia parlamentar, com uma gradual criação de instituições e práticas democráticas. Ele enfatizou a necessidade de “aprofundar e reforçar a democracia para capacitar as pessoas”, o que ajudará não só a alcançar os ODM, mas também a fortalecer o processo democrático. O Sr. Chhibber destacou a necessidade de programas orientados ao desenvolvimento que tragam benefícios diretamente aos pobres, melhorem o seu desenvolvimento humano e abordem as causas profundas do seu empobrecimento. Essa intervenção, disse ele, ajudará a resolver os contrastes entre uma série de áreas-alvo dos ODM, tais como incidência da pobreza, desnutrição infantil, segurança alimentar, escolarização primária e acesso à água potável.

Na ocasião, o coordenador residente das Nações Unidas, o Sr. Nicholas Rosellini, disse que a história de sucesso do Butão em relação aos ODM é atribuída à forte vontade política e ao compromisso do governo em relação à integração dos ODM no âmbito do planejamento nacional. Ele destacou a sinergia entre o desenvolvimento na abordagem da Felicidade Nacional Bruta do Butão e a Declaração do Milênio e disse que *“a Declaração do Milênio é guiada pelos valores universais de liberdade, igualdade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidades compartilhadas – ideais que fazem parte integrante do desenvolvimento da abordagem da Felicidade Nacional Bruta do Butão”*, que tem ajudado a preparar o caminho para o progresso do Butão nos ODM.

A ONU E OS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

Desde 1990, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento (Pnud), a ONU calcula e publica anualmente um Índice de Desenvolvimento Humano. Além do PIB, esse indicador agrega, entre outros, a esperança de vida e o nível educacional. Segundo o último *ranking*, a Noruega apresenta o melhor indicador, enquanto os EUA são classificados em 10º lugar, ou seja, perdendo seis lugares no *ranking* que leva em conta o PIB *per capita*. A França é o 16º.

“A ONU analisa o indicador com bons olhos”, afirma o economista Flavio Comim, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). “Existem muitas similaridades entre o FIB e a família de indicadores da ONU sobre desenvolvimento humano (tal como o IDH). Ambos procuram ir além da renda (e do PIB) como indicador de bem-estar. Ambos estão preocupados com o indivíduo e a multidimensionalidade de seu bem-estar. Ambos respeitam o papel da autonomia das pessoas como expressão máxima do desenvolvimento.

“No entanto, o FIB sofre de um conjunto de limitações inerentes ao uso das métricas subjetivas. A felicidade é um conceito intuitivo a todos os seres humanos, mas a sua me-

didada é sujeita a distorções, muitas de caráter psicológico. Talvez a distorção mais conhecida, caracterizada por Isaia Berlin, em 1956, seja a das ‘preferências adaptativas’. Em linhas gerais, pessoas que passam por longos processos de privação desenvolvem mecanismos de defesa contra dificuldades. Aprendem a ficar contentes com pouco. Não ligam que a vida seja difícil. Quando perguntadas sobre a vida, minimizam os problemas, e, via de regra, demonstram um alto nível de felicidade.

“O problema disso é que o FIB não é proposto apenas como uma medida de bem-estar, mas, assim como o PIB, é posto como um guia para a política pública. O que devemos fazer com aquelas pessoas muito pobres que dizem que são as mais felizes do mundo? Desconsiderá-las? Sabemos que não podemos e que apenas uma medida que mostre objetivamente as privações vividas pelas pessoas pode resgatar um discurso que priorize direitos humanos a preferências frívolas.

“O FIB é um bom ponto de partida, mas não necessariamente de chegada. Ele possui vários méritos, que devem ser usados para que tenhamos uma medida de bem-estar mais justa e equitativa”, finaliza Flavio Comim.

FIB E O OCIDENTE

Estrutura conceitual do FIB

O FIB foi articulado por meio de três conferências (Butão, Canadá e Tailândia)¹, que reuniram economistas e cientistas empíricos para identificar os principais determinantes da felicidade, imprimindo uma abordagem totalmente científica na identificação desses fatores primordiais, além de desenvolver uma estrutura baseada em evidências. Ou seja, a estrutura conceitual do FIB não é um construto religioso. Trata-se, sim, de uma estrutura baseada na ciência e no empirismo.

Na medida em que nós, ocidentais, estamos buscando melhores estruturas conceituais para o progresso, agora podemos nos apoiar no trabalho que já foi feito pelos butaneses.

Versão internacional do FIB

Uma versão internacional do levantamento está sendo desenvolvida. Ela baseia-se na estrutura conceitual do FIB, usa muitos dos principais itens do levantamento butanês e também incorpora algumas lições aprendidas a partir do uso de um levantamento semelhante, que foi desenvolvido pelo IGP Atlantic (Índice de Genuíno Progresso do Atlântico) e aplicado em duas comunidades na Nova Escócia. Essa versão pode ser autogerida, é transcultural e leva apenas de 20 a 30 minutos para ser preenchida.

E o que precisamos fazer?

É o início de um período muito estimulante. Precisamos desenvolver:

- ferramentas que meçam o bem-estar ou a felicidade nos âmbitos nacional, regional e local, bem como seus respectivos fatores contribuintes;
- ferramentas de política pública, tais como “lentes de política”, que possam ser usadas para fazer avaliações de impacto na felicidade, de modo que possamos ser mais competentes ao assegurar que tais políticas irão de fato promover a felicidade;
- colaboradores internacionais, para que todos possamos aprender uns com os outros e promover o FIB dentro das nossas jurisdições. Existem alguns bem interessantes “começos” que estão sendo deflagrados ao redor do mundo, mas são apenas “começos”. Precisamos trabalhar em conjunto, para gerar suficiente impulso e, com isso, manter esse movimento avançando.

Trecho da palestra de Michael Pennock. Diretor do Observatório para Saúde Pública em Vancouver, Canadá, e consultor sobre o Índice de Genuíno Progresso no Canadá. Consultor para as Nações Unidas no desenvolvimento dos indicadores do FIB no Butão e coordenador da colaboração internacional na implementação do FIB.

(1) A quarta conferência deve ser realizada no Brasil, em novembro de 2009.

Necessidade do índice FNB

Em todo o mundo, os indicadores enfocam prioritariamente as operações de mercado, abrangendo o comércio, taxas de câmbio, bolsas de valores, crescimento etc. Esses indicadores dominantes e convencionais, geralmente relacionados ao Produto Nacional Bruto (PNB) ou Produto Interno Bruto (PIB), refletem a quantidade de produção física de uma sociedade. O PIB, junto de uma série de indicadores auxiliares, é o indicador mais utilizado. Entretanto, o PIB privilegia enormemente o aumento de produção e consumo, independentemente da necessidade ou utilidade de tais resultados, em detrimento de outros critérios mais holísticos. O PIB desfavorece a conservação, uma vez que não registra iniciativas de conservação ou os recursos naturais.

Os indicadores determinam as políticas. O uso quase universal de indicadores com base no PIB para medir o progresso tem justificado políticas em todo o mundo que visam progresso material rápido, às custas da preservação ambiental, das culturas e da coesão das comunidades.

Os indicadores exprimem valores. Em geral, os responsáveis pela elaboração de políticas tendem a implementar políticas ou programas baseados em tendências de desenvolvimento internacional do momento, sem levar em consideração os valores que embasam tais tendências. Uma forma de superar essa tendência é reconhecer o fato de que, entre os valores e a implementação de políticas, encontram-se os indicadores. Valores, políticas e programas são intermediados por indicadores.

Os indicadores chamam a atenção e ajudam a convencer os leigos acerca da direção das metas de um país e de seus objetivos de desenvolvimento, mas não é sempre fácil para as pessoas entender que os indicadores não são desprovidos de valores e que valores e princípios embasam e determinam programas e políticas.

Os indicadores efetivamente conduzem a sociedade para determinadas direções e até mesmo determinam as agendas políticas de governos. Não somente os responsáveis pela elaboração de políticas, mas cidadãos comuns tendem a considerar programas socioeconômicos e aceitar a implementação de políticas propostas sem examinar os valores subjacentes a esses programas. Entretanto, os indicadores podem ajudar a preencher essa lacuna.

Uma vez que muitos dos atuais indicadores de progresso e desenvolvimento não refletem o índice FNB adequadamente, o Governo Real do Butão determinou ao Centro de Estudos do Butão (CBS) que desenvolvesse o índice FNB, visando oferecer indicadores apropriados para o desenvolvimento butanês.

O Centro de Estudos do Butão criou um índice de um

único número para a Felicidade Nacional Bruta, que pode ser dividido em indicadores individuais, que, por sua vez, poderão ser usados para diferentes setores, em planejamento e para fins técnicos, por parte de ministérios e secretarias.

Por ser um conceito e um ideal complexo, a filosofia da FNB precisou ser traduzida para um sistema métrico para que pudesse ter uma aplicação prática. O governo expressou a necessidade de indicadores de FNB porque, sem algum sistema de medida, a FNB não pode orientar políticas e programas práticos. Se ficarmos somente no discurso inspirador, a imprecisão dará espaço para que muitos indicadores convencionais desempenhem papéis indevidos em uma sociedade orientada pela FNB.

Os indicadores de FNB são também necessários para que se promovam a visão e o senso de um propósito comum. Se ficar somente no plano da visão, a FNB não poderá especificar os programas e recursos práticos necessários para atingir essas visões em termos quantitativos. Nesse sentido, ferramentas de triagem de projetos e políticas desenvolvidas pelo Centro de Estudos do Butão (CBS) deverão ser utilizadas para a seleção de projetos e políticas alinhados com a FNB. As pessoas esclarecem sua visão ao especificarem metas e indicadores que servem para indicar pontos fracos e fortes. Os indicadores servem como instrumentos úteis e comparativos para avaliação ao longo do tempo.

Os indicadores de FNB podem se tornar ferramentas de prestação de contas. O sentido de propósito único presente em um conjunto coerente de indicadores permite a homens e mulheres comuns mais prontamente avaliar e responsabilizar seus líderes ao conferirem se as metas estão sendo atingidas. Sem uma visão comum concretizada pelos indicadores, cada indivíduo meramente considera seus próprios fins, embora o bem-estar seja uma conquista comum. Os indicadores de FNB não somente ajudam a desenvolver visão. Eles são fundamentais para que a visão seja compartilhada por todos os cidadãos, criando a noção de maior interdependência ao longo do tempo e do espaço.

Uma vez que as pessoas estejam familiarizadas com os indicadores de FNB, estes poderão ter um efeito prático no comportamento dos consumidores e dos cidadãos. A importância da mudança no comportamento pode emergir de formas significativas, quando há indicadores apropriados que direcionam a atenção tanto para as causas dos problemas como para a maneira como o comportamento e as decisões podem evitar e solucionar esses problemas. Essa potencial função de mudança no comportamento contida nos indicadores de FNB pode ser valiosa. Por exemplo, certos indicadores

de FNB medem as taxas de prevalência de emoções negativas e positivas, da compaixão à raiva. Os níveis de confiança, voluntariado e segurança também podem ser medidos. Informações sobre suas taxas de prevalência irão influenciar o comportamento das pessoas à medida que elas comecem a comparar suas próprias características com as tendências nacionais.

Para se qualificar como um indicador válido de FNB, um indicador de qualquer variável deve ter uma influência positiva ou negativa no bem-estar e na felicidade. A direção da causalidade em relação à felicidade e ao bem-estar deve ser clara. Por exemplo, menos crimes, doenças e poluição atmosférica têm uma influência positiva maior na felicidade do que mais crimes, doenças e poluição atmosférica.

Os indicadores de FNB incluem tanto as dimensões objetivas da vida, como as subjetivas. A construção de um índice deve atribuir peso igual aos aspectos funcionais da sociedade humana e ao lado emocional da experiência humana. Para dar apenas um exemplo, as percepções das pessoas sobre sua segurança e segurança patrimonial são tão importantes na determinação da felicidade quanto as estatísticas objetivas sobre crimes. Esse equilíbrio permite uma boa descrição das informações objetivas e subjetivas.

Ao medir condições objetivas, como instalações escolares e médicas ou números de salas etc., é importante avaliar a experiência psicológica ou subjetiva que acompanha a condição. Por exemplo, um estudante frequenta uma escola que tem ótima pontuação nas estatísticas escolares convencionais, mas esse estudante subjetivamente vê a experiência educativa como inteiramente deficiente – os professores podem ser opressores ou a sala de aula, um ambiente tenso. Em outras palavras, o processo de obtenção da educação, que inclui a experiência em sala de aula, não promove uma sensação de bem-estar no estudante, apesar do aparente alto desempenho objetivo da escola. Portanto, um autorrelato de experiências, junto de estatísticas objetivas, fornece um quadro mais preciso do bem-estar do que somente as estatísticas objetivas.

Uma vez que os indicadores refletem valores e dão forma a programas, eles se tornam um elo vital na geração de *feedback* sobre a eficácia de políticas e programas existentes e informações a serem usadas na implementação de programas futuros, fazendo com que os valores que eles incorporam sejam transmitidos às políticas e programas de uma forma ampla. Sendo assim, ao se utilizar os indicadores de FNB como ferramentas de avaliação, eles podem ser usados não somente para verificar se os programas são coerentes com os indicadores de FNB, mas também para criar condições para uma relação coerente

e orgânica entre os valores preconizados, por um lado, e os reais programas, políticas e projetos, por outro. As implicações da busca dessa relação orgânica devem ser reconhecidas pela forma de governo do Butão como um todo: se for realizada e bem-sucedida, significa que os ambientes econômico, político, social, ambiental, cultural e tecnológico do país serão permeados pelos valores da FNB e que haverá uma coerência natural entre as políticas do país que refletem os valores por ele nutridos.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista da cultura butanesa, deve-se entender que a distinção entre o subjetivo e o objetivo é meramente um dispositivo heurístico, que não representa de nenhuma forma essencial o que é básico para a natureza da realidade. A interdependência entre todas as coisas e a transitoriedade de todas as coisas são conceitos fundamentais. A divisão convencional entre o subjetivo e o objetivo é uma abstração a partir do que é, de fato, inter-relacionado. Para os indicadores de FNB, esse conceito cultural significa que considerar tudo como inter-relacionado é mais útil do que enxergar categorias separadas. Na verdade, a felicidade em si reside na experiência da qualidade de relacionamento. Dessa forma, os vários domínios não são simplesmente condições separadas de felicidade em si mesmas. Em vez disso, é a íntima inter-relação entre esses domínios que é significativa.

A construção do índice FNB visou uma representação mais profunda do bem-estar do que os indicadores convencionais. A distinção entre o subjetivo e o objetivo não é mais do que uma abstração da realidade, uma vez que, do ponto de vista budista, ela não existe. O que existe fundamentalmente é a inter-relação (em contraste a sujeito e objeto) em todos os níveis, que pode somente ser avaliada por uma série de indicadores sociais, econômicos, culturais e ambientais. Isso posto, felicidade e bem-estar são, em última análise, uma forma de ser que é afetada pela qualidade da inter-relação e também a afeta, que muda de significado ao longo do tempo conforme aumenta nossa sensibilidade para o mundo ao nosso redor e na medida de nossa compreensão do que é importante ou valioso para nós e para todos os seres sencientes.

Dasho Karma Ura

Mestre em Política, Filosofia e Economia pela Universidade de Oxford, Inglaterra, e vice-presidente do Conselho Nacional do Butão. Presidente do Centro para os Estudos do Butão, um centro multidisciplinar de pesquisas fundado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud) para formular as análises estatísticas do FIB, e membro da Comissão do FIB do Ministério do Planejamento daquele país.

2

Índice dos indicadores

INDICADORES E ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE DE NAÇÕES

1.	Os Princípios de Bellagio	28
2.	IDH + IPH + IDG + MPG	30
3.	GNH – Gross National Happiness	37
4.	BIP 40 - Baromètre des Inégalités et de la Pauvreté	40
5.	BCN – Balanço Contábil das Nações	42
6.	BS - Barometer of Sustainability	44
7.	Calvert-Henderson Quality of Life Indicators	47
8.	DNA Brasil	48
9.	DS – Dashboard of Sustainability	51
10.	EF – Ecological Footprint	54
11.	EPI – Environmental Performance Index	57
12.	ESI – Environmental Sustainability Index	60
13.	EVI – Environmental Vulnerability Index	62
14.	GPI – Genuine Progress Indicator (IPR)	64
15.	GSI – World Bank’s Genuine Saving Indicator	66
16.	HPI – Happy Planet Index	68
17.	IDS – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável IBGE	70
18.	IEWB – Index of Economic Well-being	72
19.	IPRS – Índice Paulista de RS	74
20.	Isew – Index of Sustainable Economic Welfare	76
21.	ISH – Index Social Health	78
22.	LPI – Living Planet Index	79
23.	RCI – Responsible Competitiveness Index	80
24.	SF – Social Footprint	83
25.	WN – The Well-being of Nations	85

Uma redefinição de progresso

O que estamos fazendo com a nossa sobrevivência neste planeta? O que estamos fazendo com a nossa espécie?

Nossos termômetros (econômicos) não nos dão mais a leitura correta. Estão literalmente nos deixando mais doentes. Estão nos levando para o “norte” errado. Precisamos entre linhas corrigir o rumo em prol de nossa sobrevivência.

Essa distorção vem do fato de que as gerações e as sociedades que nos antecederam não tinham as mesmas problemáticas. Produção era o eixo da questão. Isso explica a métrica do PIB, que era única e exclusivamente centrado na quantidade monetarizada produzida no pós-guerra. Ou seja, o PIB nasceu para ser uma ferramenta de medição diretamente determinada pelo custo da indústria e da guerra.

Hoje em dia, face aos grandes desafios ambientais e humanos que estão na nossa frente, precisamos de novos termômetros, que nos ajudem a transformar nossos modos de produção e de consumo, equiparando-os aos recursos naturais disponíveis. Trata-se de uma mudança substancial de modo de vida, de mudança de posturas quanto à estrutura e às dimensões de um modelo de desenvolvimento, assim como instrumentos normativos mais apropriados. Já não é mais uma atividade alternativa, trata-se de uma necessidade vital.

A atual crise financeira, abalando a economia mundial, também deixa claro que nossas métricas econômicas são falhas. Temos agora, então, uma oportunidade única de mudar esse cenário. Se quisermos ser sustentáveis e ter qualidade de vida, precisamos de indicadores confiáveis, que nos levam nessa direção. Afinal de contas, o que é importante deve ser medido, e o que é medido é gerenciável.

Está mais do que na hora de fazer uma revisão das teorias de desenvolvimento baseadas unicamente na economia e restritas ao conceito de PIB. Precisamos repensar uma fita métrica de nossas riquezas incluindo sustentabilidade econômica, social, ambiental e até a felicidade (qualidade de vida/bem-estar).

A maioria dos especialistas concorda que precisamos atualizar nossas métricas econômicas e está trabalhando nessa direção. Esses estudos estão se intensificando cada vez mais, inclusive tendo a ONU como grande incentivadora deste processo, na tentativa de incremen-

tar variáveis socioambientais nos modelos sugeridos de contabilidade nacional.

Existe um grande número de iniciativas que elaboram “indicadores econômicos alternativos” almejando melhorar as métricas do PIB ao incorporar, na sua maioria, novas medidas de sustentabilidade econômicas, ambientais e sociais aos dados, além de incluir parâmetros de avaliação da felicidade/qualidade de vida.

O objetivo é fornecer dados econômicos mais amplos, mais inteligíveis para o público e mais relevantes para os formuladores de políticas, ao levar em conta fatores como degradação ambiental e qualidade de vida, mudando, assim, nossas prioridades políticas para construir sociedades mais justas e felizes.

O grande desafio é chegar a um consenso sobre os meios de avaliar, medir as percepções objetivas – e não subjetivas – do bem-estar, atribuindo valores a elas, como foi feito no caso das medidas de educação, saúde e padrões de vida do IDH. Precisamos promover esses indicadores ao *status* que o PIB goza hoje.

São dificuldades já encontradas ao tentar monetarizar os bens públicos, tais como a água e o ar: o esgotamento de recursos naturais pela exploração predatória, a degradação do meio ambiente por meio de processos produtivos poluidores (externalidades negativas que atinjam meios como solo, ar e água) etc. Tal tarefa é fundamental para que seja possível planejar um desenvolvimento que não vise restritamente a dimensão econômica. Portanto, trata-se da tentativa de evidenciar a interdependência de variáveis econômicas e socioambientais no modelo produtivo e de desenvolvimento econômico adotado.

O modelo mercantil/financeiro que se espalha ao redor do mundo agrava as desigualdades, ameaça a nossa sobrevivência e a coesão de nossas sociedades. Reformular um pacto social, ambiental e político em escala mundial significaria mudar nosso olhar e nossos modos de pensar, reavaliando as riquezas que darão um verdadeiro preço à vida. Enfim, uma nova contabilidade e novas estatísticas darão outra leitura aos nossos rumos, condizente com os nossos desafios socioambientais e riscos de autodestruição.

Hoje em dia, uma das mais claras evidências, concluída nos estudos internacionais sobre os riscos do futuro (aquecimento global, miséria, escassez de água...), é que não se trata de problemas técnicos, monetários ou físicos. O problema é de escolha política.

E somos nós que iremos eleger os governantes que farão essas escolhas.

DICA

Diretório Global de Indicadores. Compendium of Sustainable Development Indicator Initiatives é um diretório mundial de indicadores de sustentabilidade. Iniciativa desenvolvida por vários parceiros e doadores: International Institute for Sustainable Development (IISD), Environment Canada, Redefining Progress, the World Bank e the United Nations Division for Sustainable Development.

Os Princípios de Bellagio

International Institute for Sustainable Development – IISD

PAÍS

Canadá

O QUE É

Princípios que orientam a avaliação do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável. Os Princípios de Bellagio são orientações para a avaliação de todo o processo, desde a escolha e o projeto dos indicadores e sua interpretação até a comunicação dos resultados, sendo princípios inter-relacionados, que devem ser aplicados de forma conjunta.

ORIGEM

Esses princípios são fruto do trabalho de especialistas, pesquisadores e praticantes de mensuração do mundo todo, que o Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (International Institute for Sustainable Development – IISD) reuniu, na Fundação Educacional e Centro de Conferências Rockefeller, em 1996, em Bellagio (Itália), com o objetivo de sintetizar a percepção geral sobre os principais aspectos relacionados com a avaliação da sustentabilidade.

OBJETIVO

Os Princípios foram criados tanto para iniciar processos de avaliação do desenvolvimento sustentável quanto para avaliar processos já existentes de qualquer instituição, desde comunidades locais e empresas até organismos internacionais.

CONTEÚDO

Os Princípios de Bellagio são em número de dez e abrangem todas as etapas do processo de desenvolvi-

mento de indicadores para mensuração da sustentabilidade, desde o passo inicial, foco do princípio um, que prevê o estabelecimento de uma visão do desenvolvimento sustentável e metas claras que a tornem factível e significativa aos tomadores de decisão. O processo inclui, ainda, definição do conteúdo da avaliação (princípios 2 a 5) e do processo de avaliação (princípios 6 a 8), além da necessidade de melhoria contínua do sistema (princípios 9 e 10).

O conjunto desses princípios, classificados nas grandes etapas do processo de mensuração do desenvolvimento sustentável, e seu conteúdo são os seguintes:

1. GUIA DE VISÕES E METAS

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- Ser guiada por uma visão clara do desenvolvimento sustentável e metas que definem essa visão.

2. PERSPECTIVA HOLÍSTICA

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- Incluir visão do sistema todo e de suas partes;
- Considerar o bem-estar social, bem-estar ecológico e bem-estar econômico dos subsistemas; seu estado atual, tendência e taxa de mudança tanto dos componentes das partes como da interação entre as partes;
- Considerar as consequências positivas e negativas da atividade humana de forma a refletir os custos e benefícios para os sistemas humano e ecológico, em termos monetários e não monetários.

3. ELEMENTOS ESSENCIAIS

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- Considerar a equidade e a disparidade dentro da população atual e entre esta e as futuras gerações, lidando com a utilização de recursos, com o superconsumo e pobreza, direitos humanos e acesso a serviços;
- Considerar as condições ecológicas das quais a vida depende;
- Considerar o desenvolvimento econômico e outros aspectos que não são oferecidos pelo mercado e que contribuem para o bem-estar humano e social.

4. ESCOPO ADEQUADO

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- Adotar um horizonte de tempo suficientemente longo para capturar as escalas de tempo humano e dos ecossistemas, atendendo às necessidades das futuras gerações, bem como da geração atual em termos de processo de tomada de decisão no curto prazo;
- Definir o espaço de estudo para abranger não apenas impactos locais, mas também o impacto de longa distância sobre pessoas e ecossistemas;
- Construir um histórico das condições presentes e passadas para antecipar futuras condições.

5. FOCO PRÁTICO

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve ser baseada em:

- Um sistema de categorias explícitas ou um sistema organizado que conecte a visão e as metas com os indicadores e os critérios de avaliação;
- Um número limitado de questões-chave para análise;
- Um número de indicadores ou combinações de indicadores que sinalizem claramente o progresso;
- Um padrão de medidas para permitir a comparação, quando possível;
- Comparação de valores dos indicadores com suas metas, valores de referência, limites ou direção da mudança.

6. ABERTURA E TRANSPARÊNCIA

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- Tornar os métodos e dados usados acessíveis a todos;
- Deixar explícitos todos os julgamentos, suposições e incertezas de dados.

7. COMUNICAÇÃO EFETIVA

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- Ser projetada para atender às necessidades do público e do grupo de usuários;
- Ser feita de forma que os indicadores e as ferramentas estimulem e engajem os tomadores de decisão;
- Procurar a simplicidade na estrutura do sistema e utilizar linguagem clara e simples.

8. AMPLA PARTICIPAÇÃO

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- Obter ampla representação do público profissional, técnico e comunitário, incluindo participação de jovens, mulheres e indígenas para garantir o reconhecimento dos valores, que são diversos e dinâmicos.

- Garantir a participação dos tomadores de decisão para assegurar uma forte ligação com a adoção de políticas e os resultados da ação.

9. AVALIAÇÃO CONSTANTE

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- Desenvolver a capacidade de repetidas medidas para determinar tendências;
- Ser interativa, adaptativa e responsiva às mudanças e incertezas, porque os sistemas são complexos e estão em frequente mudança;
- Ajustar as metas, sistemas e indicadores com as novas descobertas decorrentes do processo;
- Promover o desenvolvimento do aprendizado coletivo e o *feedback* necessário para a tomada de decisão.

10. CAPACIDADE INSTITUCIONAL

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- Definir clara responsabilidade e apoiar constantemente o processo de tomada de decisão;
- Assegurar capacidade institucional para a coleta de dados, sua manutenção e documentação;
- Apoiar o desenvolvimento da capacitação local de avaliação.

Fonte: Adaptado de Brunvoll et al. (2002).

RESULTADO

Apesar de ser unânime o reconhecimento do papel crucial que desempenham os indicadores para mensurar o desenvolvimento sustentável, é difícil vislumbrar alguma forma de medir o desenvolvimento sustentável que tenha ampla aceitação, além de respeitar os dez critérios de Bellagio. Como afirma o professor José Eli Veiga, da Universidade de São Paulo: *“É possível que se tenha pecado por excesso de pretensão ao se estabelecer esses dez princípios. Todavia, mesmo que a referência seja apenas o quinto critério – foco prático: as avaliações devem se basear num conjunto explícito de categorias que liguem perspectivas e metas a indicadores –, é forçoso constatar que continuam a existir sérias clivagens e bloqueios, tanto conceituais quanto operacionais, para que ele seja cumprido”*.

José Eli Veiga

REFERÊNCIAS

- www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/331.pdf
- www.iisd.org/mesure/compendium

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O QUE É

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), é importante por combinar três indicadores de base: a esperança de vida à nascença, o rendimento e o nível de educação. Apesar de ter sido publicado, pela primeira vez, em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial.

ORIGEM

O Pnud elabora e divulga, desde o início da década de 1990, o IDH para 175 países, com vistas a expressar em números e a tornar mais concreta a ideia de Desenvolvimento Humano, que parte do pressuposto de que, para aferir o avanço de uma população, não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. A cargo do Pnud, o relatório foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998). Atualmente, é publicado em dezenas de idiomas e em mais de 100 países.

OBJETIVO

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro

muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para viver”. É um importante instrumento para comparar as condições de vida entre os países. Também é usado na elaboração e na orientação de políticas e programas sociais.

CONTEÚDO

O IDH é um índice composto, baseado no enfoque das capacidades: todas as pessoas devem poder desfrutar uma **vida longa e saudável**, adquirir **conhecimento** e ter acesso aos **recursos necessários a um padrão de vida decente**.

Como **vida longa e saudável**, **acesso ao conhecimento** e **padrão de vida digno** não são coisas palpáveis e concebidas da mesma forma por todo o mundo, é necessário usar indicadores que permitam expressar essas condições de vida.

- **Esperança de vida ao nascer** – número de anos que uma criança recém-nascida viveria, se os padrões de mortalidade existentes no tempo de seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo de sua vida.

Valor mínimo: 25 anos

Valor máximo: 85 anos

- **Taxa de alfabetização de adultos** – porcentagem de pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizadas, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples.

Valor mínimo: 0%

Valor máximo: 100%

- **Taxa de escolarização bruta combinada** – mede o percentual de alunos matriculados nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior), independentemente da idade, em relação ao número total de pessoas na faixa etária que oficialmente corresponde a cada um desses níveis de ensino.

Valor mínimo: 0%

Valor máximo: 100%

PASSO A PASSO

Para cada indicador, são selecionados valores mínimos e máximos.

Esses valores são fixos e se baseiam nas tendências de comportamento dos indicadores para os próximos 25 anos. A diferença entre o valor observado e o valor mínimo corresponde ao avanço já realizado por uma sociedade naquele indicador, especificamente. A diferença entre o valor máximo e o valor mínimo corresponde ao percurso completo a ser percorrido por uma sociedade naquele indicador, especificamente.

Para cada indicador, calcula-se o seguinte índice:

$$\text{Índice} = \frac{(\text{valor observado} - \text{valor mínimo})}{(\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})}$$

O valor resultante, um número puro, mostra qual o caminho já percorrido pela sociedade, em proporção a todo o caminho a percorrer, em um determinado indicador.

PONDERAÇÃO

São compostos, então, três índices, e todos terão o mesmo peso (1/3) na composição do IDH:

- Índice de Esperança de Vida – Composto exclusivamente pelo indicador *Esperança de vida ao nascer*;
- Índice de Educação – composto pelos indicadores *Taxa de Alfabetização de Adultos*, com peso de 2/3, e *Taxa de escolarização bruta combinada*, com peso de 1/3;
- Índice do PIB – composto exclusivamente pelo indicador PIB *per capita**.

Valor mínimo: 100 dólares PPC

Valor máximo: 40 mil dólares PPC

CÁLCULO

Todas as três dimensões/aspectos do IDH são igualmente valiosas e desejáveis. Por isso, todos os índices que as representam têm o mesmo peso (1/3) na composição do IDH.

Método de Agregação: Somam-se os três índices, com igual peso, e se divide por 3.

O valor dos três índices varia de 0 a 1. Portanto, o valor do IDH também varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 for o valor do IDH, maior será o nível de desenvolvimento humano de uma cidade, região ou país.

(*) PIB per capita – produção total de bens e serviços para consumo final de uma economia, dividida pelo número de habitantes da cidade, região ou país.

Para complementar as informações sobre o desenvolvimento humano no mundo, o Pnud desenvolveu outros índices, além do IDH:

- IPH-1: Índice de Pobreza Humana para os países em desenvolvimento
- IPH-2: Índice de Pobreza Humana para os países mais ricos
- IDG: Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero
- MPG: Medida de Participação segundo o Gênero

VALORES

Baixo desenvolvimento humano: IDH inferior a 0,5

Médio desenvolvimento humano: IDH entre 0,5 e 0,8

Alto desenvolvimento humano: IDH superior a 0,8

Observação

O IPH-1 e o IPH-2 consideram as mesmas dimensões do IDH em seus cálculos — uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno —, com o acréscimo de outra dimensão: a exclusão social.

RESULTADOS

É um índice-chave dos **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas** (<http://www.pnud.org.br/odm/>) e, no Brasil, tem sido utilizado pelo Governo Federal e pela administração municipal: o **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)**, que pode ser consultado no **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** (<http://www.pnud.org.br/atlas/>), é um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre os 5.507 municípios do País, os 26 Estados e o Distrito Federal.

O IDH-M é construído da mesma forma que o IDH, com base nas mesmas dimensões: **vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno.**

Os indicadores utilizados no IDH-M **não são** os mesmos do IDH:

- Índice de Longevidade – indicador *Esperança de vida ao nascer no município*;
- Índice de Educação – indicadores *Taxa de alfabetização de adultos*, com peso de 2/3, e *Taxa de frequência bruta à escola dos habitantes do Município*, com peso de 1/3.
- Índice de Renda – indicador *Renda per capita familiar média do município*.

Evolução do IDH do Brasil

Ano	IDH
1975	0,643
1980	0,678
1985	0,691
1990	0,712
1995	0,738
2000	0,747
2001	0,750
2002	0,757
2003	0,778
2004	0,792
2005	0,802
2006	0,807

CRÍTICAS

O IDH ainda é limitado, pois não leva em conta o que se poderia chamar de efeitos colaterais do que se chama progresso, como desemprego, aumento da criminalidade, novas necessidades de saúde, poluição ambiental, desagregação familiar, entre outros.

Frase

“Devo reconhecer que não via, no início, muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto desse tipo – apenas um número –, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantat) não seria

Os indicadores e a metodologia usados no ano de 2008 foram revisados e aperfeiçoados em relação aos de 2007. A maior alteração se deu por conta de uma grande atualização do Banco Mundial e da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) nos dados que compõem o Produto Interno Bruto per capita: o novo cálculo fez com que o PIB de 70 países fosse revisado para baixo e o de 60 outras nações, para cima. Por conta dessas diferenças metodológicas, o IDH não pode ser comparado ao divulgado em anos anteriores. Entretanto, para permitir a identificação de tendências, o Pnud usou os novos métodos para recalcular o IDH de 2005 e de outros sete anos de referência: 1980, 1985, 1990, 1995, 2000, 2003 e 2004.

O índice varia de 0 a 1. A Islândia continua no topo da lista do IDH, com 0,968, seguida de perto por Noruega (com 0,968, mas com número inferior no cálculo de cinco casas decimais) e por Canadá (0,967). Na ponta de baixo, o pior IDH permanece sendo o de Serra Leoa (0,329); a penúltima colocação fica com a República Centro-Africana (0,352) e a antepenúltima, com a República Democrática do Congo (0,361).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil aumentou entre 2005 (0,802) e 2006 (0,807), e o País ficou na 70ª posição, em um *ranking* de 179 nações e territórios – maior número já considerado, dois a mais que no ano passado. O fator mais relevante para a melhoria do País foi o avanço no índice relativo à taxa de alfabetização; PIB *per capita* e longevidade, outros dois indicadores que compõem o índice, também cresceram.

O resultado mantém o País entre as nações de alto desenvolvimento humano (IDH maior ou igual a 0,800), grupo em que havia entrado já no Relatório de Desenvolvimento Humano do ano passado. No *ranking* atual, o Brasil aparece abaixo da Albânia (69º) e acima de Cazaquistão (ambos com 0,807, com pequena desvantagem ou vantagem no cálculo com cinco casas decimais). O País também supera Equador (72º), Rússia (73º), Ilhas Maurício (74º) e Bósnia-Herzegovina (75º).

O Brasil demonstrou expansão desde o início da década de 1980, mas foi a partir de 1995 que começou a se aproximar mais dos outros países. Isso ocorreu até 2000, quando o crescimento perdeu força, mas, a partir de 2003, voltou a acelerar.

http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2388&lay=pde

quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois, apesar de bruto, era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano.”

Amartya Sen, Prêmio Nobel da Economia em 1998, no prefácio do RDH de 1999.

REFERÊNCIAS

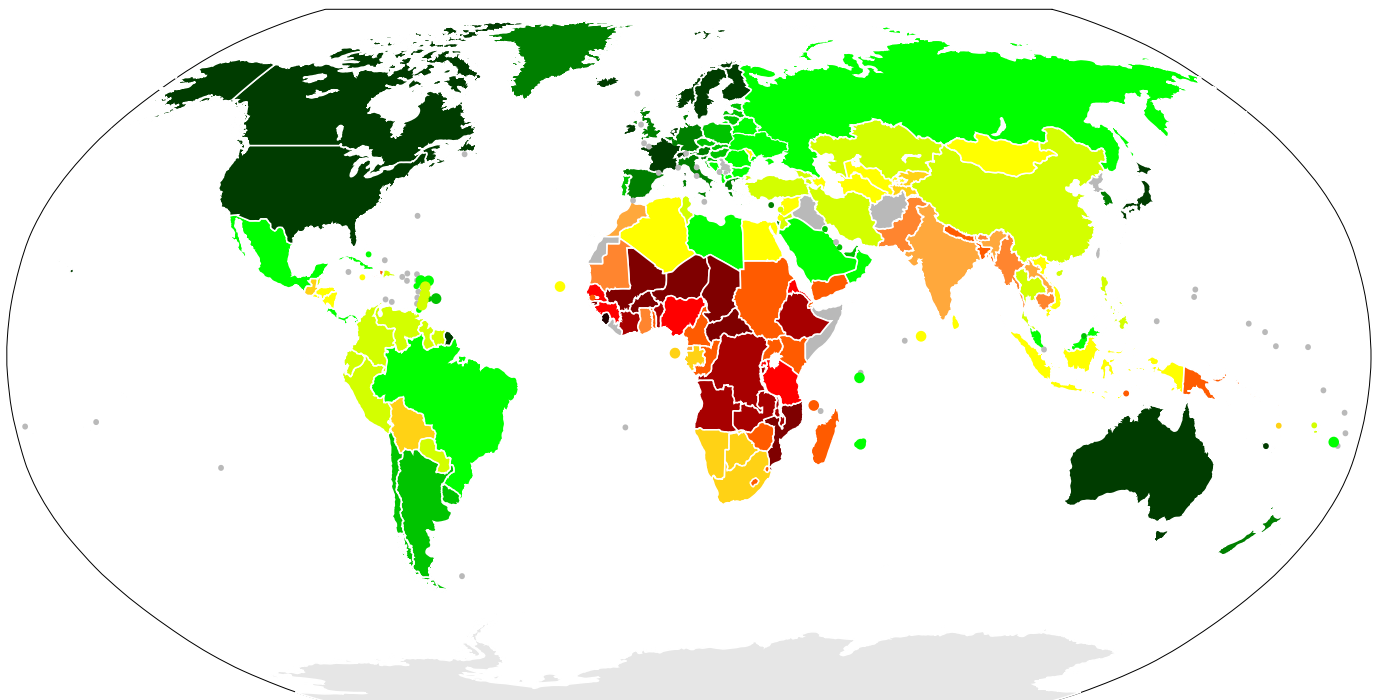
Ranking de municípios no Brasil
www.pnud.org.br
www.pnud.org.br/idh/
[www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)

Human development report 2005
hdr.undp.org/reports/global/2005/pdf/presskit/HDR05_PKE_HDI.pdf

O IDH AMBIENTAL

Se a ONU passasse a incorporar a variável ambiental na avaliação feita, anualmente, pelo Pnud, uma espécie de dança das cadeiras seria promovida entre as nações. Os Estados Unidos despencariam no *ranking*, enquanto o Brasil subiria alguns degraus. O IDH Ambiental, um índice híbrido calculado pelos técnicos do BNDES, é uma combinação dos indicadores que compõem o IDH e das variáveis do Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISA). No *ranking* do IDH Ambiental, o Brasil sobe do 54º para o 39º lugar. Maiores poluidores do mundo, os Estados Unidos, por sua vez, despencam do oitavo lugar no IDH tradicional para a 15ª posição no IDH Ambiental. Potência emergente, a China está no 129º lugar no indicador ambiental.

Fonte: *O Globo*, 25/3/2007, *Economia*, p. 33 e 34.



IDH ao redor do mundo: verde-escuro indica os índices mais altos (> 0,9); marrom, os mais baixos (< 0,3).

O Índice de Pobreza Humana

O QUE É

O Índice de Pobreza Humana (IPH) mede as carências no desenvolvimento humano básico em termos do percentual de pessoas cuja expectativa de vida não atinge os 40 anos, do percentual de adultos analfabetos e do estabelecimento de condições econômicas para um padrão de vida aceitável em termos do percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e do percentual de crianças menores de 5 anos com peso insuficiente.

ORIGEM

Indicador derivado do IDH e elaborado desde 1997, pelo Pnud.

OBJETIVO

O IPH mede as privações no desenvolvimento humano. Assim, enquanto o IDH mede o progresso global de um país na realização do desenvolvimento humano, o IPH reflete a distribuição do progresso e mede o acumulado de privações que ainda existe. O IPH é construído para os países em desenvolvimento (IPH-1) e para os países industrializados (IPH-2). Foi projetado um índice distinto para os países industrializados porque a privação humana varia com as condições sociais e econômicas da comunidade e para aproveitar a maior disponibilidade de dados nesses países.

CONTEÚDO

O IPH-1 e o IPH-2 consideram as mesmas dimensões do IDH em seus cálculos (vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno), com o acréscimo de uma quarta dimensão no IPH-2: a exclusão social medida pela taxa de desemprego de longo prazo.

O IPH-1 mede a privação nas mesmas dimensões básicas que o desenvolvimento humano, como o IDH.

As variáveis utilizadas são:

- **Vida longa e saudável.** A percentagem de pessoas nascidas hoje que não deverão ultrapassar os 40 anos;
- **Conhecimento.** A percentagem de adultos analfabetos;
- **Padrão de vida digno.** A carência na provisão de bens e serviços básicos – que podem ser adquiridos por meios públicos ou privados –, refletida pela percentagem de pessoas sem acesso aos serviços de saúde e de água potável e pela percentagem de crianças com peso deficiente.

O IPH-2 foca a privação nas mesmas dimensões que o IPH-1.

As variáveis são:

- **Vida longa e saudável.** A percentagem de pessoas nascidas hoje que não deverão ultrapassar os 60 anos;
- **Conhecimento.** A percentagem de pessoas cuja capacidade para ler e escrever não é suficiente para ser funcional;
- **Padrão de vida digno.** A proporção de pessoas com privação de renda (com renda disponível inferior a 50% da renda média das famílias);
- **Exclusão Social.** A proporção do desemprego de longa duração (12 meses ou mais).

RESULTADO

Países em desenvolvimento:

No Índice de Pobreza Humana (IPH) calculado apenas para países em desenvolvimento, o Brasil aparece na 20ª posição, num total de 103 países e territórios.

O país em melhor posição é o Uruguai (1ª colocação), e o pior, Níger.

Esse indicador mede a privação em três aspectos:

- Curta duração da vida (calculada como possibilidade de se viver menos de 40 anos);
- Falta de educação elementar (calculada pela taxa de analfabetismo de adultos);
- Falta de acesso a recursos públicos e privados (calculada pela porcentagem de pessoas sem acesso a serviço de água potável e pela porcentagem de crianças com peso inferior ao recomendado).

Quanto melhor a posição nesse *ranking*, menor a pobreza humana apresentada pelo país ou território.

NOTA: Devido à falta de dados dos países em desenvol-

vimento, o IPH foi calculado apenas para 78 países.

Países ricos:

Apesar de ter uma das maiores rendas *per capita* do mundo, os EUA apresentam o pior Índice de Pobreza Humana entre os países ricos. O resultado do estudo mostra que a Suécia é o país que mais evoluiu nesse aspecto, ficando à frente de Noruega, Finlândia, Holanda, Dinamarca, Alemanha, Luxemburgo, França, Espanha e Japão. A Itália é o 11º país nessa classificação, seguida por Canadá, Bélgica, Austrália, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos, em 17º lugar.

O Pnud explica que a renda *per capita* do sueco é menor que a do americano, mas a Suécia tem menos adultos analfabetos funcionais e menos pobres que os EUA. Segundo as estatísticas, 7,5% da população sueca entre 16 e 65 anos é analfabeta funcional, enquanto nos EUA esse número supera os 20%.

Enquanto na Suécia 6,3% da população vive abaixo da linha da pobreza (com US\$ 11 diários, que é o ponto de referência para esse grupo de países), nos EUA essa estatística chega a 13,6%.

REFERÊNCIAS

www.pnud.org.br

<http://www.dhnet.org.br>

IDG + MPG

A igualdade entre homens e mulheres é uma parte importante do progresso humano, mas isso não se reflete no Índice de Desenvolvimento Humano nem no Índice de Pobreza.

As desigualdades de gênero medem-se no **Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero (IDG)** e na **Medida de Participação Segundo o Gênero (MPG)**.

O Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero (IDG) leva em conta as mesmas dimensões do IDH, mas penaliza as desigualdades entre homens e mulheres. Quanto maior a disparidade entre os sexos no desenvolvimento humano básico, menor o IDG de um país, comparado com o seu IDH. O IDG é simplesmente o IDH descontado ou ajustado para baixo pela desigualdade entre os sexos.

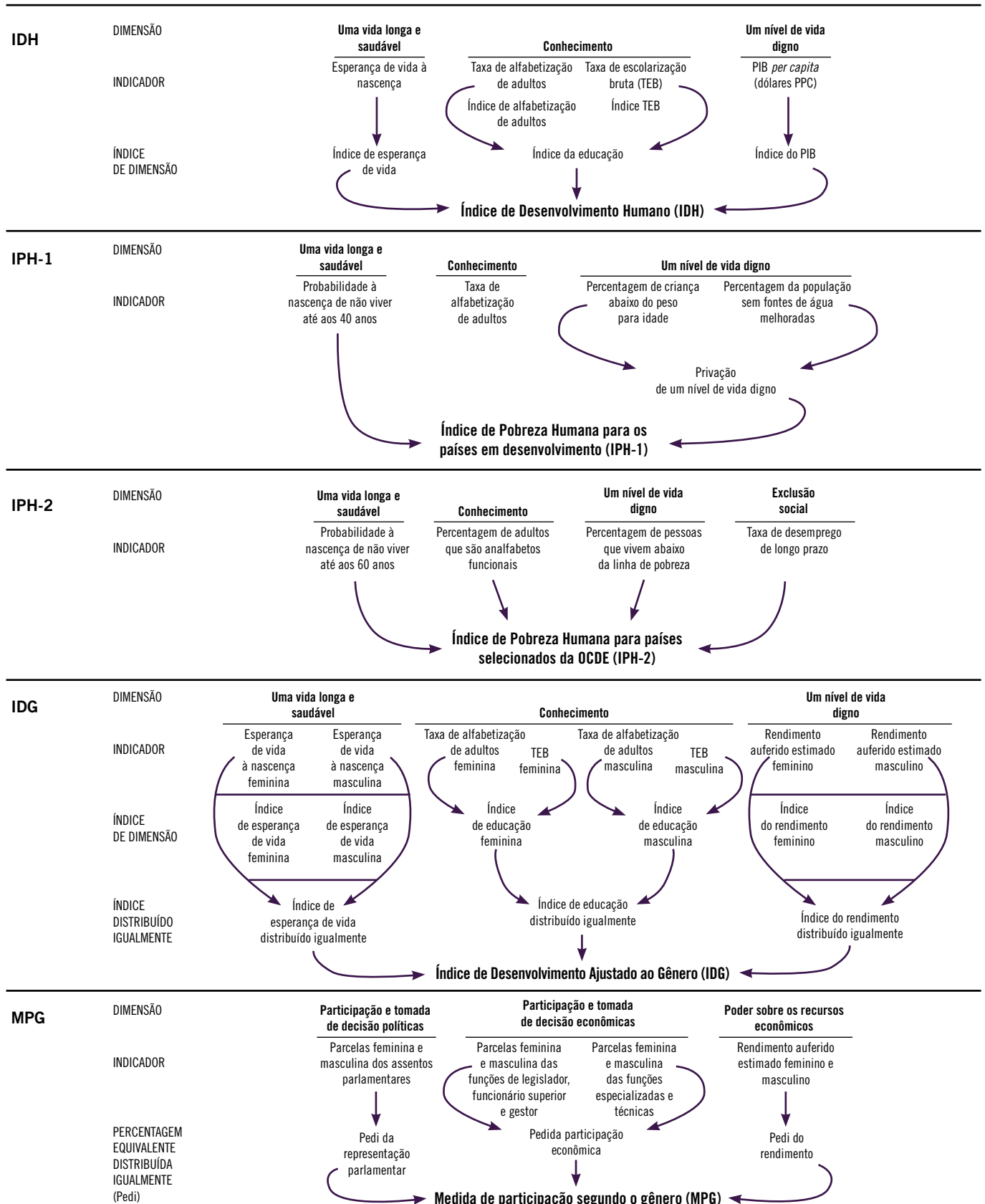
No *ranking* com 140 países, o Brasil fica em 52º, logo à frente de Belarus (53º) e Ilhas Maurício (54º) e logo atrás de Romênia (51º) e Malásia (50º). No entanto, como o *ranking* do IDH possui 177 países, se acrescentarmos os países que estariam à frente do Brasil na lista do IDH à lista do IDG, o País acaba ficando na 64ª posição, ou seja, apenas uma posição atrás da sua posição no *ranking* do IDH. Isso indica uma virtual igualdade de gênero no País (as mulheres vivem mais e possuem mais escolaridade, porém a renda menor reduz as condições de vida das mulheres). Assim como na lista do IDH, no IDG o líder é a Noruega, e o último colocado, Níger.

A Medida de Participação Segundo o Gênero (MPG) revela se as mulheres tomam parte ativa na vida econômica e política. Incide nas desigualdades entre homens e mulheres em áreas-chave da participação econômica e política, bem como na tomada de decisões. Verifica a quota de assentos no parlamento ocupados por mulheres, de legisladores femininos, de funcionários superiores e gestores e de profissionais liberais e técnicos femininos. Também inclui a disparidade entre homens e mulheres em matéria de rendimentos, refletindo a independência econômica.

Os países nórdicos e a Holanda encabeçam a MPG, enquanto os países da região árabe estão entre os que têm classificações mais baixas. Um alto rendimento não garante a igualdade do gênero: o Japão classifica-se abaixo das Filipinas e do Botsuana no que se refere à MPG.

NOTA TÉCNICA 1 CÁLCULO DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os diagramas seguintes oferecem uma visão clara do modo como são construídos os cinco índices de desenvolvimento humano utilizados no *relatório do desenvolvimento humano*, realçando tanto as semelhanças, como as diferenças.



GNH – Gross National Happiness

FIB – Felicidade Interna Bruta

Centro de Estudos do Butão

PAÍS

Butão

O QUE É?

Os indicadores FIB (Felicidade Interna Bruta) servem como ferramentas de avaliação para acompanhar os progressos de desenvolvimento em longo prazo. Tais indicadores têm como metas exibir um senso comum de propósito e oferecer àqueles responsáveis pelas políticas públicas orientação para seus programas, que deverão ser coerentes com os valores do FIB.

O FIB é gerado de modo a demonstrar cientificamente a felicidade e o bem-estar geral da população, mais precisamente no Butão e de forma mais profunda do que medidas monetárias. A medida informa tanto à população do Butão quanto ao resto do mundo os atuais níveis de satisfação humana naquele país e como eles variam entre distritos, de forma dinâmica e também trazendo informações importantes para a política governamental.

Agora, como identificar quem é feliz? Os entendimentos budistas de felicidade são muito mais amplos do que aqueles que são referidos como “felicidade” na literatura ocidental. O FIB assume aquilo que é conhecido como a “união”, a abordagem da identificação na literatura da medição multidimensional. A pessoa que conseguiu boas satisfações em todas as nove dimensões é considerada feliz.

ORIGEM

“A Felicidade Nacional Bruta é mais importante do que o Produto Interno Bruto.” – frase cunhada por Sua Majestade, autor do FIB, o quarto Rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck HM, nos anos 70.

Coincidindo com a coroação do 5º rei do Butão, Sua

Majestade Jigme Khesar Namgyel Wangchuck, em novembro de 2008, o Governo Real do Butão adotou oficialmente o índice FIB. Em dezembro de 2006, ele já havia proclamado que a concretização da visão do FIB seria uma das quatro principais responsabilidades de seu reinado. Sua Majestade Rei Khesar ressaltou que o objetivo das alterações sociais, econômicas e políticas no Butão é atingir as metas do FIB.

A Constituição do Butão diz que o Estado e o Governo têm como responsabilidade utilizar o FIB. O FIB deve tornar-se um árbitro sério de políticas públicas.

Enfim, o índice FIB foi desenvolvido pelo Centro de Estudos do Butão, um centro de pesquisa e de investigação não governamental e sem fins lucrativos baseado na capital do país, Thimphu.

OBJETIVO

Os esforços no sentido de desenvolver o índice FIB foram realizados com o objetivo de fornecer ao Butão um valioso conjunto de indicadores que possam ser utilizados na sua tomada de decisões para o desenvolvimento mais global e harmonioso de suas metas.

O objetivo do FIB é uma reflexão dos valores, definição dos padrões de referência e monitoramento das políticas e dos desempenhos do país.

CONTEÚDO

O FIB é constituído por 72 indicadores, que cobrem nove dimensões, consideradas os principais componentes da felicidade e do bem-estar no Butão. Essas nove dimensões são igualmente ponderadas. Dentro de cada dimensão, os indicadores são igualmente ponderados, mas, como existem diferentes números de indicadores por dimensão, estes podem assumir diferentes pesos no cálculo da medida global.

As nove dimensões são:

1. Bem-estar Psicológico
2. Uso do Tempo
3. Vitalidade da Comunidade
4. Cultura
5. Saúde
6. Educação
7. Diversidade do Meio Ambiente
8. Padrão de Vida
9. Governança

Essa perspectiva de “felicidade” possui realizações suficientes para cada uma das nove dimensões.

FIB – ÍNDICES VARIÁVEIS

1. INDICADORES DE BEM-ESTAR PSICOLÓGICO

- 1 Questionário geral sobre saúde
- 2 Frequência de orações
- 3 Frequência de meditação
- 4 Levar em conta o carma na vida cotidiana
- 5 Egoísmo
- 6 Inveja
- 7 Calma
- 8 Compaixão
- 9 Generosidade
- 10 Frustrações
- 11 Consideração de cometer suicídio

2. INDICADORES ECOLÓGICOS

- 1 Poluição dos rios
- 2 Erosão do solo
- 3 Método de eliminação de resíduos
- 4 Nomes e espécies de plantas e animais
- 5 Cercas vivas (árvores) ao redor de sua fazenda ou casa

3. INDICADORES DE SAÚDE

- 1 Autorrelatos do estado de saúde
- 2 Longo prazo de deficiência
- 3 Saúde nos últimos 30 dias
- 4 Índice de Massa Corpórea
- 5 Conhecimento sobre as formas de transmissão do vírus HIV/Aids
- 6 Tempo de amamentação exclusiva para as crianças
- 7 A distância percorrida a pé até o centro de saúde mais próximo

4. INDICADORES DE EDUCAÇÃO

- 1 Nível de educação
- 2 Taxa de alfabetização
- 3 Capacidade de compreensão
- 4 Histórico da alfabetização (conhecimento sobre lendas locais e histórias folclóricas)

5. INDICADORES CULTURAIS

- 1 Qual a primeira língua a falar
- 2 Frequência com que brinca com jogos tradicionais
- 3 Aptidão para *Zorig Chusum*
- 4 Importância da disciplina (*Drig*) para as crianças
- 5 Ensinar as crianças a importância da imparcialidade para com ricos, pobres, diferente estatuto etc.
- 6 Conhecimento da máscara e de outras festas realizadas em *tshachus*
- 7 Importância da reciprocidade

8 Matar

9 Roubar

10 Mentir

11 Mau comportamento sexual

12 Quantidade de dias que reservou durante o ano para os festivais da comunidade

6. INDICADORES DE PADRÃO DE VIDA

1 Renda domiciliar

2 Renda suficiente para suprir as necessidades diárias

3 Insegurança alimentar

4 Possuir casa própria

5 Quantos quartos

6 Comprar roupas de segunda mão

7 Dificuldade em contribuir para as festas da comunidade

8 Postergar reparos urgentes e manutenção de seu ambiente familiar (casa)

7. INDICADORES DE USO DE TEMPO

1 Total de horas trabalhadas

2 Quantidade de horas de sono

8. INDICADORES DE VITALIDADE COMUNITÁRIA

1 Sentimento de confiança em relação aos vizinhos

2 Vizinhos se ajudam dentro da comunidade

3 Trabalho de intercâmbio com os membros da comunidade

4 Socialização com os amigos

5 Os membros de sua família realmente se cuidam entre si

6 Seu desejo era não fazer parte desta família

7 Os membros de sua família discordam muito entre si

8 Existe muita compreensão em sua família

9 Sua família tem recursos reais para lhe proporcionar conforto

10 Quantidade de parentes que vivem na mesma comunidade

11 Vítima de crime

12 Sentimentos de segurança com relação a danos humanos

13 Sentimento de inimizade na comunidade

14 Quantidade de dias dedicados ao voluntariado

15 Quantidade de doações financeiras

16 Disponibilidade para apoio social

9. INDICADORES DE BOA GOVERNANÇA

1 *Performance* do Governo Central em reduzir as diferenças entre ricos e pobres

2 *Performance* do Governo Central no combate à corrupção

3 Direito de liberdade de expressão e opinião

4 Não discriminação baseada em raça, sexo, religião, língua, política ou outras formas

5 Confiança nos Ministérios Centrais

6 Confiança na administração *dzongkhag*

7 Confiança na imprensa

PASSO A PASSO

O FIB é construído em duas etapas: identificação e agregação.

- **Identificação:** é calculada uma linha de corte para cada indicador, em cada uma das nove dimensões, que pode ser alvo de discussão pública. A dificuldade em estabelecer este patamar não pode inviabilizar essa medida.
- **Agregação:** são identificadas as lacunas da felicidade nacional.

Após ter calculado e avaliado os índices das nove dimensões, é calculado o número de pessoas que não atingiram a linha de corte em cada indicador, dividido pelo número de carência apontadas pela população. Esse número representa a contribuição percentual de falta de felicidade.

O FIB é representado por um número usado como um instrumento de política por captar uma enorme quantidade de informações interligadas.

Ele é comparado:

- entre os diferentes distritos pesquisados;
- no tempo, para checar se os seus resultados estão diminuindo ou aumentando e, assim, realizar futuros estudos;
- por gênero, por ocupação, por faixa etária etc., fazendo um cruzamento com os diferentes distritos a fim de verificar

como as deficiências irão variar conforme os pesquisados, revelando, também, em quais das nove dimensões a linha de corte é mais aguda;

- por dimensão, monitorando a decomposição do FIB para, se necessário, diminuir qualquer dimensão.
- por gravidade das privações, identificando se o resultado abaixo da satisfação vai se aprofundando ou diminuindo ao longo do tempo.

METODOLOGIA

<http://grossnationalhappiness.com/screeningTools/screeningTools.aspx>

RESULTADOS

Seguem algumas das conclusões do FIB no Butão:

- Os homens são usualmente mais felizes do que as mulheres.
- Dos 12 *Dzonkhags*, os mais felizes são Wangdue Phodrang e Thimphu; os menos felizes são Gasa e Tashigang.
- Das nove dimensões, “uso do tempo” e “boa governança” tiveram a maior frequência.

REFERÊNCIA

<http://grossnationalhappiness.com>

DICA DO GROSS INTERNATIONAL HAPPINESS PROJECT (GIH)

O QUE É

O GIH visa desenvolver indicadores mais apropriados e inclusivos, que meçam verdadeiramente a qualidade de vida nas nações e nas organizações.

ORIGEM

O GIH inspira-se no conceito de Felicidade Nacional Bruta (Gross National Happiness – GNH), proposto pelo rei do Butão, que coloca os indivíduos no topo da agenda de desenvolvimento nacional. Baseado na filosofia e nos valores budistas, o GIH apresenta um paradigma radicalmente diferente, capaz de oferecer verdadeira sustentabilidade.

OBJETIVO

O GIH visa a unir esforços internacionais na área da criação de indicadores alternativos de desenvolvimento, economia humana e psicologia da felicidade, a fim de que esforços individuais possam se beneficiar mutuamente e impactar com mais força, de forma coletiva, as agendas de desenvolvimento internacionais.

CONTEÚDO

O Projeto GIH consiste em uma série de conferências, seminários, pesquisas e publicações em todo o mundo. O primeiro encontro foi realizado no Butão (fevereiro de 2004), seguido por conferências na Mongólia (julho de 2004) e na Holanda (2005).

PASSO A PASSO

O Projeto GIH é orientado por um seleto grupo de especialistas, formando uma força-tarefa, e aproveita as melhores práticas de um número crescente de países e empresas que vêm começando a implementar sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, ao mesmo tempo em que reúne pesquisas e práticas internacionais voltadas para indicadores de desenvolvimento sustentável que levem em conta valores ambientais e sociais. O conceito de Felicidade Nacional Bruta deve incorporar esses valores, mas também os transcende, ao incluir valores que refletem o

bem-estar geral em uma perspectiva mais longa e duradoura. Um possível Índice de Felicidade Nacional Bruta pode ser a próxima inovação em índices, um aperfeiçoamento dos indicadores que medem valores sociais e ambientais.

O Projeto GIH é uma colaboração entre as seguintes instituições:

- Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Butão (SDS) e Centro de Estudos Butaneses
- Spirit in Business, EUA e Holanda
- Social Venture Network Asia, Tailândia
- Icons, Redefining Progress & Implementing New Indicators on Sustainable Development, Brasil
- Inner Asia Center for Sustainable Development, Holanda
- Governo da Mongólia
- The Values Center, EUA
- Society for Ecology and Culture, Reino Unido e Ladakh, Índia
- Genuine Progress Indicators, GPI Atlantic, Canadá
- New Economics Foundation, Reino Unido

REFERÊNCIAS

www.grossinternationalhappiness.org

Livro: Primeira Conferência sobre Felicidade Nacional Bruta, no Butão
www.grossinternationalhappiness.org/downloads/Book-GNH-I-1.pdf

Relatório sobre a Conferência sobre Felicidade Nacional Bruta, realizada entre 18 e 20 de fevereiro de 2004, no Butão. Um projeto internacional de pesquisa e diálogo visando ao desenvolvimento de políticas e indicadores voltados para valores reais, desenvolvimento sustentável e bem-estar para nações e organizações.

www.grossinternationalhappiness.org/downloads/GIH_report_18-2-04.doc

BIP 40 – Baromètre des Inégalités et de la Pauvreté

Réseau d’alerte sur les inégalités et de la pauvreté

PAÍS

França

O QUE É

Indicador sintético das desigualdades e da pobreza.

ORIGEM

Divulgado, em 2002, pela Rede de Alerta sobre Desigualdade e Pobreza (Réseau d’Alerte sur les Inégalités et de la Pauvreté).

OBJETIVO

Abranger várias dimensões das desigualdades e da pobreza, construir, para cada dimensão, um indicador (ele próprio produto de diversos indicadores) que permita acompanhar a evolução no tempo das desigualdades correspondentes e, por fim, somar (ou agregar) esses indicadores por dimensões, visando obter um índice global.

CONTEÚDO

São seis dimensões (58 indicadores):

1. Emprego e trabalho (indicadores em quatro rubricas)
2. Renda (15 indicadores em quatro rubricas)

3. Saúde (5 indicadores)
4. Educação (5 indicadores)
5. Moradia (5 indicadores)
6. Justiça (4 indicadores)

ÍNDICE EMPREGO

- índice relativo às condições de trabalho;
- índice de desemprego;
- índice de precariedade;
- índice relativo às relações profissionais.

ÍNDICE RENDA

- índice de salários;
- índice de consumo;
- índice de desigualdades de rendimentos e de tributação;
- índice de pobreza.

ÍNDICE SAÚDE

- expectativa de vida ao nascer;
- diferença de expectativa de vida entre executivos e trabalhadores;
- proporção das despesas de saúde no PIB;
- proporção das despesas de saúde a cargo das famílias;
- disparidade das despesas médicas regionais.

ÍNDICE EDUCAÇÃO

- acesso à conclusão de curso;
- evasão escolar;
- desigualdades de nível em francês;
- desigualdades de nível em matemática;
- proporção de crianças de executivos em relação às crianças de empregados nos vestibulares.

ÍNDICE MORADIA

- peso das despesas de moradia no consumo das famílias,;
- índice do preço dos aluguéis em relação ao índice dos preços ao consumo;
- proporção do financiamento à habitação;
- proporção de ajuda à moradia nas despesas de moradia;
- número de queixas judiciais dos locadores por não receber os aluguéis.

ÍNDICE JUSTIÇA

- taxa de aprisionamento;
- taxa de detenção provisória;
- proporção de condenados a penalidades superiores a cinco anos;
- taxa das concessões da condição de refugiados.

PASSO A PASSO

A construção do indicador se faz em duas etapas. A primeira etapa consiste em dar uma nota, compreendida entre o intervalo 0-10, para cada indicador. Ao valor mais baixo observado sobre o período é atribuída nota 0, e, reciprocamente, nota 10 é atribuída ao valor mais elevado. Um aumento do índice significará um agravamento da desigualdade ou da pobreza.

A segunda etapa consiste em agregar aos índices uma ponderação diferente entre as seis dimensões. O BIP 40 atribui maior importância aos índices Renda e Emprego, que têm um peso de um quarto cada um, enquanto os outros índices representam, cada um, um oitavo.

Efetuada a soma ponderada desses indicadores, chega-se a um índice que traduz a tendência obser-

vada, ano após ano, na evolução das desigualdades e da pobreza.

É possível calcular seu BIP 40 fazendo sua própria ponderação.

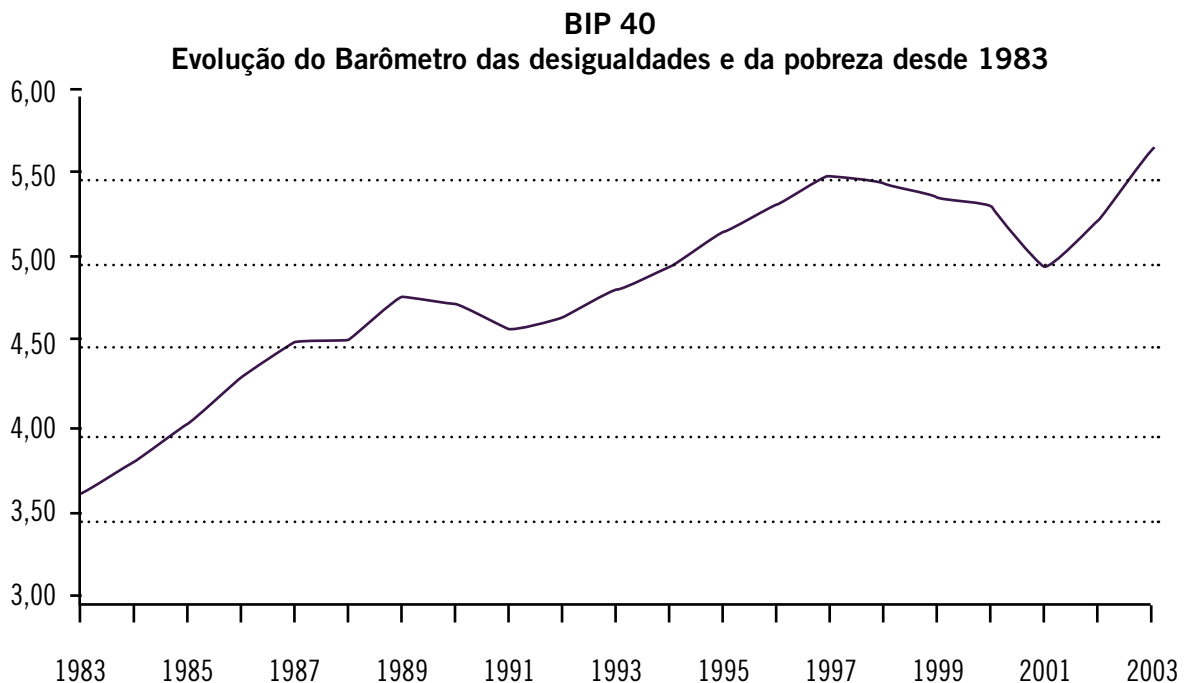
www.bip40.org/bip40_2003.xls

RESULTADOS

Pelo terceiro ano consecutivo, as desigualdades e a pobreza progrediram na França, em 2004. Após uma redução entre 2000 e 2001, as desigualdades começaram a aumentar a partir de 2002, principalmente a partir do verão de 2003, e prosseguiram em 2004, ano em que as desigualdades atingiram o seu maior nível em 20 anos.

REFERÊNCIA

www.bip40.org



Balanço Contábil das Nações

O QUE É

O Balanço Contábil das Nações é uma metodologia para a elaboração de relatórios financeiros de países ou regiões, por meio do método *inquired balance sheet* e da equação básica da contabilidade: ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido, composto por dados físicos (recursos florestais) e financeiros.

ORIGEM

O modelo originou-se num grupo formado por pesquisadores do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), do Instituto de Pesquisas da Civilização Yoko (IPCY), do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/USP) e do Instituto de Pesquisas em Energia Nuclear (IPEN/USP).

OBJETIVO

O Balanço Contábil das Nações tem por objetivo evidenciar a conta que cada cidadão terá que arcar diante dos fenômenos de mudanças climáticas globais e do aquecimento global, diante do aumento da concentração dos gases de efeito estufa, ou *greenhouse gas* (GHG). Mostra situações de superávit ou *deficit* e permite reflexões individuais e coletivas sobre ações globais, regionais e locais em relação a políticas e mecanismos de preservação ambiental.

CONTEÚDO

O Balanço Ambiental de cada país tem os ativos representados pelos seus recursos florestais, os passivos correspondem às obrigações em relação à preservação do meio ambiente e o patrimônio líquido significa a parcela residual destinada a recompor as reservas naturais para as gerações atual e futuras.

Os ativos são avaliados monetariamente (US\$), adotando-se como custo de oportunidade o Produto Interno Bruto, modalidade paridade do poder de compra, ou *gross domestic product – purchasing power parity* (GDP-ppp), ajustado pelo consumo médio de energia em tonelada equivalente de petróleo, ou *tons of oil equivalent* (TOE). O patrimônio líquido é quantificado em função do saldo residual entre as emissões e capturas de carbono (CO₂) para cada país ou região, calculado com base no custo previsto de captura de carbono e nos cenários previstos nos *Special Report on Emission Scenarios* (SRES) do IPCC. O Passivo é apurado por equivalência contábil. Como justificativas aos critérios adotados:

O GDP-ppp: representa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado país e, por esse motivo, foi definido como parâmetro de avaliação dos ativos. O método paridade do poder de compra (ppp) é adotado pela ONU e pelo Banco Mundial e permite uma melhor comparabilidade entre os países. Devido às limitações dessa medida de crescimento econômico, propôs-se o ajuste pelo consumo de energia.

Consumo médio de energia (em TOE): está relacionado diretamente com as emissões dos GHG, em especial o CO₂, e com o nível de desenvolvimento econômico e social dos países. Apresenta-se desigualmente distribuído, como se observa: média mundial (1,69 TOE), EUA (8,45), Alemanha (4,2), Japão (4,05), Rússia (3,5), Brasil (1,09), China (0,66), Índia (0,32), Bangladesch (0,15). Isso implica que, para gerar uma mesma quantidade de US\$ num determinado país, as emissões de CO₂ e a degradação ambiental são desiguais. Nos países em que esse consumo é inferior a 1 TEP, as taxas de analfabetismo, mortalidade infantil e fertilidade são altas, enquanto a expectativa de vida e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são baixos. Assim, apesar da necessidade de redução emergente do consumo de energia, é vital aumentar a barreira de 1 TEP nos países pobres (GOLDEMBERG, 2007).

Saldo residual de CO₂: os estoques de carbono florestal contidos na biomassa e nos compostos orgânicos do solo representam depositários de carbono evitado na atmosfera e foram convertidos em MegaTonelada de Carbono (MTonC), de acordo com as áreas dos biomas de cada país e respectivas taxas de estocagem sugeridas pelo IPCC (2000). O saldo residual é apurado diminuindo-se o montante das emissões acumuladas de carbono de acordo com as várias combinações de cenários SRES A1B1 e A2B2 do IPCC, 2050, abrangendo desmatamento, uso de tecnologias e cumprimento do protocolo de Kyoto.

PASSO A PASSO

Os procedimentos básicos para a elaboração do Balanço das Nações de determinado país ou região são os seguintes:

1. Obtenção dos dados: Produto Interno Bruto (GDP-ppp), consumo médio de energia anual (TOE), número de habitantes, área florestal das biomassas e compostos orgânicos, taxa de estocagem de carbono e custo sugerido pela ONU do carbono evitado.
2. Mensuração do Ativo Ambiental: apuração do GDP-ppp *per capita* pelo número de habitantes e divisão pelo consumo médio de energia em TOE.
3. Mensuração do Patrimônio Líquido Ambiental: apuração do saldo residual de carbono obtido pela diferença entre o saldo em estoque (área florestal vezes taxa de captura de carbono) e as emissões estimadas de carbono nos cenários estabelecidos pelo IPCC. Por último, efetua-se a conversão do saldo em MtonC para US\$ pelo custo sugerido nos relatórios da ONU.
4. Mensuração do Passivo Ambiental: obtido por equivalência contábil.

RESULTADOS

Os resultados desse modelo mostram a situação ambiental *per capita* para cada país ou região estudada, na forma de um Balanço Patrimonial Ambiental.

O estudo pioneiro da USP foi apresentado durante o evento do Prêmio Eco 2008, da Amcham do Brasil, em conjunto com palestra do ministro Roberto Mangabeira Unger sobre Mitos e realidades da Amazônia. Abranqueu uma amostra de sete países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e de países desenvolvidos da América, Europa e Ásia (EUA, Alemanha e Japão), que representam 68% do PIB, 50% da população e 48% do consumo de energia e os principais blocos econômicos.

O balanço consolidado para o planeta, resultante do estudo, mostrou-se deficitário, com um patrimônio líquido negativo, ou seja, um passivo ambiental a descoberto equivalente a US\$ 2,3 mil anuais para cada um dos 6,6 bilhões de habitantes. Nesse cenário falimentar, Brasil e Rússia terão papel fundamental, na medida em que devem apresentar “superávit ambiental”, vantagem sumariamente condicionada a ações urgentes contra os desmatamentos hoje observados.

EQUIPE DA USP

José Roberto Kassai (FEA/USP e IPCY) – jrkassai@usp.br

Rafael Feltran-Barbieri (Procam/USP) – rafaelfb@usp.br

Francisco Carlos B. Santos (Ipen/USP) – fcarlos@usp.br

L. Nelson Carvalho (FEA/USP) – Inelson@usp.br

Yara Cintra (FEA/USP) – yaracintra@usp.br

Alexandre Foschine (IPCY) – afoschine@uol.com.br

Barometer of Sustainability

The World Conservation Union (IUCN) e The International Development Research Centre (IDRC)

PAÍS

Canadá

O QUE É

Uma metodologia para avaliar e relatar o progresso em direção a sociedades sustentáveis que combina, de modo coerente, diversos indicadores sociais e ambientais, fornecendo uma avaliação do estado das pessoas e do meio ambiente por meio de uma escala de índices.

ORIGEM

Desenvolvida por diversos especialistas, ligados, principalmente, aos institutos The World Conservation Union, IUCN e The International Development Research Centre, IDRC. Prescott-Allen é um dos principais pesquisadores envolvidos no desenvolvimento dessa ferramenta.

OBJETIVO

É um modelo sistêmico de mensuração da sustentabilidade. Oferece imagens claras, rapidamente comunicadas, da condição do ambiente, da condição das pessoas e, quando analisadas em conjunto, do progresso geral em direção à sustentabilidade. Também compara o bem-estar humano e o do ecossistema dentro das sociedades, a velocidade e o sentido da mudança e os principais pontos fortes e fracos.

O Barômetro da Sustentabilidade é destinado, segundo seus autores, às agências governamentais e não governamentais, a gestores e pessoas envolvidas com

questões relativas ao desenvolvimento sustentável, em qualquer âmbito do sistema, do local ao global.

CONTEÚDO

É a única escala de desempenho destinada a medir o bem-estar humano e do ecossistema conjuntamente, sem sobrepor um ao outro. Seus dois eixos – um para o bem-estar humano, outro para o do ecossistema – permitem que indicadores socioeconômicos e ambientais sejam combinados independentemente, mantendo-os separados, possibilitando análises de interações pessoas-ecossistemas.

A ferramenta combina uma série de indicadores ambientais e sociais (selecionados pela comunidade em questão), como, por exemplo: qualidade da água, emprego, economia, educação, crime, violência etc., utilizando escalas de *performance*. Bom ou ótimo são definidos como um extremo da escala, e ruim ou péssimo, como o outro extremo. Assim, as posições dos indicadores podem ser esboçadas dentro dessa escala. O resultado é um grupo de medidas de *performance*, todas utilizando a mesma escala geral, possibilitando, assim, a combinação e a utilização conjunta dos indicadores.

A definição dos indicadores parte de alguns princípios-chave, como a consideração de que as pessoas fazem parte do ecossistema e, portanto, as pessoas e os ecossistemas devem ser tratados conjuntamente e com igual importância; de que o levantamento das questões relevantes dentro de um contexto é fundamental e deve ser feito por um grupo de pessoas ligadas a esse contexto (envolvimento da comunidade) e que se dispõem a questionar e aprender coletivamente, já que se reconhece a falta de conhecimento sobre as relações entre pessoas e ecossistemas.

Trata-se, para o autor Prescott-Allen, de um caminho lógico para transformar os conceitos gerais do desenvolvimento sustentável, bem-estar e progresso em um grupo de condições humanas e ecológicas concretas.

PASSO A PASSO

Para calcular ou medir o progresso em direção à sustentabilidade, são calculados os valores para os índices de bem-estar social e da ecossfera, bem como os dos subíndices, caso existam. O índice de bem-estar do ecossistema identifica tendências da função ecológica no tempo. É uma função da água, da terra, do ar, da biodiversidade e da utilização dos recursos. O índice de bem-estar humano representa o nível geral de bem-estar da sociedade e é uma função do bem-estar individual, saúde, educação, desemprego, pobreza, rendimentos, crime, bem como negócios e atividades humanas.

Trata-se de um gráfico bidimensional, em que os estados do bem-estar humano e do ecossistema são colocados em escalas relativas, que vão de 0 a 100, indicando uma situação de ruim até boa em relação à sustentabilidade. A localização do ponto definido por esses dois eixos, dentro do gráfico bidimensional, fornece uma medida de sustentabilidade ou insustentabilidade do sistema. A representação gráfica dos resultados obtidos com a utilização dessa ferramenta pode ser visualizada na figura ao lado.

Os índices calculados para cada uma das dimensões do sistema são plotados no gráfico a partir de seus respectivos eixos. O ponto de intersecção entre esses índices, representados dentro do gráfico, fornece um retrato acerca da sustentabilidade do sistema. As tendências podem representar o progresso ou não de uma determinada cidade, estado ou nação.

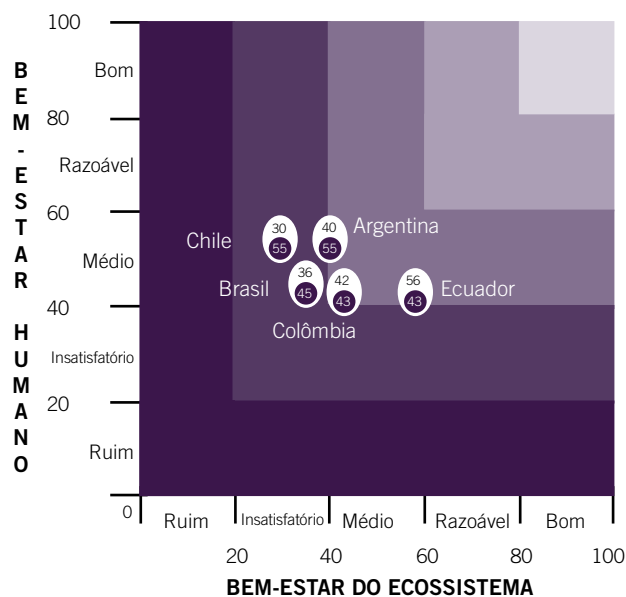
A escala utilizada no Barometer of Sustainability, para cada um dos eixos, varia de 0 a 100, consistindo em 100 pontos e uma base 0. Ela está dividida em cinco setores de 20 pontos cada um, mais sua base, equivalente a 0. Cada setor corresponde a uma cor, que varia do vermelho até o verde, como pode ser observado na figura ao lado.

RESULTADOS

Ainda é necessário testar o Barômetro como protótipo de instrumento de medição de saúde de ecossistemas em condições culturais e ecológicas bastante diferentes. O campo de testes envolve um processo conhecido como “comunidade sentinela” (Sentinel Community Surveillance – SCS), que representa uma combinação de técnicas de medição quantitativas e qualitativas. O sistema proporciona um diálogo entre as comunidades e os serviços públicos e, com apoio do IDRC, já está em operação em 37 países em todo o mundo. Essa proposta testará o Barômetro em pelo menos uma região de quatro países selecionados: Costa Rica, Uganda, Nepal e México. Tratará de questões-chave sobre como o Barômetro conduz a diferentes medidas práticas; o que há por trás de suas leituras; e como uma nova situação se reflete em um instrumento

diferente. Também abordará a otimização da entrada de dados, o equilíbrio entre dados quantitativos e qualitativos e o equilíbrio entre saúde humana e condição do ecossistema. Até onde puder ser ligada à governança, a avaliação da capacidade do Barômetro em se tornar uma importante ferramenta na mobilização da comunidade, baseada em evidências adequadas, será determinada.

O BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE



Fonte: Prescott-Allen, 2001

REFERÊNCIAS

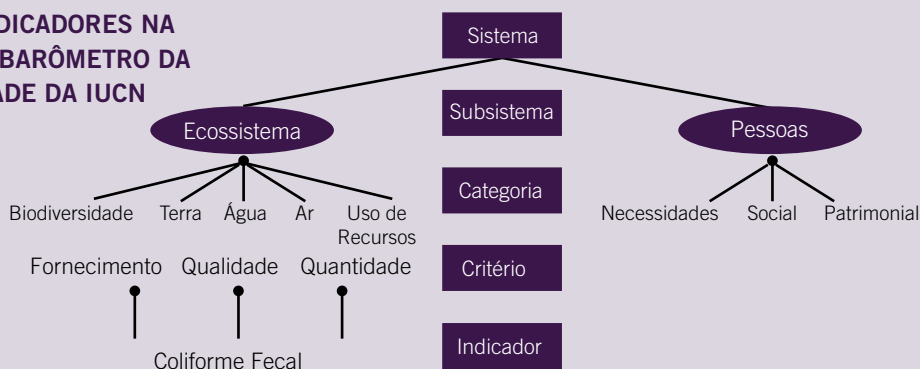
www.idrc.ca

<http://www.iucn.org/>

Prescott-Allen, R. *The Wellbeing of Nations: a country-by-country index of quality of life and the environment*. Washington: Island Press, 2001.

An Approach to Assessing Progress toward Sustainability: Tools and Training Series. IUCN – Publication Services Unit, 219, C Huntingdon Road, Cambridge CB 3 ODL, UK.

RESUMO DOS INDICADORES NA HIERARQUIA DO BARÔMETRO DA SUSTENTABILIDADE DA IUCN



FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Indique se o sistema ou tecnologia produz um impacto negativo (-), positivo (+) ou neutro (n) nos critérios abaixo.

ECOSSISTEMA

Biodiversidade

- Diversidade da vida selvagem
- Espécies raras ou ameaçadas
- Abundância das espécies
- Diversidade de plantas selvagens
- Diversidade de cultivos
- Introduz espécies exóticas?

Em caso afirmativo, isso poderia ser um impacto negativo (-).

Terra

- *Habitat* de vida selvagem
- Cobertura do solo
- Textura do solo
- Reciclagem de nutrientes
- Fertilidade do solo
- Estrutura do solo
- Estabilidade do solo ou do talude (como erosão)

PESSOAS

Necessidades humanas

- Produções diversas (produtividade)
- Segurança alimentar
- Rendimento (eficiência)
- Risco
- Renda ou distribuição de renda
- Necessidade de capital
- Retorno econômico, margem de lucro
- Necessidade de mão de obra
- Necessidade de manutenção/aprendizagem
- Autossuficiência (usa materiais locais?)
- Controle sobre produção e processo
- Condições de vida (como moradia)
- Saúde humana (como saneamento, toxicidade)
- Fornecimento de energia (como madeira, combustível)

Equidade

Quem se beneficia?

- Mulheres
- Meninas
- Idosos
- Pobres
- Analfabetos
- Homens
- Meninos
- Jovens
- Ricos
- Alfabetizados

Água

- Acesso à água
- Fornecimento de água
- Quantidade de água
- Qualidade da água
- Padrão de drenagem

Ar

- Qualidade do ar

Uso de Recursos

- Uso da terra
- Preservação de recursos naturais
- Uso de recursos

Autodeterminação social

- Estrutura familiar
- Papéis dos gêneros
- Crescimento populacional
- Educação
- Cultura local
- Direitos de comunidades locais
- Saúde da comunidade
- Economia local/fluxo de capital
- (Re)investimento local
- Infraestrutura da comunidade (como estradas)
- Safra da comunidade
- Acesso aos recursos da comunidade (como água, áreas de pastagem)
- Marcos culturais da comunidade
- Atividades recreativas da comunidade
- Posse da terra

Perguntas (Sim = impacto positivo)

- O sistema ou a tecnologia atende aos problemas e às dificuldades identificados pelos habitantes da comunidade?
- As pessoas da comunidade foram envolvidas em todos os estágios do planejamento/desenvolvimento do projeto?
- O sistema ou a tecnologia recebe apoio da estrutura pública local?
- O sistema ou a tecnologia é compatível com as práticas, sabedoria e preferências existentes na comunidade?
- O sistema ou a tecnologia faz uso das práticas locais e das capacidades existentes?
- O sistema ou a tecnologia tem o suporte de outros fatores (como posse da terra, macropolíticas)?

Calvert-Henderson Quality of Life Indicators

Calvert Group

PAÍS

EUA

O QUE É

É um índice de mensuração da qualidade de vida dos Estados Unidos, que considera tendências e resultados econômicos, ambientais e sociais por meio de uma abordagem sistêmica.

ORIGEM

Os Indicadores de Qualidade de Vida Calvert-Henderson surgiram da relação entre uma futuróloga internacional, Hazel Henderson, uma empresa de gerenciamento de ativos financeiros, o Calvert Group, e 12 estudiosos com conhecimento nas dimensões de qualidade de vida.

Publicados, pela primeira vez, em 2000, em forma de livro, os Indicadores são resultado de um abrangente estudo de seis anos, realizado por um grupo multidisciplinar de profissionais e estudiosos integrantes de agências governamentais, empresas e organizações sem fins lucrativos, que percebiam a necessidade de métricas mais práticas e sofisticadas para avaliação de condições sociais.

OBJETIVO

Contribuir para os esforços mundiais no sentido de desenvolver estatísticas abrangentes de bem-estar nacional que possam ir além dos indicadores macroeconômicos tradicionais. “Nosso objetivo foi medir e esclarecer sistematicamente os principais aspectos da qualidade de vida”, explica Hazel Henderson. “Este estudo delinea tendências

de dados estatísticos. Esperamos que seja uma ferramenta valiosa para pessoas, empresas e funcionários empenhados em debates sobre qualidade de vida.”

CONTEÚDO

Uma abordagem sistêmica é usada para ilustrar a condição dinâmica de nossa qualidade de vida social, econômica e ambiental. Os 12 indicadores são:

- Educação
- Emprego
- Energia
- Ambiente
- Saúde
- Direitos Humanos
- Renda
- Infraestrutura
- Segurança Nacional
- Segurança Pública
- Lazer
- Habitação

Cada uma dessas áreas específicas é desdobrada em indicadores mais pontuais, que, como um todo, conseguem cobrir o universo de informações necessárias para desenvolver uma nova forma de concepção sobre qualidade de vida, com uma profundidade que, por meio dos indicadores clássicos, seria inviável.

Escolheu-se não agregar os dados de forma a transformá-los num coeficiente monetário que medisse o valor dos ativos ecológicos. Escolheu-se uma metodologia não amarrada e multidisciplinar para trazer os dados num formato comum, mas não concentrados em um único número. Dessa forma, as pessoas podem focar os detalhes em cada campo.

RESULTADOS

Pela primeira vez, os norte-americanos têm um instrumento de avaliação de como e em que áreas o país está melhorando (ou piorando). Para tanto, não foi preciso construir novos indicadores ou realizar novas pesquisas: o estudo partiu dos dados existentes, e foi realizada uma seleção dos mais confiáveis. Em seguida, esses dados foram cruzados segundo os grandes eixos de resultados práticos esperados pela população.

REFERÊNCIAS

www.calvert-henderson.com
www.calvertgroup.com

O Índice DNA Brasil

Instituto DNA Brasil

O QUE É

O índice tem como objetivo medir o progresso real e a qualidade de vida do País, em relação a uma situação ideal, projetada para ocorrer em 2029.

ORIGEM

O índice DNA Brasil é produto de uma reflexão conjunta sobre o desenvolvimento brasileiro, realizada pelo Instituto DNA Brasil e pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP – Unicamp). O NEPP conta com o apoio de pesquisadores do Instituto de Economia (IE) e do Núcleo de Estudos de População (Nepo), da mesma universidade. Foi estabelecido com a ajuda dos participantes do primeiro evento anual do Instituto DNA Brasil, em 2004.

OBJETIVO

Ele tem como objetivos:

- Visualizar a realidade por meio de indicadores, integrando diversas dimensões.
- Comparar a realidade brasileira com expectativas de futuro e a situação de outros países.
- Balizar a mobilização de atores, públicos e privados, envolvidos em projetos de desenvolvimento.

O objetivo último do Índice DNA Brasil é criar uma mobilização nacional em torno de um projeto para o desenvolvimento social e econômico do País, ressaltando as dimensões problemáticas e estabelecendo, com o máximo rigor e cientificidade possíveis, parâmetros que orientem a formulação de políticas e a ação de atores individuais e institucionais.

CONTEÚDO

O Índice DNA Brasil vai além das dimensões usadas pelo IDH (renda, longevidade e educação) e apura seu resultado tendo por base sete dimensões sociais e econômicas (sem deixar de considerar as **dimensões demográficas** da realidade brasileira):

1. Bem-estar econômico
2. Competição econômica
3. Condições socioambientais

4. Educação
5. Saúde
6. Proteção social básica
7. Coesão social

PASSO A PASSO

Foi definida uma forma geométrica para sintetizar a comparação das dimensões incluídas no estudo, baseada nas projeções feitas pelos participantes da reunião organizada pelo Instituto DNA Brasil em outubro de 2004, às quais foi atribuído o valor 1.

Situações piores para um mesmo indicador brasileiro definem valores inferiores a 1. Situações melhores, se houver, definem valores maiores que 1. O conjunto de pontos definidos pelos indicadores brasileiros apresentados em 2004 e referentes ao ano de 2002 conformou um polígono que pôde ser comparado às projeções realizadas pelos participantes do referido encontro.

Em face da quantidade de indicadores, a área do polígono projetado (externa) se aproxima de um círculo, que foi adotado para facilitar a visualização gráfica. Em 2005, as informações foram atualizadas e, em sua maioria, referem-se a dados do ano de 2003. A comparação com as projeções para 2029 foi realizada possibilitando a verificação da nova situação relativa do Brasil, diante das projeções.

Foi solicitado aos participantes daquele primeiro encontro que projetassem, para cada indicador, uma situação desejável e realista a ser alcançada no ano de 2029, a partir da situação real brasileira retratada com base em informações de 2002.

RESULTADOS

Em sua primeira medição, o índice apontou que o Brasil estava na faixa de 46,8% dos 100% projetados. Em virtude de correções nos indicadores, esse índice acabou sendo corrigido para 47,6%, ou seja, 52,4 pontos percentuais separavam o Brasil de 2004 do Brasil que os conselheiros do Instituto projetaram como factível e racionalmente desejável.

Em 2005, o índice teve uma pequena melhora: foi para 49,3%. Na sua terceira atualização, em 2006, manteve sua tendência de melhora, ainda que mínima, e subiu para 51,4%.

REFERÊNCIAS

www.dnabrasil.org.br

Síntese do índice de 2004 = 46,8% (em PDF)
www.nepp.unicamp.br/dnabrasil/sintese.pdf

Documento completo do índice de 2004 (em PDF)
www.nepp.unicamp.br/dnabrasil/referencia.pdf

DIMENSÕES E INDICADORES SELECIONADOS 2005

BEM-ESTAR ECONÔMICO

Renda *Per Capita* e sua Distribuição Inter-Regional

Relação entre as Remunerações Médias das Mulheres e dos Homens

Relação entre as Remunerações Médias de Negros e de Brancos

Taxa de Ocupação Formal

COMPETITIVIDADE ECONÔMICA

Exportações Mundiais: Evolução da Participação do Brasil, com Destaque para Produtos ou Setores de Média e Alta Intensidade Tecnológica

CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Instalações Adequadas de Esgotamento Sanitário

Destino Adequado do Lixo Urbano

Tratamento do Esgoto Sanitário

EDUCAÇÃO

Taxa de Escolarização Líquida no Ensino Médio

Concluintes do Ensino Médio na Idade Esperada

Desempenho do Aluno no Pisa (Programa Internacional para Avaliação do Estudante)

SAÚDE

Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP)

Mortalidade Infantil

Coefficientes de Mortalidade por Acidentes Cardiovasculares (ACVs) e Acidentes Vasculares Cerebrais (AVCs)

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Cobertura Previdenciária para Maiores de 65 Anos

Financiamento da Atenção à Saúde

COESÃO SOCIAL

Distribuição de Renda Interpessoal

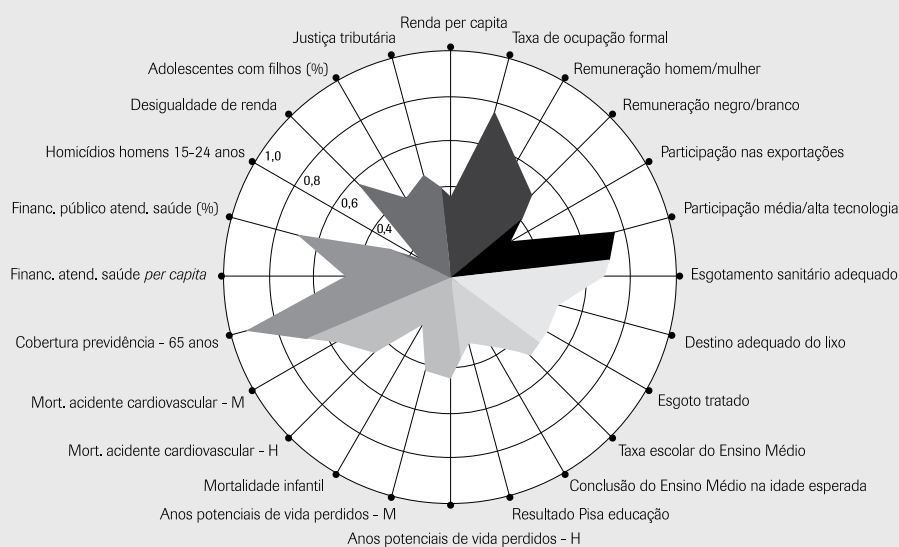
Morte por Homicídio em Homens, na Faixa de 15 a 24 anos

Percentual de Adolescentes que são Mães

Justiça Tributária

Índice DNA Brasil: 49,3%

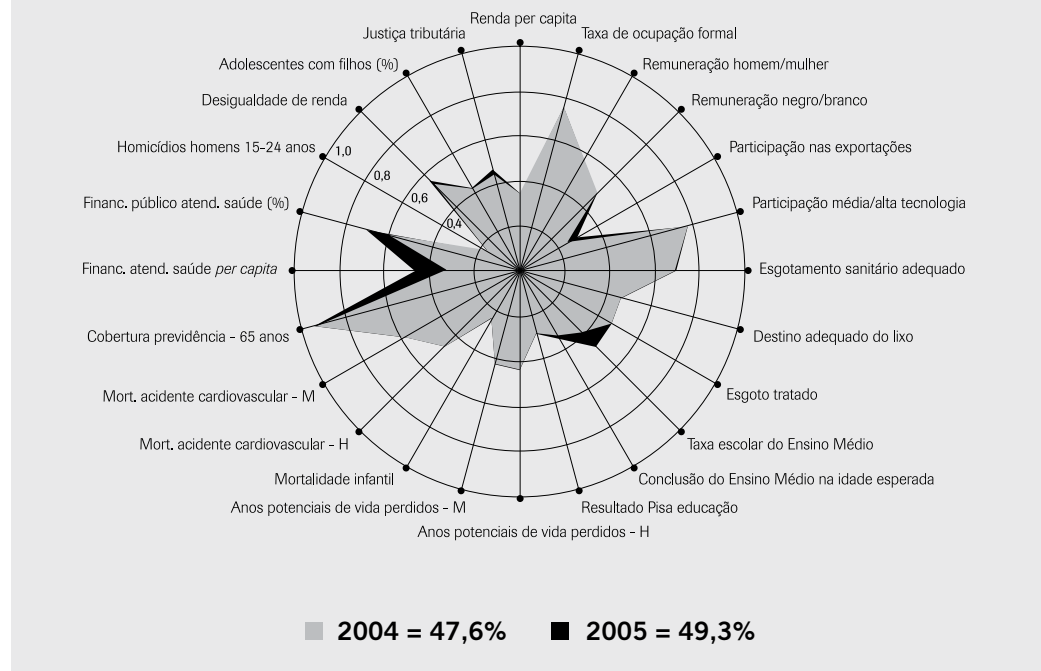
O Brasil que somos e o que gostaríamos de ser.



Dimensões	A. Bem-estar econômico	C. Socioambiental	E. Saúde	G. Coesão social
	B. Compet. econômica	D. Educação	F. Proteção social	

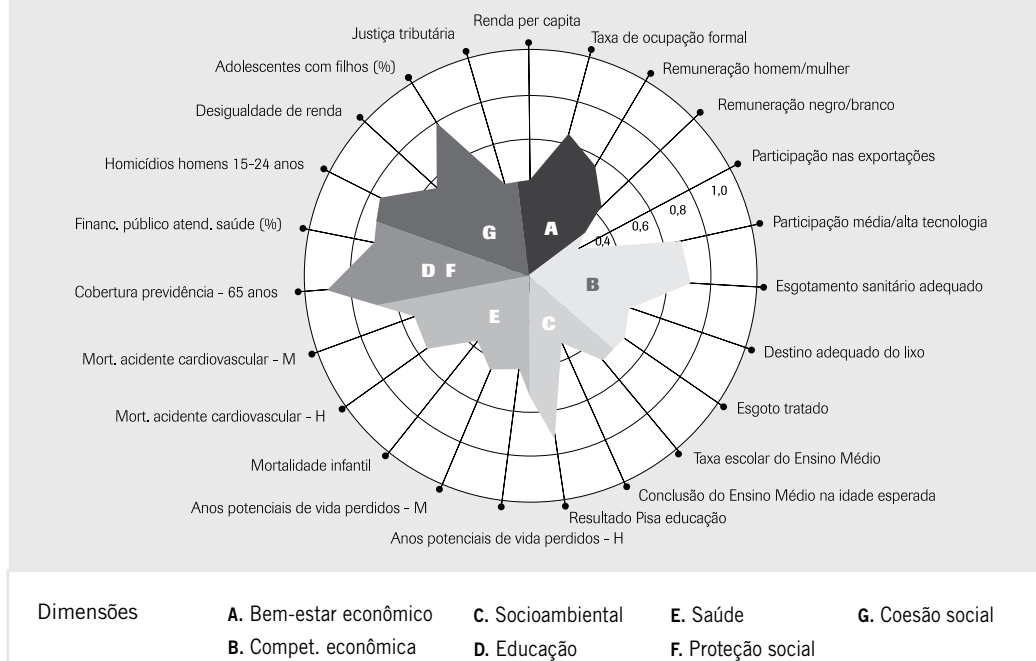
Índice DNA Brasil 2004/2005

Comparação entre o índice 2004 (cinza) e 2005 (preto)



Índice DNA Brasil Real: 55,3%

O que deseja o “Brasil Real”



Dashboard of Sustainability

Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável – IISD

PAÍSES

Canadá e outros

O QUE É

É um índice agregado de vários indicadores de desempenho econômico, social e ambiental que mostra, visualmente, os avanços dos países em direção à sustentabilidade, utilizando a metáfora de um painel de veículo.

ORIGEM

O índice foi desenvolvido pelo Consultative Group on Sustainable Development Indicators, uma equipe internacional de especialistas em sustentabilidade coordenada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IISD), do Canadá.

O Consultative Group on Sustainable Development Indicators desenvolveu um sistema conceitual agregado que fornece informações acerca da direção do desenvolvimento e seu grau de sustentabilidade, o Compass of Sustainability (Compasso da Sustentabilidade), em 1998. Em 1999, o grupo concentrou-se em conectar seu trabalho com a iniciativa de desenvolvimento de indicadores do Bellagio Forum for Sustainable Development (um dos principais financiadores do projeto). Como resultado dessa integração, esse grupo criou a metáfora do painel que resultou no modelo denominado Dash-

board of Sustainability. O painel chamou a atenção internacional e faz parte dos dispositivos de sustentabilidade das Nações Unidas. Em 2003, como contribuição à Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, do Canadá, expandiu o Dashboard para permitir a comparação de dados sociais, econômicos e ambientais dos últimos dez anos. A última contribuição do grupo foi o painel Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDGs).

OBJETIVO

Utilizando-se da metáfora do painel de um veículo, apresentam-se avaliações econômicas, ambientais, sociais e institucionais específicas de cada país. Assim é possível saber se eles se aproximam ou se distanciam de um panorama de sustentabilidade. O painel é adequado para tomadores de decisão e interessados em desenvolvimento sustentável. A ferramenta, disponível *on-line*, foi concebida para ser entendida por especialistas, mídia, formuladores de políticas públicas e o público em geral.

A nova edição do painel promove indicadores para as Metas de Desenvolvimento do Milênio, especialmente para países em desenvolvimento. Esses indicadores ajudam a definir as estratégias de redução da pobreza e monitorar o alcance das metas.

CONTEÚDO

Inicialmente, o sistema foi operacionalizado para a comparação de países a partir de 46 indicadores, que compunham as três dimensões utilizadas: a área meio ambiente, com 13 indicadores, a área econômica, com 15 indicadores e a área social, com 18 indicadores. Esses indicadores formam a base de dados do Consultative Group on Sustainable Development Indicators, que cobre aproximadamente 100 nações.

Cada um dos indicadores dentro dos escopos ou dimensões da sustentabilidade propostos pelo sistema pode ser avaliado tanto em termos de sustentabilidade¹, como no âmbito do processo decisório², a partir de dois elementos principais: importância e *performance*. A importância de um determinado indicador é revelada pelo tamanho que este assume perante os outros na re-

(1) Uma função adicional calcula a média dos mostradores (performances econômica, social e ambiental) para que se possa chegar a um índice de sustentabilidade global ou Sustainable Development Index (SDI).

(2) Caso o objetivo seja avaliar o processo decisório, um índice de performance política, Policy Performance Index (PPI), é calculado.

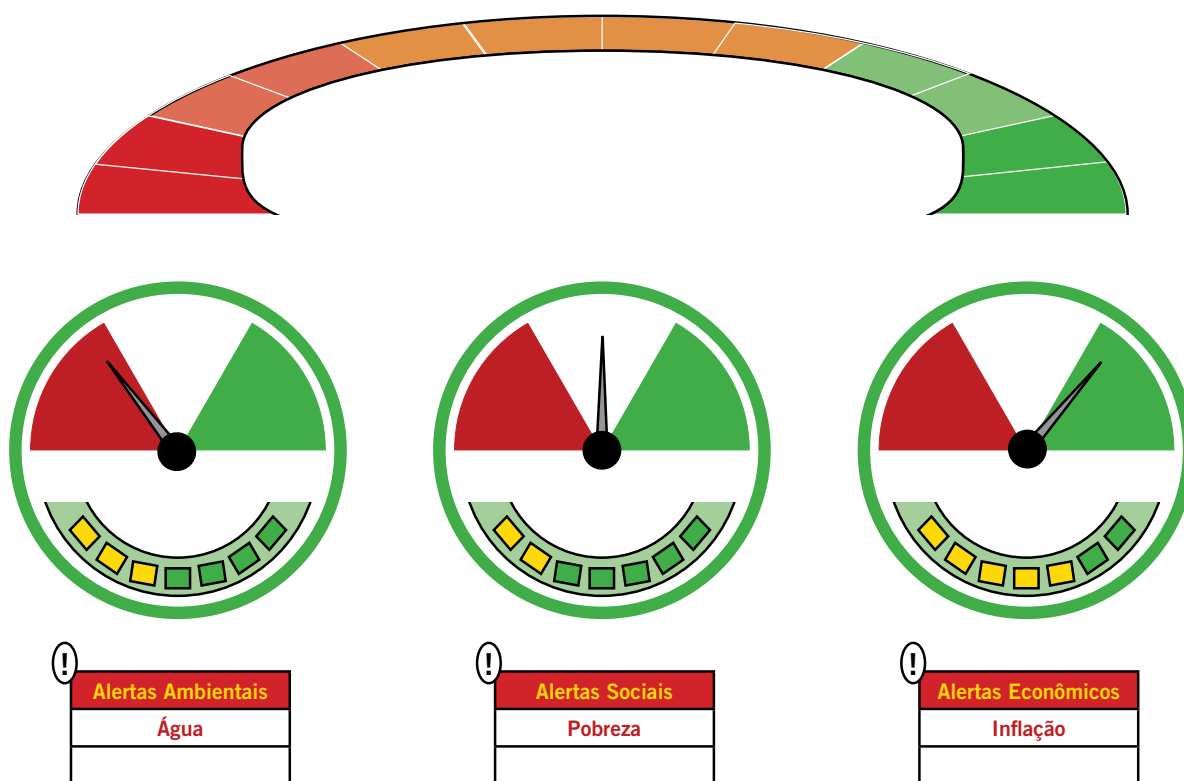
apresentação visual do sistema correspondente. Já o desempenho do indicador é mensurado por meio de uma escala de cores que varia do verde até o vermelho.

Uma representação gráfica recente do sistema do Dashboard of Sustainability é construída por meio de um painel visual de três *displays*, que correspondem a três grupos ou blocos: as *performances* econômica, social e ambiental. A *performance* do sistema é apresentada por meio de uma escala de cores que varia do vermelho-escuro (crítico), passando pelo amarelo (mé-

dio) até o verde-escuro (positivo). Um gráfico procura refletir as mudanças de desempenho do sistema avaliado, e existe um medidor que mostra a quantidade remanescente de alguns recursos críticos. Nesse sentido, os indicadores devem facilitar o processo de comunicação acerca do desenvolvimento sustentável, transformando esse conceito em dados numéricos, medidas descritivas e sinais orientativos.

Atualmente, segundo os autores, todos os indicadores, dentro de cada um dos escopos, possuem pesos iguais.

Figura 1 – O *Dashboard* da Sustentabilidade



Fonte: adaptado de Hardi & Zdan, 2000.

Indicador: proporção de mulheres alfabetizadas para homens alfabetizados

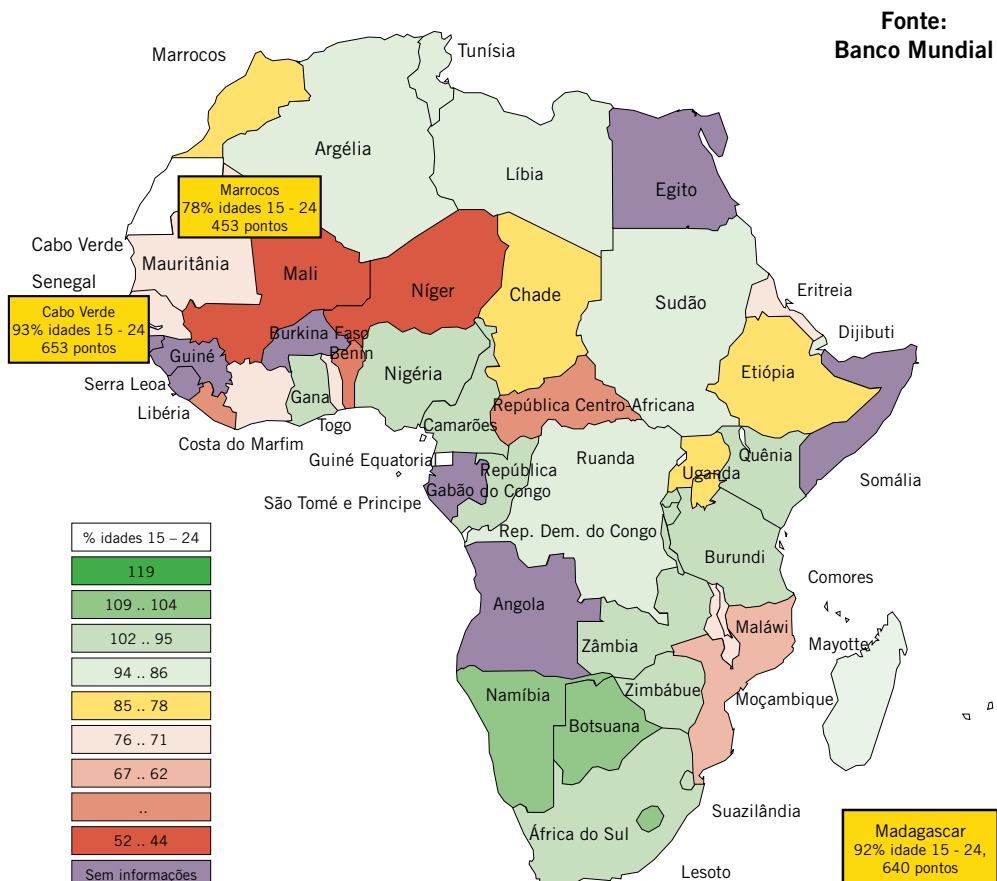
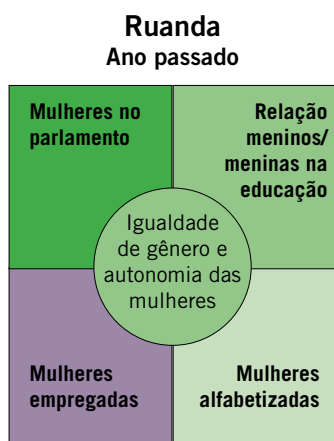
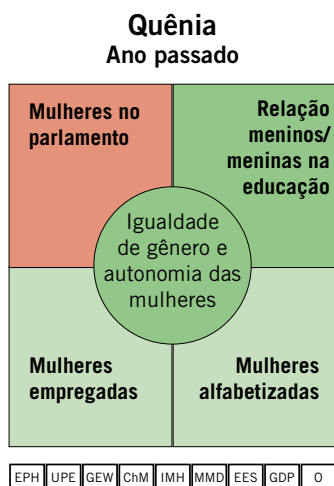


Figura de um Dashboard da África, que apresenta, em vermelho, situações críticas, e, em verde, as consideradas excelentes.

PASSO A PASSO

O painel da sustentabilidade é uma ferramenta gratuita. Essa ferramenta associa um *software* livre a uma base de dados internacionais de uso flexível, permitindo que cada indivíduo, associação, grupo de pressão etc. consulte dados numerosos, crie painéis sobre mensuração e, eventualmente, construa um ou mais indicadores sintéticos nacionais, alterando à vontade o número e o peso das variáveis.

RESULTADOS

A ferramenta deve ser usada para a comparação entre nações, mas também pode ser aplicada para índices urba-

nos e regionais. Esses indicadores formam a base de dados do Consultative Group on Sustainable Development Indicators, que cobre aproximadamente 100 nações.

REFERÊNCIAS

- www.iisd.org/cgsdi/
- www.iisd.org/cgsdi/dashboard.asp
- Download do Dashboard esl.jrc.it/envind/dashbrds.htm

Ecological Footprint

Mathis Wackernagel e
William Rees, da University
of British Columbia

PAÍS

EUA

O QUE É

É uma ferramenta de gerenciamento do uso de recursos naturais por indivíduos, cidades, nações e pela humanidade em geral. Mede em que grau a humanidade está usando os recursos da natureza com mais rapidez do que eles podem se regenerar.

ORIGEM

Desenvolvida pela equipe de Mathis Wackernagel e William Rees, da University of British Columbia, em 1993, a metodologia da Pegada Ecológica amadureceu consideravelmente, nos últimos anos. O desenvolvimento e a padronização desse método contábil estão sendo coordenados, atualmente, pela Global Footprint Network, fundada em 2003, e suas 50 organizações parceiras. A Global Footprint Network dedica-se a estimular o surgimento de um mundo no qual todas as pessoas tenham oportunidade de viver satisfeitas, dentro das possibilidades da capacidade ecológica da Terra.

As Pegadas variam bastante, de acordo com a região. A Global Footprint Network, com sua parceira, a WWF International, tem publicado relatórios sobre a Europa e a Ásia e, recentemente, apresentou um relatório sobre a África, em parceria com a Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação.

A primeira edição de normas e padrões relativos à Pegada Ecológica, o *Ecological Footprint Standards 2006*,

foi lançada em junho de 2006, concentrando-se em estudos sobre populações.

O desenvolvimento da próxima edição do Ecological Footprint Standards já começou. Nessa edição, os Comitês da Pegada Ecológica expandirão as padronizações para tratar mais especificamente de Pegadas organizacionais, bem como de Pegadas sobre produtos, processos e serviços.

Os Comitês estão nos estágios finais do esboço de um Processo de Certificação para avaliação.

OBJETIVO

A Pegada Ecológica mede o grau em que as demandas ecológicas das economias humanas respeitam ou ultrapassam a capacidade da biosfera de fornecer bens e serviços. Essa conta ajuda indivíduos, organizações e governos a estruturar políticas, definir metas e acompanhar o progresso em direção à sustentabilidade.

Do ponto de vista da sustentabilidade, quando a Pegada da Humanidade ultrapassa a quantidade de biocapacidade renovável, uma diminuição do capital natural tem de ser feita, e isso é considerado insustentável. Contas da Global Footprint relativas aos últimos 40 anos indicam uma tendência de crescimento ao longo de 25 anos, além da quantidade de biocapacidade renovável. Em suma, a Pegada Ecológica da humanidade parece ter rompido os limites ecológicos e é, portanto, insustentável.

Acompanhar o efeito acumulado do consumo humano de recursos naturais e da geração de resíduos é uma das chaves para alcançar a sustentabilidade.

CONTEÚDO

Essa ferramenta de contabilidade de recursos mede em que grau a humanidade está usando os recursos da natureza mais rapidamente do que eles podem se regenerar. A ferramenta ilustra quem está consumindo tanto e que tipos de recursos naturais, com populações definidas, seja geograficamente, seja socialmente. Também mostra em que medida os seres humanos dominam a biosfera em detrimento de espécies selvagens.

A Pegada de uma população é a quantidade total de áreas de terra e água biologicamente produtivas que ela exige para produzir os recursos que consome e para absorver os resíduos que elimina, usando a tecnologia atual. Como as pessoas consomem recursos e serviços ecológicos de todas as partes do mundo, sua Pegada é a soma de todas essas áreas, independentemente de onde estejam localizadas no planeta.

ESTUDOS PUBLICADOS

Dentre os estudos mais recentes, estão *Europe 2005: The Ecological Footprint e Asia-Pacific 2005: The Ecological Footprint and Natural Wealth* (ambos em parceria com a WWF); *Global Footprint Network 2005 Annual Report e Africa's Ecological Footprint: Human Well-Being and Ecological Capital* (em parceria com a Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação). Os resultados dos estudos de 150 países foram, também, publicados.

Ecological Footprint Standards 2006 – a publicação de padrões utilizados para se mensurar a pegada ecológica ocorreu a fim de se garantir a integridade científica da metodologia e para se produzir dados consistentes e comparáveis. Essa primeira edição dos padrões tem duas partes:

I. Padrões de Aplicação – definem o que é necessário para calcular os resultados da Pegada, a fim de garantir que os cálculos sejam conduzidos de forma consistente, de modo que os resultados sejam reprodutíveis e comparáveis com outros estudos que empreguem definições e parâmetros comuns.

1. Consistência com as Pegadas Nacionais
2. Definição dos limites do estudo
3. Cálculos de população
4. Estudos organizacionais e estudos de produto: ainda não publicados
5. Fatores de conversão
6. Consistência dos componentes
7. Uso de elementos não padronizados em estudos da Pegada
8. Métodos de cálculo: ainda não publicados
9. Estimativas de Erro (diretriz)

II. Padrões de Comunicação – definem exigências para a publicação dos resultados da Pegada, a fim de garantir que os relatórios do projeto não distorçam a intenção nem representem erroneamente as limitações das Pegadas Nacionais.

10. Indicação clara dos dados extraídos das Pegadas Nacionais
11. Glossário, Definições e Versões
12. Separação entre Resultados Analíticos da Pegada e Interpretações Normativas ou baseadas em valores
13. Cenários possíveis
14. Limitações dos Estudos da Pegada
15. Explicação da ligação entre Sustentabilidade e a Pegada

16. Citação de fontes e descrição de metodologias
17. Referência a normas e organismos certificadores
18. Estilo de apresentação e comunicação (diretriz)

Os Ecological Footprint Standards contêm tanto padrões e normas obrigatórias quanto diretrizes voluntárias.

- Padrões são elementos exigidos para que estudos de Pegada sejam certificados. Em outras palavras, todos os padrões (a não ser quando não aplicáveis) devem ser cumpridos, a fim de que seja obtida a certificação. A Global Footprint Network estabelecerá um sistema de certificação baseado nesses padrões.

- Diretrizes são práticas recomendadas que não são exigidas para a certificação do estudo.

Informação on-line – há uma série de estudos disponíveis (www.footprintnetwork.org), entre eles:

- **Pegada da Humanidade (Humanity's Footprint)** 1961-2002 – Os cálculos da Pegada Ecológica estimam quantos planetas Terra foram necessários para satisfazer as exigências de recursos por parte da humanidade, a cada ano, desde 1961, quando estatísticas completas da ONU foram disponibilizadas.

- **Cálculos da Pegada Nacional (National Footprint Accounts)** – Existem, atualmente, para mais de 150 países, em hectares e acres, para cada ano, de 1961 a 2002. A totalização das Pegadas Nacionais de cada país nos fornece uma análise global.

PASSO A PASSO

A Pegada Ecológica, pode ser aplicada em escalas que vão desde produtos isolados até famílias, organizações, regiões, nações e a humanidade como um todo.

O CÁLCULO DA PEGADA ECOLÓGICA E OS NÚMEROS ATUAIS

Para calcular a Pegada Ecológica é necessário estimar o consumo de bens e serviços e a produção de resíduos da unidade de população em estudo. Esses bens e serviços incluem várias categorias, como os alimentos, o vestuário, o transporte, a energia, o lazer, a habitação, os produtos com origem na madeira (lenha, papel, mobiliário etc.). Posteriormente, estima-se a área necessária à produção de cada item, dividindo-se a média anual de consumo desse item pela média da sua produtividade. Cada uma dessas áreas é considerada equivalente a um tipo de área biologicamente produtiva, e a sua soma constitui a Pegada Ecológica.

A pegada é um retângulo. A base é proporcional ao número de habitantes, e a altura é o consumo de recursos *per capita*. Multiplicando a base pela altura, temos o consumo de recursos dessa população. Em 1999, a área produtiva disponível *per capita* era 1,9 hectare, e a área *per capita* capaz de dar os recursos consumidos nesse ano eram 2,3 hectares. Isso corresponde a um superdimensionamento: precisaríamos de 120% de área terrestre para suportar o nosso estilo de vida, ou seja, a humanidade está usando 120% da capacidade da Terra.

Os cálculos de Pegada e Biocapacidade Nacional são a base de todas as análises da Pegada Ecológica. A informação é apresentada em folhas de balanço consistentemente formatadas, que usam grandes conjuntos de dados, tirados, principalmente, de órgãos e agências das Nações Unidas. Com mais de 4 mil tópicos e 10 mil cálculos por país, por ano, a Pegada Nacional documenta os recursos naturais (por exemplo, terra cultivável, pastos, florestas e áreas pesqueiras) disponíveis no país, assim como a demanda do país por esses recursos.

PARA CALCULAR A SUA PEGADA ECOLÓGICA

Pegada Individual (Individual Footprint) – um questionário (Ecological Footprint Quiz) sobre hábitos e atitudes, disponível no *site* www.myfootprint.org.

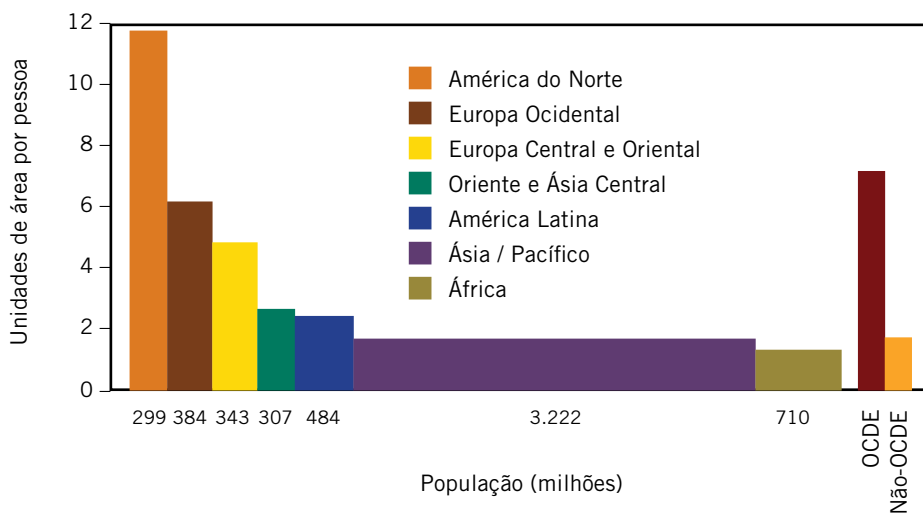
RESULTADO

Hoje em dia, a maioria dos países e o mundo como um todo estão lidando com *deficits* ecológicos. O *deficit* ecológico do mundo é igual ao seu descompasso ecológico (*ecological overshoot*)¹.

Atualmente, a Pegada Ecológica é 23% maior do que a capacidade de regeneração do planeta. Ou seja, é necessário mais do que um ano e três meses para a Terra regenerar o que é utilizado em um único ano. A manutenção ou aumento dessa diferença resultará no esgotamento dos recursos naturais do planeta. Essa é uma grande ameaça subestimada e que não é trabalhada adequadamente.

Fonte: www.panda.org/livingplanet/lpr00/ecofoot.cfm

Pegada Ecológica por Região 1996



REFERÊNCIAS

- www.footprintnetwork.org
- www.rprogress.org/newprojects/ecolFoot.shtml
- www.eea.europa.eu/highlights/Ann1132753060

¹ Quando a demanda da humanidade por recursos ecológicos ultrapassa o que a natureza pode fornecer continuamente, entramos no que foi chamado de “descompasso ecológico” (*ecological overshoot*).

Environmental Performance Index – EPI

Universidade de Yale e
Universidade de Columbia

PAÍS

EUA

O QUE É

É um método para quantificar e classificar numericamente o desempenho ambiental de um conjunto de companhias e países.

ORIGEM

O Índice de Desempenho Ambiental 2006 Piloto foi desenvolvido por uma equipe de especialistas ambientais da Escola de Meio Ambiente da Universidade de Yale e do Earth Institute, da Universidade de Columbia, em colaboração com o Fórum Econômico Mundial e o Centro de Pesquisas Conjuntas da Comissão Europeia. Essa medida do desempenho ambiental dos países foi lançada formalmente em Davos, na Suíça, durante a reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em janeiro de 2006. Restrições de dados e limitações na metodologia fazem do Índice uma obra em andamento. Futuros refinamentos serão realizados, à medida que o projeto do EPI ultrapassar sua fase piloto.

OBSERVAÇÃO

O EPI não é uma atualização do Índice de Desenvolvimento Sustentável (ESI), e sim uma nova tentativa de avaliar os países em relação a um conjunto de 16 metas específicas de política ambiental.

OBJETIVO

O EPI oferece uma ferramenta poderosa para aperfeiçoar o desenvolvimento de políticas e modificar as decisões ambientais com base em fundamentos analíticos mais sólidos. Ele se concentra em dois objetivos amplos de proteção ambiental, que espelham as prioridades expressadas pela dimensão ambiental das Metas de Desenvolvimento do Milênio, das Nações Unidas: 1) redução de estresses ambientais sobre a saúde humana e 2) proteção da vitalidade do ecossistema.

CONTEÚDO

O EPI identifica metas de desempenho ambiental e mede em que grau cada país está se aproximando dessas metas utilizando os melhores dados disponíveis, o que fornece padrões de avaliação para os atuais resultados nacionais em controle de poluição e gerenciamento de recursos naturais. Os *rankings* agregados e divididos por itens facilitam comparações entre países, tanto globalmente quanto dentro de grupos relevantes com características semelhantes.

O EPI 2006 avalia 133 países, com 16 indicadores analisados em seis categorias políticas bem definidas: Saúde Ambiental, Qualidade do Ar, Recursos Hídricos, Biodiversidade e Habitat, Recursos Naturais Produtivos e Energia Sustentável. Dados incompletos excluam 60 países do EPI 2006.

O EPI 2006 traz certo número de conclusões relativas às políticas a serem aplicadas. A riqueza de um país surge como um determinante significativo dos resultados ambientais. Mas, em cada nível de desenvolvimento, alguns países alcançam resultados ambientais bastante superiores aos dos seus pares, o que demonstra que as escolhas políticas também afetam o desempenho final.

O índice revela que nações em todos os níveis de desenvolvimento econômico enfrentam sérios desafios ambientais. Países industrializados frequentemente sofrem com poluição e ecossistemas degradados. Países em desenvolvimento têm de enfrentar o desafio adicional de lidar com estresses ambientais à saúde, como doenças transmissíveis pela água e poluição do ar em ambientes fechados.

RESULTADOS

Todos os países presentes nas primeiras colocações dedicam recursos e esforços significativos à proteção ambiental, com bons desempenhos na maioria das categorias. A Nova Zelândia foi a primeira colocada do *ranking* EPI, seguida, respectivamente, da Suécia, da Finlândia, da República Checa e do Reino Unido. Os Estados Unidos ficaram em 28º lugar, o que reflete um desempenho de primeira linha em questões de saúde ambiental, mas também indica que estão abaixo do esperado em pontos críticos, como energia renovável, controle de emissões de gases de efeito estufa e recursos hídricos.

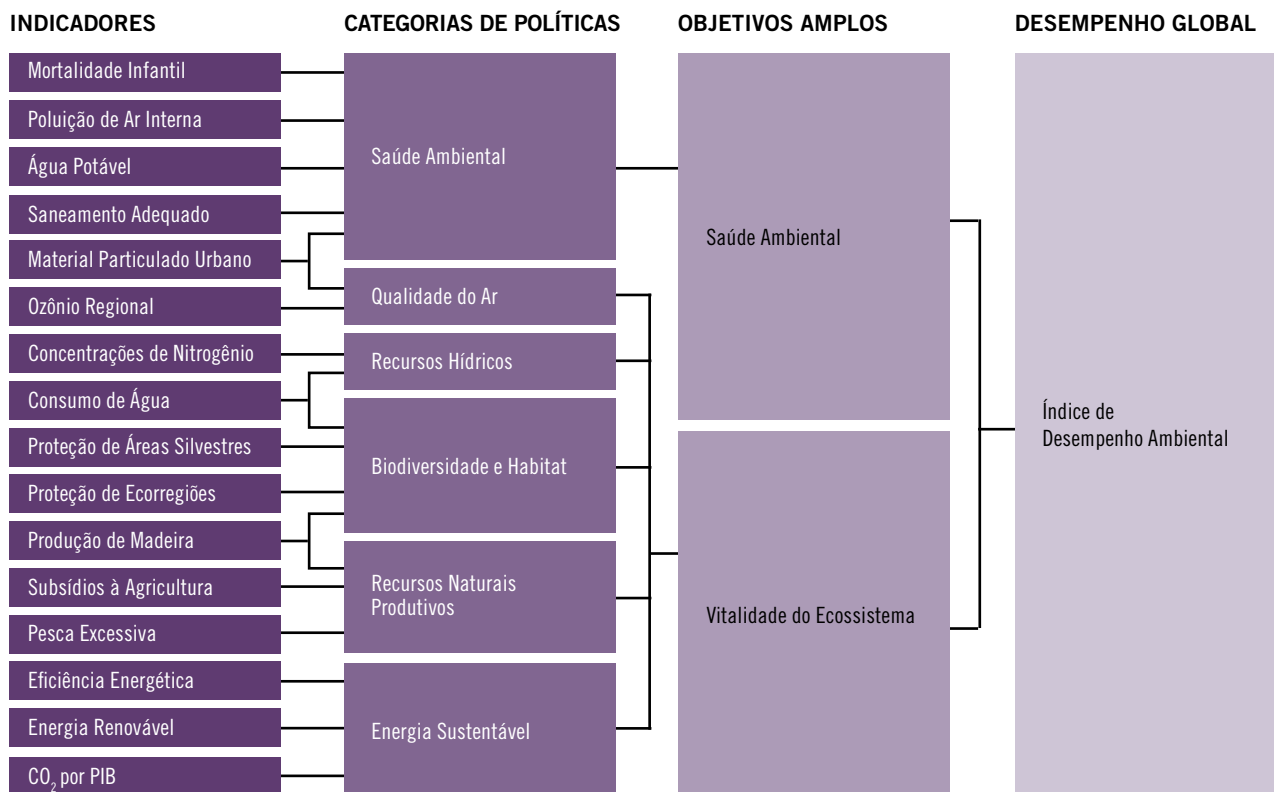
Entre os países intermediários, o desempenho é frequentemente desigual. O Brasil, por exemplo, 34º no *ranking*, tem pontuações bastante altas em relação à água, mas baixos indicadores em relação à biodiversidade.

Os países nas últimas colocações – Etiópia, Mali, Mauritânia, Chade e Níger – são nações subdesenvolvidas, com pouca capacidade de investimento em infraestrutura ambiental (como água potável e sistemas de saneamento) e sistemas reguladores fracos.

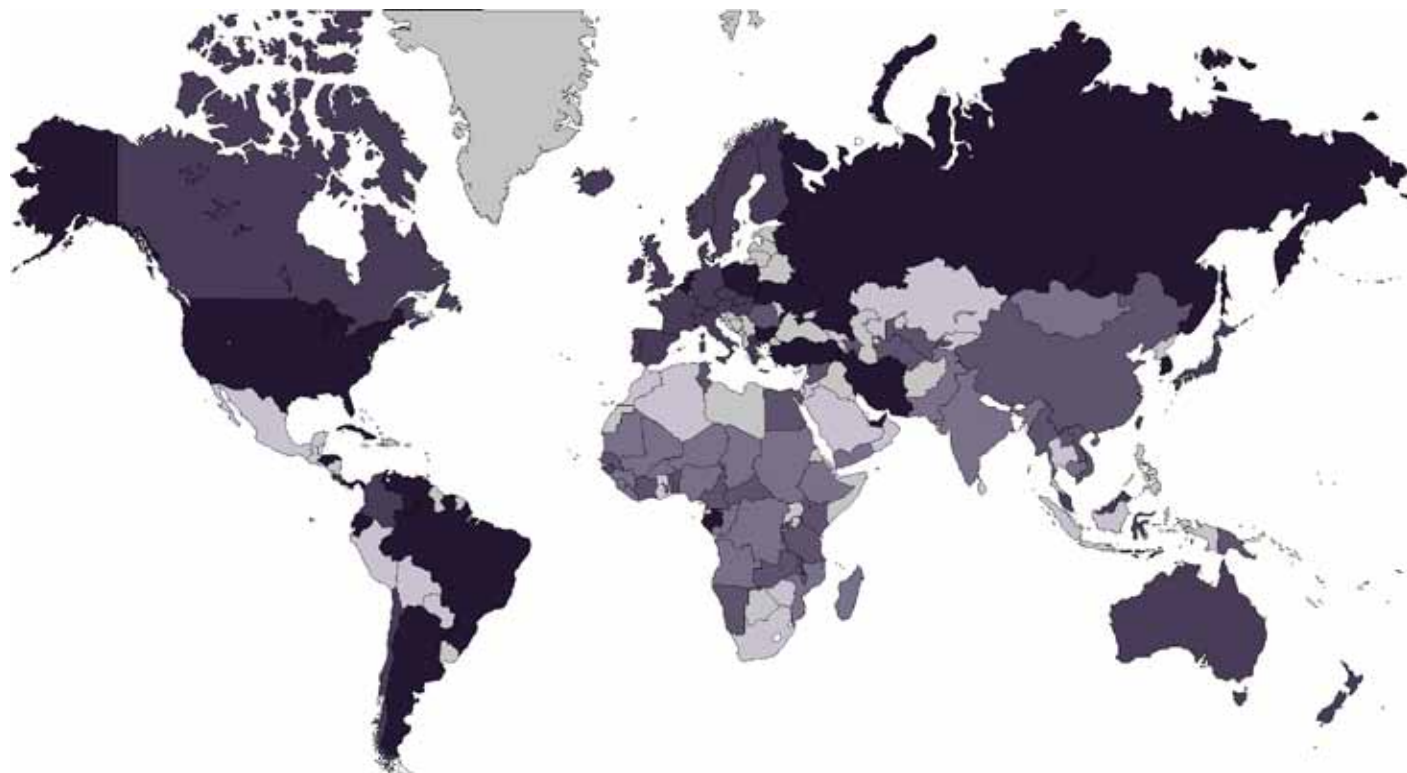
REFERÊNCIAS

www.yale.edu/epi/

beta.sedac.ciesin.columbia.edu/es/epi



Índice de Desempenho Ambiental Piloto 2006



Pontuação dos Países no IDA Global por Quintil



Environmental Sustainability Index – ESI

Ycelp

Yale Center for Environmental Law and Policy

Ciesin of

Columbia University

Center for International Earth Science Information Network

PAÍS

EUA

O QUE É

O ESI é um Índice de Sustentabilidade Ambiental que classifica os países de acordo com “as suas capacidades para proteger o ambiente durante as próximas décadas”. Existe para cerca de 140 países e consiste na pesagem de 21 indicadores básicos, cada um deles com duas a oito variáveis que permitem caracterizar a sustentabilidade ambiental em escala nacional, entre elas a qualidade do ar e da água, a biodiversidade e a gestão dos recursos naturais.

ORIGEM

O ESI é uma iniciativa do Yale Center for Environmental Law and Policy (Ycelp, www.yale.edu/envirocenter) e do Center for International Earth Science Information Network (Ciesin) of Columbia University (www.ciesin.columbia.edu), em colaboração com o World Economic Forum (www.weforum.org) e o Joint Research Centre of the European Commission (www.jrc.ec.eu.int/uasa).

OBJETIVO

O ESI estabelece meios de comparação entre diferentes países:

- Condições ambientais: qualidade do ar, da água, quantidade de água etc.
- Redução do estresse ambiental: redução da poluição, menor estresse no ecossistema etc.
- Redução da vulnerabilidade humana: saneamento básico.
- Capacitação social e institucional: governança corporativa, ciência e tecnologia.
- Condições econômicas globais: acordos internacionais, cooperação em acordos ambientais etc.

A cada dimensão corresponde uma premissa:

- Em primeiro lugar, é necessário que os sistemas ambientais vitais sejam saudáveis e não entrem em deterioração.
- Também é essencial que os estresses antrópicos sejam baixos e não causem danos aos sistemas ambientais.
- Em terceiro, a alimentação e a saúde não devem ser comprometidas por distúrbios ambientais.
- Em quarto, é preciso que existam instituições, padrões sociais, habilidades, atitudes e redes que fomentem efetivas respostas aos desafios ambientais.
- E, em quinto, há que se cooperar para o manejo dos problemas ambientais comuns a dois ou mais países, além de reduzir os “transbordamentos” de problemas ambientais de um país para outro.

Ele serve como base de avaliação a partir da comparação, a cada edição, dos dados de cada país, permitindo avaliar a evolução das políticas de sustentabilidade. Torna-se útil na medida em que visa alertar os países participantes sobre futuros problemas, como escassez de recursos naturais, mau aproveitamento destes e gerenciamento de risco.

CONTEÚDO

O ESI é um índice calculado a partir de 76 séries de dados, divididas em 21 indicadores de sustentabilidade ambiental.

I SISTEMAS AMBIENTAIS

1. Qualidade do ar
2. Biodiversidade
3. Terra
4. Qualidade da água
5. Quantidade de água

II REDUÇÃO DE ESTRESSES AMBIENTAIS

6. Redução da poluição do ar
7. Redução dos estresses do ecossistema
8. Redução do crescimento populacional
9. Redução de dejetos e pressões de consumo
10. Redução de estresse hídrico
11. Gerenciamento de recursos naturais

III REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE HUMANA

12. Saúde ambiental
13. Sustento humano básico
14. Redução da vulnerabilidade a desastres naturais ambientais

VI CAPACIDADE SOCIAL E INSTITUCIONAL

15. Governança ambiental
16. Ecoeficiência
17. Envolvimento do setor privado
18. Ciência e tecnologia

V MANEJO GLOBAL

19. Participação em esforços e colaborações internacionais
20. Emissões de gases de efeito estufa
21. Redução de pressões ambientais transnacionais

Usando normas rígidas para evitar erros e praticamente eliminando taxas de variação, procurou-se tornar a pesquisa o mais fiel possível à realidade.

A classificação se dá a partir de uma pontuação pre-estabelecida a cada um dos 21 indicadores, sendo os primeiros colocados os que obtiverem a maior pontuação. (Nesses 21 indicadores, o Brasil destaca-se positivamente em qualidade e quantidade de água e perde pontos no quesito Qualidade do Ar.)

RESULTADO

Um estudo feito pela Yale University/EUA e pela Columbia University/EUA, e divulgado no início de 2005, classificou o Brasil em 11º lugar no *ranking* do ESI.

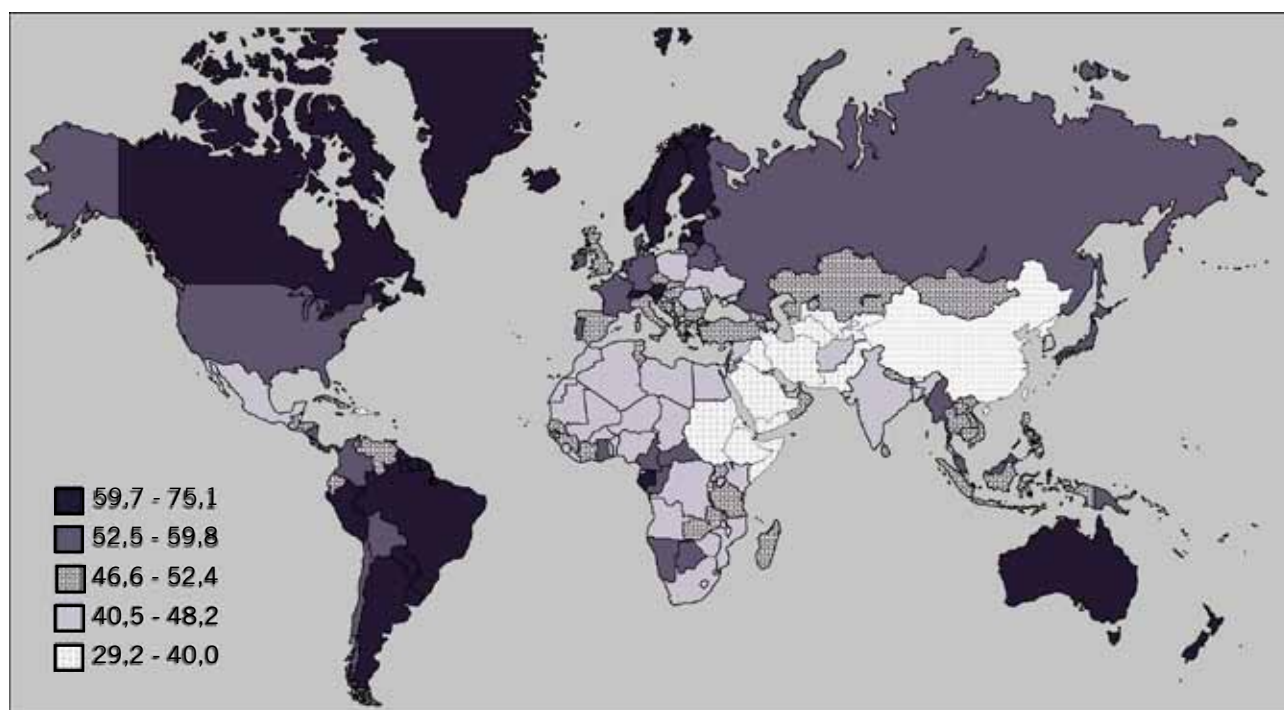
Nesse *ranking*, é importante ressaltar algumas posições em caráter comparativo: Uruguai (3º, 71,8 pontos), Argentina (9º, 62,7 pontos), Brasil (11º, 62,2 pontos), Austrália (13º, 61,0 pontos) e Estados Unidos (45º, 52,9 pontos).

Os cinco países com valores mais elevados são Finlândia, Noruega, Uruguai, Suécia e Islândia, considerados ricos em recursos naturais, enquanto ocupam os lugares mais baixos da lista Coreia do Norte, Iraque, Taiwan, Turcomenistão e Uzbequistão.

REFERÊNCIAS

- sedac.ciesin.columbia.edu/es/esi/
- sedac.ciesin.columbia.edu/es/esi/ESI2005.pdf (completo)
- sedac.ciesin.columbia.edu/es/esi/ESI2005_policysummary.pdf (resumo)
- sedac.ciesin.columbia.edu/es/esi/ESI2005_Main_Report.pdf
- www.yale.edu/epi/2006EPI_Rankings.pdf
- www.ciesin.org/
- www.yale.edu/epi/
- www.econ.fea.usp.br/zeeli/artigos_valor/052_2005_07_19.htm

ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL PILOTO 2006



Environmental Vulnerability Index – EVI

Sopac
Comissão de Geociência
Aplicada do Pacífico Sul

Pnuma
Programa das Nações Unidas
para o Meio Ambiente

PAÍSES

Nova Zelândia, Noruega, Irlanda, Itália;
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O QUE É

Um índice de vulnerabilidade do meio ambiente, tomado como base para todo o bem-estar humano.

ORIGEM

O EVI foi desenvolvido pela Comissão de Geociência Aplicada do Pacífico Sul (Sopac), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (Pnuma) e seus parceiros. O índice foi construído por meio de consultas e colaboração entre países, instituições e especialistas em todo o planeta. Embora refinamentos e aperfeiçoamentos sempre sejam necessários, o índice está pronto para aplicação em âmbito nacional. Está concebido para uso em todos os países.

OBJETIVO

O EVI permite refletir o grau em que o meio ambiente de um país está sujeito a danos e degradação. Está concebido para ser usado em conjunto com índices de vulnerabilidade econômica e social, a fim de fornecer

insights sobre processos que possam influenciar negativamente o desenvolvimento sustentado dos países.

O EVI oferece um método rápido e padronizado para caracterizar a vulnerabilidade em sentido geral e identificar questões que possam exigir enfrentamento específico no contexto de cada um dos três pilares da sustentabilidade, ou seja, aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento de um país.

O desenvolvimento é frequentemente obtido à custa de compromissos entre esses pilares. Assim, a fim de promover a sustentabilidade, tem sido cada vez mais importante dispor da capacidade de medir o grau de vulnerabilidade de cada aspecto e identificar formas de criar resiliência. Com essas informações disponíveis, os resultados dos países podem ser otimizados, tendo em vista suas situações e metas de desenvolvimento específicas.

CONTEÚDO

Ambientes ou sistemas sociais e economias saudáveis, produtivas e seguras são a base do desenvolvimento sustentável do bem-estar humano. O meio ambiente é a fonte de todas as matérias-primas utilizadas pela sociedade, ao mesmo tempo em que absorve a poluição gerada pelas nossas atividades. **Enquanto cuidamos das questões econômicas e sociais do dia a dia, convertemos os recursos e serviços naturais para nos dar suporte.**

O problema é que todos esses sistemas podem sofrer danos, sobrecargas ou ser impedidos de satisfazer nossas necessidades. Por nossas próprias escolhas, podemos, em grande medida, determinar nossa própria qualidade de vida, a condição de nossas terras e as oportunidades para as gerações futuras.

Essa é a proposta da metodologia do EVI. Compreender e mensurar as vulnerabilidades do meio ambiente significa antever danos maiores e irreversíveis que coloquem em risco o bem-estar futuro da humanidade.

O EVI baseia-se em 50 indicadores para estimar a vulnerabilidade do meio ambiente de um país a choques futuros. Esses indicadores são combinados por média simples e apresentados simultaneamente, como um único índice: uma gama de subíndices temáticos relevantes para processos decisórios e um perfil que mostra os resultados para cada indicador.

Médias simples foram usadas nos indicadores porque são de entendimento mais fácil e porque modelos mais complexos não parecem oferecer vantagens para a expressão ou utilidade do índice. Essa visão geral, com uma estrutura de aprofundamento progressivo, significa que, além de um sinal geral de vulnerabilidade, o EVI pode ser usado para identificar problemas específicos.

Cada indicador é classificado em uma gama de subíndices, incluindo os três aspectos básicos (Riscos, Resistência e Danos), e em subíndices relevantes para os processos decisórios, incluindo:

Mudanças Climáticas = CC

Biodiversidade = CBD

Água = W

Agricultura e Pesca = AF

Aspectos de Saúde humana = HH

Desertificação = CCD

Exposição a Desastres naturais = D

Cada indicador é, também, acompanhado por uma denominação abreviada, uma definição detalhada, palavras-chave e uma descrição dos principais sinais que representa, assim como sua relevância para processos de tomada de decisão.

SUMÁRIO DE INDICADORES EVI

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1. Ventos altos | 27. Degradação |
| 2. Períodos secos | 28. Reservas terrestres |
| 3. Períodos úmidos | 29. Reservas marinhas |
| 4. Períodos quentes | 30. Agricultura intensiva |
| 5. Períodos frios | 31. Fertilizantes |
| 6. Temperatura marinha | 32. Pesticidas |
| 7. Vulcões | 33. Biotecnologia |
| 8. Terremotos | 34. Produtividade Excesso de pesca |
| 9. Tsunamis | 35. Esforço de pesca |
| 10. Deslizamentos | 36. Água renovável |
| 11. Área de terra | 37. Emissões de dióxido de enxofre |
| 12. Dispersão por país | 38. Produção de dejetos |
| 13. Isolamento | 39. Tratamento de dejetos |
| 14. Relevo | 40. Indústria |
| 15. Terras baixas | 41. Vazamentos |
| 16. Fronteiras | 42. Mineração |
| 17. Desequilíbrio do ecossistema | 43. Saneamento |
| 18. Abertura ambiental | 44. Veículos |
| 19. Migrações | 45. População |
| 20. Epidemias | 46. Crescimento populacional |
| 21. Introduções de espécies | 47. Turistas |
| 22. Espécies ameaçadas | 48. Assentamentos costeiros |
| 23. Extinções | 49. Acordos ambientais |
| 24. Cobertura vegetal | 50. Conflitos |
| 25. Perda de cobertura | |
| 26. Fragmentação do <i>habitat</i> | |

RESULTADOS

Ao todo, 235 países receberam uma pontuação, de acordo com o grau de vulnerabilidade/resiliência ambiental calculado com o EVI, constituindo um *ranking* mundial.

É importante salientar que as pontuações consideradas válidas foram as de países que forneceram dados para mais de 80% dos 50 indicadores do EVI. Já os países que apresentaram dados insuficientes (menos de 80% dos 50 indicadores) tiveram uma classificação de tendência de vulnerabilidade ambiental.

Cada país foi classificado numa das seguintes categorias: Extremamente Vulnerável, Altamente Vulnerável, Vulnerável, Em Risco ou Resiliente.

Dos países com índices válidos, Argentina, Brasil, Estados Unidos, Nova Zelândia e Suécia foram alguns dos classificados como vulneráveis. Austrália, Bolívia, Canadá, Moçambique, Paraguai e Uruguai estão entre os países considerados em risco. Já Áustria, Bélgica, Itália, Israel, Japão e Reino Unido constam entre os extremamente vulneráveis, enquanto apenas dez países, a maioria do continente africano, foram considerados resilientes.

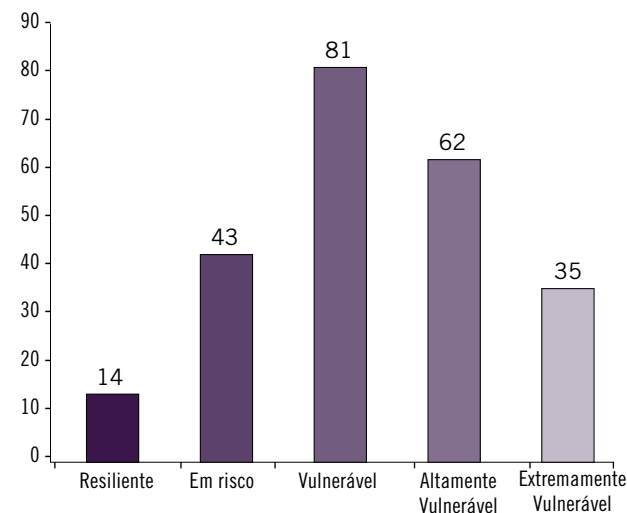
REFERÊNCIAS

www.vulnerabilityindex.net/

www.vulnerabilityindex.net/EVI_Indicators.htm

www.vulnerabilityindex.net/Files/EVI%20Descriptions%202005.pdf

Pontuação do Índice EVI para Todos os Países (inclui países com dados insuficientes)



Classificação EVI

Genuine Progress Indicator – GPI

Redefining Progress

PAÍS

EUA

O QUE É

Índice de mensuração do progresso de nações que considera os parâmetros bem-estar e meio ambiente, criado como proposta de substituição do Produto Interno Bruto.

ORIGEM

O GPI foi criado em 1995, pela Redefining Progress, organização de políticas públicas sem fins lucrativos, criada em 1994, que apresenta soluções que visam auxiliar pessoas, proteger o meio ambiente e desenvolver a economia.

OBJETIVO

O GPI é uma forma de medir o crescimento econômico de um país atrelado ao aumento do bem-estar de seus habitantes. O índice propõe uma comparação com o PIB, buscando mostrar em que medida o crescimento econômico tradicional está comprometendo o futuro da vida no planeta.

CONTEÚDO

O indicador utiliza a mesma metodologia de cálculo do PIB, mas, diferentemente deste, subtrai custos decorrentes de fatores como criminalidade, poluição, degradação ambiental e comprometimento dos recursos e sistemas naturais, como fornecimento de água, por exemplo. Por outro lado, acresce ao cálculo itens como trabalho doméstico e voluntário.

Ambos, PIB e GPI, são mensurados em termos monetários, podendo, assim, ser comparados na mesma escala. O índice é atualizado anualmente, a fim de retratar o progresso econômico de modo mais real e acurado.

Fatores considerados pelo GPI, em contraste com o cálculo do PIB:

I. Crime e Colapso Familiar (*Family Breakdown*) – fatores que geram custos adicionais aos indivíduos e à sociedade sob a forma de multas, despesas médicas, danos à propriedade etc. O PIB trata tais despesas como adições ao bem-estar, já o GPI subtrai esses custos.

II. Trabalho Doméstico e Voluntário – contribuições altamente relevantes à sociedade que são ignoradas no cálculo do PIB por não gerar troca de moeda. O GPI corrige tal omissão e inclui, entre outras coisas, o valor do trabalho doméstico por meio de um cálculo aproximado do custo de se contratar uma pessoa para tal função.

III. Distribuição de Renda – o aumento de receita não significa melhoria para todos, porque pode aumentar também a diferença entre os muito ricos e os demais. O GPI cresce à medida que os pobres recebem um percentual maior da receita nacional; e decresce quando esse percentual diminui.

IV. Exaustão de Recursos – uma vez que a atividade econômica atual exaure a base de recursos físicos necessária para a atividade futura, ela não está verdadeiramente contribuindo para o bem-estar; pelo contrário, está apenas tomando de empréstimo das gerações futuras. O PIB contempla tais empréstimos como parte da receita atual. Por outro lado, o GPI contabiliza a exaustão ou degradação de terras produtivas e minerais não renováveis (incluindo o petróleo) como custo atual.

V. Poluição – o PIB frequentemente considera a poluição duplamente em seu cálculo (e como ganho): quando é gerada e depois, novamente, quando passa por processos de limpeza. O GPI, por sua vez, subtrai os custos de poluição do ar e da água, medidos conforme os danos atuais sobre a saúde humana e o meio ambiente.

VI. Danos Ambientais de Longo Prazo – as mudanças climáticas e a gestão de resíduos nucleares são dois custos de longo prazo gerados a partir do uso de combustível fóssil e energia atômica. Esses custos não aparecem nos cálculos econômicos tradicionais. Isso também vale para a destruição do ozônio da atmosfera, causada pelo uso de clorofluorcarbonos (CFCs). Por isso, o GPI trata o consumo de certas formas de energia e os produtos químicos nocivos à camada de ozônio como custos.

VII. Mudanças no Tempo de Lazer – à medida que a riqueza da nação aumenta, as pessoas deveriam poder escolher entre dedicar mais tempo ao trabalho ou ter mais tempo livre para a família e outras atividades. No entanto, o oposto tem ocorrido, nos últimos anos. O PIB ignora essa perda de tempo livre, mas o GPI considera o lazer algo de muito valor. Quando o tempo de lazer aumenta, o GPI cresce; do contrário, decresce.

VIII. Despesas Preventivas – o PIB considera o dinheiro gasto pelas pessoas na prevenção da queda da qualidade de vida ou na compensação de infortúnios de vários

tipos um acréscimo ao bem-estar. Exemplos disso são as contas médicas ou de reparos geradas por acidentes automobilísticos, custos referentes ao deslocamento do local de moradia ao local de trabalho e despesas domésticas com dispositivos de controle de poluição, como filtros de água. O GPI contabiliza tais despesas “defensivas” como custos, em vez de benefícios.

IX. Vida Útil de Produtos Duráveis e Infraestrutura Pública – o PIB confunde o valor gerado pelas compras de consumidores, como eletrodomésticos, com o total gasto para comprá-los. Isso oculta a perda no bem-estar decorrente do fato de esses produtos terem sido fabricados para durar pouco tempo. Como solução, o GPI considera o dinheiro gasto com bens de capital um custo e o valor dos serviços que eles proveem, ano a ano, um benefício. Essa regra é aplicada também para bens de infraestrutura pública, como estradas.

X. Dependência de Ativos Estrangeiros – se uma nação permite que seu estoque de capital decresça ou financia seu consumo com empréstimos, está vivendo além de seus recursos. O GPI contabiliza adições líquidas ao estoque de capitais como contribuições para o bem-estar e trata o capital emprestado de estrangeiros como reduções. Se os recursos emprestados forem investidos, os efeitos negativos são cancelados, mas, se forem utilizados para financiar consumo, o GPI decresce.

RESULTADOS

As análises realizadas nos EUA mostram que, a partir dos anos 1970, o IPR (Índice de Progresso Real) se estanca ou retrocede, enquanto o PIB aumenta. De acordo com a lógica do GPI, isso significa que o crescimento é, na realidade, um mito, pois o que aumenta de um lado diminui mais fortemente de outro.

Um estudo publicado pela Redefining Progress no final de 2001 compara a evolução do PIB *per capita* norte-americano nos últimos 50 anos com os números do GPI. A constatação é que, embora o PIB *per capita* americano, em valores constantes, tenha evoluído 79% no período, o índice medido pelo GPI evoluiu apenas 2%, no mesmo espaço de tempo.

Para explicar o que ocorre, a organização dá como exemplo o uso do petróleo para produção de energia. Seu consumo crescente faz aumentar o PIB, mas reduz o GPI. Isso porque, no segundo caso, é levado em conta o fato de que, além de não ser renovável, o petróleo polui o ambiente e gera problemas de saúde, entre outros fatores negativos ao bem-estar.

Exemplo de estrutura de cálculo do IPR/GPI norte-americano: como se passa do montante de consumo das casas ao IPR. (Fonte: C. Cobb, M.Glickman Et C. Cheslog: The Genuine Progress Indicator Update.)

CONSUMO PESSOAL

Ajustes econômicos

- Desigualdade de renda
- Dívida externa líquida
- Custo de bens duráveis

Ajustes sociais (custos)

- Custos da criminalidade
- Custos dos acidentes de trânsito
- Custo dos deslocamentos cotidianos
- Custos das rupturas familiares
- Diminuição do tempo de lazer
- Custo do desemprego

Ajustes ambientais

- Custos de redução da poluição doméstica
- Custos da poluição da água
- Custos da poluição do ar
- Custos da poluição sonora
- Perdas de terras úmidas
- Redução de terras cultivadas
- Destruição de recursos não renováveis
- Custos dos danos ambientais duráveis (passivo ambiental)
- Custos de destruição da camada de ozônio
- Destruição de antigas florestas

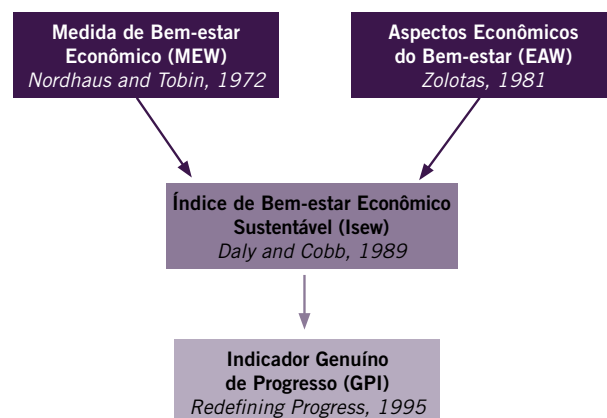
Benefícios agregados ao IPR/GPI

- Valor do trabalho doméstico
- Valor do trabalho voluntário
- Serviços de bens duráveis
- Serviços de infraestrutura de ruas e estradas
- Investimento líquido de capital

Resultado do IPR/GPI

REFERÊNCIAS

- www.rprogress.org
- www.rprogress.org/projects/gpi/
- www.redefiningprogress.org/projects/gpi/
- www.redefiningprogress.org/newpubs/2004/gpi_march2004update.pdf



Genuine Saving Indicator – GSI

World Bank

PAÍS

EUA

O QUE É

Genuine Savings é um indicador simples, planejado por pesquisadores do Banco Mundial para diagnosticar a sustentabilidade da economia.

ORIGEM

Os economistas ambientais David Pearce e Giles Atkinson desenvolveram primeiramente o princípio de aplicação de métodos de contabilidade ambiental (*). Mas foi o economista Kirk Hamilton, junto da Statistics Canada e de um doutorando de David Pearce, que introduziu o termo *genuine saving* (**).

OBJETIVO

O indicador pretende demonstrar a taxa de riqueza nacional (incluindo o capital natural e o capital humano) que está sendo destruída ou criada. Esse indicador de progresso ou de retrocesso da verdadeira riqueza pretende contribuir para a medição sintética do desenvolvimento sustentável de um país, mediante diversas adições ou subtrações de recursos não econômicos, sobretudo ambientais, ao partir de uma base constituída pela poupança econômica nacional.

Poupança verdadeira = poupança líquida (ou seja, poupança interna bruta – consumo de capital fixo) + despesas de educação – (esgotamento dos recursos energéticos, dos recursos minerais e das florestas, e danos causados por emissões de CO₂).

- A avaliação monetária dos esgotamentos dos recursos não renováveis do subsolo se baseia na ideia de receita líquida suplementar, que mede a variação entre os preços de venda pós-extração e os custos econômicos dessa extração (prospecção incluída). É o que se chama de renda do recurso. Ela remunera tanto o proprietário da jazida (minas, poços etc.), como os extratores.
- Para as emissões de CO₂, utiliza-se uma estimativa do custo social marginal da tonelada emitida por meio de um custo de tratamento.
- A destruição das florestas é calculada com base no valor da madeira em pé (preço - custo médio de corte) da quantidade destinada para uso comercial e para combustível, extraída além dos limites do crescimento natural, no volume anual de madeira de valor comercial.

Essas taxas são publicadas, anualmente, nos Indicadores do Banco Mundial e usadas nas discussões políticas dos países.

(publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?item_id=5424413)

CONTEÚDO

Genuine Savings define a riqueza de uma nação de forma mais ampla do que outros indicadores tradicionais, levando em consideração metodologias de contabilidade do capital humano e ambiental para calcular a poupança líquida de um país. O Genuine Saving Indicator (GSI) mede a variação no total de ativos econômicos que são importantes para o desenvolvimento: ativos produzidos, recursos naturais, qualidade ambiental, recursos

(*) *Capital Theory and the Measurement of Sustainable Development: an Indicator of Weak Sustainability*, in *Ecological Economics*, 8(2), 1993.

(**) *Green Adjustments to GDP in Resources Policy* 20(3), 1994.

humanos e ativos estrangeiros, mostrando, assim, se a economia está em um caminho sustentável.

Se o GSI é negativo, o bem-estar do país vai decrescer no futuro, e o caminho do desenvolvimento não é mais sustentável.

Se o investimento genuíno é positivo, a qualidade da vida vai melhorar.

O indicador difere de outras medidas-padrão de riqueza nacional, uma vez que:

- a) deduz o valor da degradação de recursos naturais (onde florestas, água e outros recursos são manejados de forma insustentável);
- b) deduz os efeitos da poluição, incluindo a perda de bem-estar e o aumento de prejuízos à saúde humana;
- c) trata, também, de despesas com educação (livros, salários dos professores etc.) como poupança mais do que como consumo, já que isso permite o aumento do capital humano;
- d) deduz empréstimos estrangeiros e transferências oficiais;
- e) deduz o valor da degradação ambiental.

A fórmula para os Genuine Savings é dada no Desenvolvimento de Indicadores do Banco Mundial, na seguinte equação:

$$\text{GDP} - \text{consumo público e privado} - \text{empréstimo externo} - \text{depreciação de bens produzidos} + \text{despesas atuais em educação} - \text{degradação de recursos} - \text{danos provocados pela poluição}.$$

GS/WATER

O World Bank sugeriu pesquisas mais profundas “no campo do Genuine Saving, para incluir a água como capital natural no conceito de AGS”.

<http://www.fz-juelich.de/stc/datapool/Preprint2005/Preprint-2-2005.pdf> (pág. 6).

Esse documento traz este novo conceito: o Adjusted Genuine Saving/Water, que considera a água um capital natural de maneira mais estratégica e explícita com a seguinte fórmula de esgotamento da água: água (anual) renovável – água (anual) retirada x preço da água x (preço de mercado da água – custo de extração / preço de mercado da água).

REFERÊNCIAS

www.worldbank.org/

www.brettonwoodsproject.org/topic/environment/gensavings.pdf (pág. 3)

The Happy Planet Index – HPI

NEF

New Economics Foundation

PAÍS

Reino Unido

O QUE É

É um índice que mostra a eficiência ecológica com a qual o bem-estar humano é obtido em todo o mundo, por nação ou grupo de nações.

ORIGEM

A New Economics Foundation (NEF) foi criada em 1986 pelos líderes do The Other Economic Summit (Toes), um organismo que forçava a inclusão de questões como o endividamento internacional nas agendas de discussão do G-7 e do G-8, grupo de países mais ricos do mundo.

Como centro de estudos e ações independentes, com o objetivo de inspirar e demonstrar o real bem-estar econômico, a organização tem como objetivo melhorar a qualidade de vida promovendo soluções inovadoras que desafiam o pensamento tradicional sobre questões econômicas, ambientais e sociais. Trabalha por meio de parcerias e situa as pessoas e o planeta em primeiro lugar.

A NEF trabalha com todos os segmentos da sociedade, no Reino Unido e internacionalmente – com a sociedade civil, governo, indivíduos, empresários e universidades – a fim de criar mais entendimento e novas estratégias de mudança. A fundação desenvolve projetos em áreas específicas por meio de planos-piloto e ferramentas de mudança, pesquisa aprofundada, campanhas e discussões sobre políticas.

O Happy Planet Index (HPI) foi lançado em julho de 2006, e o relatório da NEF, *Happy Planet Index: Um*

Índice de bem-estar humano e impacto ambiental, foi publicado em associação com a instituição sem fins lucrativos Friends of the Earth.

OBJETIVO

É o primeiro índice a combinar impacto ambiental e bem-estar, a fim de medir, país por país, a eficiência ambiental com a qual as pessoas vivem vidas longas e felizes. Os resultados são surpreendentes e até mesmo chocantes, mas há muito a aprender com o que revelam.

O HPI reflete a duração média de uma vida feliz produzida por uma determinada sociedade, nação ou grupo de nações, por unidade de recursos planetários consumida. Em outras palavras, ele representa a eficiência com a qual os países convertem os recursos finitos da Terra em bem-estar para os seus cidadãos.

OBSERVAÇÃO

O HPI difere marcadamente do principal indicador de renda geralmente usado para medir o sucesso de uma nação – o Produto Interno Bruto (PIB) – e também tem uma fundamentação diferente para os vários indicadores alternativos, que partem do valor do PIB e depois subtraem custos sociais e ambientais para criar uma medida mais precisa do sucesso econômico.

CONTEÚDO

O Índice não revela qual é o país “mais feliz” do mundo. Ele mostra a eficiência relativa com a qual as nações convertem os recursos naturais do planeta em vida longa e feliz para seus cidadãos. As nações que lideram o Índice não são os lugares mais felizes do mundo, mas sim nações que pontuam bem, mostrando que obter vida longa e feliz sem forçar os recursos do planeta é possível. O HPI mostra que, em todo o mundo, altos níveis de consumo de recursos naturais não necessariamente produzem altos níveis de bem-estar (satisfação com a vida) e que é possível produzir altos níveis de bem-estar sem um consumo excessivo dos recursos da Terra. Ele também revela que há diferentes caminhos para alcançar níveis comparáveis de bem-estar. O modelo seguido pelo Ocidente pode trazer longevidade generalizada e variáveis graus de satisfação com a vida, mas só o faz a um preço alto e, no fim das contas, contraproducente em termos de consumo dos recursos.

O Happy Planet Index (HPI) retorna a uma visão da economia reduzida a seus elementos básicos: o que investimos no processo (recursos) e o que tiramos dele (vidas humanas de diferentes durações e graus de felicidade). O Índice resultante, com 178 nações para as quais há dados disponíveis, revela que o mundo como um todo ainda tem um longo caminho pela frente. Em termos de obtenção de

vidas longas e realizadas dentro dos limites ambientais da Terra, todas as nações poderiam se sair melhor – nenhum país alcança uma pontuação geral “alta” no Índice, e nenhum país se sai bem em todos os indicadores.

Nenhum país individualmente listado no Happy Planet Index está fazendo tudo certo. Temos de reconhecer de saída que, embora alguns países sejam mais eficientes em oferecer vida longa e feliz a seus povos, todo país tem seus problemas e nenhum possui desempenho tão bom quanto poderia. No entanto – uma observação fascinante –, é possível enxergar padrões emergentes que indicam formas melhores de obter vida longa e feliz para todos e, ao mesmo tempo, viver dentro de nossos meios ambientais.

O desafio será saber se somos capazes de aprender com as lições do HPI – e de aplicá-las.

O Índice é montado a partir de três indicadores diferentes, dois dos quais são objetivos: a expectativa de vida e a pegada ecológica – uma medida da nossa utilização de bens e serviços ambientais. O terceiro indicador é o bem-estar subjetivo das pessoas, ou a “satisfação com a vida”. (Note que a maneira pela qual as pessoas relatam sua satisfação corresponde a fatores objetivos, como sua saúde física e mental.)

PASSO A PASSO

Como é calculado:

O HPI incorpora três indicadores separados: a pegada ecológica, a satisfação com a vida e a expectativa de vida. Os cálculos estatísticos que embasam o HPI são bastante complexos. Entretanto, conceitualmente, o raciocínio é direto e intuitivo:

$$\text{HPI} = \frac{\text{Satisfação com a vida} \times \text{expectativa de vida}}{\text{Pegada ecológica}}$$

O HPI é calculado pela multiplicação da expectativa de vida pelo nível de satisfação com a vida. Esse resultado é dividido pelo impacto ambiental de cada país, fator que inclui as emissões de gás carbônico.

RESULTADOS

O índice foi compilado durante dois meses, com a ajuda dos dados referentes à expectativa de vida da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgados em 2003, das estatísticas do Banco de Dados Mundial sobre a Felicidade, de 2005, e de uma pesquisa sobre consumo e impacto ambiental realizada pela World Footprint.

Cento e setenta e oito países, cujas informações estavam disponíveis, constam no *ranking* HPI.

Numa escala de 0 a 100, o campeão Vanuatu obteve 68,2 pontos, enquanto os EUA conseguiram 28,8 pontos e a 150ª colocação no *ranking*. O Reino Unido somou 40,3 pontos e ficou em 108º lugar. Os habitantes das ilhas de Vanuatu vivem cerca de 69 anos, aproximadamente oito anos a menos do que os norte-americanos, e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de US\$ 2.944, um valor 13 vezes menor do que o dos EUA. “As pessoas podem viver bastante e ter vidas felizes sem utilizar mais do que sua cota justa dos recursos naturais do planeta”, segundo o relatório publicado no *site* da fundação.

Cuba e Vietnã, países que na década de 1960, representavam o “perigo vermelho”, são, atualmente, paraísos de felicidade, ocupando colocações que estão mais de 100 posições acima da dos EUA.

De acordo com a pesquisa, os EUA e a Alemanha possuem níveis semelhantes de satisfação e de expectativa de vida, embora os alemães, que obtiveram a 81ª colocação, disponham de uma “reserva ecológica” ou área exigida para sustentar sua população, com metade das dimensões da dos Estados Unidos.

Entre os países membros do G-8, a Itália foi o país que obteve a melhor colocação, ficando com o 66º lugar. Já a Rússia teve a pior: 172º lugar, ficando bem perto do último país do *ranking*. Entre os mais ricos, Japão, Canadá e França ficaram, respectivamente, na 95ª, 111ª e 129ª colocação.

Países da América Central responderam por nove das dez primeiras posições dos países mais felizes. As economias africanas, entre as quais a Suazilândia e a Guiné Equatorial, formam o grupo dos dez últimos, segundo o índice.

O Brasil ficou na 63ª posição, contabilizando 48,6 pontos no índice, bem atrás da Argentina, que ficou na 47ª colocação, com 52,2 pontos. Colômbia ficou em segundo lugar, com 67,2 pontos. O país mais infeliz do mundo é o Zimbábue, que ficou em último no *ranking*, com 16,6 pontos.

Com base nessas descobertas, a NEF propõe um manifesto global por um planeta mais feliz. A NEF aponta as políticas e áreas nas quais os países com baixa expectativa de vida, pouca satisfação com a vida ou alta pontuação na pegada ecológica devem se concentrar, de modo que todos possam viver dentro dos limites ambientais da Terra e ampliar o bem-estar para todos.

REFERÊNCIAS

www.neweconomics.org/gen

PDF: www.neweconomics.org/gen/uploads/dl44k145g5scuy453044gqbu11072006194758.pdf

Calcule seu próprio HPI

<http://www.itint.co.uk/hpisurvey>

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PAÍS

Brasil

O QUE É

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Brasil, com informações sobre a realidade brasileira que integram as dimensões social, ambiental, econômica e institucional.

ORIGEM

A construção de indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil faz parte do conjunto de esforços internacionais para concretização das ideias e dos princípios formulados na Agenda 21, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, no que diz respeito à relação entre meio ambiente, desenvolvimento e informações para a tomada de decisões.

Elaborado, inicialmente, em 2002, segue o marco ordenador proposto pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), das Nações Unidas.

OBJETIVO

O conjunto dessas informações, valiosas para a compreensão dos temas relevantes para o desenvolvimento sustentável do País, permite estabelecer comparações inter-regionais no Brasil, bem como entre países, e indica as necessidades e prioridades para a formulação e avaliação de políticas de desenvolvimento com essa perspectiva.

CONTEÚDO

A atual edição (2008) reúne 60 indicadores, dentre eles 12 novos, relativos a questões emergentes, que propiciam uma avaliação mais completa do desenvolvimento sustentável.

Eles são apresentados em quatro dimensões:

- Ambiental: 23 indicadores
- Social: 19 indicadores
- Econômica: 12 indicadores
- Institucional: 6 indicadores

Os indicadores referem-se a quatro diretrizes:

- Equidade: aspectos distributivos;
- Eficiência: uso racional dos recursos;
- Adaptabilidade: diversificação, alternativas nos processos de produção;
- Atenção a gerações futuras: recursos e os bens econômicos, ecológicos e humanos que serão legados às futuras gerações.

Fornecem, em sua **dimensão ambiental**, informações relacionadas com o uso dos recursos naturais e com a degradação ambiental, organizadas nos seguintes temas: atmosfera, terra, água doce, oceanos, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento.

DIMENSÃO AMBIENTAL

Atmosfera

- 1 – Emissões de origem antrópica dos gases associados ao efeito estufa
- 2 – Consumo industrial de substâncias destruidoras da camada de ozônio
- 3 – Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas

Terra

- 4 – Uso de fertilizantes
- 5 – Uso de agrotóxicos
- 6 – Terras em uso agrossilvipastoril
- 7 – Queimadas e incêndios florestais
- 8 – Desflorestamento da Amazônia Legal
- 9 – Área remanescente e desflorestamento na Mata Atlântica e nas formações vegetais litorâneas
- 10 – Desertificação e arenização

Água doce

- 11 – Qualidade de águas interiores

Oceanos, mares e áreas costeiras

- 12 – Balneabilidade
- 13 – Produção de pescado marítima e continental
- 14 – População residente em áreas costeiras

Biodiversidade

- 15 – Espécies extintas e ameaçadas de extinção

- 16 – Áreas protegidas
- 17 – Tráfico, criação e comércio de animais silvestres
- 18 – Espécies invasoras

Saneamento

- 19 – Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico
- 20 – Destinação final do lixo
- 21 – Acesso a sistema de abastecimento de água
- 22 – Acesso a esgotamento sanitário
- 23 – Tratamento de esgoto

Em sua **dimensão social**, os indicadores abrangem os temas população, trabalho e rendimento, saúde, educação, habitação e segurança, vinculados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social.

DIMENSÃO SOCIAL

População

- 24 – Taxa de crescimento da população
- 25 – Taxa de fecundidade
- 26 – População e terras indígenas

Trabalho e rendimento

- 27 – Índice de Gini da distribuição do rendimento
- 28 – Taxa de desocupação
- 29 – Rendimento familiar *per capita*
- 30 – Rendimento médio mensal

Saúde

- 31 – Esperança de vida ao nascer
- 32 – Taxa de mortalidade infantil
- 33 – Prevalência de desnutrição total
- 34 – Imunização contra doenças infecciosas infantis
- 35 – Oferta de serviços básicos de saúde
- 36 – Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado

Educação

- 37 – Taxa de escolarização
- 38 – Taxa de alfabetização
- 39 – Escolaridade

Habitação

- 40 – Adequação de moradia

Segurança

- 41 – Coeficiente de mortalidade por homicídios
- 42 – Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte

A **dimensão econômica** dos indicadores busca retratar o desempenho macroeconômico e financeiro, os impactos no consumo de recursos materiais e uso de energia, mediante a abordagem dos temas quadro econômico e padrões de produção e consumo.

DIMENSÃO ECONÔMICA

Quadro econômico

- 43 – Produto Interno Bruto *per capita*
- 44 – Taxa de investimento
- 45 – Balança comercial
- 46 – Grau de endividamento

Padrões de produção e consumo

- 47 – Consumo de energia *per capita*
- 48 – Intensidade energética
- 49 – Participação de fontes renováveis na oferta de energia
- 50 – Consumo mineral *per capita*
- 51 – Vida útil das reservas minerais
- 52 – Reciclagem
- 53 – Coleta seletiva de lixo
- 54 – Rejeitos radioativos: geração e armazenamento

Por sua vez, a **dimensão institucional**, desdobrada nos temas quadro institucional e capacidade institucional, oferece informações sobre a orientação política, a capacidade e os esforços realizados com vistas às mudanças necessárias para a implementação do desenvolvimento sustentável.

DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Quadro institucional

- 55 – Ratificação de acordos globais
- 56 – Existência de conselhos municipais

Capacidade institucional

- 57 – Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento – P&D
- 58 – Gasto público com proteção ao meio ambiente
- 59 – Acesso aos serviços de telefonia
- 60 – Acesso à Internet

Os indicadores são apresentados sob a forma de tabelas, de gráficos e de mapas, precedidos de uma ficha contendo a descrição das variáveis utilizadas em sua construção, a justificativa e, em casos específicos, comentários metodológicos, incluindo, ao final da publicação, um glossário com a conceituação da terminologia utilizada. Contemplam série histórica e abrangem informações sobre o País e Unidades da Federação, se possível, permitindo o acompanhamento dos fenômenos ao longo do tempo e o exame de sua ocorrência no território.

Essas informações estão disponíveis no CD-ROM que acompanha a publicação.

REFERÊNCIAS:

- www.ibge.gov.br
- www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default.shtm

Index of Economic Well-being – IEWB

Centre for the Study of Living Standards

PAÍS

Canadá

O QUE É

Índice proposto para medir o componente econômico do bem-estar social de forma mais realista e completa do que os índices tradicionais, como o PIB.

ORIGEM

Desenvolvido em 1998, pelo Centre for the Study of Living Standards¹, o IEWB foi baseado em um artigo escrito por Lars Osberg para a Comissão McDonald, intitulado “A Medida do Bem-estar Econômico”.

OBJETIVO

Esse índice de bem-estar econômico, mais realista e completo que o PIB², visa contribuir para que os indivíduos de uma sociedade analisem e julguem com mais propriedade se as decisões e políticas públicas adotadas naquele país trazem melhorias efetivas para a sociedade.

O IEWB não é uma tentativa de resumir o “bem-estar econômico da sociedade” em um único número objetivo, mas é uma tentativa de prover os meios para que cada indivíduo faça a sua avaliação subjetiva – a partir de dados objetivos – e tire sua conclusão pessoal do que venha a ser o bem-estar da sociedade.

Isso porque o bem-estar tem múltiplas dimensões, e os indivíduos atribuem graus diferentes de importância a cada uma dessas dimensões, de acordo com seus valores pessoais. Considerando-se que em uma sociedade indivíduos são chamados a exercer suas escolhas pessoais sobre temas que afetam a coletividade (como, por exemplo, votar), um índice como esse pode ajudar cidadãos a avaliar outras questões coletivas – como responder se determinada política pública traz benefícios efetivos à sociedade.

CONTEÚDO

O IEWB foi desenvolvido a partir do reconhecimento de que um dos componentes-chave do bem-estar é o bem-estar econômico ou o “acesso a recursos econômicos”. Porém, os critérios tradicionalmente utilizados para mensurar o progresso econômico, como o PIB *per capita*, assumem que a experiência de alguns agentes representativos é capaz de definir o bem-estar de toda a sociedade e consideram apenas o fluxo de renda presente, não distinguindo o fluxo de consumo presente da acumulação de ativos que garantirão o fluxo de consumo futuro.

O índice consiste de uma média ponderada de quatro indicadores sintéticos, sobre os fluxos de consumo, as riquezas (econômica, humana e ambiental), as desigualdades e a segurança econômica (numa perspectiva de presente e futuro). Cada componente (que tem peso

(1) O Centre for the Study of Living Standards é uma organização, independente, sem fins lucrativos, que busca contribuir, por meio de pesquisas, para a melhor compreensão das tendências e determinantes da produtividade, dos padrões de vida e do bem-estar econômico e social.

(2) Para o Centre for the Study of Living Standards, o PIB é uma medida incompleta do consumo ao ignorar o valor do lazer e as expectativas de vida mais longas, bem como o valor da acumulação para as gerações futuras. Além disso, por ser uma média, o PIB per capita não dá nenhuma indicação da probabilidade de que um indivíduo venha a compartilhar da prosperidade, nem do grau de ansiedade com a qual os indivíduos contemplam seus futuros.

atribuído de 25%) articula dados relativos à contabilidade nacional e às estatísticas sociais. São eles:

- 1) Fluxos de consumo *per capita* efetivos, incluindo o consumo de bens e serviços no mercado; serviços governamentais, fluxos *per capita* efetivos de produção familiar; lazer; e mudanças na expectativa de vida.
- 2) Acumulação social líquida de estoques de recursos produtivos, incluindo a comunicação líquida de capital tangível; ativos imobiliários; mudanças líquidas no valor dos estoques de recursos naturais; mudanças líquidas no valor do endividamento; acumulação de capital humano; e o estoque de investimento em pesquisa e desenvolvimento.
- 3) Distribuição de renda, incluindo a intensidade da pobreza (incidência e extensão) e a desigualdade de renda.
- 4) Segurança econômica contra a perda de emprego e desemprego, doenças, rompimento familiar e pobreza na terceira idade.

O IEWB geral é calculado como a média ponderada dos quatro componentes acima, com peso agregado determinado subjetivamente de acordo com opiniões individuais sobre a importância relativa de cada um deles.

DIMENSÕES DO BEM-ESTAR ECONÔMICO OU CONTROLE DOS RECURSOS

Conceito	Presente	Futuro
“Cidadão Típico” ou “Representante”	Fluxo Médio de Renda Presente	Acumulação de Estoques de Recursos Produtivos
Heterogeneidade das Experiências de Todos os Cidadãos	Distribuição de Consumo Potencial – Desigualdade de Renda e Pobreza	Insegurança de Renda Futura

RESULTADOS

Foram calculados os índices do Canadá, dos Estados Unidos e de alguns países membros da OCDE. Resultados completos podem ser acessados no *site*: www.csls.ca/iwb.asp.

REFERÊNCIAS

www.csls.ca/iwb/macdonald.pdf
www.csls.ca/iwb.asp
www.csls.ca/iwb/iewb-guide.pdf

Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS

Fundação Seade

PAÍS

Brasil

O QUE É

O IPRS é um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo, destinado a subsidiar a formulação e a avaliação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos municípios paulistas. Não se trata de um desenvolvimento comum, mas aquele do qual a sociedade participe e se beneficie, na procura por um maior equilíbrio econômico e social do Estado.

ORIGEM

A Fundação Seade recebeu da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no âmbito do Fórum São Paulo, em 2000, a incumbência de construir um indicador que permitisse mensurar o grau de desenvolvimento humano de todos os municípios paulistas. O indicador deveria traçar um retrato detalhado do Estado de São Paulo em termos de desenvolvimento, compartilhando com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o entendimento de que o desenvolvimento humano é um

processo complexo que, ao lado dos aspectos econômicos, deve considerar as dimensões relativas à vida social e à qualidade de vida dos indivíduos. Procurou-se, assim, construir um indicador que identificasse o estágio de desenvolvimento de um determinado município nas três dimensões consideradas pelo IDH: renda, escolaridade e longevidade.

No trabalho de divulgação realizado em 2003, principalmente nas reuniões regionais – das quais participaram mais de 3 mil pessoas –, foram feitas críticas e sugestões para aprimorar as variáveis e os índices que compõem o IPRS. Através do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado, a Assembleia Legislativa, em parceria com a Fundação Seade, promoveu uma série de debates com técnicos e especialistas das áreas de economia, saúde e educação, tendo igualmente como objetivo o aperfeiçoamento da metodologia e da aplicabilidade do IPRS.

OBJETIVO

A apresentação da versão atual, com base nos dados de 2002, permite uma radiografia da situação socioeconômica de seus municípios, de sua trajetória recente e de seus principais desafios, além das análises e comparações da evolução dos índices de cada município ou região do Estado, no que diz respeito à produção de riqueza e ao impacto nos seus indicadores sociais.

CONTEÚDO

O IPRS é composto de quatro indicadores: três sintéticos setoriais (*), que mensuram as condições atuais de um município em termos de renda, escolaridade e longevidade – permitindo o ordenamento dos 645 municípios do Estado de São Paulo segundo cada uma dessas dimensões; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS (**), que resume a situação dos municípios segundo os três eixos considerados, sem, no entanto, ordená-los.

Os três indicadores sintéticos são expressos em uma escala de 0 a 100, constituindo uma combinação linear de um conjunto específico de variáveis. A estrutura de ponderação foi obtida de acordo com um modelo de análise fatorial, em que se estuda o grau de interdependência entre diversas variáveis.

(*) TRÊS SINTÉTICOS SETORIAIS:

I Riqueza Municipal

- Consumo residencial de energia elétrica
- Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços

- Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público
- Valor adicionado fiscal *per capita*

II Longevidade

- Mortalidade perinatal
- Mortalidade infantil
- Mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos
- Mortalidade de pessoas de 60 anos ou mais

III Escolaridade

- Percentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental
- Percentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade
- Percentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio
- Percentagem de crianças de 5 a 6 anos que frequentam pré-escola

(**) TIPOLOGIA CONSTITUÍDA DE CINCO GRUPOS DO IPRS:

Grupo 1: municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.

Grupo 2: municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.

Grupo 3: municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões.

Grupo 4: municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade.

Grupo 5: municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza, como nos indicadores sociais.

RESULTADOS

O Índice Paulista de Responsabilidade Social já teve várias edições, em 2000 e 2003. Em 2000, foram apresentados os resultados para os anos de 1992 e 1997 e, em 2003, para o ano de 2000. Na edição de 2004, em que se apresentam os resultados de 2002, foram incorporadas algumas mudanças ao IPRS, visando ao seu aprimoramento como um instrumento eficaz de avaliação e monitoramento de políticas públicas. Tais alterações impuseram a necessidade de refazer os indicadores do IPRS de 2000, no sentido de permitir a comparação entre 2000 e 2002. Assim, todos os resultados apresentados já incorporam as mudanças metodológicas, expressando a realidade existente em 2002.

OBSERVAÇÃO

O IPRS, ao classificar os municípios paulistas segundo diferentes graus de desenvolvimento, não responde integralmente às questões de equidade e pobreza existentes no interior dessas localidades. Isso porque, mesmo nos municípios mais bem posicionados nos grupos, sobretudo nos de maior porte – como São Paulo e Campinas –, há parcelas de seus territórios que abrigam expressivos segmentos populacionais expostos a diferentes condições de vulnerabilidade social. A partir dessa constatação, a Fundação Seade e a Assembleia Legislativa criaram o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), que permite uma visão mais detalhada do município, identificando no seu território áreas com significativa concentração de pobreza.

REFERÊNCIAS

- www.seade.gov.br/produtos/iprs/
- www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/metodologia.pdf
- www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/informativo.pdf

Index of Sustainable Economic Welfare Isew

Friends of the Earth

CES
Centre for Environmental Strategy

NEF
New Economics Foundation

PAÍS

Reino Unido

O QUE É

É um índice monetário que visa substituir o PIB como medida de progresso das nações e vai muito além da medida total das atividades econômicas, pois leva em conta o quanto as políticas nacionais realmente resultam em melhor qualidade de vida para todos.

ORIGEM

As organizações Friends of the Earth, Centre for Environmental Strategy (CES), New Economics Foundation (NEF) e outras trabalharam em conjunto para desenvolver indicadores econômicos alternativos ao PIB. O mais avançado deles é o Índice de Bem-estar Econômico Sustentável (Isew), que já foi calculado para nove países e acaba de ser revisado no Reino Unido pela CES, NEF e Friends of the Earth.

O índice baseia-se nas ideias apresentadas por Nordhaus e Tobin em sua Medida de Bem-Estar Econômico. Foi desenvolvido, pela primeira vez, em 1989, por Daly e Cobb. Posteriormente, eles vieram a adicionar vários outros “custos” à definição do Isew.

OBJETIVO

O Isew é uma das tentativas mais avançadas de criação de um indicador de bem-estar econômico – um índice de bem-estar social mais adequado do que o PIB (uma medida bruta da atividade econômica total, que reflete precariamente o bem-estar das pessoas) e que permita comparações entre países por meio de uma metodologia homogênea.

É uma tentativa de medir a porção de atividade econômica que proporciona melhorias genuínas em nossa qualidade de vida – em certo sentido, atividade econômica de “qualidade”. Por exemplo, o indicador subtrai a poluição do ar causada por atividade econômica e soma pontos por atividade doméstica não remunerada – como limpar a casa ou cuidar de crianças. Também cobre áreas como desigualdade de renda, outros danos ambientais e esgotamento de ativos ambientais.

Os criadores do índice acreditam que o Isew ou algum outro índice equivalente deve ser um dos principais indicadores econômicos na futura estratégia de Indicadores do Governo.

CONTEÚDO

O Isew, (Index of Sustainable Economic Welfare), ou Ibes (Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável), mede o desempenho econômico de uma nação a partir de 20 indicadores, agregando medidas convencionais – como o crescimento dos investimentos de capital – com elementos sociais e ambientais – como, por exemplo, a distribuição da renda, o trabalho doméstico, a poluição do ar e da água, a degradação do solo agrícola e a perda de recursos naturais. Ou seja, inclui as questões econômicas distributivas e uma série de variáveis ambientais e sociais que possuem um peso importante para o bem estar agregado.

Em vez de simplesmente somar todos os dispêndios, como no Produto Interno Bruto, o dispêndio no consumo é equilibrado por fatores como a distribuição de renda, o custo associado à poluição e outros custos economicamente não sustentáveis. O cálculo do progresso nacional leva em conta as contribuições negativas (custos sociais e ambientais ligados às desigualdades de rendimentos, à poluição aos ruídos, às perdas nos ecossistemas naturais, à diminuição dos recursos não renováveis, à erosão da camada de ozônio etc.) e positivas (trabalho doméstico e despesas públicas de educação e de saúde) das atividades econômicas, políticas e sociais.

Em linhas gerais, o Isew é definido pela seguinte fórmula:

Isew = consumo pessoal + gastos públicos não voltados para defesa e segurança

- gastos particulares com segurança
- + formação de capital
- + serviços do trabalho doméstico
- custos da degradação ambiental
- depreciação de capital natural

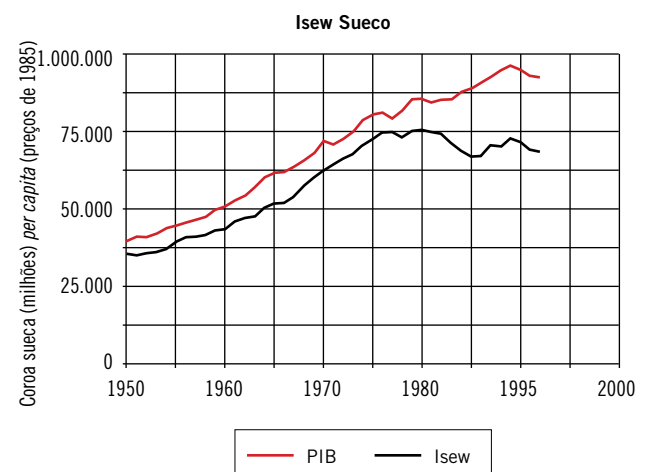
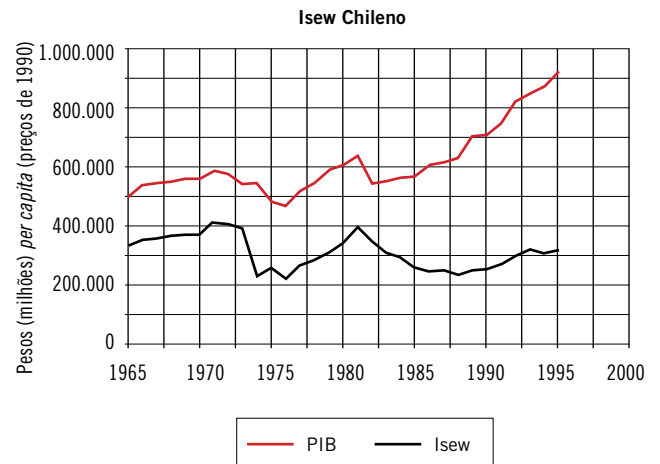
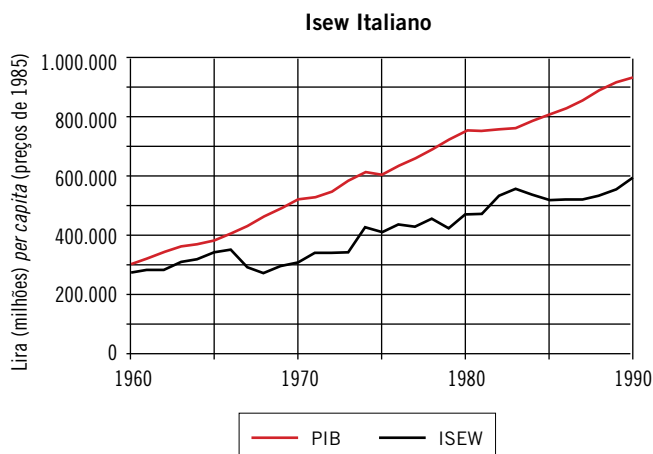
RESULTADOS

Além dos Estados Unidos, em muitos outros países, como na Holanda, Grã-Bretanha, Áustria, Austrália, Itália, Suíça, Alemanha e Chile, a metodologia de Daly e Cobb tem sido adotada. Em todos os países, pode-se observar uma tendência semelhante: o bem-estar social nacional tem divergido do PIB desde 1970.

Em cálculos realizados usando-se o novo índice, enquanto o Produto Nacional Bruto norte-americano cresce substancialmente no intervalo entre 1950 e 1985 (medido pela via tradicional), o índice Isew tem permanecido relativamente constante desde 1970. Segundo Daly & Cobb Jr. (1989), à medida que a degradação do estoque de capital natural, custos decorrentes de poluição e efeitos perversos ligados à má distribuição de renda são contabilizados, a economia norte-americana não é vista obtendo melhoras substanciais de bem-estar.

Essa evidência é crucial, não só para os EUA, mas para qualquer país que tenha preocupação com as incorreções vinculadas à contabilidade do crescimento, quando feita exclusivamente em termos econômicos, isto é, não se levando em conta a degradação do meio ambiente. Na circunstância de certo país ignorar subtrações em seu estoque de capital natural, seria até possível incorrer-se em perdas substanciais de bem-estar, ao mesmo tempo em que as medidas tradicionais apontam melhoras substanciais.

EXEMPLOS



DICA

Friends of the Earth criou uma ferramenta disponível na Internet, no *site* www.foe.org, que permite a qualquer um criar seu Ibes (Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável), valorizando as variáveis da forma mais adequada à sua situação. Friends of the Earth: <http://www.foe.co.uk>

REFERÊNCIAS

www.foe.co.uk/campaigns/sustainable_development/progress

Livro: Herman Daly e John Cobb, Jr – *For the Common Good: Redirecting the Economy Toward Community, the Environment, and a Sustainable Future*, 1989, Beacon Press, Boston, Massachusetts, USA.

Index Social Health – ISH

Institute for Innovation in Social Policy

PAÍS

EUA

O QUE É

Indicador que sintetiza múltiplas variáveis sociais dos EUA.

ORIGEM

O índice foi criado por Marc e Marque-Luisa Miringoff, em meados dos anos 1980. É de responsabilidade do Institute for Innovation in Social Policy (Fordham Institute for Innovation in Social Policy – Universidade Fordham, Tarrytown, Nova York) desde 1987.

OBJETIVO

A premissa do índice baseia-se no fato de que a vida social norte-americana deve ser conhecida a partir da combinação de vários indicadores, que influenciam uns aos outros. Ao analisar problemas que afetam os norte-americanos em todos os estágios de sua vida ou em cada um deles (infância, juventude, idade adulta, velhice), o índice busca fornecer uma compreensão da saúde social da nação.

CONTEÚDO

O Índice é calculado a partir de 16 variáveis sociais, que são agrupadas por cinco categorias de idade:

CRIANÇA

- Mortalidade infantil
- Maus-tratos
- Pobreza infantil

ADOLESCENTE

- Suicídio dos jovens
- Uso de drogas
- Abandono de estudos universitários
- Gravidez na adolescência

ADULTOS

- Desemprego
- Salário mensal médio
- Cobertura por seguro-saúde

IDOSOS

- Pobreza dos maiores de 65 anos
- Expectativa de vida aos 85 anos

TODAS AS IDADES

- Crimes violentos
- Acidentes de trânsito fatais por embriaguez
- Acesso à habitação a um custo acessível
- Desigualdade de renda familiar

RESULTADOS

A partir de 1973, PIB e ISH deixam de se equivaler. O PIB continua a aumentar, e o ISH passa a despencar forte e permanentemente.

Cinco indicadores melhoraram desde 1970: mortalidade infantil, evasão escolar, pobreza – idosos de 65 ou mais–, homicídios e acidentes de carro relacionados com o consumo de álcool.

Onze indicadores pioraram desde 1970: abuso infantil, pobreza infantil, suicídio de adolescentes, abuso de droga por adolescentes, desemprego, salários semanais médios, cobertura de seguro-saúde, despesas extras de saúde para idosos de 65 anos ou mais, auxílio-alimentação, acesso a empréstimos imobiliários e desigualdade de renda.

Em 2004, último ano em que os dados completos foram disponibilizados, o ISH ficou em 54/100, a mais baixa marca desde 1998. Entre 1970 e 2004, o índice declinou de 69,2 para 54,0, ou seja, 22%.

REFERÊNCIAS

iisp.vassar.edu/ish.html

M & M-L Miringoff. *The Social Health of the Nation: How America is Really Doing?* (NY Oxford University Press, 1999)

Living Planet Index

WWF

PAÍS

Suíça

O QUE É

O Índice Planeta Vivo, elaborado pela Rede WWF, é um indicador do estado da biodiversidade no mundo, preparado a partir de dados sobre tendências de evolução populacional apresentadas, de 1970 a 2003, em cerca de 3.600 populações, com aproximadamente 1.300 espécies de vertebrados em todo o mundo, sendo 695 terrestres, 344 de água doce e 274 marinhas.

ORIGEM

A WWF é a maior rede ambientalista mundial. Formada por organizações autônomas e similares em 40 países, a rede conta com apoio de aproximadamente 5 milhões de pessoas. Sua atuação se expande por cerca de cem países, nos cinco continentes. O WWF-Brasil integra a rede e é uma organização da sociedade civil, reconhecida pelo Governo como instituição de utilidade pública. Criado em 1996 e sediado em Brasília, o WWF-Brasil atua em todo o País com o objetivo de contribuir para que a sociedade brasileira conserve a Natureza e harmonize a atividade humana com a preservação da biodiversidade, em benefício, também, das futuras gerações.

OBJETIVO

O Índice Planeta Vivo é um indicador do estado geral dos ecossistemas da Terra, que inclui dados nacionais e globais do consumo desses recursos naturais e o aumento dos efeitos da poluição. As primeiras medidas, em 1999, levaram em conta três indicadores do estado dos ecossistemas naturais:

- 1) A área mundial de cobertura florestal;
- 2) Populações de espécies de água doce;
- 3) Populações de espécies marinhas.

Cada um desses índices foi mensurado em 100, em 1970, e recebeu um peso.

CONTEÚDO

Índices separados são produzidos para espécies terrestres, marinhas e de água doce, e as três tendências médias são usadas para criar um índice agregado. Apesar de os vertebrados representarem apenas uma fração das espécies conhecidas, considera-se que as tendências na

população de vertebrados fornecem uma panorama da biodiversidade geral.

Por meio do acompanhamento das espécies selvagens, o Índice Planeta Vivo também está monitorando a saúde dos ecossistemas:

- Vida terrestre no planeta – populações de 695 espécies representativas são acompanhadas para o cálculo do Índice de Vida Terrestre no Planeta. Esse índice mostra o *status* da população de espécies terrestres em comparação a 1970, calculadas em 100 unidades.
- Vida marinha no planeta – populações de 274 espécies representativas são acompanhadas para compor o Índice de Vida Marinha. Esse índice mostra as condições para a vida do ambiente marinho em quatro oceanos, em comparação a 1970.
- Vida em água doce no planeta – populações de 344 espécies representativas de água doce (287 em zonas temperadas e 51 em zonas tropicais) são acompanhadas para compor o Índice de Vida em Água Doce no Planeta. Esse índice mostra as condições para a vida dos ecossistemas em água doce, em comparação a 1970.

RESULTADOS

O Living Planet Report 2006 – Planeta Vivo 2006 reúne diferentes dados para compilar dois indicadores do bem-estar da Terra. O primeiro deles é o Índice Planeta Vivo, e o segundo, a Pegada Ecológica, que mede a demanda da humanidade sobre a biosfera (quantos hectares uma pessoa necessita para produzir o que consome por ano).

O relatório bianual da WWF mostrou essencialmente que o declínio da biodiversidade global, no período 1970-2003, foi de 30%. “A humanidade não está mais vivendo dos juros da Natureza, mas esgotando seu capital”, afirma o relatório. “A esse nível de deficit ecológico, a exaustão dos ativos ecológicos e o colapso em grande escala dos ecossistemas parecem cada vez mais prováveis.”

- O Índice de Espécies Terrestres mostra um declínio de 31% de 1970 a 2003.
- O Índice de Vida Marinha apresenta declínio de 27%, na média, nos quatro oceanos no período de 1970 a 2003.
- O índice de Vida em Água Doce mostra declínio de aproximadamente 28% no período de 1970 a 2003.

As informações apontam uma série de tendências, demonstrando, inclusive, que há uma clara diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O Brasil, por exemplo, está praticamente na média de consumo mundial, mas, ainda assim, os brasileiros consomem mais do que o planeta poderia suportar.

REFERÊNCIAS

assets.wwf.org.br/downloads/wwf_brasil_planeta_vivo_2006.pdf
www.wwf.org.br
www.panda.org/

Responsible Competitiveness Index – RCI

AccountAbility

PAÍS

Reino Unido

O QUE É

É um índice que relaciona o estado da responsabilidade corporativa com a competitividade das nações.

ORIGEM

Para elaborar o índice, a AccountAbility, uma organização internacional baseada em Londres que trabalha para fazer as empresas se tornarem transparentes em seus impactos sobre as pessoas e o planeta, diagnosticou, primeiramente, o estado da responsabilidade corporativa em 80 nações, analisando critérios como corrupção, manejo ambiental e governança corporativa em cada país. A pesquisa foi, depois, relacionada com o índice de competitividade do Fórum Econômico Mundial, que define competitividade como a habilidade de um país atingir um crescimento sustentável no médio e no longo prazo, para produzir o Índice de Competitividade Responsável.

Os inovadores Índice Nacional de Responsabilidade Empresarial e Índice de Competitividade Responsável foram desenvolvidos a partir do Diálogo de Políticas Globais sobre Competitividade Responsável, realizado em 2004, em colaboração com o Pacto Global das Na-

ções Unidas e instituições parceiras na África, na Ásia, na Europa e na América Latina.

A pesquisa para o relatório de competitividade responsável foi coordenada pela Accountability, com o apoio do Rockefeller Brothers Fund e em parceria com a Fundação Dom Cabral, o Pacto Global das Nações Unidas, redes de negócios, organizações de pesquisa e instituições públicas na África, na Ásia, na Europa e na América Latina.

OBJETIVO

Revelar quais os países que estão atingindo crescimento econômico sustentável baseado em práticas de responsabilidade social.

CONTEÚDO

O Índice de Competitividade Responsável oferece indicadores e métodos que permitem explorar a relação entre a responsabilidade empresarial e a competitividade, e inclui o Índice Nacional de Responsabilidade Empresarial, que mede a situação nacional da responsabilidade empresarial em 85 países de cinco continentes, com base em critérios que incluem grau de corrupção, liberdade civil, governança corporativa e gerenciamento ambiental, para se estabelecer o *ranking* global.

RESULTADO

As conclusões de Competitividade Responsável baseiam-se em numerosos casos de setores e temas específicos do Brasil, Camboja, Chile, Europa e África do Sul, dos novos e inovadores índices de avaliação de países, além dos já citados conceitos provenientes de um Diálogo de Políticas Globais com o Pacto Global das Nações Unidas.

A mais recente edição do relatório, que traz os resultados dos estudos feitos com o Índice de Competitividade Responsável e o Índice Nacional de Responsabilidade Empresarial, *Competitividade Responsável: A Reformulação dos Mercados Globais através de Práticas Empresariais Responsáveis – América Latina*, foi lançada no final de 2006. Esse relatório surge de esforço de colaboração entre AccountAbility, FDC e Incae, com o generoso apoio do Fórum Empresa e do Fundemas.

Esse relatório analisa o avanço da América Latina em relação à meta da competitividade responsável. Para alcançar o seu potencial, a região precisa de mercados e regulamentações que impulsionem a produtividade, o desenvolvimento humano e a responsabilidade ambiental. O potencial para essa relação positiva existe, mas a “corrida para baixo” gerada pela competição continua sendo uma possibilidade concreta.

A América Latina enfrenta um conjunto único de desafios de competitividade. Os índices de competitividade mais recentes mostram que, enquanto alguns países da região estão melhorando rapidamente o seu potencial para crescimento no médio prazo, outros permanecem estáticos ou até apresentam sinais de piora diante de seus competidores. A realidade das condições persistentes de pobreza e desigualdade sugere que a distribuição irregular do crescimento econômico não levará, por si só, ao desenvolvimento sustentável. É necessário uma forma mais responsável de competitividade.

Os países da América Latina avançam para a responsabilidade empresarial. Nesse sentido, o progresso da América Latina é heterogêneo e varia desde o nível intermediário até os níveis mais baixos entre os 85 que compõem a mostra de dados.

Os principais achados do Índice Nacional de Responsabilidade Empresarial demonstram o seguinte:

- Os países nórdicos obtiveram uma pontuação muito boa. Apesar de a Noruega ser uma exceção (12^o) os outros países escandinavos se encontram entre os cinco primeiros (Suécia, primeiro; Finlândia, segundo; e Dinamarca, quarto).
- África do Sul é a economia emergente que ocupa a melhor posição dentro do *ranking* (sem contar a Europa Oriental), seguida por Coreia, Chile, Malásia, Costa Rica e Tailândia.
- China alcança a posição número 66, enquanto Índia, seu grande competidor asiático, está mais acima, no número 43.
- Não há países da América Latina no terço superior do Índice.
- Os líderes regionais, Chile (29^o) e Costa Rica (32^o), encontram-se no extremo superior do terço intermediário.
- Logo, encontramos um bloco intermediário de países que inclui Brasil (37^o), Panamá (47^o), El Salvador (50^o) e México (54^o).
- O terceiro grupo de países da América Latina encontra-se no terço inferior da tabela global. Nesse grupo, estão 10 dos 18 países da região incluídos no *ranking*.

O progresso na área de competitividade responsável requer o desenvolvimento de ações em diversas frentes:

1. responsabilidade empresarial alinhada com a estratégia;
2. enfoques de colaboração para melhorar o desempenho;
3. estratégias setoriais, incluindo pequenas e médias empresas;
4. coordenação nacional, regional e local de enfoque;
5. promoção de investimentos responsáveis;

6. sensibilização das regras do comércio, investimento e competitividade;

7. alinhamento das normas de responsabilidade com as oportunidades de competitividade;

Como mostra esse relatório, a América Latina conta com bons exemplos em cada uma dessas áreas; no entanto, o relatório também argumenta que ainda há muito o que fazer.

O relatório argumenta que as práticas empresariais responsáveis estão se convertendo em fatores importantes da competitividade econômica nacional e regional. Sobre a base dessas práticas, os governos e as empresas integrarão, cada vez mais, os temas de responsabilidade a suas estratégias, com a intenção de desenvolver e manter a competitividade nacional.

A COMPETITIVIDADE RESPONSÁVEL...

Prevê que os governos e as empresas de todo o mundo incorporarão cada vez mais questões relacionadas com a responsabilidade social em suas estratégias de desenvolvimento e manutenção da competitividade nacional. Oferece um sólido quadro de propostas políticas para esse propósito, assim como propostas concretas para a investigação e formulação de políticas.

A Competitividade Responsável constitui a condição necessária para uma globalização viável, que alinhe a ampliação de oportunidades e papéis da empresa no desenvolvimento com a redução de pobreza e desigualdade e a estabilidade ambiental.

Em 2007, AccountAbility e seus parceiros lançaram um novo Relatório de Competitividade Responsável, que serve para monitorar o progresso da região e do mundo inteiro.

www.accountability21.net/default.asp?id=2074

REFERÊNCIAS

www.accountability21.net

www.accountability21.net/uploadstore/cms/docs/Competitividade%20Responsavel.pdf

Relatório 2006 (Am. Latina)

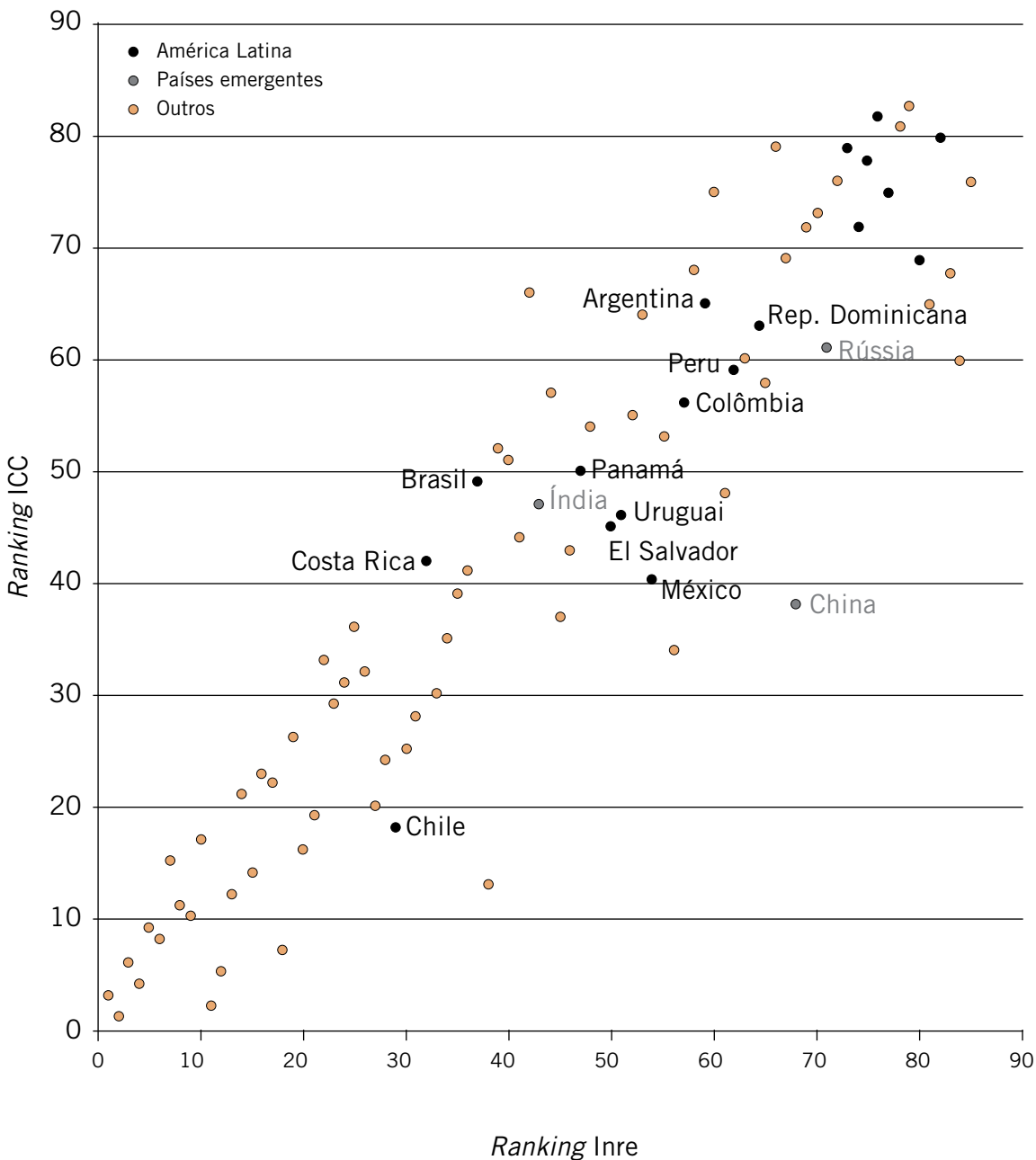
- Sumário: www.accountability21.net/research/default.asp?pageid=242

- Íntegra: www.accountability21.net/uploadstore/cms/docs/Competitividad%20Responsable.pdf

O relatório *O Estado de Competitividade Responsável 2007 – Fazendo a Sustentabilidade Ser Levada em Conta no Mercado Global*, lançado em julho de 2007, pela AccountAbility e pela Fundação Dom Cabral, coloca o Brasil na 56ª colocação de um ranking feito com 108 países. A Suécia ocupa o primeiro lugar, seguida de Dinamarca, Finlândia, Islândia e Reino Unido. A Austrália ocupa a nona colocação, e o Japão, a 18ª. Dentre os países emergentes, destacam-se o Chile, em 24º, e a África do Sul, na 28ª posição.

Composto por 21 indicadores, o índice avaliou o quanto as estratégias e práticas dos negócios levam explicitamente em conta seus impactos sociais, econômicos e ambientais; o quanto o macroambiente nacional orienta essas estratégias e práticas; e o quanto fatores como liberdade de imprensa e intolerância à corrupção influenciam a promoção da competitividade responsável. O primeiro fator foi o que teve a maior importância na composição do índice.

COMPARAÇÃO DE RANKINGS, ÍNDICE DE CRESCIMENTO DE COMPETITIVIDADE (ICC) E ÍNDICE NACIONAL DE COMPETITIVIDADE RESPONSÁVEL (INCR)



Social Footprint

CSI

Center for Sustainable Innovation

Universidade de Groningen

PAÍS

EUA e Holanda

O QUE É

É uma medida e um sistema de relatório que podem ser usados por organizações para avaliar, controlar e relatar seus impactos nas pessoas e na sociedade, em uma larga escala de áreas.

ORIGEM

O Social Footprint é resultado de um esforço conjunto de desenvolvimento entre o Center for Sustainable Innovation e a Universidade de Groningen, na Holanda. É um método de prestação de contas que possibilita mensurar e relatar impactos não apenas financeiros.

O CSI é uma organização sem fins lucrativos criada em 2004, por Mark W. McElroy. Sua proposta é realizar pesquisas, desenvolver, treinar e prestar consultoria com empresas (e para elas) no mundo inteiro interessadas em atingir a sustentabilidade. Especialmente, a organização se interessa em promover a sustentabilidade como um aprendizado social.

OBJETIVO

É um sistema de mensuração e de relatório que as organizações podem usar para avaliar, administrar e relatar seus impactos nas pessoas e na sociedade, em várias áreas. O que diferencia essa ferramenta é o fato de ser o primeiro método quantitativo para calcular impactos sociais baseado em rigor teórico sobre a sustentabilidade.

CONTEÚDO

O Social Footprint é um método de mensuração e reporte que quantifica o impacto social de uma organização sobre pessoas ou sobre o que o CSI denomina como capital *anthro* (combinação do capital humano e social, do capital construído ou infraestrutura e parte do capital natural – aquele do qual as pessoas dependem diretamente para obter alimento, saúde e habitação). É o capital que possibilita o bem-estar humano.

Dessa forma, o Social Footprint lida com os impactos sobre o capital produzido por pessoas e pode crescer virtualmente, a partir da vontade e ação humanas (capital *anthro*), diferentemente do Ecological Footprint, que mensura o uso e o impacto do homem sobre o capital natural, que, por sua vez, é limitado e não criado pelo homem. A ferramenta permite equacionar melhor o uso de recursos naturais e as demandas sociais.

O CSI mensura a **sustentabilidade organizacional** em termos de *Ecological Bottom Lines* e *Social Bottom Lines*. Para tal, desenvolveu uma metodologia que define coeficientes matemáticos para esses dois aspectos, *Ecological Quotient* e *Societal Quotient*. Esses quocientes comparam um determinado comportamento ou ação com seus impactos sobre o capital ecológico (restrito e não criado pelo homem) e o capital *anthro* (irrestrito e criado pelo homem).

PASSO A PASSO

SOCIAL BOTTOM LINES

São medidas da sustentabilidade de comportamentos sociais – comportamentos coletivos em organizações, em especial. Elas resultam em *bottom lines* sociais numéricos ou pontuações, que aparecem como quocientes:

- Os denominadores expressam a medida *per capita* ou *per* organização da lacuna nas condições sociais requeridas para o bem-estar humano.
- Os numeradores expressam contribuições reais *per capita* ou *per* organização para fechar ou provocar essa lacuna.
- Pontuações que expressam resultados menores que 1 não são sustentáveis.

Cálculo do Social Bottom Line – Um Processo de Cinco Passos

1. Determine a quantidade de capital *anthro* necessária e divida pelo total da população numa área geográfica de interesse (para chegar à média *per capita* sobre quanto custaria criar ou suprir o capital requerido numa determinada área) – pode ser expresso em dólares por pessoa ou *People Foot*.

2. Calcule o número de *People Feet*¹ associado ao sistema social sob análise (exemplo: horas de trabalho empregadas por funcionários).
3. Multiplique a parte *per capita* da lacuna de fornecimento calculada no passo 1 pelo número de *People Feet*¹ no sistema social de interesse e pelo passo 2. Esse é o sistema social (exemplo: uma organização) – expresso em sistema monetário.
4. Mensure o tamanho das contribuições atuais ou impactos do sistema social no capital *anthro* da área de interesse. Esse é o *Total Social Imprint* (o numerador no quociente social) – também expresso em termos monetários.
5. Divida o numerador pelo denominador. Esse resultado é o Quociente Social, o qual é um *Bottom Line* do Sistema Social do capital *anthro* da área de interesse.

CÁLCULO DA SUSTENTABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO CALCULANDO *BOTTOM LINES* SOCIAL E ECOLÓGICO

- O numerador reflete a taxa de uso de capital natural ou seus serviços, como a noção da Pegada Ecológica, de terra ecologicamente produtiva (em hectares globais) usada por ano, por uma sociedade.
- O denominador reflete parte da taxa proporcional para a organização de produção/renovação de capital natural, também expresso em termos de hectares globais por ano ou alguma outra medida.
- Quocientes menores ou iguais a 1 (<1) são sustentáveis porque as taxas de uso coincidem ou caem em relação ao capital natural/produção de serviços e/ou sua produção/renovação (isto é, o uso do capital natural é inferior aos seus limites de renovação).
- Quocientes maiores que 1 (>1) não são sustentáveis porque as taxas de uso ou de impacto excedem as taxas de produção e/ou de renovação do capital/serviços naturais, diminuindo, desse modo, e possivelmente esgotando, o estoque natural de capital/serviços (isto é, o uso do capital natural excede seus limites de renovação).

QUOCIENTES COMO MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE

Bottom Lines Ecológicas*	Total da Marca Ecológica ----- Suprimento Próprio de Capital Natural	=	Quociente Ecológico (QE)	{ - Quanto mais baixo, melhor - QE ≤ 1 é sustentável - QE > 1 é insustentável
Bottom Lines Sociais*	Total da Marca Social ----- Lacunas no Suprimento Próprio de Capital <i>Antro</i>	=	Quociente Social (QS), ou a chamada Pegada Social	
Sustentabilidade Organizacional Definida	Quociente Ecológico (QE) são ≤ 1	E	Quociente Social (QS) são ≤ 1	{ - Se verdadeiro, são sustentáveis - Se falso, são insustentáveis

* Defendemos a posição de que há muitos *Bottom Lines Ecológicas* e muitos *Bottom Lines Sociais*, cada um correspondendo a impactos em algum aspecto do capital ecológico e/ou *antro*, respectivamente. Os chamados *Bottom Lines Econômicos* são meramente tipos de *Bottom Lines Sociais*, e o *Bottom Line Financeiro* é uma questão à parte.

SOCIAL FOOTPRINT X ECOLOGICAL FOOTPRINTS

O *Social Footprint* e o *Ecological Footprint* são parecidos no sentido de que ambos se propõem a fechar lacunas, mas as semelhanças acabam aí. No caso da Pegada Ecológica, as lacunas que nos interessam são entre recursos usados e recursos disponíveis. No caso da Pegada Social, as lacunas que nos interessam são entre os recursos necessários e o suprimento dos recursos que decidimos disponibilizar.

RESULTADO

A organização pede que comentários e avaliações sejam enviados para Mark W. McElroy pelo e-mail mmcelroy@vermontel.net.

REFERÊNCIAS

www.sustainableinnovation.org
www.sustainableinnovation.org/the-social-footprint.html
www.sustainableinnovation.org/Global-Warming-Footprint.pdf
www.sustainableinnovation.org/Recasting-TBL.pdf

(1) *People Feet* é uma unidade métrica principalmente usada para especificar o denominador num quociente de sustentabilidade.

The Well-being of Nations

IDRC

International Research Centre

IUCN

World Conservation Union

PAÍS

Canadá

O QUE É

É uma nova análise da situação mundial – um levantamento que avalia 180 países, que mede o desenvolvimento humano e a conservação ambiental por meio do método de Avaliação de Bem-Estar.

ORIGEM

A Avaliação de Bem-Estar, o método usado em The Well-being of Nations, foi desenvolvida e testada com o apoio do International Research Centre (IDRC) e da World Conservation Union (IUCN). Nasceu de um projeto que visava produzir uma síntese de diversas metodologias de avaliação de sustentabilidade, incluindo o Barômetro da Sustentabilidade de Prescott-Allen.

Foi testado e melhorado durante os primeiros anos do projeto (1994-1996), até que Prescott-Allen desenvolveu o método para a segunda fase do projeto IUCN/IDRC (1997-1999) e para The Well-being of Nations. Testes adicionais do Barômetro da Sustentabilidade e do método completo foram realizados no Canadá, na Índia, na Nicarágua, na Zâmbia e no Zimbábue.

OBJETIVO

Promover altos níveis de bem-estar humano e do ecossistema, demonstrar a aplicabilidade prática e o potencial do método de Avaliação de Bem-Estar e encorajar países, comunidades e corporações a realizar suas próprias avaliações de bem-estar.

Pretende aumentar a conscientização sobre a necessidade de planejamento e gerenciamento do desenvolvimento humano e da proteção ao ecossistema, simultaneamente.

CONTEÚDO

Combinam-se 36 indicadores de saúde, população, riqueza, educação, comunicação, liberdade, paz, criminalidade e igualdade em um Índice de Bem-Estar Humano (Human Well-being Index – HWI) e 51 indicadores de saúde da terra, áreas protegidas, qualidade da água,

suprimento de água, atmosfera global, qualidade do ar, diversidade de espécies, uso da energia e pressões sobre os recursos naturais em um Índice de Bem-Estar do Ecossistema (Ecosystem Well-being Index – EWI).

Os dois índices são, então, combinados em índices de Bem-Estar/Estresse (Well-being Index – WI e Stress Index – WSI), que medem quanto bem-estar humano é obtido em cada país pelo grau de estresse exercido sobre o ambiente. Sessenta e sete mapas geopolíticos, codificados por cores, representam, de forma vívida, o desempenho de cada uma das 180 nações em todos os índices, bem como nos principais indicadores relativos a eles. Além disso, todos os dados são apresentados em 160 páginas de tabelas, e a metodologia altamente acessível é descrita em apêndices, de modo que os leitores possam realizar suas próprias avaliações.

OBSERVAÇÃO

A Avaliação do Bem-Estar pode ser usada em qualquer âmbito, desde um único município até o mundo todo. Ela difere de outras abordagens para avaliação de sustentabilidade por seu foco duplo, sobre o bem-estar humano e o do ecossistema, e por seu uso do Barômetro da Sustentabilidade para combinar um conjunto abrangente de indicadores no HWI, EWI, WI e WSI.

O método da Avaliação de Bem-Estar cobre uma gama mais ampla de fatores humanos e ecológicos do que outras medidas mais tradicionais, como o Produto Interno Bruto, o Índice de Desenvolvimento Humano ou o Índice de Sustentabilidade Ambiental (ESI).

RESULTADOS

O relatório mostra que todos os países detentores de alto padrão de vida estão exercendo pressões indevidas sobre o ambiente. Trinta e sete países estão próximos de atingir um bom equilíbrio entre uma população saudável e um meio ambiente saudável, mas, a fim de verdadeiramente alcançar esse equilíbrio, mesmo esses 37 países têm de melhorar muito seus esforços ambientais.

O país com melhores resultados é a Suécia, que obteve o primeiro lugar no índice, ainda que o relatório a considere um país com “*deficit* no ecossistema”: a Suécia obtém seu avançado padrão de vida à custa de danos ambientais.

A Alemanha ocupa o 13º lugar; a Austrália, o 18º; o Japão, o 24º, e os Estados Unidos, o 27º. Em mais de 140 nações, o estresse do ecossistema é mais alto do que o bem-estar humano – evidência de que os esforços da maioria da população para melhorar sua condição são ineficientes e exploram em demasia o ambiente.

“O relatório sugere que um alto padrão de vida é possível sem arruinar o meio ambiente, mudando-se a forma como o desenvolvimento é buscado”, diz Achim Steiner, diretor-geral da IUCN.

REFERÊNCIA

www.iucn.org/en/news/archive/2001_2005/press/wonback.doc

3

Índice de Iniciativas

1.	Redefinição de Prosperidade	87
2.	CMPEPS	88
3.	France Libertés	90
4.	Orbis	92
5.	Bogotá Cómo Vamos	94
6.	Movimento Nossa São Paulo	96
7.	Rede Cidadã por Cidades Justas e Sustentáveis	99
8.	Juruti Sustentável	100
9.	Lucas Legal	102
10.	BAWB – Global Forum América Latina	104
11.	Ação Global	108

Redefinição de Prosperidade

The Sustainable Development Commission

Comissão de Desenvolvimento Sustentável



PAÍS

Reino Unido

O QUE É

A economia é atualmente direcionada, acima de tudo, ao crescimento econômico. Entretanto, nos últimos anos, dois outros objetivos entraram na agenda política e de elaboração das políticas: sustentabilidade e bem-estar.

ORIGEM

A Sustainable Development Commission (SDC) é uma entidade independente de assessoria ao governo em desenvolvimento sustentável, reportando diretamente ao primeiro-ministro, aos primeiros-ministros da Escócia e do País de Gales e ao primeiro-ministro e ao vice-primeiro-ministro da Irlanda do Norte. Através da defesa dessa ideia, aconselhamento e avaliações, a entidade colabora para que o desenvolvimento sustentável esteja no centro da política governamental.

OBJETIVO

O projeto da SDC sobre **Redefinição da Prosperidade** visa mapear as relações entre esses três objetivos – crescimento, sustentabilidade e bem-estar – e levantar as questões pertinentes. Temos de escolher entre esses objetivos? Podemos combiná-los? Que tipo de políticas ou abordagens deveríamos possuir?

Essas questões levam ao cerne do significado de desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade significa mais crescimento econômico? Ou se trata de chegar a um meio-termo ou equilíbrio entre sustentabilidade e crescimento? Ou será que desenvolvimento significa algo diferente de crescimento? Significa progresso rumo a um aumento de bem-estar? É possível definir e promover o bem-estar?

CONTEÚDO

O projeto divide-se em quatro partes principais:

1. Visões sobre a prosperidade pesquisou as diferentes visões sobre o que significa prosperidade. O crescimento econômico, medido por aumentos no Produto Interno Bruto, que basicamente significa a soma das riquezas produzidas por um país em um ano, parece uma visão atraente, pois está estritamente vinculado à suposição de que a maioria das pessoas deseja aumentar sua renda. Pesquisadores, por outro lado, identificaram “visões alternativas sobre a prosperidade”, que podem ser mais convincentes. Os objetivos das políticas governamentais podem ser revistos para melhor refletir os desejos e as esperanças individuais?

2. Economia Lite pesquisou a ideia de dissociação (em inglês, *decoupling*) – dissociar o crescimento econômico dos impactos ambientais perniciosos decorrentes. Essa relação pode deixar de existir, com tecnologias mais limpas e eficientes? Há alguma comprovação de que a dissociação já esteja ocorrendo na Europa e América do Norte? Ou isso é uma ilusão criada pelo fato de que estamos cada vez mais importando produtos manufaturados da Ásia e da América Latina, passando a eles o fardo ambiental de nosso consumo? Isso significa que dissociação de verdade é impossível, ou ainda há maneiras de atingi-la?

3. Confrontação da Estrutura tratou de levar os argumentos contra o crescimento econômico a sério e pensar a fundo nas consequências. Se a economia não crescer mais ou crescer em um ritmo bem mais lento, o que acontecerá com desemprego, arrecadação de impostos, capacidade de pagamento de dívidas e de juros, lucros empresariais e competitividade econômica? Podemos imaginar qualquer governo adotando essa linha de raciocínio? Ou eles serão forçados a isso devido a pressões econômicas, criando recessão de longo prazo?

4. Políticas de bem-estar pesquisou as evidências do que contribui para o bem-estar das pessoas e perguntou: O que vem em seguida? Devemos desejar um conjunto de políticas econômicas destinadas à promoção do bem-estar? Em caso afirmativo, elas seriam muito diferentes das políticas econômicas que visam promover o crescimento? Quais seriam as principais diferenças? Haveria uma abordagem diferente para o trabalho e a importância de atividades não remuneradas que mantêm a vida familiar e da comunidade? O sistema de planejamento daria prioridade à democracia local e à qualidade de vida?

REFERÊNCIAS

<http://www.sd-commission.org.uk/pages/redefining-prosperity.html>

<http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/factsheet.pdf>

La Commission sur la Mesure des Performances Économiques et du Progrès Social (CMPEPS)

Collectif FAIR: Forúm pour d'Autres Indicateurs de Richesse

Comissão sobre a medição das *performances* econômicas e progresso social

Coletivo Fair: Fórum para Outros Indicadores de Riqueza

PAÍS

França

O QUE É

Uma comissão que oferece uma reformulação da visão da riqueza e do desenvolvimento humano sustentável.

ORIGEM

Criada pelo presidente da França, Nicolas Sarkozy, em janeiro de 2008:

- para esclarecer as limitações do PIB como instrumento para medir os resultados econômicos e do progresso social;
- para identificar as informações suplementares necessária para identificar indicadores mais pertinentes;
- para determinar qual seria a apresentação mais adequada de tais informações bem como avaliar a viabilidade dos instrumentos alternativos de medição.

CONTEÚDO

Essa comissão é organizada em torno de três temas:

Reconsiderar o progresso da sociedade: refletir sobre as medidas e as dimensões do bem-estar e progresso social, sabendo, por exemplo, que o “crescimento” não é necessariamente um sinal do aumento de bem-estar dos povos. Nesse sentido, considera-se a necessidade de determinar o que conta para a sociedade e, assim, “medir outra coisa”. Isso impõe o questionamento sobre o valor e os valores que fundamentam as nossas medidas. A questão do “o quê” medir está intimamente relacionada com o “por que medir”. A razão da busca por outros indicadores vem da vontade de esclarecer os fins que são inatingíveis, por se basear apenas nos valores que são levados em conta pelos indicadores que dão prioridade à economia mercantil e à política monetária. Seria conveniente, por exemplo, perguntar-se se os nossos cidadãos não dão maior importância para a saúde ambiental e social, bem como para o desenvolvimento humano sustentável.

Elaborar uma construção coletiva: reconsiderar que o progresso social não pode ser deixado exclusivamente nas comissões de peritos, mesmo que as *expertises* de várias disciplinas sejam indispensáveis. Cabe dar aos cidadãos a oportunidade de dizer quais os fins a serem levados em conta e dar a oportunidade de participar das discussões sobre a forma de levá-los em consideração. A participação da sociedade civil, as deliberações políticas, a mobilização das pesquisas são necessárias para dizer e selecionar os fins que são visados e para ponderar os critérios e procedimentos de avaliação correspondentes. É tempo de refletir sobre os procedimentos e métodos para elaborar essa construção coletiva.

Organizar os indicadores locais: refletir sobre os territórios, comunidades e grupos dentro da população cuja participação é relevante para reconsiderar o progresso da sociedade e desenvolver uma construção coletiva. Aprender com as experiências existentes, ter práticas que partem das iniciativas em curso. Partilhar experiências na construção de indicadores. É, portanto, um tema central porque os âmbitos locais (comunidades, municípios, departamentos, países, regiões...) emergem como lugares nos quais se desenrolam muitas experiências coletivas de elaboração de indicadores sociais que deverão ser colocados em comum.

PASSO A PASSO

A Comissão está organizada em torno de três grupos de trabalho:

- Perguntas convencionais para medir o Produto Interno Bruto
- Sustentabilidade e Meio Ambiente
- Qualidade de vida

PONTO UM. ESBOÇO DOS TRABALHOS REFERENTE ÀS QUESTÕES RELACIONADAS COM O PIB

1. A passagem do PIB ao rendimento disponível real, na economia como um todo tanto quanto ao âmbito das famílias, levando em conta a depreciação, do declínio dos recursos, da degradação ambiental, das transferências dos rendimentos em âmbito internacional, dos índices de preço ajustados, refletindo as mudanças de qualidade e outros aspectos da nossa sociedade em mutação.
2. Rendimento disponível real por unidade de consumo para as diferentes classes de rendimentos. A mediana da renda, em oposição ao rendimento médio.
3. As medidas de volume e de valor com base nos resultados obtidos nas áreas de saúde, educação e outros serviços não mercantis, incluindo os prestados pelo Estado.
4. O ganho/perda de capital/rendimento.
5. O trabalho doméstico não remunerado e a renda, incluindo as medidas de desigualdades.
6. O trabalho doméstico não remunerado e o lazer.
7. A educação como investimento para capital humano, incluindo a depreciação e o investimento.
8. A avaliação da segurança, especialmente quando à prestação de contas do setor público.
9. O tratamento das despesas de defesa, incluindo as despesas públicas e privadas ligadas à segurança.

PONTO DOIS. ESBOÇO DO TRABALHO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

1. Examinar a maneira como as variáveis ambientais importantes (por exemplo, a qualidade do ar e da água) contribuem para o bem-estar atual, direta e indiretamente (via custos de produção e de saúde).
2. Estudar o impacto das falhas do mercado sobre medidas monetárias clássicas de sustentabilidade.
3. Explorar o uso de outros métodos de medida para valorizar as mudanças ambientais.
4. Incorporar ajustes para esgotamento dos recursos e degradação ambiental nas diversas medidas de renda “verde” (PIB verde, RNN verde etc.).
5. Incorporar medidas mais amplas de mudanças da riqueza (ENA) e elaborar métodos específicos de medição, quando uma medida que abarque todos os aspectos é considerada impossível.
6. Incorporar adequadamente medições de incerteza.

PONTO TRÊS. ESBOÇO DO TRABALHO SOBRE QUALIDADE DE VIDA

Componentes da qualidade de vida

1. Experiências hedônicas (sentimentos positivos e negativos).

2. Julgamentos de avaliação (no que diz respeito à vida como um todo e seus principais componentes).
3. Capacidade (saúde, habilidades etc.).

Pontos determinantes da qualidade de vida

4. Atividades pessoais (por exemplo, lazer, viagens entre a residência e o local de trabalho, tempo de trabalho).
5. Segurança pessoal (por exemplo, vitimização, o medo da criminalidade, conflitos, guerras).
6. Ambiente social (por exemplo, laços sociais, confiança, garantia de assistência, se necessário).
7. Ambiente institucional (por exemplo, liberdades, participação na política, sistema judiciário).
8. Ambiente natural (por exemplo, exposição a ruído, a poluição, o acesso aos espaços públicos).

Os temas transversais

9. Média das desigualdades em termos de qualidade de vida.
10. Avaliação de diferentes métodos para sintetizar informações sobre o conjunto das áreas da qualidade de vida.

Esta Comissão desenhou nove desafios a serem enfrentados para rever o PIB:

1. Migrar do PIB para a renda real líquida disponível para o conjunto da economia e para os domicílios, levando em conta depreciações, depleção dos recursos, degradação ambiental, transferências dentro e fora da economia, assim como índices de preços apropriados.
2. Calcular a renda real disponível por unidade de consumo (domicílio corrigido) para diferentes grupos de renda e comparando médias a medianas.
3. Para saúde, educação e outros serviços não mercantis, inclusive os garantidos pelo governo, obter medidas de volume e de preços baseadas em *outputs*.
4. Comparar as rendas aos ganhos e às perdas de capital.
5. Considerar o trabalho doméstico não remunerado, inclusive em termos de desigualdades.
6. Comparar trabalho doméstico não remunerado e lazer.
7. Considerar a educação um bem de investimento para a construção de capital humano, assim como sua depreciação.
8. Avaliar a segurança, particularmente quando garantida pelo setor público.
9. Considerar todas as despesas defensivas, inclusive privadas com segurança.

REFERÊNCIAS

- www.stiglitz-sen-fitoussi.fr
www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/Issues_paper_VF.pdf
www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/fr/index.htm
www.idies.org/public/fichiers%20joints/Note_commission_Stiglitz.pdf
www.idies.org

FDM – Fondation Danielle Mitterrand

“A florestania é a tentativa de chamar a atenção para o fato de que a humanidade não é o centro, mas sim parte integrante e dependente da natureza. A florestania busca um novo pacto social e natural, onde a humanidade chega ré a um novo arranjo com a natureza.” Aldem Bourscheit Cezarino

www.florestania.org/florestania/ToinhoFlorestania.htm



O QUE É

É um programa de cooperação internacional, estabelecido entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil e a Fundação France Libertés, que visa à construção de novos indicadores de riqueza para o Estado do Acre (Brasil) a partir de uma reflexão qualitativa sobre nossa forma de contabilizar a riqueza e o crescimento econômico: ressaltando tanto o progresso social quanto a preservação ou proteção do meio ambiente, incluindo a Floresta Amazônica. Os objetivos do indicador são refletir o bem-estar da população em questão e incluir esse bem-estar numa lógica de sustentabilidade. Da mesma forma, um indicador baseado no conceito de bem-estar sustentável da população amazônica é coerente com as perguntas e as finalidades do Indicador de Sustentabilidade dos Municípios do Acre (IS-MAC), instrumento proposto pelo Governo do Acre durante a segunda fase do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) regional.

ORIGEM

Em 1998, o ministro francês do Desenvolvimento Sustentável, Guy Hascoet, aceitou a proposta de Patrick Viveret de fazer um trabalho exploratório no âmbito dos indicadores de riqueza. Dada a missão oficial, Viveret trabalhou, durante três anos, em um relatório intitulado *Reconsiderar a Riqueza*.

Dada a extrema importância e relevância do relatório realizado, o Coletivo Riquezas foi criado em 2001, na França, para dar continuidade aos trabalhos, fora do âmbito da missão oficial. Ele congrega indivíduos e associações ativas nas áreas da arte, cultura, ecologia, saúde, educação popular, ação humanitária e economia solidária. Destina-se a mobilizar, sob diversas formas,

os cidadãos para que contribuam com diferentes perspectivas sobre o que é a riqueza, de forma pró-ativa e em paralelo com a lógica e ações mais institucionais.

Em conjunto com esse Coletivo, France Libertés abriu um diálogo com o Governo brasileiro para propor um acordo de cooperação internacional para a criação, desenvolvimento e valorização desses novos indicadores de riqueza. Um acordo de cooperação foi assinado em setembro de 2005.

OBJETIVO

Em última instância, o projeto deverá beneficiar as instituições internacionais que trabalham sobre os indicadores, bem como associações que trabalham na área da economia solidária e social.

Os objetivos desse projeto são produzir e desenvolver novos indicadores de riqueza para o Brasil; valorizar e destacar as riquezas humanas e ecológicas frequentemente ignoradas pelas políticas públicas; fortalecer a rede em torno do conceito de “novas riquezas”, na França e no estrangeiro.

A proposta de novos indicadores tem como objetivo criar uma base estatística para medir os resultados das políticas ambientais e sociais e das políticas de desenvolvimento econômico para as populações dos estados definidos. A educação e os valores familiares, a cultura popular, o respeito pela natureza e a exploração sustentável dos recursos, a redução da pobreza e das desigualdades são alguns dos muitos aspectos fundamentais do “desenvolvimento” que não são reconhecidos por nossos indicadores clássicos, o que nos leva a um diagnóstico por vezes muito impreciso sobre o que vem a ser a pobreza e o desenvolvimento nessas regiões ricas em recursos naturais e em culturas populares.

CONTEÚDO

O indicador poderia responder a três necessidades certamente distintas, mas sem dúvida complementares:

- 1) um indicador que acompanhe, para cada região da Amazônia, as mudanças ao longo do tempo;
- 2) um indicador que permita acompanhar a evolução do bem-estar sustentável para os diversos municípios da região analisada. Essa é a postura já adotada pelo Ismac;
- 3) um indicador que permita comparar as diferentes regiões (Estados, no caso) do Brasil sob a tríplice visão do seu dinamismo econômico e do seu estatuto de saúde social e ambiental.

Levando em conta as finalidades dos indicadores, como uma proposta, o produto final poderia emergir como um:

- Índice de Bem-Estar Sustentável da População Amazônica
- Índice de Desenvolvimento Humano Sustentável na Amazônia
- Índice de Qualidade de Desenvolvimento na Amazônia

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EQUITATIVO

1. Nível de vida médio
2. Pobreza
3. Emprego e desemprego
4. Valorização sustentável da economia da floresta
5. Desigualdade econômica dos recursos
6. Balança comercial de alguns produtos básicos

DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

1. Educação
2. Saúde
3. Acesso aos serviços básicos
4. Desigualdades entre os sexos
5. Qualidade das Instituições políticas e administrativas da sociedade civil
6. Segurança pública e Justiça

DIMENSÃO AMBIENTAL

1. Desenvolvimento sustentável das florestas (excluindo diversidade)
2. Desenvolvimento sustentável dos recursos da agricultura
3. Desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos
4. Conservação da biodiversidade
5. Resíduos e reciclagem
6. As emissões de dióxido de carbono
7. Qualidade do solo e desertificação

OBSERVAÇÃO

O governo estadual do Acre usa a fórmula “governo da floresta” para realçar que ele assume a responsabilidade de assegurar um sistema ecológico ao qual o homem

pertence. A riqueza do Estado é a riqueza desse sistema.

O governo estadual do Acre, em paralelo a iniciativas semelhantes no Estado do Amapá, desde muito cedo começou a integrar o vocabulário e as ideias de desenvolvimento sustentável nas suas várias ações. Esse modo de desenvolvimento tem sido visto como uma solução pragmática e atrativa para problemas socioambientais muito generalizados na Amazônia. A principal razão que pode explicar a atratividade do desenvolvimento sustentável na Amazônia está no caráter interligado das esferas ambiental e social. Os conflitos sociais – por vezes violentos – muitas vezes têm origem nas questões econômicas, que, por sua vez, estão ligadas à terra, aos direitos de propriedade e modos de exploração.

O exemplo do assassinato de Chico Mendes, em Xapuri, em dezembro de 1988, pode servir como ilustração de uma escalada do conflito social que liga de maneira inseparável a questão econômica (a exploração da borracha pela comunidades de seringueiros) e o fator ambiental (que faz parte dessa operação extrativista). A degradação da natureza na Amazônia tem efeitos sociais muito diretos e visíveis: rápida urbanização e a pobreza estão frequentemente associadas com o desmatamento, a poluição e a agricultura intensiva. Desenvolvimento sustentável na Amazônia não é uma questão ideológica ou distante (nem no espaço nem no tempo).

REFERÊNCIA

<http://www.collectif-richesses.org/>

Orbis

O Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade

Sesi PR – Serviço Social da Indústria do Paraná

IPD – Instituto Paraná Desenvolvimento



PAÍS

Brasil

O QUE É

É um organismo que, mediante o uso de indicadores, monitora, analisa e dissemina informações relacionadas à sustentabilidade e à qualidade de vida no Estado do Paraná.

OBJETIVO

Contribuir para o desenvolvimento sustentável, em parceria com atores sociais, públicos e privados,

- organizando e monitorando sistemas de indicadores de sustentabilidade;
- produzindo estudos, análises e conhecimento;
- apoiando processos de reflexão e de tomada de decisões sobre os rumos do Paraná.

ORIGEM

Em outubro de 2003, foi realizada a ICONS - Conferência Internacional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida, em Curitiba, quando especialistas de várias partes do mundo dialogaram sobre alternativas de indicadores para medir a prosperida-

de e a qualidade de vida no planeta. Uma resposta a essa preocupação foi a criação do Orbis, em 2004, orientada, também, pelas definições da Eco-92/Agenda 21; Conferência Habitat II/1996; Protocolo de Kyoto/1997; Pacto Global/1999; e Cúpula do Milênio/2000.

É certificado pelo Observatório Global Urbano (GUO) da Organização das Nações Unidas (ONU), que lidera a rede mundial de observatórios urbanos, implantada a partir do Programa UN-Habitat, para assentamentos humanos, com o objetivo de ajudar a implementar a Agenda Habitat e a Agenda do Milênio, gerando informações em âmbitos nacional e local.

Conta com o apoio do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), do Serviço Social da Indústria do Paraná (Sesi PR) e do Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD), entre outras organizações.

CONTEÚDO

Os indicadores organizados pelo Orbis são norteados pela Agenda Habitat e pelos oito Objetivos do Milênio, estes definidos na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2000, em Nova York, tendo 191 países signatários.

O Orbis disponibiliza as informações via *site* e publicações impressas, para manter os setores da sociedade informados sobre a situação dos indicadores no Estado, sendo as seguintes as principais ferramentas:

Sistema de Monitoramento do Desenvolvimento Local – Modelo

Sistema de monitoramento *on line*, com o objetivo de auxiliar organizações e pessoas que trabalham com projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental na análise e no monitoramento do desenvolvimento local. Possibilita a consulta e criação de mapas, gráficos e tabelas com indicadores sociais, demográficos e econômicos de todo o Paraná, separados por mesorregião e municípios. As informações estão divididas em quatro grandes grupos: governança, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade social.

Toda a atualização é feita pelo Orbis, e os dados e indicadores são coletados de fontes oficiais.

Relatório Dinâmico sobre Informações Ambientais, Econômicas e Sociais Municipais

Sistema de consulta de informações ambientais, econômicas e sociais e análises municipais relativas aos municípios do Estado do Paraná, com dados disponíveis desmembrados, quando possível, por município, estado e país.

Mapeamento da Responsabilidade Social Corporativa

Mapeamento de projetos de responsabilidade social, possibilitando o cruzamento de informações entre a distribuição espacial dos projetos; a área de atuação; as necessidades regionais; e as áreas concentradoras de carências. Permite melhor definir o foco e a região do trabalho; a divulgação das organizações; a articulação de rede capaz de mobilizar governos e a sociedade civil em parcerias para melhor distribuição de programas no Estado.

Fontes e Controles de Acesso

Cadastro de instituições fornecedoras de informações, contendo as pesquisas periódicas elaboradas, os indicadores utilizados a partir dessas fontes, as datas de coleta, a previsão de nova atualização, os tipos e os termos de disseminação, o que possibilita a atualização da informação, possibilitando maior eficiência na descrição dos metadados.

Cursos e Consultoria em Gestão de Informação; Análise e Interpretação de Indicadores; Seis Sigma Social para Gestão de Projetos Sociais; Pesquisas Sociais e Levantamentos de Campo; Percepção sobre o Impacto de Ações Sociais Empresariais.

RESULTADOS

Em 2004, o levantamento serviu para a confecção do relatório *Indicadores do Milênio na Região Metropolitana de Curitiba*. Em 2005, foram levantados indicadores socioeconômicos no âmbito estadual, em apoio ao Fórum Futuro 10, processo de reflexão estratégica sobre os rumos do desenvolvimento do Estado para os próximos 10 anos. Em 2006, lançou a primeira edição dos *Indicadores do Milênio para o Estado do Paraná*, por conta do Movimento Nós Podemos Paraná. Em 2007, publicou a segunda edição, além de folderes das mesorregiões, assim como das cidades que compõem cada uma delas; os dados foram disponibilizados aos participantes dos encontros do Movimento, destacando-se como importante ferramenta de promoção do desenvolvimento regional. Em 2008, dando início à política de descentralização, foi implantado o Observatório Regional dos Campos Gerais, e, numa parceria com o Pnud e o Unicef, estruturou o Portal ODM Brasil, com os Indicadores do Milênio dos 5.564 municípios brasileiros, a ser lançado em 2009.

O Orbis foi convidado a apresentar sua experiência de implantação de observatório urbano em vários eventos nacionais e internacionais, como na Alemanha, Equador, Rio de Janeiro/RJ (2005); Colômbia, Canadá e México; Guarujá/SP (2006); Portugal;

Anchieta e Vila Velha/ES; Lençóis Paulistas, Santo André e São Paulo/SP, além de várias cidades do Paraná (2007); Belo Horizonte, Brasília, Maceió, Porto Alegre/RS (2008).

REFERÊNCIA

www.orbis.org.br

Bogotá Cómo Vamos

PAÍS

Colômbia

O QUE É

Bogotá Cómo Vamos (BCV) é um exercício cidadão que monitora, periódica e sistematicamente, a evolução da qualidade de vida, com ênfase no cumprimento do Plano de Desenvolvimento da Administração Distrital.

O projeto é produto de uma Aliança Interinstitucional entre a *Casa Editorial El Tiempo*, a *Fundação Corona* e a *Câmara de Comercio de Bogotá*. O acompanhamento é feito em termos de maior acesso a bens e serviços de melhor qualidade, e levando em conta a percepção do público.

ORIGEM

Essa iniciativa decolou durante a campanha eleitoral de 1997, por conta da ausência de um exercício cidadão de prestação de contas que verificasse o cumprimento das promessas eleitorais do candidato, como prefeito eleito, e seu impacto sobre a qualidade de vida da cidade. Foram enquadrados, na Constituição de 1991, os cidadãos a exercer o controle social sobre a gestão dos assuntos coletivos, por meio da prestação de contas de quem administra a cidade.

OBJETIVO

O objetivo de Bogotá Cómo Vamos é *gerar impacto positivo sobre a qualidade de vida*, na medida que constrói conhecimento sobre a cidade. Configura-se como um espaço para a análise e o debate com intuito de ter um efeito sobre a administração pública, o público em geral e os grupos de *experts* que trabalham em prol da cidade.

Nesse sentido, *promove um governo eficaz e transparente porque pede prestação de contas da Adminis-*

tração Distrital, incentivando-a, por sua vez, a gerar informação necessária para essa prestação de contas e, em seguida, avaliar essa informação com peritos e cidadãos. Da mesma forma, *promove um cidadão mais informado, participativo e responsável*, uma vez que divulga relatórios de avaliação para o público em geral e o consulta sobre sua percepção da qualidade e do acesso aos serviços públicos, comunicando os resultados dessa consulta aos cidadãos.

Finalmente, *promove as alianças estratégicas para o desenvolvimento de políticas que melhoram a qualidade de vida*, criando espaços de debate e conhecimento para potencializar os esforços e recursos dos diferentes atores que avaliam e realizam o monitoramento da cidade. Dessa forma, ao suscitar um espaço de discussão permanente sobre Bogotá, permite que se complementem os conhecimentos existentes e impulsiona o aprendizado institucional.

CONTEÚDO

- Pobreza e Equidade
- Mobilidade Viária
- Finanças Públicas
- Espaço Público
- Educação
- Meio Ambiente
- Saúde
- Responsabilidade
- Serviços Públicos

PASSO A PASSO

Avaliar e Divulgar as Estratégias do Bogotá Cómo Vamos

BCV— conta com duas estratégias centrais, a fim de tornar possível a concretização dos seus objetivos: a primeira é a estratégia de avaliação, a qual tem como eixo central o conceito de qualidade de vida, e a segunda é a estratégia de divulgação, que busca socializar e, nessa medida, tornar públicos os resultados de todo o exercício de análise e avaliação.

O exercício de avaliação e monitoramento realizado pelo BCV tem como conceito central de qualidade de vida “o conjunto de direitos dos cidadãos que, por sua vez, são deveres do Estado, que constam da Constituição de 1991, como o acesso a serviços de qualidade nas áreas de: educação, saúde, utilidades domésticas, habitação, meio ambiente”. Do mesmo modo, é reconhecido que a qualidade de vida é um conceito dinâmico; por conseguinte, pode mudar no tempo e de acordo com as condições nas quais se encontra a cidade.

Estratégia de Avaliação

O projeto utiliza, para realizar a avaliação, indicadores técnicos e percepção dos resultados, bem como acompanhamento das principais questões e problemas (projetos-chaves da Administração e problemas populacionais).

Os resultados dos **indicadores técnicos** são aqueles que dão conta do impacto do resultado da gestão e, portanto, fazem referência à cobertura e qualidade dos serviços e bens básicos.

Isso significa que o BCV não avalia, por exemplo, o número de colégios construídos, mas o aumento efetivo do acesso à educação, ou no caso do trânsito, em vez do número de quilômetros de rodovias construídas, o tempo médio de deslocamento.

Essa informação, uma vez prestada pela Administração, é validada por um painel de especialistas: os indicadores de percepção e sua correspondente coerência ao longo do tempo, de acordo com a informação histórica com a qual conta o Projeto.

Os **indicadores de percepção** fazem referência à opinião do cidadão com respeito às áreas de avaliação. Esses indicadores estão relacionados com o acesso à classificação da qualidade dos serviços e bens básicos, bem como os êxitos e os problemas que existem na prestação de contas por parte do Estado e escolas privadas. Da mesma forma, o cidadão pode se beneficiar do conjunto de entidades públicas e seus principais programas, em termos de imagem, confiança e gestão.

Nesse sentido, os indicadores de percepção permitem captar a opinião dos habitantes da cidade sobre os bens e serviços públicos e ir além dos indicadores técnicos de resultado.

A percepção pública é registrada desde a elaboração e realização da Pesquisa Anual de Percepção do BCV. Essa pesquisa vem sendo aplicada desde 1998 e é representativa para a zona urbana de Bogotá, por zonas da cidade, grupos etários e gênero. A existência de informação da percepção do público desde 1998 permitiu que o projeto faça análises de tendências na classificação e de prestação de bens básicos.

Estratégia de Comunicação

O enfoque da estratégia de comunicação é trazer informação periódica de qualidade sobre a cidade, seus

avanços, seus problemas e suas propostas de solução. Ao tornar pública a informação, o propósito é contribuir para qualificar as decisões dos cidadãos em geral e trazer ferramentas de análise aos peritos, aos formadores de opinião e à Administração local.

Por outra lado, o BCV realiza mesas de trabalho e fóruns com a Administração Distrital para levar a cabo o monitoramento para a concepção e implementação do Plano de Desenvolvimento de Bogotá e a sua execução.

RESULTADOS

As principais realizações do Projeto estão relacionadas com seu impacto sobre a Administração Distrital, a qual conta com melhor informação, mais relevante, oportuna e regular, e que é orientada por resultados além disso, tem sido o de tornar os seus próprios processos de prestação de contas Complementares ao projeto. Do mesmo modo, o Governo Distrital é retroalimentado não somente com os informes de avaliação, mas com a pesquisa de percepção anual, que é utilizados na tomada de decisões e para a autoavaliação da sua gestão.

Nesse sentido, as observações e propostas realizadas pelo BCV vêm sendo cada vez mais levadas em consideração pela Administração Distrital. A cidade possui um conjunto de indicadores que, no futuro, é garantido pela existência do projeto. Da mesma maneira, existem registros de percepção do cidadão desde 1998, ou seja, por 8 anos, que refletem a mudança da cidade.

Atualmente, existem réplicas do Projeto nas cidades de Cartagena, Cali, Medellín e Barranquilla e o funcionamento do Projeto-irmão do BCV, para avaliar o desempenho institucional do Congresso de Bogotá, que se chama Conselho Cómo Vamos.

Finalmente, o Projeto tem recebido vários prêmios: vem sendo selecionado entre as Melhores Práticas para a Melhoria da Qualidade de Vida, premiado pela ONU-Hábitat – Municipalidade de Dubai, nos anos 2000 e 2002, e foi selecionado para ser apresentado no Segundo Encontro Regional de Auditoria Social do Banco Mundial, na República Dominicana, 2003, e no Fórum Internacional das Culturas, Barcelona.

REFERÊNCIAS

info@bogotacomovamos.org

<http://www.bogotacomovamos.org>

Movimento Nossa São Paulo: outra cidade

Instituto São Paulo Sustentável

“A base é a ética da corresponsabilidade, o meio é a mobilização e participação, e o fim é uma São Paulo justa e sustentável.”

Antonio Carlos Gomes da Costa



PAÍS

Brasil

O QUE É

Processo participativo apartidário e inter-religioso que trabalha por uma cidade “sustentável”, com base em experiências vitoriosas já realizadas em Bogotá e Barcelona, entre outras. É apoiado por centenas de lideranças comunitárias, entidades e organizações da sociedade civil, além de cidadãos interessados em participar do processo de construção de uma nova São Paulo.

ORIGEM

O Movimento Nossa São Paulo surgiu a partir da percepção de que a atividade política no Brasil, as instituições públicas e a democracia estão com a credibilidade abalada perante a população. Constatou-se que era necessário promover iniciativas que possam recuperar para a sociedade os valores do desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia participativa.

Formalizado na figura jurídica do Instituto São Paulo Sustentável (ISPS), associação sem fins lucrativos que recebeu a qualificação de Oscip (Organização da So-

cidade Civil de Interesse Público), foram definidas as seguintes finalidades do Instituto:

- A coordenação de ações administrativas de coleta de dados e informações para municiar trabalhos de mobilização cívico-social;
- O apoio a movimentos, iniciativas, projetos e programas que promovam o desenvolvimento sustentável, econômico, social e ambiental urbano, em especial da cidade de São Paulo.
- A promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- A realização de estudos e pesquisas que digam respeito às atividades supramencionadas.

Para tanto, conta com o apoio financeiro de empresas privadas de diversos segmentos e áreas de atuação, que contribuem com investimentos em dinheiro ou doações de equipamentos.

OBJETIVOS

O Movimento pretende construir uma força política, social e econômica capaz de comprometer a sociedade e sucessivos governos com uma agenda e um conjunto de metas, a fim de oferecer melhor qualidade de vida para todos os habitantes da cidade. Tem o propósito de transformar São Paulo em uma cidade segura, saudável, bonita, solidária e realmente democrática. Mas o Movimento quer mais. Espera contar com a participação de toda a sociedade para reunir ideias e propor ações que possam contribuir para o desenvolvimento justo e sustentável da cidade em áreas essenciais, como Educação, Meio Ambiente, Segurança, Lazer e Cultura, Trabalho, Transporte, Moradia, Saúde e Serviços.

CONTEÚDO

Diretrizes

I – PROGRAMA DE INDICADORES E METAS – COMO ESTAMOS E ONDE PODEMOS CHEGAR: A OUTRA SÃO PAULO QUE QUEREMOS

Selecionar e organizar os principais indicadores sobre a qualidade de vida na cidade (para cada subprefeitura), de modo que possam servir de base para partidos políticos, sucessivos governos e sociedade civil se comprometerem com programas e metas para uma São Paulo sustentável e justa. Organizar um banco de dados sobre iniciativas exemplares de sustentabilidade urbana.

II – ACOMPANHAMENTO CIDADÃO – SÃO PAULO COMO VAMOS

Comunicar e disponibilizar permanentemente, com atualização periódica e regular, por meio do *site* São Paulo Como Vamos, a evolução dos indicadores re-

lativos à qualidade de vida em cada subprefeitura da cidade, de forma que possam ser acompanhados sistematicamente por toda a sociedade. Acompanhamento sistemático dos trabalhos da Câmara Municipal. Realizar pesquisas anuais de opinião pública para conhecer e divulgar a percepção da população sobre as várias ações municipais, em todas as regiões administrativas da cidade (subprefeituras).

III – CULTURA CIDADÃ

Realizar ações e campanhas visando mudanças no comportamento da população, a revalorização do espaço público, a melhoria da autoestima e o sentimento de pertencimento a uma cidade que é de todos e que deve ser cuidada por todos (programas de comunicação; propostas para SP; campanhas educativas e ações participativas).

IV – PARCERIAS

Promover parcerias entre empresas, organizações não governamentais, subprefeituras e secretarias municipais para implementar as ações e campanhas da Cultura Cidadã e também para incentivar programas sociais mais urgentes (ampliação das creches e outros serviços públicos que poderão contar com novos apoios para eliminar seus *deficits*). Realizar parcerias com os meios de comunicação para ampliar a divulgação do acompanhamento dos indicadores e metas e para contribuir com as campanhas educativas e as ações participativas.

V – AMPLIAÇÃO DAS REDES/MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Incentivar permanentemente a incorporação de novas lideranças, empresas e organizações sociais no movimento. Constituir fóruns nas regiões de todas as subprefeituras de SP. Manter e alimentar o portal Nossa São Paulo e o *site* São Paulo Como Vamos como meios de comunicação do Movimento.

VI – EXEMPLARIDADE

Apoiar a constituição de novos movimentos em outras cidades e regiões do Brasil. Realizar, em São Paulo, a Conferência das Cidades Sustentáveis/2008.

VII – INFRAESTRUTURA

Fóruns, grupos de trabalho, redes sociais; colegiado de apoio aos fóruns, GTs e redes; manutenção e alimentação permanente do portal Nossa São Paulo e do *site* São Paulo Como Vamos.

PASSO A PASSO

A atuação é baseada em quatro grandes eixos temáticos:

Programa de indicadores e metas:

I. Selecionar e sistematizar os principais indicadores de qualidade de vida para a região de cada subprefeitura, de modo que possam servir de base para sociedade civil, partidos políticos e sucessivos governos se comprometerem com programas e metas para São Paulo.

II. Organizar um banco de dados sobre iniciativas exemplares de sustentabilidade urbana.

Exemplo: indicadores

Conjunto de 130 indicadores sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais sobre a cidade de São Paulo e cada uma de suas 31 subprefeituras, que serão acompanhados, avaliados e monitorados ao longo dos próximos anos. Os dados foram organizados por áreas temáticas, com suas definições e fontes.

- | | |
|-----------------------------------|--------------------|
| 1. Saúde | 7. Violência |
| 2. Educação | 8. Meio ambiente |
| 3. Trabalho e renda | 9. Cultura |
| 4. Assistência social | 10. Orçamento |
| 5. Habitação | 11. Esporte |
| 6. Transporte e mobilidade urbana | 12. Acompanhamento |

O processo de construção e escolha dos indicadores envolveu centenas de pessoas, dezenas de organizações da sociedade civil, muitas empresas e vários técnicos e especialistas, reunidos em 14 grupos de trabalho (GTs), por cerca de quatro meses, para oferecer à cidade esse caminho.

Os respectivos números, gráficos, séries históricas e outros dados estão disponíveis no **Observatório Cidadão Nossa São Paulo**, em www.nossasaopaulo.org.br.

Os objetivos principais do Observatório Cidadão (<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio>) são monitorar a gestão pública municipal e oferecer à sociedade instrumentos para influenciar as políticas públicas.

O objetivo fundamental é avaliar, ano a ano, a qualidade de vida na cidade, as políticas sociais, a gestão pública municipal, entre outros, visando dotar as sociedades civil e política dos recursos necessários para gerar uma real influência nas metas das políticas públicas, de modo que a prioridade seja a construção de uma cidade justa e sustentável.

O monitoramento do **Orçamento Municipal** também foi contemplado nos indicadores e é uma área em que a Administração Municipal precisa avançar muito no aprimoramento de seus dados, de sua transparência e de sua distribuição por subprefeituras.

Outra área que passará a ser monitorada por meio de metodologia específica é a do **Poder Legislativo da cidade**. A Câmara Municipal é dotada de poderes determinantes sobre a Administração Municipal, suas prioridades orçamentárias e, conseqüentemente, sobre a qualidade de vida na cidade.

Acompanhamento cidadão:

I. Comunicar e disponibilizar, com atualização periódica e regular, a evolução dos indicadores relativos à qualidade de vida em cada subprefeitura, de forma que possam ser acompanhados por toda a sociedade.

II. Fazer o monitoramento sistemático dos trabalhos da Câmara Municipal.

III. Mobilizar a população para o acompanhamento do Orçamento Municipal.

IV. Realizar pesquisas anuais de opinião pública para conhecer e divulgar a percepção da população sobre as várias ações municipais, em todas as regiões administrativas da cidade.

Exemplo: 1ª pesquisa de percepção Viver em São Paulo, no Município de São Paulo em janeiro de 2008.

Os principais itens destacados:

1. Clima e imagem
2. Qualidade de vida na cidade
3. Segurança pública
4. Saúde pública
5. Educação pública
6. Outros serviços
7. Inclusão e cidadania
8. Eleições 2008
9. Discriminação e preconceito
10. Atividades culturais e de lazer
11. Administração Municipal e cenário político nacional
12. Confiança nas instituições

Educação cidadã:

I. Mudanças no comportamento da população.

II. A revalorização do espaço público.

III. A melhoria da autoestima e o sentimento de pertencimento a uma cidade que é de todos e que deve ser cuidada por todos.

Exemplo: Dia mundial sem carro, em 2007

Mobilização cidadã:

I. Incentivar a incorporação de novas lideranças, empresas e organizações sociais no movimento.

II. Constituir fóruns nas regiões de todas as subprefeituras de São Paulo.

II. Manter o portal www.nossasaopaulo.org.br como um canal de comunicação efetivo entre redes, imprensa e sociedade civil como um todo.

IV. Gerar exemplaridade para outras cidades, Estados e regiões do Brasil.

Exemplo: I Fórum Nossa São Paulo – Propostas para uma Cidade Justa e Sustentável

- Processo de mobilização da sociedade para a formulação de propostas para os principais desafios sociais, econômicos, políticos, ambientais e urbanos de São Paulo.

- Colocar à disposição de toda a sociedade, incluídos os poderes públicos e os partidos políticos que disputarão as próximas eleições municipais.

- Formar uma rede latino-americana de cidades sustentáveis.

OBSERVAÇÃO

Em fevereiro de 2008, foi votada a emenda da Lei Orgânica número 30, que obriga os prefeitos a divulgar um plano de governo detalhado, de acordo com as diretrizes da campanha eleitoral, em até 90 dias após assumir o cargo. O Programa de Metas terá de ser separado por subprefeituras e distritos da cidade. A emenda também determina a prestação de contas do cumprimento das metas à população, a cada seis meses. A obrigatoriedade valerá para o prefeito com início de mandato em janeiro de 2009.

Assinado pelas mais de 400 organizações participantes do Movimento. A aprovação final é resultado de intensa articulação do Movimento com as lideranças da Câmara.

REFERÊNCIA

www.nossasaopaulo.org.br

A rede Como Vamos, que também recebe o nome de Rede Cidadã por Cidades Justas e Sustentáveis, integra, na América Latina, as iniciativas em Barranquilla, Bogotá, Cali, Cartagena e Medellín (Colômbia), Buenos Aires (Argentina), Lima (Peru), Quito (Equador) e Santiago (Chile).

No Brasil, a rede começou com o movimento Nossa São Paulo. Nacionalmente, foi criada a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, e fazem parte dela: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), Holambra (SP), Ilhabela (SP), Ilhéus (BA), Januária (MG), Maringá (PR), Niterói (RJ), Peruíbe (SP), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA), Ribeirão Bonito (SP), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), São Luis (MA), São Paulo (SP), Teresópolis (RJ), Vitória (ES).

Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis

O QUE É?

A rede Como Vamos, que também recebe o nome de **Rede Cidadã por Cidades Justas e Sustentáveis**, integrada, na América Latina, as iniciativas em Barranquilla, Bogotá (www.bogotacomovamos.org), Cali (www.ccc.org.co/comovamos), Cartagena (www.cartagenacomovamos.org) e Medellín (www.medellincomovamos.org), na Colômbia; Buenos Aires, na Argentina; Lima, no Peru; Quito, no Equador; e Santiago, no Chile.

No Brasil, a rede começou com o movimento Nossa São Paulo. Nacionalmente, foi criada a **Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis**.

ORIGEM

A Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis foi lançada em encontro realizado em Belo Horizonte, no dia 8 de junho de 2008.

OBJETIVO

A rede é composta por organizações apartidárias e inter-religiosas e está aberta a novas adesões. O objetivo é a troca de informações e conhecimentos entre os integrantes, para promover o aprendizado mútuo, o apoio e o fortalecimento de cada experiência local.

CONTEÚDO

A missão definida na carta de princípios é “comprometer a sociedade e sucessivos governos com comportamentos éticos e com o desenvolvimento justo e sustentável de suas cidades”. A rede não tem dirigentes, mas apenas encarregados, escolhidos de comum acordo para realizar determinadas atividades e articular a tomada de decisões, sempre em consenso.

Veja a íntegra da carta de princípios

- A Rede Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis é constituída por organizações sociais locais que têm como missão comprometer a sociedade e sucessivos governos com

comportamentos éticos e com o desenvolvimento justo e sustentável de suas cidades, tendo como valor essencial a democracia participativa;

- As organizações sociais são totalmente apartidárias e inter-religiosas;
- As organizações sociais se comprometem a compartilhar com os membros da rede, sem nenhum custo, as informações de todas as suas atividades, para que se possa, por meio do aprendizado mútuo, fortalecer e aprimorar o desempenho de cada uma delas;
- As organizações da rede que quiserem poderão se juntar, de forma absolutamente espontânea e voluntária, para realizar ações e parcerias comuns;
- Para realizar a missão da rede, as organizações sociais, entre outras ações, procurarão acompanhar as políticas e orçamentos públicos, preferencialmente através de indicadores e pesquisas de percepção da população. Esses levantamentos poderão ser de grande utilidade por propiciar análises comparativas e padrões de referência de qualidade de vida e equidade social entre as cidades. A rede também estimulará que cada organização social tenha um componente forte de educação e mobilização cidadã;
- A rede terá, no mínimo, um encontro anual para aperfeiçoar seu funcionamento, relatar as atividades de cada organização e propiciar o aprendizado mútuo;
- A rede viabilizará um processo permanente de troca de informações;
- A rede e as organizações procurarão estimular a criação de iniciativas semelhantes em outras cidades brasileiras;
- A rede não será constituída numa organização, não terá direção, mas apenas encarregados, escolhidos de comum acordo para realizar determinadas atividades, e animadores para viabilizar processos;
- As decisões serão tomadas por consenso;
- Todas as organizações terão os mesmos direitos e deveres;
- A rede respeitará e valorizará a diversidade das organizações, considerando suas possibilidades, peculiaridades e limites;
- As organizações terão total liberdade para desenvolver suas atividades, preservando os valores e princípios expressos nesta Carta.

RESULTADOS

Fazem parte da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), Holambra (SP), Ilhabela (SP), Ilhéus (BA), Januária (MG), Maringá (PR), Niterói (RJ), Peruíbe (SP), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA), Ribeirão Bonito (SP), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), São Luis (MA), São Paulo (SP), Teresópolis (RJ), Vitória (ES).

REFERÊNCIA

Notícias da rede: www.nossasaopaulo.org.br/portal/redecidades

Juruti Sustentável

Funbio – Fundo Brasileiro
para a Biodiversidade

FGV – Fundação Getulio Vargas



PAÍS

Brasil

O QUE É

Construção participativa de indicadores de desenvolvimento sustentável para Juruti e entorno, no Estado do Pará, face às transformações trazidas pela instalação da empresa de mineração ALCOA na região.

ORIGEM

Em dezembro de 2005, a ALCOA procurou o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) que, em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), buscou formular um modelo para a implementação de uma agenda de desenvolvimento local sustentável para Juruti e entorno, face às transformações trazidas pela instalação de um empreendimento de mineração de bauxita da empresa na região.

O modelo estrutura-se em quatro premissas: (i) a participação ampla e democrática de toda a sociedade; (ii) a abordagem de território; (iii) o diálogo com a realidade; e (iv) a internalização na empresa.

Sua implementação inclui três pilares de ação:

1. **Criação de um fórum de desenvolvimento local**, com efetiva participação de todas as partes interessadas, que discuta um futuro comum de interesse público, priorize ações e formule uma agenda de longo prazo;
2. **Construção de indicadores de desenvolvimento sustentável**, que instrumentalize o monitoramento do desenvolvimento de Juruti e entorno e alimente os processos de tomada de decisão pública;
3. **Criação de um fundo de desenvolvimento local e regional**, que capte recursos financeiros e invista em ações a partir do monitoramento do desenvolvimento de Juruti e entorno e das metas prioritárias indicadas no fórum.

A Fundação Getulio Vargas ficou responsável pela implementação do segundo pé do tripé: a construção de indicadores de desenvolvimento sustentável.

OBJETIVO

A expectativa é que os indicadores de desenvolvimento sustentável alimentem espaços de mobilização social com informações sobre as transformações ocorridas em Juruti e região, subsidiem as políticas públicas, o investimento social privado na região e instrumentos financeiros colocados à disposição da comunidade. O objetivo final é contribuir para um melhor planejamento local e a constante capacitação de todos os atores envolvidos, tornando os indicadores um bem público a serviço de toda a sociedade.

A construção dos indicadores baseia-se fundamentalmente na participação ampla e democrática de todos os envolvidos, por meio de visitas preparatórias, oficinas de trabalho com uso de técnicas participativas e produção de material informativo adequado, de forma a respeitar o tempo necessário para apropriação e envolvimento da população local e regional e valorizar o **processo** de construção da mesma forma que o resultado da construção.

CONTEÚDO

O processo de construção dos indicadores compreendeu uma série de visitas preparatórias, oficinas de trabalho em Juruti, Santarém e Belém para construção preliminar dos indicadores, oficinas na zona urbana e em comunidades rurais para consulta pública junto a moradores, grupos setoriais e lideranças comunitárias, disponibilização dos indicadores pela Internet para consulta pública em todo o Brasil, bem como uma reunião pública presencial na sede do município. Os resultados, uma vez agregados e avaliados, serão novamente

apresentados à população local e regional por meio de devolutivas e novas oficinas.

Em paralelo à construção essencialmente participativa e informada, foi realizado um amplo levantamento do conhecimento e experiências no Brasil e no mundo sobre o tema desenvolvimento e sustentabilidade, incluindo uma pesquisa detalhada sobre as políticas e iniciativas locais e regionais, de forma a contextualizar o projeto na realidade local, um diagnóstico preliminar sobre a região, bem como um acompanhamento técnico-acadêmico dos indicadores construídos, para a formulação de métricas e protocolos que instrumentalizem a ferramenta futura.

Um vez consolidados, os indicadores servirão de guia para a realização do primeiro diagnóstico do desenvolvimento sustentável de Juruti e entorno.

Em detalhes, o processo de construção dos indicadores de desenvolvimento sustentável para Juruti e entorno compreende:

- Pesquisa Bibliográfica e proposta preliminar de indicadores de desenvolvimento a partir de pesquisa e detalhada análise de experiências de todo o mundo, com o objetivo de fornecer subsídios para a construção participativa. Realizado em nov/2007
- Diagnóstico da Linha de Base social, econômico e ambiental do município de Juruti, elaborado a partir de dados secundários e caracterizando-se como uma primeira linha de base para acompanhamento do desenvolvimento local. Realizado em nov/2007
- Oficinas de Trabalho para a construção de indicadores de desenvolvimento para Juruti e entorno junto com a população local e atores regionais. (Realizadas no primeiro semestre de 2008 em Juruti, Santarém e Belém).
- Criação do Grupo de Acompanhamento, com representantes locais da prefeitura de Juruti, das organizações sociais de Juruti e da ALCOA para acompanhar e participar ativamente do processo de construção dos indicadores. Iniciado em jan/2008, reuniões mensais periódicas desde então.
- Consulta Pública aos indicadores construídos nas oficinas, pela Internet e por meio de oficinas nas comunidades rurais - de várzea e planalto - do município de Juruti.

Oficinas em 9 comunidades-pólo realizadas entre 7 e 23 de Julho de 2008/Consulta Pública disponível pela Internet entre 4 de Agosto e 20 de Setembro de 2008.

- Métricas e Protocolos de Verificação e Rastreabilidade dos Indicadores - A ser realizada - segundo semestre 2008
- Consolidação dos Resultados Elaboração da versão final da plataforma de indicadores de desenvolvimento sustentável de Juruti e entorno, com métricas e protocolos. A ser realizada - segundo semestre de 2008.
- Primeiro Diagnóstico do Desenvolvimento de Juruti e Entorno, a partir de dados primários e secundários. A ser realizado - segundo semestre de 2008.

1. DIMENSÃO: MEIO AMBIENTE

Temas: Fauna, Peixes e Pesca, Florestas e Produtos Florestais, Recursos Minerais, Agricultura Familiar e Empresarial, Pecuária, Dinâmica da Ocupação, Solo, Água, Ar – **28 indicadores**

2. DIMENSÃO: SER HUMANO E SOCIEDADE

Temas: Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, História, Arte & Cultura, Esporte, Lazer & Turismo, Emprego & Renda, Cidadania & Ação Pública, Cidadania Básica, Conflito, Associativismo, Desenvolvimento Comunitário, Dinâmica Populacional – **41 indicadores**

3. DIMENSÃO: ECONOMIA E INFRAESTRUTURA

Temas: Dinâmica de Mercado, Finanças Públicas, Investimento Privado, Esgoto, Lixo, Energia Elétrica, Habitação, Transporte, Comunicação, Serviços Financeiros – **22 indicadores**

REFERÊNCIA

<http://www.fgv.br/ces/juruti/indicadores>

Projeto Lucas do Rio Verde Legal

TNC – The Nature Conservancy



PAÍS

Brasil

O QUE É

O projeto (12/2006) é uma aliança única no Brasil para tornar o município, localizado a 350 km de Cuiabá (MT), o primeiro a ter todas as propriedades rurais regularizadas do ponto de vista do Código Florestal, transformando Lucas do Rio Verde num dos únicos municípios do País sem passivos socioambientais no setor agropecuário, sem problemas trabalhistas e com uso correto e seguro de agroquímicos. Responsável pela produção de 1% da soja brasileira, Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, cresce 10% ao ano.

ORIGEM

É uma iniciativa da Prefeitura de Lucas do Rio Verde e da TNC (The Nature Conservancy)*, em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Fundação Rio Verde, Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, Ministério Público Estadual, Syngenta, Instituto Sadia de Sustentabilidade, Sadia e Fiagril.

OBJETIVO

Os maiores objetivos do projeto são zerar os passivos ambientais, sanitários e trabalhistas na atividade agropecuária e permitir que os produtos possam ser

rastreados e tenham livre acesso aos mais exigentes mercados do mundo.

Ou seja, construir, em Lucas do Rio Verde, um novo conceito de sustentabilidade para a agroindústria no País.

CONTEÚDO

O modelo a ser implementado nesse projeto poderá servir de orientação aos processos de desenvolvimento local e regional para o futuro desenvolvimento regional da Amazônia, com o desafio de estabelecer uma agenda comum entre o setor produtivo, entidades de pesquisa, governos em seus diferentes âmbitos, sociedade civil e organizações ambientalistas, no sentido de testar modelos de desenvolvimento que garantam harmonia entre a produção e a conservação ambiental.

PASSO A PASSO

Dividido em várias fases, o projeto tem os objetivos de zerar os passivos ambientais, sanitários e trabalhistas na atividade agropecuária e permitir que os produtos possam ser rastreados e tenham livre acesso aos mais exigentes mercados do mundo.

Após ganhar a adesão de 100% dos produtores rurais, a primeira etapa pôde ser concluída com o mapeamento completo e georreferenciado das condições de cada propriedade, o que permite apontar as medidas necessárias para corrigir as irregularidades existentes.

A etapa seguinte, que inclui um plano de recuperação das APPs (áreas de preservação permanente), terá como principal suporte o decreto assinado pelo prefeito Marino Franz, que define as áreas de preservação permanente como prioritárias para a ação governamental e ainda estabelece o isolamento e a proibição da atividade agropecuária dentro dos seus limites a partir da próxima safra para proteção e restabelecimento da vegetação natural.

Outros pontos de apoio serão o termo de parceria firmado entre a Prefeitura, o Sindicato dos Produtores Rurais, o Ministério Público e engenheiros agrônomos locais para efetivo auxílio, acompanhamento e monitoramento da recuperação de APPs e a elaboração de um plano de capacitação de grupos ambientais para que haja um total controle sobre os impactos da atividade produtiva.

(*) The Nature Conservancy, criada em 1951, é uma das maiores e mais antigas ONGs ambientais do mundo. Atuante em mais de 30 países, tem como missão proteger ecossistemas naturais, plantas, animais e os que representam a diversidade de vida no planeta, conservando as terras e as águas de que eles precisam para sobreviver. Presente no Brasil desde 1988, desenvolve mais de 20 grandes iniciativas nos principais biomas brasileiros (Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e Caatinga), com o objetivo de compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a conservação dos ecossistemas naturais. Nos últimos anos, suas ações contribuíram para a conservação de mais de 20 milhões de hectares em todo o País, o equivalente à área do Estado de São Paulo.

O projeto prevê, também, que os passivos ambientais possam ser compensados com mecanismos coletivos, dentro das possibilidades da legislação, incluindo reservas legais em condomínio, maximizando, assim, as áreas de ecossistemas nativos contínuos sob proteção. A expectativa é que a integração de esforços das empresas, da TNC, dos órgãos estaduais e municípios construa um processo de legalização com ganho para o meio ambiente e para o produtor rural.

RESULTADOS

Metas alcançadas em 2007: cadastramento das 670 propriedades rurais e notificação dos proprietários que devem replantar áreas desmatadas perto de nascentes.

Próximas metas: reflorestamento de 2 mil hectares de áreas de preservação permanente e equacionamento das áreas de reserva florestal a serem protegidas.

Lucas do Rio Verde é a demonstração de que crescimento econômico e respeito ambiental não são inconciliáveis. O projeto de Lucas está estimulando outros municípios a trilhar o mesmo caminho. Com a ajuda da Syngenta, a cidade de Catalão, em Goiás, já estuda adotar o modelo. No norte de Mato Grosso, 13 municípios acertam os detalhes para fechar um ambicioso pacto ambiental, que pretende criar incentivos financeiros para a preservação de florestas – um projeto inédito em todo o mundo.

O projeto é o destaque municipal da primeira edição do Prêmio Brasil de Meio Ambiente, realizado pelo *Jornal do Brasil* e pela *Revista JB Ecológico*, em parceria com a *Gazeta Mercantil* e a *Revista Forbes Brasil*.

REFERÊNCIA

www.tnc.org/brasil

A Syngenta é uma das líderes mundiais na área de *agri-business*, comprometida com a agricultura sustentável por meio de inovação em pesquisa e tecnologia.

A companhia é líder em proteção de cultivos e ocupa a terceira posição no *ranking* do mercado de sementes de alto valor. As vendas, em 2007, foram de aproximadamente US\$ 9,2 bilhões. A empresa emprega cerca de 21 mil pessoas, em mais de 90 países.

Com produtos nas áreas de defensivos agrícolas, sementes e controle de pragas urbanas, a Syngenta ajuda os produtores, em todo o mundo, a aumentar sua produtividade e endereçar a demanda crescente por alimentos e combustíveis.

As soluções em produtos da Syngenta contribuem para o desenvolvimento do agronegócio, tendo sempre em vista a sustentabilidade e a qualidade de vida da população.

Seguindo essa diretriz, a companhia leva informação, tecnologia e novas oportunidades para milhares de agricultores em todo o País, por meio de seus projetos socioambientais. É assim que a Syngenta ajuda a plantar, dia a dia, o respeito ao meio ambiente e às pessoas.

BAWB – Global Forum América Latina /Call for Action

Fiep – Federação
das Indústrias do Estado
do Paraná



“Estamos em um estágio no qual é necessário construir uma visão global, de conjunto. Mas, para que ela seja implementada, certamente é preciso que aconteçam ações em planos mais específicos e que mantenham objetivos e princípios comuns.” Rodrigo da Rocha Loures, presidente do Sistema Fiep.

O QUE É

O Bawb – Global Forum América Latina/Call For Action (GFAL), é um movimento que tem por objetivo incentivar a criatividade dos participantes para estimular a cooperação entre instituições, organizações e a sociedade, em prol de um mundo sustentável. É, mais especificamente, uma chamada para a ação, com o intuito de identificar e implementar ações inovadoras no campo da educação utilizando a metodologia da Investigação Apreciativa¹.

ORIGEM

Em 2006, a Case Western Reserve University, em parceria com a Academy of Management, que congrega aproximadamente 19 mil professores de administração, oriundos de 90 países, e aproximadamente 4 mil empresas de todo o mundo congregadas pelo United Nations Global Compact, tomam a iniciativa de instalar o Global Forum – para os negócios, entendidos estes como agentes para o benefício do mundo.

O **Bawb** – Business as an Agent of World Benefit, movimento em que se insere o Global Forum, passa a ser, desde então, a maior reunião de cúpula, capaz de

convocar e atrair mais de mil executivos de empresas do porte de Alcoa, Toyota e Unilever, entre outras, renomados professores de administração, gestores responsáveis pela elaboração de políticas públicas, líderes sociais e jovens estudantes de todo o mundo.

O principal objetivo da reunião de cúpula Bawb – Global Forum foi alinhar a teoria e a prática, de forma que esses domínios contribuíssem para a perspectiva e o entendimento de que a sustentabilidade poderia vir a ser entendida como a grande oportunidade de negócios do século XXI. Nessa perspectiva se insere a realização do Bawb – Global Forum América Latina, no Brasil.

Em 2008, no Brasil/Curitiba, a Unindus (Universidade da Indústria do Sistema Fiep/PR), em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) e a Case Western Reserve University (EUA), em resposta a uma das recomendações do Call for Action do GF-Bawb de Cleveland, promovem o Bawb-Global Forum America Latina.

CONTEÚDO

Os participantes foram convidados a colaborar com iniciativas que vão ao encontro de suas áreas de interesse, criar suas próprias iniciativas e contribuir com um banco de informações com ações pela sustentabilidade.

“Não basta ter vontade, é preciso capacidade, e isso se traduz em ter um projeto bem elaborado, pessoas interessadas, que deem, não só sua contribuição vital na formulação desse projeto de pensamento coletivo, como também ocupadas em disseminar esse projeto, cultivando o desenvolvimento desse programa.” Rodrigo da Rocha Loures

OBJETIVO

1. Aumentar a conscientização sobre as oportunidades existentes para a construção de alianças multissetoriais para ação direcionada à educação para o desenvolvimento sustentável;
2. Compartilhar forças e comemorar inovações e estratégias em prol da sustentabilidade social, ambiental e econômica;
3. Gerar uma intenção consciente e uma visão comum para o desenvolvimento de líderes e cidadãos dedicados a uma sociedade sustentável do futuro;
4. Elaborar iniciativas que utilizem os pontos fortes da academia (universidades e escolas) e das empresas para ajudar a construir uma sociedade sustentável e próspera;
5. Agir cooperativamente.

“O objetivo é promover uma reflexão compartilhada quanto a formas de proporcionar aos estudantes valores e instrumentos que os tornem aptos a agir de acordo com os requisitos da sustentabilidade, ainda sob o enfoque de uma educação transformadora, entendida esta

como aquela educação autoconduzida e social onde os sujeitos, de forma cooperativa, tornam-se responsáveis pela aprendizagem, o que implica necessariamente inovação e criatividade.” Rodrigo da Rocha Loures

Universidades, Faculdades e Escolas de Negócios devem atualizar seus currículos para acompanhar os desafios dos cenários nacional e mundial. Os jovens que estão hoje na universidade estarão atuando, nas próximas décadas, numa realidade econômica, social e empresarial totalmente diferente. Os currículos devem tratar o tema da sustentabilidade de forma transversal, além de incorporar novas tecnologias de ensino.

RESULTADOS

Os participantes do Bawb – Global Forum América Latina debateram ações que pudessem contribuir para o fortalecimento das relações entre o mundo empresarial e o acadêmico, proporcionando o compartilhamento de conhecimentos, além de identificar práticas empresariais centradas na sustentabilidade como oportunidade de negócio para o século XXI e, dessa forma, estimular a geração de propostas para inovação e mudanças na educação, nas formas de produção, na construção social e nas formas de consumo, assim como nas formas de gestão política.

A seguir, algumas das inúmeras iniciativas que foram sonhadas e planejadas e agora estão em andamento. Ver *site* www.globalforum.com.br

- Criação de princípios/diretrizes de responsabilidade sustentável para o Estado do Paraná
- Adequação das Leis

- Gestão compartilhada efetiva entre sociedade civil e Governo
- Caleidoscópio – Redescobrimo Valores
- Resgate dos valores morais e cívicos (valores, ética, cidadania, educação, participação engajada da sociedade civil)
- Centro de Planejamento e Execução de Projetos Estratégicos Sustentáveis em Redes Distribuídas
- Fórum pré-eleitoral pela sustentabilidade
- Criação de um centro de capacitação transdisciplinar intersetorial de formação para a sustentabilidade

No Brasil, o Global Forum América Latina já foi realizado nos Estados do Paraná e de São Paulo.

Em abril de 2009, em João Pessoa, será realizado o Global Forum/Call for Action Nordeste, com a participação das Federações de Indústrias dos nove Estados do Nordeste.

Em maio de 2009, será realizado o Global Forum/Call for Action em Manaus, abrangendo a Região Norte e países limítrofes.

Foi criada a Rede Social do Movimento Global Forum, que espera reunir representantes de todos os setores para continuar as discussões e propor ações em prol da educação na sustentabilidade.

REFERÊNCIA

www.globalforum.com.br

Colaboração

Margarida Bosch (Fiep)

Marilda Schiller de Moraes
(WBA – Willis Harman House)

O QUE É UMA INVESTIGAÇÃO APRECIATIVA?

A Investigação Apreciativa, criada, nos Estados Unidos, por David Cooperrider, pode ser definida como uma abordagem positiva para a gestão de mudanças e o desenvolvimento organizacional. É uma busca cooperativa do melhor das pessoas, nas suas organizações e no mundo ao redor. Envolve a descoberta sistemática do que dá “vida” a um sistema quando ele está no seu estado mais eficaz e capaz, em termos humanos, ecológicos e econômicos. A Investigação Apreciativa envolve a arte e a prática de fazer perguntas que reforcem a capacidade de um sistema de elevar o potencial positivo. Ela mobiliza a “investigação” artesanalmente, na preparação de uma “pergunta positiva incondicional”, envolvendo, normalmente, centenas ou, algumas vezes, milhares de pessoas.

Muitas organizações se consideram um problema a ser resolvido. As pessoas fazem reuniões para elaborar uma lista dos problemas e, a partir daí, procuram as causas desses problemas para elaborar soluções. Existe uma grande diferença entre esse método e a Investigação Apreciativa. Na Investigação Apreciativa, o foco não é o problema, mas a construção de um futuro desejado com base nas forças existentes. A organização deixa de ser percebida como um problema a ser resolvido e passa a ser a própria solução, mais como um mistério a ser desvendado.

Resumidamente, a Investigação Apreciativa permite construir conhecimentos em grupo a partir do que há de melhor nas pessoas, na reflexão coletiva, inspirada pela cooperação com um objetivo comum.

PASSO A PASSO DE UM FÓRUM DE INVESTIGAÇÃO APRECIATIVA

Todo o sistema participa, por meio de um corte transversal de todos os interessados, até o limite da praticidade. Ou seja, mais diversidade e menos hierarquia do que normalmente se tem numa reunião de trabalho, além da chance dada a cada pessoa de ser ouvida e de aprender outras maneiras de enxergar a tarefa a ser realizada.

Iniciamos com uma abordagem para a mudança baseada em pontos fortes. Antes de imaginarmos, juntos, as possibilidades futuras, primeiro nos reconectamos com nossos principais fatores de sucesso – ou seja, coisas que nos permitem ser bem-sucedidos quando estamos no nosso melhor.

As pessoas autogerenciam seu trabalho e usam o diálogo – e não “resolução de problemas” – como a principal ferramenta de mudança. Isso significa nos ajudarmos mutuamente, a fim de realizarmos as tarefas e assumirmos responsabilidade por nossas percepções e ações.

Pontos comuns e narrativa rica são o referencial – e não gestão de conflito ou negociação. Isso significa reconhecer nossas diferenças, em vez de termos de reconciliá-las. Buscamos significado e direção em relatos que honrem e nos conectem à nossa “história como uma possibilidade positiva”.

Ação inspirada em benefício do todo – porque o sistema como um todo está representado, fica mais fácil tomar decisões mais rápidas e nos comprometermos com a ação, publicamente –, abertamente, em que todos podem apoiar e ajudar a fazer acontecer. O mo-

vimento para a ação é guiado por inspiração interna, liderança compartilhada e iniciativa voluntária. As pessoas trabalham no que têm mais paixão, no que mais lhes interessa e no que acreditam que fará diferença positiva.

METODOLOGIA

A aplicação do processo acontece em quatro fases:

- **Descoberta:** mobiliza o sistema inteiro por meio do engajamento de todos os interessados na articulação de pontos fortes e melhores práticas; é a investigação sistêmica ou sistemática no núcleo positivo.
- **Sonho:** cria uma clara visão voltada para resultados em relação ao potencial descoberto; visualiza os maiores potenciais da organização para a influência positiva e efeito sobre o mundo, desafiando o *status quo*.
- **Planejamento:** formula propostas a partir do núcleo positivo presente nas estratégias, processos, sistemas, decisões e colaborações; é a criação da arquitetura social e tecnológica da organização.
- **Destino:** convida a ações inspiradas para implementar a descoberta, o sonho e o planejamento; é a fase de destino, em que as imagens positivas de futuro são sustentadas. É um tempo de aprendizado contínuo, ajustamento e improvisação – tudo a serviço dos ideais compartilhados. É o momento de construir o “olhar apreciativo” na organização, em todos os seus sistemas, procedimentos e métodos de trabalho.

Essa metodologia é baseada em cinco princípios:

- Princípio Construcionista
- Princípio da Simultaneidade
- Princípio Poético
- Princípio Antecipatório
- Princípio Positivo

FRENTE DE TRABALHO CRIADA NO GFAL DE SÃO PAULO, EM NOVEMBRO DE 2008

REINVENÇÃO DA ECONOMIA: IMR – ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DE RIQUEZA: NOVOS INDICADORES, MOEDAS E FLUXOS

Das inúmeras frentes de trabalho, propostas, as mais votadas pelos próprios participantes do encontro foram alvo da criação de grupos de trabalho com o intuito de realizá-las, individualmente ou em grupo.

A seguir, encontra-se a apresentação do trabalho da mesa 36, composta por 17 integrantes: a criação de um **Índice Multidimensional de Riqueza (IMR)**.

O IMR é um conjunto de indicadores e novas moedas que permite o equilíbrio na gestão do quadripé da Sustentabilidade Integral: as dimensões econômica, ambiental, social e cultural, mensuradas por meio de métricas quantitativas e qualitativas. O novo modelo vigente prioriza valores humanos e recursos intangíveis (conhecimento, criatividade e cultura), alcançando seu objetivo de gerar políticas públicas e privadas baseadas no conceito de interdependência e voltadas para a qualidade de vida da humanidade no planeta. Alguns vetores desse sucesso foram a gestão multisetorial, a educação transdisciplinar, a produção colaborativa, a ação em redes e o empoderamento de comunidades.

Trata-se da ressignificação de riqueza como “abundância que não gera escassez”.

SÍNTESE ASPIRACIONAL

Reinvenção da Economia: “Indicadores Multidimensionais de riqueza geram Sustentabilidade Integral para a humanidade e o planeta.”

PROTÓTIPO:

Índice Multidimensional de Riqueza inclui:

- Moedas/métricas relativas ao quadrupé da Sustentabilidade Integral (dimensões ambiental, social, cultural e econômica) que permitam sua mensuração, avaliação, intercâmbio. Medir desenvolvimento e sustentabilidade só pelo valor econômico é como tentar medir litros com régua. Capital humano e cultural, capital social, capital tecnológico e ambiental permitem que diversidade cultural e natural, solidariedade, articulação, saberes e fazeres tradicionais, criatividade possam integrar a equação do desenvolvimento sustentável.
- Conjunto de indicadores de riqueza norteados pelo conceito de interdependência e valores humanos e que, ao abranger as dimensões do quadrupé da Sustentabilidade Integral, promovam equilíbrio entre o material, o tangível e o intangível, visando à qualidade de vida.
- Legislação e políticas que transformem e regulamentem os fluxos econômicos e socioambientais que vão viabilizar a aplicação do IMR.

QUEM ESTARÁ E DEVERIA ESTAR ENVOLVIDO:

- Força-tarefa multissetorial (público, privado, sociedade civil organizada, criativos) e transdisciplinar, para desenhar a base do processo, que seria, em seguida, desenvolvido por grupos de trabalho transdisciplinares. Eixo: sustentabilidade, inovação, desenvolvimento, cooperação.
- Instituições cujo trabalho já contenha referência no tema; seleção de profissionais de perfil transdisciplinar originários de instituições de ensino (ambiente: direito, comércio, cultura, política, desenvolvimento etc.). Inclui praticantes e “pesquisadores” (equilíbrio entre teoria e prática). O Grupo deve incluir muitas outras modalidades, além da econômica.

AÇÕES DE CURTO PRAZO:

- Pesquisa de instituições e nomes para integrar a Força-tarefa inicial (Módulo Moedas, Módulo Indicadores, Módulo Regulamentação dos Fluxos).
- Antecedentes: experiências e informações no tema (Ex.: FIB, Icons 2003, *Indicadores de Sustentabilidade de Nações* e outras publicações, Economia Criativa e Desenvolvimento Sustentável, Moedas Solidárias).
- Definição da instituição mãe, que vai catalisar o processo, e do Grupo Semente.
- Pesquisa preparatória feita pelo grupo semente.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO:

- Distribuição de material preparatório resultante da pesquisa.
- Primeira reunião da Força-tarefa para fazer as bases do projeto e ver quais os grupos de trabalho de cada módulo.

AÇÕES DE LONGO PRAZO:

Grupos de trabalho nos três módulos.

- 1º ano: primeiro desenho apresentado: segue campanha de preparação de terreno, agora realizada pela sociedade, que já se mobilizou.
- 2º ano: experiência-piloto (ex.: município), monitoramento, adaptações necessárias – campanha multiplica resultados obtidos e inicia preparação de terreno em outros.
- 3º ano: implementação da versão beta, em âmbito ampliado (ex.: Estado) – início da campanha de sensibilização/ mobilização em esferas mais abrangentes: campanha de comunicação e mobilização para ir preparando terreno para a mudança e que acontece simultaneamente aos grupos de trabalho.

QUEM E O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE SEJA BEM-SUCEDIDA:

- Instituição que possa ser, receber e catalisar o início do processo, com recursos e poder de mobilização para formar o Grupo Semente para iniciar o processo.
- Grupo Semente: pessoas e instituições, de caráter transdisciplinar e com foco em desenvolvimento humano e sustentável, que já atuem no tema.
- Opcional: série de artigos que possam preparar terreno para a questão, mostrando sua relevância.

CRÉDITO

Lala Deheinzelin www.entusiasmo.com.br

A Questão da Cidadania

“Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.” Dalmo de Abreu Dallari



Como podemos falar em indicadores de riqueza e felicidade de uma nação em um país onde parte de seus habitantes está formalmente excluída da sociedade, sem nenhum direito básico de um cidadão?

Eles têm famílias, sonhos e histórias para contar. No entanto, na prática, inexistem para a sociedade. São homens e mulheres que passam a vida na sombra, incapazes de interferir na própria realidade pela falta de acesso a um ou mais direitos básicos de qualquer cidadão, como saúde, educação, lazer, trabalho e moradia. Encontrar esses brasileiros não é difícil. Eles estão em nossos lares, nas lojas, nas roças, mas passam despercebidos, justamente por não terem consciência da exclusão da qual são vítimas.

A falta de dinheiro está longe de ser o principal problema dos mais de 1 milhão de brasileiros que frequentam, anualmente, a Ação Global. Pior do que viver na pobreza é encontrar-se excluído da sociedade, sem acesso aos direitos básicos de qualquer cidadão e, portanto, sem condições de superar essa situação em curto prazo.

Dentre os projetos realizados pelo Sesi, destaca-se a Ação Global.

AÇÃO GLOBAL

O QUE É

A Ação Global consiste em um mutirão de serviços essenciais, integrados e gratuitos, promovidos pelo Sesi e pela Rede Globo de Televisão, com a participação de mais de 2.700 parceiros que envolvem cerca de 37 mil profissionais e voluntários, das áreas de saúde, lazer, educação e cidadania. O programa oferece ao público, simultaneamente, em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal diversos serviços em um mesmo local, com infraestrutura e atendimento de qualidade.

ORIGEM

É uma iniciativa do Serviço Social da Indústria, realizada, em parceria com a Rede Globo de Televisão, desde 1991. Foi originalmente desenvolvida pelo Sesi de Minas Gerais e passou a ocorrer em âmbito nacional desde 1995.

OBJETIVO

A missão da Ação Global é ajudar a reduzir as desigualdades sociais do Brasil. A iniciativa beneficia milhares de brasileiros, todos os anos, e garante acesso gratuito a uma série de serviços de promoção à cidadania. Apenas na última década, o programa realizou mais de 35 milhões de atendimentos.

CONTEÚDO

Para resgatar a cidadania de muitos brasileiros que ainda estão à margem da sociedade, o evento facilita o acesso a direitos que são essenciais a todos. São quatro direitos básicos de qualquer cidadão, disponibilizados ao público gratuitamente: documentação, saúde, lazer e profissionalização.

RESULTADO

Desde o início do Programa, foram beneficiadas mais de 12,4 milhões de pessoas e realizados mais de 35 milhões de atendimentos. Perfil dos participantes: **65,3%** têm renda familiar inferior a dois salários mínimos, **64,4%** dos visitantes adultos têm entre 18 e 39 anos e **73,9%** são mulheres. Ficou comprovado, com a Pesquisa Científica de Avaliação de Impacto da Ação Global de 2008, que as pessoas chegam ao evento sem acesso aos direitos básicos de qualquer cidadão. Em uma escala que varia de menos 65 pontos (ausência total de direitos) a mais 65 pontos (cidadania plena), os participantes obtiveram em média 1,38 ponto negativo antes da intervenção da Ação Global.

Essa percepção revela a exclusão vivenciada pelos brasileiros que chegam ao evento e permite mapear o impacto do programa em suas vidas, no curto e médio prazos.

O estudo revelou, entre outros inúmeros dados, que alguns dos serviços oferecidos na Ação Global – como o acesso à documentação e a realização de consultas médicas, o lazer e as atividades profissionalizantes – ajudaram a melhorar em 11,64 pontos o resultado obtido pelos homens e mulheres assistidos pelo programa em 2008. Dois meses após utilizar um ou mais serviços da Ação Global, essas mesmas pessoas ultrapassaram a linha de acesso aos direitos mínimos de qualquer cidadão e encontraram-se na escala positiva, com 10,26 pontos. Por que essa evolução é tão importante? Os especialistas são unânimes ao afirmar: a cidadania é o pré-requisito básico para uma pessoa crescer pessoal e profissionalmente. A matemática é simples. Quem está com a saúde em dia e tem um currículo nas mãos – dois dos indicadores avaliados nessa pesquisa – tem muito mais chances de en-

contratar um emprego. Se tiver carteira de trabalho (documento disponibilizado na hora, durante a Ação Global), poderá ingressar no cobiçado mercado formal. Uma vez contratado, terá direito à previdência social, ao seguro desemprego e ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Sem falar no aumento de renda.

Com a utilização de técnicas avançadas de regressão estatística, controlando por localidade, gênero, idade e raça, projetou-se uma variação positiva de R\$ 5,62 na renda mensal dos usuários para cada ponto obtido na escala de cidadania saudável. Isso significa que o impacto na vida útil do usuário médio do Programa Ação Global em 2008 foi de R\$ 65,42 mensais. Sendo assim, mesmo levando em consideração critérios rigorosos de possíveis deduções nesse valor, como taxa de desemprego, taxa de população economicamente ativa, taxa de mortalidade e possibilidade de perda rápida dos benefícios concedidos durante o evento, o **Pro-**

grama Ação Global de 2008 gerou um total de riquezas econômicas líquidas para o país no valor de R\$ 34,79 milhões. Além disso, para cada R\$ 1,00 investido no Programa em 2008, foram gerados R\$ 7,22 em riquezas econômicas.

O público jovem é o principal beneficiado da Ação Global. Ele chega ao evento com quase oito pontos negativos na Escala da Cidadania e sai com cerca de sete pontos positivos. Uma variação de 12,59 pontos, em apenas 24 horas.

A Ação Global é um programa que contribui diretamente para a Diminuição das Desigualdades Regionais e Sociais, segundo o Mapa Estratégico da Indústria.

REFERÊNCIAS

www.sesi.org.br

1ª Pesquisa Científica de Avaliação de Impacto da Ação Global

MODELO SESI DE SUSTENTABILIDADE NO TRABALHO

O QUE É

Diagnóstico com o objetivo de apresentar às empresas os impactos que os investimentos em qualidade de vida no trabalho causam na produtividade e sustentabilidade dos negócios. O Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho, a ser implementado no decorrer de 2009, permitirá às empresas compararem o seu nível de competitividade em relação aos líderes do seu setor de atuação e as auxiliará na elaboração de um plano de ação.

ORIGEM

Desenvolvido pelo SESI, a partir do modelo de avaliação do Prêmio SESI Qualidade no Trabalho – PSQT, a aplicação do Modelo pretende contribuir para o alcance de alguns resultados expressos no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, como:

- crescimento econômico do País por meio de empresas sustentáveis;
- melhoria da qualidade do emprego e da renda dos trabalhadores;
- elevação da qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias;
- diminuição das desigualdades regionais e sociais;
- expansão dos negócios com geração de valor.

OBJETIVO

- Contribuir para a construção de uma indústria saudável e sustentável.
- Estimular a excelência na gestão da sustentabilidade e da qualidade no trabalho das Industriais.

Benefícios para as empresas

A utilização do Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho possibilitará às empresas :

- identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria na gestão;
- verificar o equilíbrio entre investimentos realizados (práticas) e resultados (*performance*) obtidos;
- comparar o nível de competitividade da empresa com as líderes do seu setor de atuação;
- conhecer o nível de satisfação dos colaboradores em relação às suas políticas e práticas de gestão;
- oferecer subsídios para a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores, das condições e do ambiente de trabalho.

CONTEÚDO

Áreas de Avaliação

O processo de diagnóstico considera seis áreas de avaliação, tendo como escopo o exercício da responsabilidade social das empresas, particularmente a responsabilidade relacionada ao seu público interno:

1. gestão de pessoas;
2. cultura organizacional;
3. educação e desenvolvimento;
4. inovação;
5. ambiente de trabalho seguro e saudável;
6. desenvolvimento socioambiental.

PASSO A PASSO

O Modelo considera como mecanismos de avaliação e diagnóstico:

- a avaliação de práticas das empresas pelos seus colaboradores;
- a avaliação de práticas e de performance por gestores das empresas.

REFERÊNCIA

www.sesi.org.br

4

Iniciativas de selos ecológicos no mundo



- 1 – Canadá
- 2 – Estados Unidos
- 3 – Brasil
- 4 – Suécia
- 5 – Escandinávia
- 6 – Holanda
- 7 – República Tcheca
- 8 – Eslováquia
- 9 – Croácia
- 10 – Hungria
- 11 – Áustria
- 12 – França
- 13 – Espanha
- 14 – Israel
- 15 – Zimbábue
- 16 – Índia
- 17 – China
- 18 – Coreia
- 19 – Japão
- 20 – Taiwan
- 21 – Tailândia
- 22 – Cingapura
- 23 – Austrália
- 24 – Nova Zelândia

Introdução

Rotulagem ambiental é um método voluntário de certificação e rotulagem de desempenho ambiental praticado em todo o mundo. Um “selo ecológico” é um selo que identifica a preferência ambiental por um produto ou serviço, dentro de uma categoria específica de produto/serviço, baseado em avaliações do ciclo de vida do produto. Diferentemente dos símbolos e declarações “verdes” desenvolvidos por fabricantes e prestadores de serviços, um selo ecológico é concedido por organizações de verificação externa em relação a determinados produtos e serviços que, de forma independente, pretendem atender a critérios de liderança ambiental.

Há vários selos e declarações voluntárias (ou obrigatórias) de desempenho ambiental. A ISO (Organização Internacional de Normalização) identificou três tipos de selos voluntários, sendo que a rotulagem ambiental se enquadra na designação do Tipo I.

Definições da ISO de Rotulagem Voluntária de Desempenho Ambiental

Tipo I – um programa voluntário, baseado em múltiplos critérios, aplicado por terceiros, que concede uma licença que autoriza o uso de selos ecológicos em produtos, sugerindo a escolha, por critérios ambientais, de um produto dentro de uma categoria específica baseada em avaliações do ciclo de vida do produto.

Tipo II – autodeclarações ambientais das próprias organizações.

Tipo III – programas voluntários que fornecem dados ambientais quantitativos sobre um produto dentro de parâmetros preestabelecidos por uma organização de verificação externa comprovadamente competente, com base em avaliações do ciclo de vida do produto e verificados por essa ou outra organização.

Além disso, a ISO constatou que esses selos compartilham um objetivo comum: “por meio da comunicação de informações verificáveis e precisas, ou seja, não enganosas, sobre os aspectos ambientais de produtos e serviços, estimular a oferta e a demanda desses produtos e serviços que provocam menos danos ao meio ambiente, dessa forma promovendo o potencial para melhoria ambiental contínua voltada ao mercado”.

As raízes da rotulagem ambiental podem ser encontradas na crescente preocupação com a proteção ambiental por parte de governos, empresas e do público em geral. Conforme as empresas foram reconhecendo que preocupações ambientais podem ser traduzidas em vantagem competitiva para certos produtos e serviços, várias declarações, alegações e selos surgiram para

produtos e serviços no mercado (como natural, reciclável, amigo da natureza, baixo consumo de energia, conteúdo reciclável etc.). Ao mesmo tempo que isso atraiu consumidores que buscam meios de reduzir o impacto ambiental negativo por meio de suas escolhas de compras, também levou os consumidores a certo grau de confusão e ceticismo.

Sem normas orientadoras e verificação externa independente, os consumidores não poderão ter certeza de que as alegações da empresa garantem que cada produto ou serviço com rótulo ambiental seja realmente uma alternativa ambiental digna de escolha. Essa preocupação com credibilidade e imparcialidade levou à formação de organizações, tanto públicas como privadas, que fornecem rotulagem com verificação externa. Em muitos casos, tal rotulagem tomou a forma de selos ecológicos, concedidos a produtos aprovados por um programa de rotulagem nacional ou regional (ou seja, envolvendo vários países).

Para maiores informações sobre estratégias, questões e práticas de rotulagem, acesse: www.gen.gr.jp/publications.html

GLOBAL ECOLABELLING

O QUE É

A Global Ecolabelling Network (GEN) é uma organização sem fins lucrativos, que agrega membros de organizações de rotulagem ambiental de todo o mundo.

PAÍS

A sede da GEN fica no Canadá.

ORIGEM

Após a introdução do selo alemão Blauer Engel, como o primeiro selo ecológico global, em 1978, outros países europeus e de fora da Europa seguiram o exemplo e introduziram seus próprios selos ecológicos nacionais e suprarregionais.

Em 1994, alguns países se reuniram para formar a Global Ecolabelling Network (GEN). A GEN promove a troca de informações sobre atividades de rotulagem ambiental nacional em todo o mundo. A coordenação internacional busca promover o desenvolvimento gradual de programas de rotulagem ambiental nos países, especialmente naqueles que desejem introduzir um sistema de rotulagem ambiental.

Atualmente, os 28 membros da GEN incluem organizações da Bélgica, Brasil, China, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Reino Unido, Hong Kong (Região Administrativa Especial), Hong Kong (HKFEP), Índia, Israel, Japão, Canadá, Coreia, Croácia, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Hungria, Espanha, Suécia (SIS), Suécia (SSNC), Suécia (TCO), Zimbábue, Tailândia, República Tcheca e EUA.

OBJETIVO

A organização foi criada em 1994, com o objetivo de aprimorar e desenvolver a rotulagem ambiental em todo o mundo. Através da GEN, as diversas organizações nacionais trocam informações e prestam assistência mútua.

Trabalha em âmbito mundial e está formada, atualmente, por 26 organizações de todo o mundo, entre elas o selo “Angel Azul”. Os objetivos principais são o intercâmbio de informações e experiências entre as organizações de certificação, o desenvolvimento avançado dos programas de selos ecológicos e o fortalecimento dos selos voluntários no mercado mundial.

CONTEÚDO

O objetivo comum desses selos é informar os consumidores sobre produtos ambientalmente seguros, fornecendo, dessa forma, apoio global à proteção ambiental relacionada a produtos.

REFERÊNCIA

www.gen.gr.jp

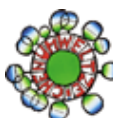
Iniciativas de selos ecológicos no mundo



ALEMANHA
FEDERAL ENVIRONMENTAL AGENCY
Site: www.blauer-engel.de



AUSTRÁLIA
ENVIRONMENTAL CHOICE (1991)
Site: www.aela.org.au/homefront.htm



ÁUSTRIA
UMWELTZEICHEN-BÄUME (1990)
Site: www.umweltzeichen.at



BRASIL
QUALIDADE AMBIENTAL (1993)
Site: www.abnt.org.br



CANADÁ
ECOLOGOM (1988)
Site: www.environmentalchoice.ca/
<http://www.terrachoice.com>



CHINA
CHINA'S ENVIRONMENTAL PROTECTION ADMINISTRATION
Site: www.zhb.gov.cn/english ou www.sepa.gov.cn/
ou www.aela.org.au/mrachina.htm



CHINA
GREEN LABEL (2000)
Site: www.greencouncil.org/



HONG KONG FEDERATION OF ENVIRONMENTAL PROTECTION (HKFEP)
Site: www.hkfep.com



COREIA
KOREA ECO-LABEL (1992)
Site: www.kela.or.kr/english/



CROÁCIA
ENVIRONMENTALLY FRIENDLY (1993)
Site: www.mzopu.hr/default.aspx?id=5145



ESTADOS UNIDOS
GREEN SEAL (1989)
Site: www.greenseal.org



ESLOVÁQUIA
ENVIRONMENTALNE VHDNÝ VÝROBOK (1996)
Site: www.sazp.sk/public/index/go.php?id=785

**ESPAÑA**

AENOR MEDIO AMBIENTE (1993)

Site: www.aenor.es/desarrollo/certificacion/productos/tipo.asp?tipop=2#1**FILIPINAS**

GREEN CHOICE PHILIPPINES (2001)

Site: www.epic.org.ph/product.htm**FRANÇA**

NF ENVIRONNEMENT (1992)

Site: www.afnor.fr/portail.asp?Lang=English**HOLANDA**

MILIEUKEUR (1992)

Site: www.milieukeur.nl<http://www.milieukeur.nl/nl-NL/default.aspx>**HUNGRIA**

KÖRNYEZETBARÁT TERMÉK (1994)

Site: www.okocimke.kvvm.hu/public_eng/?ppid=2200000 ou www.kornyezetbarat-termek.hu/angism.htm**ÍNDIA**

ECOMARK (1991)

Site: envfor.nic.in/cpcb/ecomark/ecomark.html**INDONÉSIA**

EKOLABEL INDONESIA

Site: www.menlh.go.id**ISRAEL**

GREEN LABEL – THE STANDARDS INSTITUTION OF ISRAEL

Site: www.sii.org.il/siisite.nsf/Pages/GreenMark**JAPÃO**

ECO MARK (1989)

Site: www.ecomark.jp/english/**NOVA ZELÂNDIA**

ENVIRONMENTAL CHOICE NEW ZEALAND (1990)

Site: www.enviro-choice.org.nz**REPÚBLICA TCHECA**

EKOLOGICKY SETRANY VYROBEK (1993)

Site: www.ekoznacka.cz/ENG/**SINGAPURA**

GREEN LABEL SINGAPORE (1992)

Site: www.sec.org.sg/greenlabel_htm/greenlable_frameset.htm**ESCANDINAVIA**

MILJÖMÄRKT "THE WHITE SWAN" (NORDIC SWAN LABEL) (1989)

Site: www.svanen.nu/Eng/**SUÉCIA**

BRA MILJÖVAL (1992)

Site: www.snf.se/bmv/english-more.cfm

TCO (SWEDISH CONFEDERATION OF PROFESSIONAL EMPLOYEES)

Site: www.tcodevelopment.com**TAILÂNDIA**

GREEN LABEL: THAILAND (1994)

Site: www.tei.or.th/bep/GL_home.htm**TAIWAN**

GREEN MARK (1992)

Site: www.greenmark.epa.gov.tw/english/index.asp ou www.greenmark.org.tw/**UCRÂNIA**

THE PROGRAM FOR DEVELOPMENT OF ECOLOGICAL MARKING IN UKRAINE

Site: www.ecolabel.org.ua/**UNIÃO EUROPEIA**

EUROPEAN COMMISSION – DG ENVIRONMENT

Site: <http://europa.eu.int/comm/environment/ecolabel/index.htm>

Department for Environment, Food and Rural Affairs (Defra)

Site : www.defra.gov.uk/environment/consumerprod/ecolabel/index

patrocínio



patrocínio cultural



lei rouanet



apoio institucional

